

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Informação Tecnológica Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Aliança Internacional das Mulheres do Café – IWCA Brasil

Mulheres dos cafés no Brasil



Cristina Arzabe
Josiane Cotrim Macieira
Raquel Santos Soares Menezes
Danielle Pereira Baliza
Tânia Fontenele Mourão
Editoras técnicas

Embrapa Brasília, DF 2017

Embrapa Café

Parque Estação Biológica (PqEB)

Av. w3 Norte (final) 70770-901, Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4010/1983

www.embrapa.br/fale-conosco/sac

www.embrapa.br

Embrapa Informação Tecnológica

Parque Estação Biológica (PqEB)

Av. W3 Norte (Final) CEP 70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4236 www.embrapa.br/livraria livraria@embrapa.br

Unidade responsável pelo conteúdo

Embrapa Café

Comitê Local de Publicações Presidente: *Lucas Tadeu Ferreira*

Vice-Presidente: Jamilsen de Freitas Santos Secretária-Executiva: Adriana Maria Silva Macedo

Membros: Anísio José Diniz, Antonio Fernando Guerra, Carlos Henrique Siqueira de Carvalho, Cristina Arzabe, Helena

Maria Ramos Alves, Maurício Sérgio Zacarias, Milene Alves de Figueiredo Carvalho.

Revisão de texto: João Felipe Brum (coordenação), Lídia Hauck Siqueira, Scientific Linguagem Ltda.

Unidade responsável pela edição

Embrapa Informação Tecnológica

Coordenação editorial: Selma Lúcia Lira Beltrão, Lucilene Maria de Andrade, Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial: Wyviane Carlos Lima Vidal

Revisão de texto: Everaldo Correia da Silva Filho, Francisca Elijani do Nascimento

Normalização bibliográfica: lara Del Fiaco Rocha

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica e tratamento das ilustrações: Alexandre Abrantes Cotta de Mello, Paula

Cristina Rodrigues Franco

Foto da folha de rosto: Danielle Serejo

1ª edição

E-book (2017)

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Informação Tecnológica

Mulheres dos cafés no Brasil / Cristina Arzabe ... [et al.], editoras técnicas. – Brasília, DF : Embrapa, 2017.

E-book: il. color.

ISBN 978-85-7035-729-8

1. Café. 2. Cafeicultura. 3. Mulher. 4. Mulher rural. 5. Indústria agrícola. 6. Agronegócio. I. Arzabe, Cristina. II. Macieira, Josiane Cotrim. III. Menezes, Raquel Santos Souza. IV. Baliza, Danielle Pereira. V. Fontenelle, Tânia. VI. Embrapa Café. VII. Aliança Internacional das Mulheres do Café.

CDD 633.730981

Editoras Técnicas

Cristina Arzabe

Bióloga, doutora em Ciências Biológicas, pesquisadora da Embrapa Café, Brasília, DF

Danielle Pereira Baliza

Agrônoma, doutora em Agronomia (Fitotecnia), professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste, Bom Sucesso, MG

Josiane Cotrim Macieira

Jornalista, mestre em Comunicação Política, presidente fundadora da Aliança Internacional das Mulheres do Café – IWCA Brasil, Brasília, DF

Raquel Santos Soares Menezes

Administradora de empresas, doutora em Administração, professora adjunta do Curso de Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Rio Paranaíba, MG

Tânia Fontenele Mourão

Economista, mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, coordenadora do Instituto de Pesquisa Aplicada da Mulher, Brasília, DF

Autores

Ana Paula Marques da Silva

Técnica em Meio Ambiente, discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste, Bom Sucesso, MG

Andressa Cristina Zamboni Machado

Agrônoma, doutora em Agronomia, pesquisadora científica do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), Londrina, PR

Aryane Kovacs Fernandes

Graduada em História, especialista em Patrimônio e História, colaboradora do Museu Histórico de Londrina, Londrina, PR

Brígida Salgado

Biblioteconomista, especialista em Gestão em Informação Tecnológica, presidente da Aliança Internacional das Mulheres do Café – IWCA Brasil, Piatã, BA

Camila Rafaela Gomes Dias

Licenciada em Matemática, mestranda em Estatística Aplicada e Biometria, Departamento de Estatística da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG

Cíntia Mara Lopes de Souza

Graduada em Economia Doméstica, especialista em Políticas Públicas, extensionista da área de Inclusão Social do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), Pinhalão, PR

Cristina Arzabe

Bióloga, doutora em Ciências Biológicas, pesquisadora da Embrapa Café, Brasília, DF

Danielle Pereira Baliza

Agrônoma, doutora em Agronomia, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste, Bom Sucesso, MG

Doralice de Fátima Cargano

Pedagoga e psicóloga, especialista em Comportamento Organizacional e Psicologia Organizacional e do Trabalho, colaboradora do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), Londrina, PR

Fernanda Junia Dornela

Administradora, mestranda em Administração de Empresas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG

Fernanda Marques Correa

Graduanda em Ciências Sociais, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia (PIBIC/UFBA), Salvador, BA

Helena Maria Ramos Alves

Agrônoma, doutora em Avaliação de Terras e Ciência do Solo, pesquisadora da Embrapa Café/Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Lavras, MG

Helery Morais

Administradora de empresas e agrônoma, doutora em Agronomia, pesquisadora científica do Instituto Agronômico do Paraná (lapar), Londrina, PR

Humberto Paiva Fonseca

Graduando em Geografia na Universidade Federal de Viçosa (UFV), bolsista de Iniciação Científica da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Viçosa, MG

Izaura Marlene Galvanini Salton

Administradora de empresas, especialista em Gestão Pública e Gestão de Projetos, analista em Ciência e Tecnologia do Instituto Agronômico do Paraná (lapar), Londrina, PR

Josiane Cotrim Macieira

Jornalista, mestre em Comunicação Política, presidente fundadora da Aliança Internacional das Mulheres do Café – IWCA Brasil, Brasília, DF

Julia Nogueira

Graduada em Geografia, estagiária na UnB TV, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF

Lídia Maria Soares Cardel

Graduada em Ciências Sociais, doutora em Antropologia Social, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA

Luciana Soares de Morais

Graduada em Economia Doméstica, mestre em Políticas Públicas, extensionista da área de Inclusão Social do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), Ibaiti, PR

Lucylanne Oliveira da Silva

Graduada em Ciências Sociais, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA

Luiza Andrade Zenith

Técnica em Meio Ambiente, discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste, Bom Sucesso, MG

Maiara Maria de Jesus Santos

Graduanda em Ciências Sociais, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia (PIBIC/UFBA), Salvador, BA

Margarete Marin Lordelo Volpato

Engenheira florestal, pesquisadora da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Lavras, MG

Maria Beatriz Nader

Graduada em História, pós-doutora em Sociologia Política, professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG/UFES), Vitória, ES

Maria Salete Souza de Amorim

Graduada em Ciências Sociais, doutora em Ciência Política, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA

Marisa Alice Singulano

Graduada em Ciências Sociais, doutora em Sociologia, professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, MG

Nathalie Guimarães

Jornalista, assessora de Comunicação Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MG), Viçosa, MG

Nicole Gobeth

Engenheira Florestal, coordenadora dos programas de café e gênero da Solidaridad, São Paulo, SP

Patrícia Helena Santoro

Agrônoma, doutora em Agronomia (Fitossanidade), pesquisadora científica do Instituto Agronômico do Paraná (lapar), Londrina, PR

Quezia de Souza Boaventura

Graduanda em Administração de Empresas na Universidade Federal de Viçosa (UFV), bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Rio Paranaíba, MG

Raquel Santos Soares Menezes

Administradora de empresas, doutora em Administração, professora adjunta do Curso de Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Rio Paranaíba, MG

Renata Kelly da Silva

Jornalista, especialista em Comunicação e Marketing, analista da Embrapa Rondônia, Porto Velho, RO

Ricardo de Oliveira Abu Hana

Graduado em Ciência da Computação, mestre em Informática Aplicada, analista da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Rio Largo, AL

Sara Maria Chalfoun de Souza

Agrônoma, doutora em Agronomia, pesquisadora da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Lavras, MG

Sérgio Parreiras Pereira

Agrônomo, doutor em Agronomia, pesquisador do Instituto Agronômico (IAC), Campinas, SP

Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro

Agrônoma, gerente regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MG), Viçosa, MG

Taiane Vanessa da Silva

Graduada em História, mestranda em História Social, colaboradora do Museu Histórico de Londrina, Londrina, PR

Tânia Fontenele Mourão

Economista, mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, coordenadora do Instituto de Pesquisa Aplicada da Mulher, Brasília, DF

Thalyta Varejão Miranda

Graduanda em Geografia na Universidade Federal de Viçosa (UFV), bolsista de iniciação científica da Empresa

de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Viçosa, MG

Viviani Silva Lírio

Economista, doutora em Economia Rural, professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG

Williams Pinto Marques Ferreira

Agrometeorologista, doutor em Engenharia Agrícola, pesquisador da Embrapa Café/Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Viçosa, MG

Apresentação

O Brasil participou de todas as sessões de negociação intergovernamental que culminaram na consecução dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Esses Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são orientadores para as políticas públicas nacionais e atividades de cooperação internacional para os próximos 15 anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável cinco (Alcançar a equidade de gênero e fortalecer mulheres e meninas) garante a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública e tem como uma de suas metas aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação para promover o fortalecimento das mulheres. Criar e fortalecer políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais e da equidade de gênero no campo também é uma prioridade para o País, conforme o documento Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: elementos orientadores da posição brasileira. Dentro dessa perspectiva, e a partir de demandas da sociedade civil, mais especificamente da Aliança Internacional das Mulheres do Café do Brasil - IWCA Brasil, a Embrapa Café, junto com a Embrapa Informação Tecnológica, se envolveu na produção deste livro digital, que tem como objetivo central promover as mulheres (urbanas e rurais) envolvidas no sistema agroindustrial do café no Brasil, criando laços sinérgicos entre diferentes instituições que estudam o tema e também entre as mulheres que lidam com esse produto, do campo à xícara, em diferentes regiões produtoras do Brasil.

O livro, escrito por muitas mãos, foi construído a partir do esforço de um coletivo de mulheres que foi tecendo uma rede – materializada na Rede (virtual) Mulheres do Café. O coletivo foi enredando, pouco a pouco, as pessoas chaves, as pessoas certas – aquelas com um olhar mais além, capazes de visualizar o possível no que parecia impossível. Uma tecnologia – que podemos chamar de tecnologia social – foi sendo gestada junto com a ousadia de criar um e-book interativo, aberto às sugestões do público leitor.

Uma rede multidisciplinar se formou, com mulheres artistas, cineastas, fotógrafas, pesquisadoras, agrônomas, cientistas sociais, economistas domésticas, biólogas, historiadoras, estatísticas, geógrafas, cientistas políticas, jornalistas. Uma rede que se emaranhou com mulheres da cafeicultura com muitas histórias e vitórias para contar.

Esperamos que essa primeira versão, que já carrega consigo a expectativa de uma segunda versão revisada, ampliada e em inglês, possa servir de base e de inspiração para outras experiências, considerando outros sistemas agroindustriais e outros países produtores.

Maria Brígida Salgado de Souza Presidente da IWCA-Brasil

Gabriel Ferreira Bartholo Gerente-Geral da Embrapa Café

Prefácio

A ausência de mulheres nas mesas de abertura de simpósios, conferências e seminários sobre café ou nas diretorias das cooperativas e sindicatos rurais ou, ainda, representando o País no exterior pode levar a uma conclusão – precipitada e errônea – de que, no Brasil, as mulheres não desempenham um papel relevante nesse importante setor, o qual foi responsável pela industrialização do País no início do século XX.

Pequenos produtores produzem a maior parte do café consumido no mundo e, no Brasil, não é diferente. Nesse aspecto, a contribuição das mulheres ao longo da história tem sido fundamental, tanto na formação da lavoura, colheita, pós-colheita, quanto na pesquisa, gestão em cooperativas, barismo e outros setores desse sistema agroindustrial do Brasil, que é o maior produtor e segundo maior consumidor de café do mundo.

Sim, as mulheres trabalham muito para manter essa posição do País no cenário mundial.

Ao abraçar o projeto idealizado pela Aliança Internacional das Mulheres do Café – IWCA Brasil, a Embrapa Café, sob a direção do dr. Gabriel Ferreira Bartholo, mostra ao mundo a imagem de um Brasil do século XXI, onde a mulher não está mais à sombra, invisível.

Juntas, as duas entidades, por meio de um trabalho colaborativo que integra diversos parceiros, realizam uma pesquisa que não se resume aos dados deste livro, primeiro produto desse trabalho multi-institucional e multidisciplinar, o qual contribui para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e atende à recomendação sobre a necessidade de governos e instituições coletarem dados desagregados por gênero.

Afinal, não basta termos certeza de que as mulheres desempenharam ou desempenham um papel fundamental no setor agroindustrial de café, tanto na lavoura, colheita e pós-colheita, quanto na direção de máquinas, no cuidado com o secador, na compra de café para as torrefações, na comercialização e na torrefação artesanal, ou, ainda, servindo um cappuccino ou realizando, de forma discreta, pesquisas em laboratórios de universidades e instituições de pesquisa. Não é suficiente, pois o que não se conta, não conta. É preciso estudar de forma sistemática a realidade desse sistema agroindustrial também no que se refere à perspectiva de gênero e divulgar amplamente esses estudos.

Com este trabalho coletivo, buscamos traçar o perfil das mulheres que atuam no setor. Quem são elas? Onde estão? Quantas são? O que fazem? Contribuímos, assim, para preencher a lacuna de dados estatísticos fundamentais para a elaboração, urgente, de uma política pública eficiente para o café que contemple as mulheres do setor.

É uma honra abrir este trabalho, que reconhece o valor de todas aquelas mulheres que fui encontrando enquanto percorria as regiões produtoras no Brasil. Toda minha gratidão a todas essas mulheres que, sem hesitar, acreditaram, com entusiasmo, nessa empreitada e permaneceram determinadas a não deixar ninguém para trás.

O fruto da ponta do galho é o mais difícil de ser colhido, mas é o mais doce também, como ressalta Sara Chaulfoun, a quem homenageamos. Por extensão, nossa homenagem também se direciona a todas aquelas mulheres que se debruçam nos livros ou que se desdobram no campo, nas indústrias e no comércio, a fim de que nossos grãos cheguem a milhões de xícaras mundo afora.

Josiane Cotrim Macieira

Presidente fundadora da Aliança Internacional das Mulheres – IWCA Brasil



A gênese da aliança internacional das mulheres do café no Brasil: fazendo história

Josiane Cotrim Macieira

Em setembro de 2009, a existência da International Women's Coffee Alliance (IWCA, ou Aliança Internacional das Mulheres do Café) despertou a atenção da brasileira Josiane Cotrim Macieira durante o evento internacional cafeeiro *Ramacafé*, em Manágua, na Nicarágua. Algumas participantes usavam um broche com a comunicativa logomarca – uma mulher carregando um grão de café no alto da cabeça. A IWCA tinha sido criada em 2003, a partir do encontro de mulheres da indústria norte-americana de beneficiamento e comercialização de café – Kimberly Eason, Karen Cebreros e Colleen Crosby – com pequenas produtoras da Unión de Cooperativas Agropecuarias Soppexcca, da Nicarágua. Assim, essa aliança começou com o objetivo de aproximar as duas pontas da cadeia. Em 2009, a IWCA já havia se espalhado por vários países e estava na hora de as brasileiras participarem dessa rede.

Foi em fevereiro de 2010, na Cidade da Guatemala, durante a *Conferência Mundial da Organização Internacional do Café*, que a criação do capítulo brasileiro da IWCA começou a ser articulada. No último dia do evento, a sessão 4 sobre sustentabilidade social, que começava às 11h30, incluía um painel com o nome Aliança Internacional das Mulheres do Café: promovendo oportunidades.

No dia anterior, Mery Santos e Josiane Cotrim Macieira tiveram o primeiro encontro a fim de discutir uma estratégia para criar o capítulo da IWCA no Brasil. Margaret Swallow, também membro da IWCA, questionou sobre como falar em mulheres e em café sem incluir o Brasil, o maior produtor do mundo. Como maior produtor e exportador de café e segundo maior consumidor, o Brasil não podia deixar de participar dessa aliança.

Foi dada a largada, então, para um processo que envolveria pessoas de todo o Brasil com o objetivo de mostrar ao mundo que as mulheres desempenham um papel fundamental no sistema agroindustrial do café no País.

Contribuíram muito para esse processo de mobilização inicial duas pessoas também presentes na conferência na Cidade da Guatemala. Sérgio Parreiras Pereira, idealizador e responsável pela Rede Social do Café, uma rede virtual que atua na construção coletiva, divulgação e debate de informações e conhecimentos referentes ao sistema agroindustrial do café, que compartilhou contatos das lideranças femininas espalhadas por todo o Brasil. Aymbiré Francisco Almeida da Fonseca, que era gerente-geral da Embrapa Café na época, também estava na conferência e foi quem contribuiu com informações estatísticas empíricas e insights baseados na sua grande experiência no setor. Essa conexão foi fundamental para a identificação de líderes mulheres de diferentes regiões, que estavam realizando trabalhos importantes e que não tinham visibilidade. O próximo passo seria uma reunião na Specialty Coffee Association of America (SCAA), em Anaheim, na Califórnia, em abril. No tradicional café da manhã que a IWCA realiza durante a SCAA, Mery Santos, secretária da IWCA à época, tinha uma mesa reservada para um grupo brasileiro, e os contatos foram iniciados.

Mas a semente encontraria terreno fértil mesmo em terras brasileiras por meio de contatos decisivos com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/MG) durante o lançamento do Foco Competitivo das Matas de Minas em Manhuaçu, em julho de 2010. Priscilla Lins, gerente de agronegócios, estava presente e foi receptiva a um encontro em Belo Horizonte para que se articulasse a realização de um seminário reunindo mulheres das quatro regiões produtoras de café de Minas Gerais: Sul de Minas, Cerrado Mineiro, Chapada de Minas e Matas de Minas.

Alguns meses depois, em setembro de 2010, Johanna Bot entrou em contato com Josiane Cotrim e fez o convite para que ela participasse da IWCA com a missão de criar o capítulo brasileiro. As conversas com o Sebrae/MG avançavam, e Débora Rabelo era o canal de comunicação que permitia a estruturação do projeto de

criação da IWCA no Brasil. Também, Débora Fortini, que havia morado nos Estados Unidos, estava de volta, e a recém-criada Academia do Café foi palco de muitas reuniões e encontros. Débora Fortini conhecia a IWCA, pois já havia participado do tradicional café da manhã que a entidade organiza na SCAA, e sua experiência como advogada foi fundamental no processo jurídico de criação do capítulo brasileiro.

Um ano de contatos e chegou a 23ª SCAA, dessa vez em Houston, no Texas. O Brasil era o país homenageado e, durante o café da manhã da IWCA, a presença de brasileiras de outros estados produtores, além de Minas Gerais, mudou o rumo do seminário de liderança e treinamento. O evento não poderia reunir apenas líderes das quatro regiões de Minas Gerais – teria de ser inclusivo e contar com a participação de mulheres de todas as regiões produtoras do País, sob pena de nascer defeituoso.

A partir desse momento, as articulações tiveram que se mover para o Sebrae nacional, uma vez que o encontro incluiria mulheres de todo o Brasil. Foi iniciada, então, uma série de contatos do grupo idealizador da IWCA Brasil com o setor de agronegócios do Sebrae em Brasília sem esquecer a mobilização nas regiões com líderes como Dedê Souza e Silva (Figura 1).



Figura 1. Mobilização de lideranças no Centro Vocacional Tecnológico Manhumirim, em Manhumirim, Matas de Minas.

Foto: José Geraldo Barbosa

Com o avanço do projeto, Mery Santos e Linda Smithers confirmaram que viajariam ao Brasil para a realização do seminário de liderança e treinamento. Contudo, faltava o local. Foi então que Marcos Reis Teixeira, do Sebrae/MG, fez a conexão com Mariana Proença e Caio Fontes, da Café Editora. Um encontro no Suplicy Café (Figura 2) firmou a parceria, selada com um café expresso no dia 25 de julho de 2011. O primeiro encontro das mulheres do café brasileiras seria em São Paulo durante o 6º Espaço Café Brasil. As inscrições foram feitas pelo site do evento e, no dia 6 de outubro de 2011, esperava-se a presença de 17 mulheres. A surpresa foi grande quando foram chegando muito mais mulheres, de várias regiões dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, somando mais de 60 mulheres ligadas ao negócio do café.

Durante dois dias, as lideranças discutiram, trocaram experiências e escreveram a missão e a visão do capítulo IWCA Brasil. Além disso, participaram de um *cupping*, muitas delas pela primeira vez, pois, apesar de produzirem café, nunca tinham provado café. No dia 8, foi assinada uma carta de intenções, que foi encaminhada para Grace Mena, presidente da IWCA, afirmando que as brasileiras estavam mobilizadas e prontas para criarem o capítulo IWCA Brasil.



Figura 2. Mariana Proença, Daniela Capuano, Josiane Cotrim Macieira e Caio Fontes, da Café Editora. São Paulo, 2011. Firmada parceria com a Café Editora.

Foto: Marco Suplicy

Em novembro, foi realizada uma reunião em Belo Horizonte em uma sala cedida pelo Sebrae e foi eleita a primeira diretoria da IWCA Brasil, formada por: Josiane Cotrim Macieira, presidente; Débora Fortini (exportadora – Minas Gerais), vice-presidente; Brígida Salgado (produtora de café orgânico – Bahia), 2ª vice-presidente; Helga Andrade (barista – Sul de Minas), secretária; Jackeline Uliana Donna (certificação – Espírito Santo), 2ª secretária; Daniella Pelosini (produtora – São Paulo), tesoureira; Carmem Lucia Ucha Chaves Brito (produtora – Sul de Minas), 2ª secretária; Dedê Souza e Silva (produtora – Matas de Minas), Comitê de Mobilização; Carmen Silvia (produtora – São Paulo), Comitê de Treinamento; Margaret Pederneiras (publicitária – Rio de Janeiro), Comitê de Projetos; Marisa Contreras (produtora – Sul de Minas), Comitê de Marketing; Paula Dulgheroff (barista – Cerrado Mineiro), Comitê de Eventos; Ilana Bastos (produtora – São Paulo), Comitê de Relações Internacionais.

Cumpria-se, assim, mais uma etapa do Protocolo de Formação de Capítulo da IWCA, que exigia a eleição da diretoria para que a Carta de Entendimento fosse assinada. E foi no ano seguinte, em 2012, durante o 7º Espaço Café Brasil, em São Paulo, que a assinatura foi feita com a presença da vice-presidente da IWCA na ocasião, Johanna Bot.

Estava criado o capítulo brasileiro da IWCA. Iniciava-se a discussão de gênero na cafeicultura brasileira. Termos como empoderamento feminino entravam para o vocabulário das mulheres que trabalhavam com café no Brasil. Foi um divisor de águas marcado por conexões entre as diversas regiões, discussões, intercâmbios e adaptações próprias de todo processo de construção coletiva, sobretudo em se tratando de algo inovador, uma organização de mulheres em um setor no qual as vozes femininas não eram ouvidas.



Perfil das mulheres que atuam no sistema agroindustrial do café no Brasil (fase 1)

Williams Pinto Marques Ferreira Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro Ferreira Humberto Paiva Fonseca Thalyta Varejão Miranda Camila Rafaela Gomes Dias Nicole Gobeth

Introdução

O Brasil mantém-se na posição de maior produtor mundial de café. Ao longo de toda a sua história, desde 1727, momento de sua chegada ao País, o café tem sido o produto que tem coparticipado da história do desenvolvimento do Brasil. Desempenhando o papel de indicador da riqueza do País, as divisas produzidas pela cafeicultura aceleraram o desenvolvimento do País e o inseriram no comércio internacional. Nos últimos anos, a cafeicultura brasileira tem sido responsável pela exportação de mais de 30 milhões de sacas, o que representa uma receita superior a US\$ 2 bilhões anuais. Isso assegura ao País a posição de maior exportador mundial do produto, responsável por 30% da produção das últimas safras de café no planeta, ou seja, de aproximadamente 130 milhões de sacas (60 kg) (CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL, 2017).

Dentro do contexto de produção de café, essa atividade ainda é considerada por muitos como que exercida principalmente por mão de obra masculina. Na verdade, uma parcela significativa da mão de obra do setor cafeeiro é feminina, e as mulheres necessitam ganhar seu espaço e reconhecimento no mercado. A história demonstra que a conquista do reconhecimento do trabalho feminino tem sido árdua, mas gratificante.

A construção da cidadania feminina foi árdua, deteriorante e ao mesmo tempo gratificante ao longo dos anos. Sucessivos processos na luta pela igualdade de gênero e reconhecimento dos direitos femininos foram travados. Contudo, aos poucos, as mulheres foram conquistando seus direitos e conseguindo sua libertação. (SANTOS; GARCIA, 2015, p. 297).

Qual a importância da mulher na sociedade? Até o final do século XVIII, essa era uma pergunta fácil de ser respondida: a mulher tinha o seu lugar no âmbito do lar, cuidando da família, sem seus direitos assegurados. Hoje, ainda perdura essa visão antiquada em certas esferas sociais, ainda que esteja sendo transformada por meio de uma mudança de paradigma a respeito do papel da mulher na família e na sociedade. A importância de uma sociedade igualitária, que ofereça oportunidades iguais para mulheres e homens tanto em uma perspectiva educacional como em uma perspectiva política, é uma reivindicação antiga, também do século XVIII. Mary Wollstonecraft, já em 1792, no Reino Unido, publicou um manifesto que buscava expor essa necessidade (TAYLOR, 2003).

Grandes autoras, cada uma em sua época, trouxeram à tona a representatividade do sexo feminino, desde Jane Austen, que marcou a literatura inglesa do século XIX com suas heroínas fortes e destemidas que desafiavam as ideias vigentes no período, até Marie Curie, Bertha Lutz e Simone de Beauvoir, no século XX, que quebraram paradigmas e tabus, deixando importantes contribuições para o avanço no reconhecimento da importância da mulher na sociedade.

É importante considerar o papel da mulher ao longo da história, na luta pela igualdade de direitos, com a necessidade de realizar uma jornada dupla de trabalho, que contempla os afazeres domésticos e as atividades

profissionais exercidas no mercado. Tem-se revelada, então, a força da mulher, na busca constante por autonomia e reconhecimento, como a própria história demonstra quando a ideologia do "lugar das mulheres" é relegada a um segundo plano em razão de contextos específicos:

As mulheres tornaram-se membros ativos dos seus sindicatos durante os anos da guerra, mas isto não as beneficiou de maneira alguma após a guerra, quando as direções retornaram à divisão sexual do trabalho do pré-guerra. (TILLY, 1994, p. 57).

No período após as Grandes Guerras, houve iniciativas feministas que visavam à liberdade mulher com relação ao seu próprio corpo e questões acerca do trabalho, buscando sempre a equidade. Freeman (1975) cita que, no período entre os anos 1960 e 1980, tem-se como marco o manifesto *Women's Liberation*, que tinha como objetivo assegurar os direitos das mulheres.

No Brasil, não seria diferente. A mulher contemporânea está na indústria e no campo, em uma jornada de trabalho que não se encerra ao final do expediente, pois, muitas vezes, ela tem que lidar com a família e os afazeres domésticos, na chamada dupla jornada do trabalho feminino. Segundo Del Priore (2007), isso ocorre em uma perspectiva histórica, desde o período colonial nas culturas da cana-de-açúcar e do café no Brasil República. Segundo o estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA, 2017), que se baseia em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana em razão da dupla jornada. Em 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas e a dos homens, de 46,1 horas.

Destaca-se atualmente o papel das mulheres na agricultura brasileira, área tradicionalmente masculina, na qual ganham espaço e visibilidade como agrônomas, administradoras, proprietárias, trabalhadoras rurais, meeiras e arrendatárias, entre outras funções.

Segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO, 2013), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), 13% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas do Brasil eram mulheres no ano de 2013, número esse que quase dobrou em relação à década de 1970, quando não ultrapassava 8%.

No contexto cafeeiro, as mulheres atuam em todo o sistema agroindustrial do café, desde o plantio até o preparo da bebida que chega à mesa do consumidor. Dessa forma, o presente trabalho busca estabelecer o perfil da mulher no setor cafeeiro, o que contribuirá para a construção do cenário atual da atuação feminina no sistema agroindustrial do café no Brasil de modo a colaborar para melhorias na qualidade de vida dessas mulheres no futuro.

O objetivo geral deste trabalho foi o de organizar informações acerca das mulheres envolvidas no sistema agroindustrial do café no Brasil e descrever suas principais características. Os objetivos específicos foram: apresentar, por região, o percentual de mulheres que responderam ao questionário na fase 1 do presente projeto; identificar em quais setores do setor agroindustrial do café elas atuam; descrever o perfil etário das mulheres do setor cafeeiro; caracterizar o perfil socioeconômico delas (estado civil, escolaridade, raça e renda); identificar o número de pessoas que também trabalham no setor cafeeiro na família das mulheres; e identificar quais são os planos dessas mulheres para o futuro.

Impactos potenciais

Gerar conhecimento e visibilidade para as mulheres envolvidas nos diversos segmentos do sistema agroindustrial do café no Brasil para o desenvolvimento de decisões, ações e programas em âmbito municipal, estadual e federal que as beneficiem nas capacitações e as levem a outras oportunidades, como mercado e crédito, de forma que todo o sistema e a sociedade sejam favorecidos.

Metodologia

A presente pesquisa quantitativa foi realizada por amostragem em sete etapas, a saber: elaboração de questionário; aplicação do questionário via on-line e off-line, o último por escrito, com apoio de um(a) entrevistador(a); tabulação dos dados coletados; tratamento dos dados; confecção dos gráficos e mapas; análise dos resultados; elaboração do relatório final para apresentação dos resultados.

Os questionários on-line foram disponibilizados na internet. Os questionários por escrito foram aplicados em diferentes eventos que reuniram pessoas atuantes no setor cafeeiro.

As perguntas do questionário foram estruturadas de modo que fosse possível responder às seguintes perguntas: 1) quem são as mulheres que atuam na cadeia produtiva do café no Brasil?; e 2) em quais regiões brasileiras elas estão atuando?

Setecentas e trinta e sete mulheres responderam ao questionário no período entre julho de 2016 e abril de 2017, das quais 171 (23%) responderam ao questionário on-line e 566 (77%), ao questionário off-line. Os dados foram tabulados e organizados em diferentes bases de interesse, depois foram analisados para padronizar as respostas e identificar possíveis erros inerentes ao preenchimento dos formulários e, por fim, foram quantificados com o objetivo de facilitar a interpretação dos resultados. Após a análise dos dados, foram elaborados gráficos e mapas, bem como o relatório final com a apresentação dos resultados.

Resultados

Com relação à porcentagem de questionários por região, a maior parte (73%) foi respondida por mulheres dos estados maiores produtores de café, ou seja, Minas Gerais (50,4%) e Espírito Santo (22,6%). Os outros 27% são de mulheres de São Paulo (9,2%), Rondônia (8,4%), Paraná (6,5%), Bahia (2,2%), Rio de Janeiro (0,4%) e Ceará (0,1%) (Figura 1).

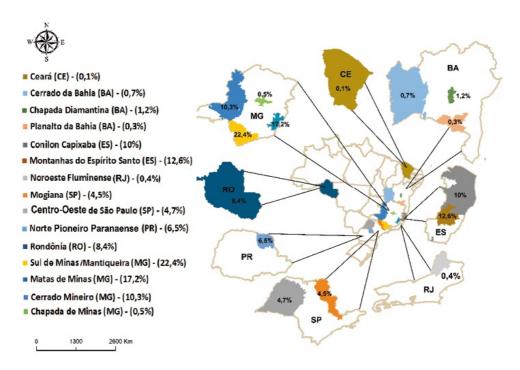


Figura 1. Valores percentuais de questionários respondidos por microrregião ou Unidade da Federação (UF).

A maioria das mulheres que respondeu ao questionário atua na área de produção (cerca de 60%) (Figura 2) como produtora/proprietária de terra (cerca de 90%) (Figura 3). Entre as 737 mulheres que responderam ao questionário, 268 (36,4%) não responderam à questão "tempo dedicado ao trabalho na cafeicultura"; entre aquelas que responderam (63,6%), a maioria (cerca de 60%) afirmou dedicar parte de seu tempo à propriedade e parte aos afazeres domésticos. Outras tantas (20,3%) têm outro emprego remunerado, e apenas 18,1% dedicam todo o seu tempo à propriedade. Finalmente, 4,7% afirmaram não dedicar nenhum tempo à

propriedade (Figura 4).

Entre as outras mulheres que responderam ao questionário e não são da área de produção de café (cerca de 40%), destacam-se aquelas que trabalham nas áreas de ensino, pesquisa e extensão (12,5 %) e de mercado e comércio de café (9,9%). As outras áreas são menos representadas, como indústria/processamento (2,6%), publicidade (1,9%), insumos (1,6%) e logística (1,5%). Finalmente, 10,4% afirmaram atuar em outra área (Figura 2).

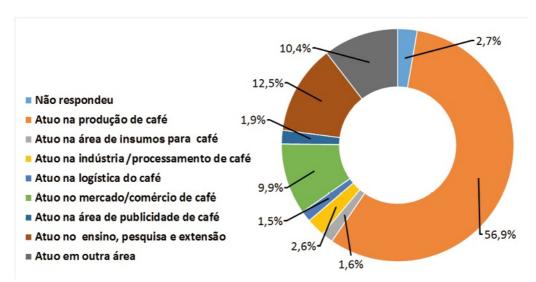


Figura 2. Valores percentuais das diferentes áreas de atuação das mulheres que responderam ao questionário entre julho de 2016 e abril de 2017 (n = 737).

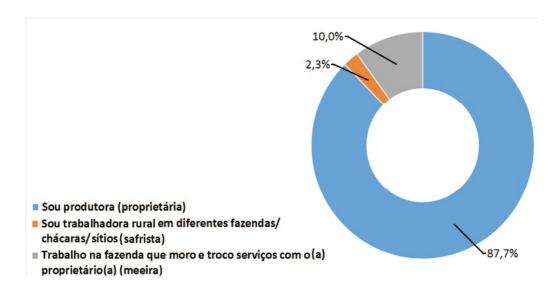


Figura 3. Valores percentuais das funções desempenhadas pelas mulheres que atuam na área de produção de café e que responderam ao questionário entre julho de 2016 e abril de 2017.

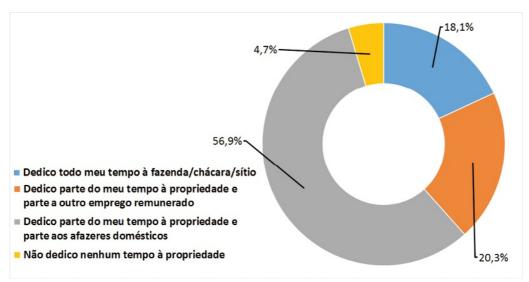


Figura 4. Valores percentuais de como as 469 mulheres que atuam na área de produção de café e que responderam à questão sobre divisão do tempo no questionário entre julho de 2016 e abril de 2017 administram seu tempo em relação às propriedades onde trabalham.

Com relação à faixa etária do conjunto total de respondentes, a maioria (76%) tem entre 26 e 59 anos, e a faixa etária com maior número de mulheres é entre 26 e 35 anos (30,7%) (Figura 5). A metade das mulheres (50,3%) é casada (43%) ou vive em união estável (7,3%), e a outra metade (44,2%) é solteira (41,2%) ou viúva (3%). Apenas 5,5% não responderam a essa questão (Figura 6).

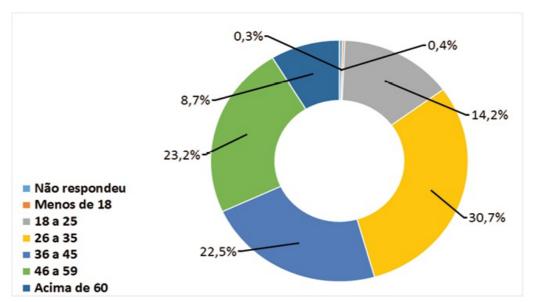


Figura 5. Valores percentuais relativos à faixa etária das 737 mulheres que responderam ao questionário entre julho de 2016 e abril de 2017.

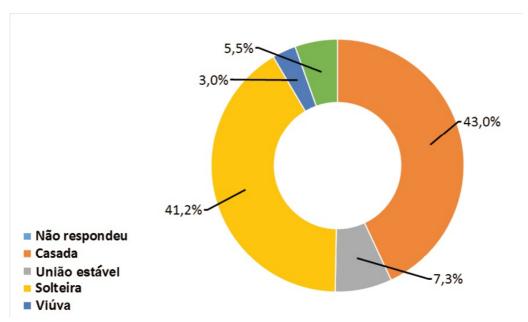
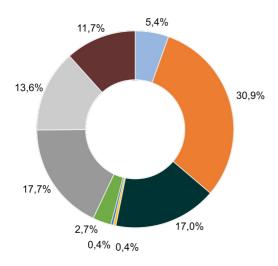
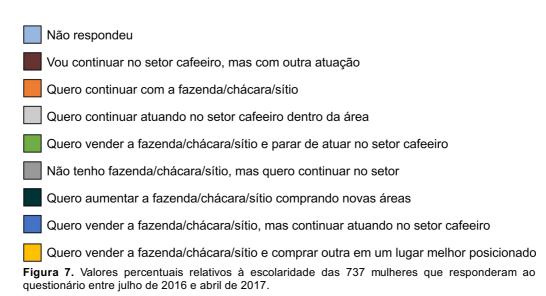


Figura 6. Valores percentuais relativos ao estado civil das 737 mulheres que responderam ao questionário entre julho de 2016 e abril de 2017.

Com relação à escolaridade, 58% das mulheres respondentes possuem curso superior (completo ou incompleto) ou pós-graduação. Apenas 40,6% são mulheres com menos escolaridade, como ensino médio completo ou incompleto (inclusive ensino técnico) (19,2%) ou ensino fundamental completo ou incompleto (21,4%). Apenas 0,5% das respondentes disse ser não alfabetizada (Figura 7).





A maioria das mulheres respondentes se declararam brancas (73,8%), e outras 18,7% se declararam pardas. A porcentagem de respondentes negras foi baixa (3,7%), assim como daquelas de descendência asiática (2,4%). Apenas 1,4% não respondeu a essa questão (Figura 8). Na Figura 9, é apresentada a visão global de todas as regiões em relação ao quesito cor/raça declarada pelas mulheres que responderam ao questionário.

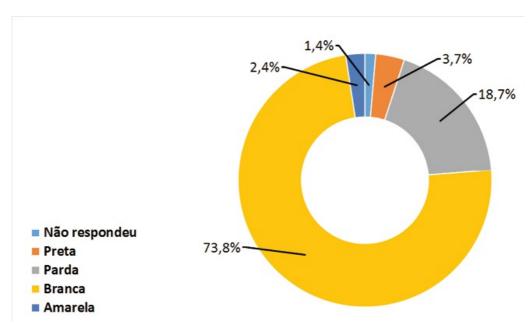


Figura 8. Valores percentuais de cor/raça das 737 mulheres que responderam ao questionário entre julho de 2016 e abril de 2017.

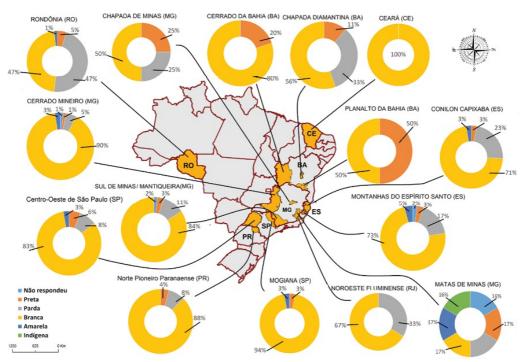


Figura 9. Valores percentuais de cor/raça das 737 mulheres que responderam ao questionário entre julho de 2016 e abril de 2017.

Com relação à renda, pouco mais de 1/3 das respondentes (35,4%) declarou receber de dois a cinco salários mínimos, outro 1/3 (31,8%) declarou receber mais de cinco salários mínimos, e pouco menos de 1/3 (29,9%) declarou receber um salário mínimo ou menos (Figura 10).

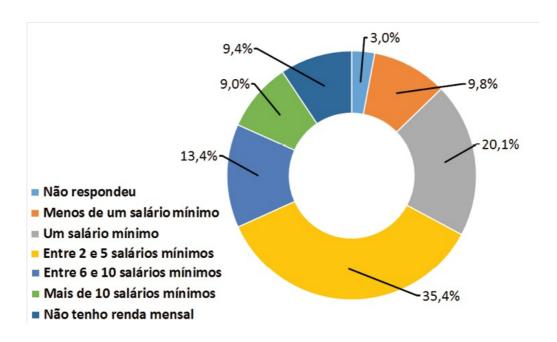


Figura 10. Valores percentuais relativos à renda mensal das 737 mulheres que responderam ao questionário entre julho de 2016 e abril de 2017.

Na Figura 11, é apresentado o número declarado pelas mulheres respondentes do questionário acerca das pessoas que trabalham com a cafeicultura em suas famílias. A grande maioria (76,8%) possui mais de uma pessoa na família que trabalha com café. A maior parte (41,8%) declarou que tem entre uma e duas pessoas que trabalham com café na família. Poucas (19,4%) são aquelas que trabalham no café e não possuem ninguém na família que trabalhe no ramo.

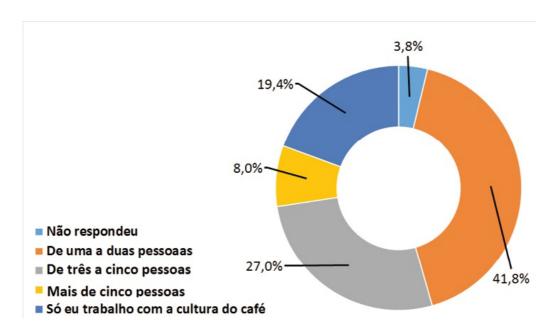
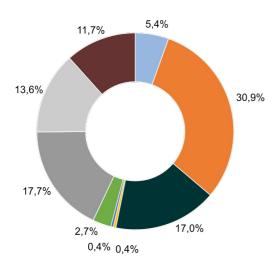


Figura 11. Valores percentuais relativos ao número de pessoas que trabalham com a cafeicultura na família das 737 mulheres que responderam ao questionário entre julho de 2016 e abril de 2017.

Por fim, com relação aos planos para o futuro na cafeicultura, cerca de metade das mulheres quer continuar com sua fazenda/chácara/sítio (30,9%) ou aumentar a área plantada (17%). A porcentagem de mulheres que quer vender a propriedade é baixa (3,5%), sendo que, entre essas, 0,8% pretende permanecer e 2,7% afirmam querer parar de atuar no setor cafeeiro. Uma porcentagem de 43% afirma querer continuar atuando na cafeicultura, mas enquanto uma parte (13,6%) pensa em permanecer na área em que atua, outra parte (11,7%) pretende mudar de área de atuação (Figura 12).



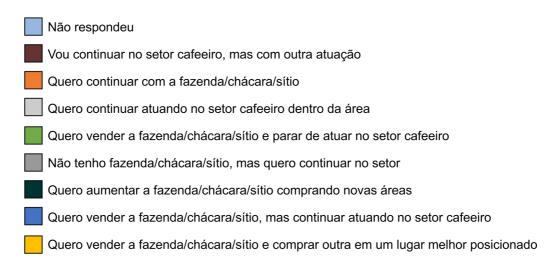


Figura 12. Valores percentuais das respostas que expressam as expectativas das 737 mulheres que responderam ao questionário entre julho de 2016 e abril de 2017 acerca dos planos para o futuro com relação à cafeicultura.

Conclusões

As mulheres do café que responderam ao questionário na primeira fase do trabalho se concentram na faixa etária de 26 a 59 anos, e, desse grupo, a maior concentração é de mulheres jovens, entre 26 a 35 anos. Metade das mulheres que responderam ao questionário é solteira, e a outra metade é casada. A maioria ganha entre dois e cinco salários mínimos ou mais, e, nas suas famílias, na maior parte há entre uma e duas pessoas envolvidas na cafeicultura. Essas mulheres se autodeclaram, na sua maioria, de cor branca, sendo principalmente produtoras/proprietárias ou trabalhadoras nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e de mercado e comércio de café.

As regiões Sul de Minas/Mantiqueira, Matas de Minas e Cerrado Mineiro, em Minas Gerais, foram as que apresentaram, respectivamente, o maior número de questionários respondidos, seguidas por Montanhas do Espírito Santo e Conilon Capixaba, ambas no Espírito Santo. As duas regiões com menor número de questionários respondidos foram, respectivamente, Planalto da Bahia e Ceará. Tal fato pode sugerir que, nessas regiões, estão inseridos, respectivamente, os maiores e menores números de mulheres envolvidas no sistema agroindustrial do café.

Entre as atividades que as respondentes desempenham, a atuação na produção de café foi a mais expressiva (produtoras/proprietárias), seguida pela atuação no ensino, pesquisa e extensão e no mercado e comércio de café. As atividades com menor atuação por parte das mulheres respondentes do questionário foram as de trabalhadora rural na área de produção (2,3%) e em outras áreas, como logística (1,5%), insumos (1,6%),

publicidade (1,9%) e indústria (2,6%).

Com relação à administração de seu tempo, a maioria das mulheres na área de produção declarou que dedica parte do tempo à propriedade e outra parte aos afazeres domésticos. O menor percentual de respostas dadas pelas mulheres foi "não dedico nenhum tempo à propriedade".

Com relação às perspectivas para o futuro, percebe-se que boa parte das mulheres pretende continuar atuando no setor cafeeiro.

Pode-se observar que grande número de respondentes se autodeclararam pessoas de cor/raça branca, com níveis de renda e escolaridade mais altos e com atuação principalmente na função de produtoras rurais. Tal fato pode ser associado aos locais onde os questionários foram aplicados (simpósios, congressos e encontros), que normalmente costumam reunir pessoas com essas características.

A pesquisa mostra-se importante como uma primeira aproximação da realidade acerca da atuação das mulheres na cafeicultura, sendo necessário que novos questionários sejam aplicados também na agroindústria, nas diversas regiões do Brasil.

Nas regiões produtoras de café, além de simpósios, congressos e encontros, os questionários devem ser aplicados também em outros tipos de eventos, bem como diretamente nas fazendas de café, principalmente no momento da colheita, quando a atividade da cafeicultura contrata grande quantidade de mão de obra, principalmente mulheres, que na atualidade não são contabilizadas como parte do sistema agroindustrial do café.

Referências

AUSTEN, J. Orgulho e preconceito. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BEAUVOIR, S. de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL. **Relatório mensal**: abril 2017. Disponível em: http://www.cecafe.com.br/site/wp-content/uploads/2017/05/RELATORIO-CECAFE-201704-CONFIDENCIAL.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

DEL PRIORE, M. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

FAO. **No Brasil, 13% dos agricultores são mulheres**. Brasília, DF, 18 jul. 2013. Disponível em: http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/230178/>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FREEMAN, J. The politics of women's liberation. New York: David McKay, 1975.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso em: 25 jul. 2017.

SANTOS, F. F.; GARCIA, M. F. A luta da mulher pela igualdade no campo: contradições e tensões no sistema capitalista. **Revista Interface**, n. 10, p. 296-303, dez. 2015.

TAYLOR, B. **Mary Wollstonecraft and the feminist imagination**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu, n. 3, p. 28-62, 1994.



Trabalho feminino e maternidade nas lavouras de café: um relato a partir da memória oral de mulheres da agricultura familiar

Tania Fontenele Cristina Arzabe Julia Nogueira

"Quando podemos lembrar de nós mesmas através de nossas criações culturais, ações ideias, panfletos, organização, história, teoria, começamos a integrar uma nova realidade." Sheila Rowbotham (1973 citada por LAURETIS, 1993, p. 122)

A cafeicultura no Brasil pode ser considerada uma das maiores fontes de geração de emprego e renda familiar da economia agrícola, cumprindo importante função social. Constatamos, entretanto, grande invisibilidade de estudos sociais e históricos sobre a atuação das mulheres no sistema agroindustrial do café no Brasil. O País carece de dados de pesquisa com a perspectiva de gênero no setor cafeeiro, em todas as suas etapas.

Com o intuito de contribuir para o conhecimento sobre a atuação das mulheres na área da produção rural, iniciamos em 2016 um projeto para pesquisa e realização de um videodocumentário sobre a temática. A pesquisa envolve entrevistas individuais tanto com mulheres proprietárias rurais da agricultura familiar como com mulheres que trabalham em regime de parceria agrícola ou ainda como diaristas ou assalariadas em Minas Gerais e Espírito Santo (fase 1). O objetivo é registrar e apresentar as rotinas, dificuldades e alegrias de ser mulher nessa atividade.

Ressalta-se a importância da realização desse trabalho por se tratar de algo inédito no Brasil e pela oportunidade ímpar de recuperar a história do café pela perspectiva de gênero.

Pretende-se, dessa forma, contribuir para a preservação histórica das memórias femininas dentro do sistema agroindustrial do café e fornecer dados para o delineamento de políticas públicas eficientes que possam valorizar e apoiar o trabalho dessas mulheres. Assim, buscamos fomentar ações sistemáticas de pesquisa e inclusão do tema "gênero" nas discussões desse e de outros sistemas agroindustriais no Brasil e no mundo.

Cafeicultura e modalidades de produção

À semelhança de outros produtos da agropecuária brasileira, a cafeicultura é realizada por duas modalidades de produção que a caracterizam em seu conjunto: a agricultura familiar e a não familiar. Os agricultores familiares são aqueles que, conforme a Lei nº 11.326, de 24/7/2006 (BRASIL, 2006), administram seus estabelecimentos ou empreendimentos rurais contando com a força de trabalho dos membros de sua família (além de atenderem a uma série de outros requisitos). Segundo dados do último Censo Agropecuário, ocorrido em 2006, no início dos anos 2000 a agricultura familiar correspondia a 84,4% das propriedades rurais brasileiras (378 mil propriedades, aproximadamente), com tamanho médio de área de 19 ha. Do total de quase 287 mil estabelecimentos dedicados à cafeicultura no País nessa época, mais de 230 mil estavam compreendidos no âmbito da agricultura familiar, o que representava cerca de 80% do total (IBGE, 2016).

O Banco Central caracterizou esse tipo de agricultor (Resolução 2.191/95) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1995, art. 2°) para poder regulamentar a utilização dos recursos públicos disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – Decreto 1.946/96), que teve entre seus

beneficiários apenas 7% de mulheres no período entre 1996 e 2002, segundo Paulilo (2004). Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005 citado por SPANEVELLO et al., 2016), nos planos safra 2001/2002 e 2002/2003, do total de recursos disponibilizados, 10,4% e 10,5% foram para mulheres, respectivamente. Nos planos safra 2003/2004 e 2004/2005, observou-se ligeiro aumento, com 16,4% e 16,6% das operações de crédito encabeçadas por mulheres, respectivamente.

Tomando como exemplo o Estado do Paraná, pode-se constatar um aumento no acesso ao Pronaf por parte das mulheres. Entre os beneficiários que acessaram o Pronaf em sete safras, apenas 3% são mulheres, enquanto, entre os que acessaram de três a seis vezes, o número fica em torno de 10% (Figura 1). No grupo que acessou o Pronaf duas vezes, as mulheres representam 16%. Já entre aqueles que acessaram o Pronaf apenas uma vez, a proporção é de 23% de mulheres (IBASE, 2006).

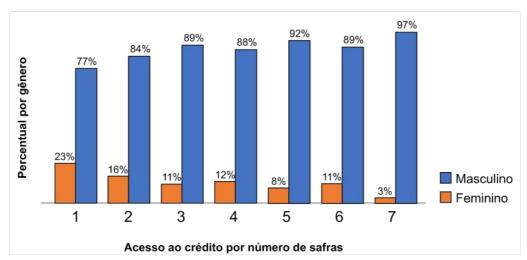


Figura 1. Distribuição de gênero por número de safras em que houve acesso ao crédito (percentual por gênero sobre total de benefícios, por número de safras) no Estado do Paraná.

Fonte: lbase (2006).

De acordo com Butto (2011), as mulheres encontram limitações para ter um acesso ampliado e qualificado ao Pronaf em razão da limitada autonomia econômica e da restrita possibilidade de gerenciamento dos recursos, uma vez que ainda encontram dificuldades para dominar os espaços de gestão e comercialização da produção. Entre as razões para a ausência de autonomia entre as mulheres no campo, está a crença, por parte de muitas delas, de que "os homens são os que sabem de negócios" (HERNÁNDEZ, 2009, p. 146).

Com relação à condição legal das terras dos estabelecimentos explorados pelos produtores, o Censo Agropecuário de 2006 identificou cinco categorias de cafeicultores: proprietários, arrendatários, parceiros, ocupantes e assentados (IBGE, 2016).

Neste artigo, as mulheres entrevistadas estão na condição de proprietárias de pequenas propriedades rurais ou trabalhando em parceria. Como produtores-parceiros são considerados aqueles a que, por meio de um contrato agrário de parceria rural, é cedido o uso de terras pertencentes a terceiros (proprietários). Nessa modalidade de contrato de trabalho, produtores-parceiros e produtores-proprietários compartilham riscos, produtos e lucros da produção. A partilha desses resultados deve obedecer às proporções cabíveis a cada uma das partes, previamente estipuladas no contrato agrário de parceria rural. Eventualmente, mulheres proprietárias ou que trabalham na condição de parceiras aumentam sua renda trabalhando em terras de outros proprietários, especialmente no período da colheita do café.

Ressalta-se que, apenas na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a mulher rural recebeu o estatuto de "produtora rural", o que lhe possibilitou acesso aos direitos trabalhistas. A partir de então, houve um forte esforço para a sindicalização e documentação das mulheres do campo, pois muitas não tinham nem mesmo carteiras de identidade. Os nomes delas (especialmente enquanto esposas) passaram a constar no Bloco do Produtor, documento onde são registradas as transações comerciais da propriedade agrícola, para que elas, provando serem produtoras rurais, tivessem acesso aos direitos trabalhistas como aposentadoria, licença-maternidade e auxílio-doença.

Espaço doméstico e espaço de produção

"Os homens trabalham oito horas e as mulheres, quatro, por causa do serviço de casa." A concepção registrada por Paulilo (2004, p. 245) mostra a discriminação que é não considerar as lidas femininas, na casa ou no campo, como trabalho. "A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão 'trabalho invisível' – é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família." (PAULILO, 2004, p. 235).

No entanto, a típica separação entre espaço doméstico e espaço de produção, que ocorre nas cidades, não é percebida de forma tão clara na agricultura familiar. Silvestro et al. (2001) ressaltam que, na agricultura familiar, não há separação entre negócio e família, e o local de residência, muitas vezes, é também o local de trabalho. Enquanto a família existe como unidade de produção, as mulheres e as crianças participam diretamente das atividades consideradas econômicas. Portanto, nesse universo, a esfera da reprodução interage com a esfera da produção, diferentemente das áreas urbanas, onde ocorreu uma forte fragmentação, causando angústia e incertezas às mães que trabalham "fora" e são obrigadas a deixar seus filhos sob o cuidado de outrem.

Estudos sobre trabalho feminino e maternidade (FONTENELE-MOURÃO, 2006; HIRATA, 2002; HIRATA; KERGOAT, 2007) em áreas urbanas apontam inúmeras dificuldades que as mulheres sofrem para conciliar o trabalho fora do lar e as obrigações com o cuidado doméstico e filhos. A falta da divisão social do trabalho e as poucas ofertas vindas de aparatos governamentais de espaços de convivência para mães e filhos são antigas reivindicações dos movimentos das mulheres. Escolas integrais, creches e locais de repouso para as mulheres poderem amamentar seus filhos com tranquilidade e ter momentos de repouso são temas recorrentes nas discussões sobre melhorias das condições de trabalho feminino, que sejam capazes de gerar mecanismos de maior produtividade e diminuir a ocorrência de doenças psíquicas.

Neste artigo, apresentamos trechos das entrevistas com relatos sobre as relações entre afazeres domésticos e a lida no campo, e sobre o aprendizado dos saberes, isto é, das tarefas relativas à produção e pós-colheita do café aprendidas com mães e avós, a partir da observação in loco e da participação ativa ainda na infância.

As diferenças encontradas e apresentadas neste artigo com relação ao modus vivendi dessas mulheres em contraposição àquele das mulheres que vivem e trabalham nos centros urbanos serão abordadas mais em termos de diversidade do que em termos de desigualdade. Assim, estamos de acordo com Paulilo (2004) sobre a necessidade de aprender a conviver com um maior pluralismo e de investir menos esforços na tentativa de uma "unificação".

Se historicamente o "sujeito universal" é masculino e uma concepção machista está embutida na construção do que é trabalho, este artigo visa dar uma contribuição a partir de um olhar feminino sobre trabalho e maternidade, com ênfase nas falas das mulheres. Percebe-se que a concepção feminina sobre seu trabalho e sua contribuição aparece marcadamente objetiva e visível, diferenciada do que aparentemente a literatura nos faria crer, no sentido de serem as mulheres meras coadjuvantes ou simplesmente não estarem presentes em parte alguma do sistema agroindustrial do café no Brasil. A percepção das mulheres é muito clara com relação ao seu papel como sujeito ativo em todas as fases do processo de produção. Segundo Paulilo (2004, p. 234), mulheres da agricultura familiar que foram questionadas sobre o quesito herança, por exemplo, consideraram que "trabalharam tanto quanto seus irmãos na terra dos pais". Portanto, essas mulheres não apoiaram suas reivindicações de acesso à herança na ideia de igualdade de gênero nem no fato de serem filhas legítimas de seus pais, mas no fato de terem trabalhado para manter e mesmo aumentar o patrimônio familiar, "[...] tanto quanto seus irmãos [...]".

Os Movimentos Autônomos de Mulheres (MMAs) que atuam no campo não fazem discussões conjuntas com os homens. Preferem conversar "entre mulheres", pois consideram a presença masculina inibidora. No espaço que é só delas, podem falar livremente das desigualdades que lhes são mais cotidianas, as que se reproduzem dentro do grupo familiar, sem que isso seja considerado "bobagem", "falta de assunto sério" ou "choradeira geral", porque é comum as mulheres se emocionarem ao exporem, quase sempre pela primeira vez, suas angústias e vê-las compartilhadas (PAULILO, 2004).

Ao se reunirem, preparam-se para entrar no espaço público. Discutem a desigualdade de gênero dentro do

grupo familiar e tentam superá-la, preparando-se para entender outras desigualdades e vencê-las também. Buscam e organizam formas de se capacitar de modo que possam se inserir na sociedade de uma maneira mais autônoma.

Material e métodos

Foi utilizada uma metodologia indutiva, partindo de dados particulares da experiência sensível e específica das mulheres para o geral. O conhecimento é construído a partir da experiência, de perceber essas mulheres através de suas próprias percepções de si mesmas enquanto mulheres cafeicultoras. Para alcançar e captar a percepção dessas mulheres, o método escolhido foi a entrevista semiestruturada, em que o pesquisador tem um roteiro ou tópicos para serem preenchidos ou respondidos, como se fosse um guia. A entrevista tem relativa flexibilidade. As questões não precisam seguir a ordem prevista no guia, e novas questões podem ser formuladas no decorrer da entrevista. Mas, em geral, a entrevista segue o planejado. As principais vantagens das entrevistas semiestruturadas são as seguintes: possibilidade de acesso à informação além do que foi proposto, esclarecimento de aspectos da entrevista, orientações e hipóteses para o aprofundamento da investigação e definição de novas estratégias e outros instrumentos.

Para este artigo, foram considerados trechos de nove entrevistas semiestruturadas com mulheres que trabalham nas lavouras de café, nos estados de Minas Gerais (6) e Espírito Santo (3), as quais estão documentadas em vídeo. A proposta é discutir, a partir dos depoimentos, como as mulheres do campo lidam com o trabalho e a maternidade. As perguntas direcionaram as mulheres a recordarem e contarem sobre sua própria infância ("Sua infância foi no café? Como foi sua infância no café?"), a resgatarem o papel de suas mães e avós ("Sua mãe trabalhava com café? E sua avó?") e a buscarem o resgate de suas próprias experiências como mulheres e mães, e a relação com o trabalho no campo, nos cafezais e nos terreiros de café ("Como é ser mãe de crianças pequenas e trabalhar com café? Como é sua rotina?").

Para o registro das falas, foi usado recurso de filmagem com câmera DSLR Canon 60d e microfone de lapela, pois paralelamente se está trabalhando na produção de um filme-documentário que pretende captar e registrar os depoimentos e servir como referência para futuros trabalhos que busquem materializar a experiência vivida dessas mulheres. A seleção do grupo a ser entrevistado aconteceu de forma orgânica, a partir de contatos prévios com núcleos organizados de pequenas produtoras. As entrevistas tiveram, em média, a duração de 30 minutos. As primeiras entrevistas foram realizadas na frente de familiares ou amigos, mas foi percebida certa inibição por parte das entrevistadas, então passaram a ser realizadas em particular (apenas com a presença do grupo de pesquisa). As entrevistas foram feitas em agosto de 2016, durante viagem realizada a áreas de cultivo de café nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para preservar o nome das entrevistadas, as autoras definiram utilizar apenas as iniciais de seus nomes, indicando sua ocupação e localidade.

Resultados e discussão

A infância das mulheres é lembrada como um período "dentro do cafezal". Foi onde brincaram e onde aprenderam sobre esse ambiente, sobre o sistema de manejo, observando suas mães e avós, que, trabalhando, mantinham as crianças por perto, interagindo com elas.

Minha infância foi dentro de um cafezal. Porque naquela época podia, né? Minha mãe já estava no cafezal, minha avó já estava no cafezal. Minha avó ensinou a gente a colher café. Eu com nove anos já abanava café, pra ajudar minha vó, pra ajudar minha mãe. E foi do café que eu tirei pra operar meu filho, pra criar minhas filhas. Tudo o que eu tenho é do café (informação verbal)¹.

Fomos criados no meio da lavoura. Desde pequeninha, eu lembro que minha mãe nos levava todos pra roça. Ela trabalhava direto com café, e nós atrás, todos juntos. Era até divertido. Meus filhos também foram todos criados na roça. Toda vida eu ajudei meu marido na roça e levei meus filhos novinhos pra roça. Meu filho já rolou da rede, pirambeira abaixo. A

gente passava uma vida! Porque criança na roça não é fácil, não... Tinha que dar banho, porque se levasse sem dar banho, não dormia. Tinha que dar banho e levar eles limpinhos pra roça, pra eles dormirem. Eles chegavam lá e dormiam. A gente ficava doida pra eles dormirem, pra gente trabalhar. Era difícil... A vida na roça não é fácil, não... (informação verbal)².

No dia em que eu nasci [em 1952], minha mãe trabalhou o dia todo no café. Ela me teve sozinha, de noite, e não tinha luz. Foi meu pai que cortou o meu cordão umbilical. Eu fui criada na lavoura, desde criança (informação verbal)³.

As lembranças que têm de suas mães são de mulheres que trabalhavam com afinco, tanto na sua propriedade como na propriedade de outros produtores, para aumentar a renda e especialmente para comprar itens domésticos. Consideram suas mães exemplos, com quem aprenderam a trabalhar com o café.

Minha mãe trabalhava ajudando na capina, na adubação, para apanhar o café e no terreiro. [...] Além de ajudar meu pai na colheita, ela ainda trabalhava pra fora pra comprar suas coisas, comprar roupa pra nós, um fogão novo, uma mesa nova, o primeiro jogo de cozinha que ela comprou com dinheiro do café, guarda-roupa, forro de cama, toalha de banho, isso tudo minha mãe comprou trabalhando para os outros, colhendo café (informação verbal)⁴.

Minha mãe é uma batalhadora, um exemplo de vida. Eu não aguento o que ela faz. Levanta cedo, faz comida. Eu não aguento... Terreiro eu nunca fiquei... Terreiro é muito pesado pra mim... Mas minha mãe fica no terreiro, cata café, levanta cedo... (informação verbal)⁵.

Minha mãe não tinha essa coisa de esperar, não... Ela nos levava para dentro das lonas de café, nós éramos pequenos... Ela fazia almoço de manhã e partia para a lavoura, a gente com ela. Ela colocava a gente nas barras de café, nós apanhando nas barras e ela apanhando nos galhos. Ela dizia: galhos vocês não precisam apanhar, não, os galhos são comigo. Naquele tempo, as lonas não eram como hoje, eram panos de 'amorim'. Depois que a gente limpava o café, ela levantava aquele saco de café maduro nas costas – não tinha esse negócio de fazer a gente carregar, não. Tudo era por conta dela (informação verbal)⁶.

Minha mãe sempre ia para lavoura. Juntava a criançada toda e ia para a lavoura colher café, ajudando meu pai a colher. E ensinava pra gente o trabalho de colher o café. [...] Minha sogra também levava todos os filhos para a lavoura para colher café. Uma luta muito grande colher o café, chegar em casa e ainda cuidar da criação – naquela época, tinha muito cabrito, muito porco –, e tudo é a mulher que cuida (informação verbal).

Eu lembro que minha mãe quebrou o braço em plena época da colheita do café. A gente morava na terra dos outros (tocava a lavoura a meia, isto é, trabalhava como meeira) e tinha a obrigação de colher o café, secar e entregar para o patrão a parte dele limpa. E minha mãe com o braço engessado até o ombro, por 84 dias. Eu lembro que ela fez um calo aqui na barriga, porque ela firmava o rodo na barriga, já que não tinha a outra mão para apoiar e não podia deixar o café sem mexer. Quanto sofrimento, mas ela não desistiu, não deixou o café estragar nem foi falar com o patrão que não ia mexer o café porque não podia. Simplesmente ela

arrumou um jeitinho, escorava assim, aquilo deu um calo, e ela trabalhando. Na roça, sempre acontece alguma coisa que tenta desanimar a gente, mas com minha mãe isso não resolve, não. Desanima ela, não. Ela sempre consegue superar e seguir em frente (informação verbal)⁸.

Ser mãe de crianças pequenas e trabalhar com café pode ser um período difícil para a mulher, que precisa se dividir entre as duas funções. Algumas mães contam com a ajuda das filhas mais velhas. A percepção de que "o serviço não mata ninguém, só ensina e educa" gera uma reflexão sobre a convivência das crianças com os adultos que trabalham como um período de aprendizagem, no qual brincam e aprendem sobre o café in loco, na companhia de seus pais e avós, que se tornam "exemplo de vida" e "mestres" dessa labuta.

É corrido... Eu os levava pra roça... A mais velha [das filhas] ficava tomando conta dos dois menores... Eu rodava café com meu filho em cima do rodo porque ele era muito agarrado comigo... Nunca achei difícil. Eu tinha uma amiga com duas crianças. Ela trabalhava alegre o tempo todo... Se a gente chegasse triste, ela lembrava que esse momento era alegre... Cantava e gritava com aqueles meninos, arrastando lona, era muito legal... E era bastante mulher: moça, mulher, criança, gente assim mais de idade, todas apanhando café (informação verbal)⁹.

Fora das 'panhas' é mais tranquilo. Mas durante as 'panhas' é acordar cedo todo dia, fazer almoço, lavar roupa, tudo de manhã. Umas 7 horas a gente está saindo para a roça. Chega de noite de novo, cuida das crianças, lava roupa. Vou falar uma coisa: é uma luta! Deitar tarde e acordar cedo todo dia. Os meninos falam lá na roça: mãe, já tem estrela. Está na hora de ir embora (informação verbal) 10.

Esse ano eu só apanhei café um mês, daí encheu o terreiro e eu fiquei no terreiro. Eu acordo cedo e faço o almoço, a merenda, o café... Arrumo as marmitas e mando tudo para a roça. Então, abro as lonas e esparramos o café, e o dia todo é mexer o café. Até cinco horas, quando junto a última 'lonada' de café. Daí, eu venho pra dentro de casa, arrumar a cozinha do almoço, fazer a janta, fazer o café, pois quando o pessoal chega, a primeira coisa que quer é o cafezinho (informação verbal)¹¹.

Naqueles tempos, a gente juntava o café no chão e depois tinha que abanar na peneira. No fim do dia, você não tinha cor... Hoje, o café não vai ao chão. Eu abanei muito café, com um barrigão enorme. Tinha quatro filhos e um na barriga quando meu marido faleceu. Passados quinze dias, minha filha nasceu, e oito dias depois eu já estava na enxada. Meus filhos foram criados no meio da lavoura. Eu levava a pequenininha comigo, cuidava do umbigo dela na roça, três ou quatro vezes por dia. Tudo com muito zelo, a rede dela era muito bonitinha, tudo arrumadinho no mato. Eu saía para a roça às 7 horas da manhã e chegava em casa às 7 horas da noite. A noite era para fazer o serviço da casa. Eu levava de tudo para a criançada comer na roça, pipoca, coisinhas. Eles ficavam o dia todo lá. Eu nunca figuei brava com eles, e eles voltavam alegres para casa. Eles pequenos já sabiam plantar café e como cuidar do café. É difícil, mas melhor do que estamos vendo hoje em dia. Os pais estão trabalhando, e os filhos ficam sozinhos dentro de casa... fazendo o quê? Fazendo coisas erradas, usando drogas. Meus filhos nunca me deram trabalho nenhum, um deles é padre e os outros trabalham na lavoura. O serviço não mata ninguém. Só ensina. Educa (informação verbal)¹².

Sobre o movimento de mulheres, a rede de contatos estabelecida por essas mulheres via participação na

comunidade pode ser entendida como um facilitador, pois as prepara melhor para ocupar determinados espaços por muito tempo considerados de domínio masculino, ou seja, o espaço público (FERNANDES, 2013). Segundo Paulilo (2004), há um ponto comum aos movimentos de mulheres do campo no Brasil: todos eles discutem questões ligadas à visibilidade da mulher e à necessidade de se imporem como produtoras rurais, não mais preenchendo documentos oficiais com a expressão "do lar" no campo da profissão, como sempre foi o costume.

A gente está mostrando o valor que a mulher tem. Porque antigamente a mulher nem falava que era produtora. Era 'do lar'. Ela trabalhava com café, mas punha no documento que era 'do lar'. Ela não era 'do lar', ela era produtora. Ela ajuda o marido a produzir. Então, ela tem que ter nome de produtora rural, porque na hora de ajudar o marido, ela ajuda aqui, trabalha com café aqui, e chega lá, é só o marido que tem nome de produtor, a mulher não tem. Então, esse núcleo de mulheres com quem estamos trabalhando é para valorizar as mulheres (informação verbal)¹³.

Os depoimentos mostram que o papel da mulher rural ligada à cultura do café se associa tanto às funções do ambiente interno e privado (do lar), como fazer o almoço, o lanche, o café, cuidar da roupa, lavar a louça e cuidar das crianças, quanto às funções do ambiente externo, onde essas mulheres atuam em diversas etapas, como plantar, adubar, capinar, colher e secar o café.

Para que pudessem atuar nessas diferentes etapas, muitas lembram que suas mães e avós as levavam para os plantios, e foi com elas que aprenderam como cultivar e colher o café. Do mesmo modo, essas mulheres, para que pudessem trabalhar e colaborar para o sustento da família, levavam seus filhos para o campo, e as crianças participavam, brincando, observando e imitando os mais velhos. Não se observou uma percepção de conflito entre maternidade e trabalho entre as mulheres entrevistadas, embora considerem que "é uma luta" ou "é muito corrido" o período em que os filhos são pequenos e necessitam de toda atenção.

Considerações finais

É necessário oferecer capacitações exclusivas para mulheres, ministradas por mulheres, sobre temas diversos, incluindo gestão, orçamento e planejamento. Deve-se criar meios para que as crianças possam estar presentes, em locais contíguos, de modo que suas mães possam se capacitar enquanto outras pessoas brincam e cuidam das crianças no momento dos cursos.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2191**. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF, 1995. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res 2191 v3 L.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 17 jul. 2017.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres do meio rural. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 11-34.

FERNANDES, S. A. Entraves para inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina. **Revista Grifos**, n. 34/35, p. 157-175, 2013.

FONTENELE-MOURÃO, T. M. **Mulheres no topo de carreira**: flexibilidade e persistência. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. 91 p.

HERNÁNDEZ, C. O. Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de "empoderamento"

para as mulheres rurais? 2009. 248 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002. 336 p.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

BGE. A geografia do café: dinâmica territorial da produção agropecuária. Rio de Janeiro, 2016. 133 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Relatório Pronaf**: resultados da etapa Paraná. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

LAURETIS, T. de. Através do espelho: mulher, cinema e linguaguem. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 96-122, 1993. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15993/14488>. Acesso em: 17 jul. 2017.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100012&script=sci abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília, DF: Nead-Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis: Revista Latinoamericana**, v. 15, n. 44, p. 393-414, 2016.

Notas

- ¹ D. F. V. A., meeira de São Gonçalo do Sapucaí, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- ² M. H. C. E., cafeicultora de Laginha, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- ³ C. P. C., cafeicultora de Laginha, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- ⁴ P. R. S., cafeicultora de Laginha, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- ⁵ K. F. S. O., cafeicultora de Mutum, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- ⁶ T. B. P., trabalhadora rural de Laginha, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- [↑] R. H. D. V., cafeicultora de luna, ES, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- ⁸ M. J. C., cafeicultora de Laginha, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- ⁹ M. P. S., cafeicultora de Mutum, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- 10 M. H. C. E., cafeicultora de Laginha, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- 11 M. P. S., cafeicultora de Mutum, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- 12 C. P. C., cafeicultora de Laginha, MG, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.
- 13 R. H. D. V., cafeicultora de luna, ES, informação verbal obtida pelas autoras em 2016.



Participação das mulheres na evolução do café das Matas de Minas

Marisa Alice Singulano

A cafeicultura se desenvolveu nas Matas de Minas no século XIX, quando essa região se tornou uma das áreas mais ricas da província mineira. Em outros trabalhos (ALVES, 2008; SINGULANO, 2015), discutiu-se, a partir da historiografia da região, o processo de ocupação das Matas, que teria se iniciado pela expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba. Alguns historiadores consideram que a produção de café no Vale do Paraíba teria conferido as bases da cafeicultura nas Matas, pela expansão da fronteira agrícola daquela região. Parte da historiografia se concentra na porção sul das Matas, que, até a década de 1830, foi um importante produtor da cultura (BLASENHEIM, 1982).

Contudo, é importante ressaltar, que, ao longo do século XIX, a cafeicultura se deslocou em direção ao norte das Matas, ocupando toda a região leste de Minas Gerais. De acordo com Carrara (1993), a ocupação das Matas propiciada pelo café, até por volta de 1890, não foi uniforme, estando associada a diferentes configurações socioeconômicas ao longo da região. Esse autor ressalta que a Mata não foi uma unidade econômica durante o Império e a Primeira República. Carrara (1993) considera que, na região ao sul, desenvolveu-se uma cafeicultura monocultora, baseada no latifúndio, no trabalho escravo e destinada à exportação, tal como no Vale do Paraíba, de onde provinham as lavouras de café. Partindo da região sul, no Vale do Rio Paraibuna, o café deslocou-se inicialmente em direção norte pelo Vale do Rio Pomba, sendo que, até meados do século XIX, a área central das Matas já contava com significativa produção de café. As áreas mais ao norte da região eram ainda de difícil acesso, limitando o avanço do café, já que sua produção dependia da possibilidade de escoamento para os portos do Rio de Janeiro. Essa dificuldade foi contornada por volta da metade dos oitocentos, com o início da construção da malha ferroviária. A partir de então, o café teve a possibilidade de se expandir para o restante da região, incluindo suas porções norte, nordeste e noroeste, o que ocorreu até a década de 1890. Carrara (1993) mostra ainda a importância da pequena propriedade e da agricultura de subsistência e destinada ao comércio local, paralelamente à plantation cafeicultora, para o entendimento da realidade econômica e social das Minas naquele contexto.

No final do século XIX, quando o café alcançava toda a Mata Mineira, ocorreu o que Blasenheim (1982) denomina o "boom do café", que perdurou até 1897. Segundo o historiador, as possibilidades de lucro que os investimentos em café ofereciam naquele momento teriam feito com que grande parte das terras fosse destinada a essa cultura, dessa forma outros gêneros alimentícios tinham que ser importados, contrariando uma tendência anterior de autossubsistência na região. Em 1898, esse quadro levou a uma crise de superprodução, acompanhada de um esgotamento dos solos das lavouras ao sul da região. Os anos entre 1897 e 1906 representaram, segundo Blasenheim (1982), o período de crise da economia cafeeira e o início do redirecionamento econômico na Zona da Mata.

Porém, na porção central e norte das Matas, a produção de café encontrava-se em fase de expansão, tendo em vista que as terras estavam sendo recentemente desmatadas para dar lugar à lavoura e ainda não se haviam desgastado. A existência de uma crise que conduziu a dificuldades para comercialização do produto em um mercado mais amplo provavelmente teve um impacto mais reduzido nessas porções da Zona da Mata, em razão da diversificação da produção agrícola que já era característica dessas áreas. Além disso, segundo Carrara (1993, p. 73) "a abolição representou para a região sul da Mata um profundo golpe em sua economia". Nas porções central e norte das Matas, por outro lado, a mão de obra escrava foi muito menos significativa, o que criou menos problemas para a reestruturação do sistema de trabalho. Assim, em meio à crise do escravismo, essas sub-regiões da Mata experimentaram alguma prosperidade derivada da cafeicultura, pois dispunham de mão de obra livre, inclusive de alguns núcleos de colonização estrangeira, o que se apoiou também na chegada da ferrovia, por volta de 1880, a alguns importantes municípios das Matas central e norte, como Ubá, Viçosa e Ponte Nova.

Com a transição para o trabalho livre, desenvolveu-se na região o sistema da meação ou parceria, contando com o trabalho desses pobres rurais ou dos então denominados marginais ou desclassificados. Destarte, pode-se dizer que o sistema de parceria é fundamental para caracterizar a cafeicultura das Matas desde a transição para o trabalho livre no final do século XIX. Esse tipo de organização do trabalho ainda é de grande importância para a cafeicultura da região.

A cafeicultura que permaneceu nas Matas, ao longo do século XX até os dias atuais, tem origem naquela desenvolvida nas porções central e norte, baseada em um modelo produtivo no qual a escravidão, o latifúndio e a monocultura não foram tão importantes e não definiram, portanto, o padrão de organização social da região. Além disso, atualmente, a região produtora de café das Matas de Minas não inclui o que anteriormente seria a porção sul da Zona da Mata.

A pequena propriedade e a diversificação da produção agrícola foram sempre importantes, paralelamente à produção cafeeira, conforme Carrara (1993), o que pode nos auxiliar a compreender esse traço característico ainda hoje da cafeicultura das Matas de Minas. As pequenas e médias propriedades são hoje responsáveis por boa parte da produção de café, contando com uma parcela significativa de trabalho familiar. As modalidades de trabalho assalariado e temporário também são de grande importância para essa cafeicultura. Tais modalidades são utilizadas com frequência em atividades que demandam uma maior mão de obra, que não poderia ser suprida apenas pelas próprias famílias, como a colheita de café.

As Matas de Minas é a mais antiga área produtora de café em Minas Gerais e uma das mais antigas no Brasil que ainda possui uma produção significativa, já que áreas anteriormente ocupadas pelo café, como o Vale do Paraíba, não são mais regiões produtoras importantes. Além disso, a região das Matas de Minas apresenta algumas características que a diferenciam das demais regiões produtoras de café no estado e da imagem que se construiu sobre o Brasil como produtor no mercado internacional. A principal delas se refere à importância da agricultura familiar. Além disso, com relação ao uso de tecnologia, típica do agronegócio e consequência da modernização da agricultura brasileira, boa parte da cafeicultura das Matas de Minas pode ser considerada bastante 'tradicional'. A utilização da mão de obra na maior parte das propriedades implica uma complementaridade entre trabalho familiar e outras formas de trabalho remunerado, em razão das especificidades do cultivo de café na região, principalmente por causa da colheita manual, intensiva em utilização de mão de obra.

A região das Matas de Minas, com seus 63 municípios, ocupa 3% do território de Minas Gerais, responde por aproximadamente 24% da produção de café no estado e concentra mais de 30% dos produtores, o que demonstra a concentração de pequenos produtores nessa área. Nas Matas de Minas, situam-se mais de 36 mil estabelecimentos agrícolas que cultivam café, os quais correspondem a aproximadamente 35% dos estabelecimentos de todo o estado (IBGE, 2012). Na Figura 1, apresenta-se uma estratificação dos estabelecimentos que cultivam café nas Matas de Minas conforme a área total da propriedade (em hectares). Verifica-se a pequena extensão média das propriedades na região. Dos estabelecimentos agrícolas que cultivam café nas Matas de Minas, cerca de 80% possuem menos de 20 ha, o que corresponde a menos de um módulo fiscal definido para a maioria dos municípios da região (IBGE, 2012). Considerando a referência legal de quatro módulos, que define o limite máximo das propriedades que podem ser classificadas como familiares, e considerando que o módulo fiscal dos municípios na região tende a não exceder 30 ha, mais de 90% dos estabelecimentos na região podem ser enquadrados como estabelecimentos de agricultura familiar de acordo com o critério do tamanho da propriedade.

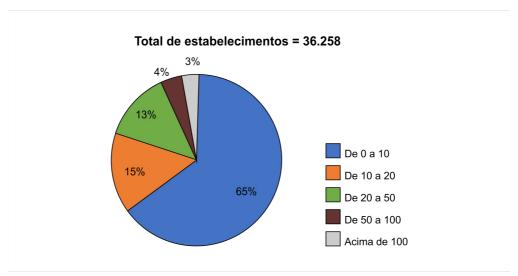


Figura 1. Estratificação por área (hectare, ha) no número de estabelecimentos que cultivam café nas Matas de Minas.

Fonte: CEC/Sebrae a partir dos dados do último Censo Agropecuário, realizado em 2006, de acordo com Rufino (2013).

Analisando os dados da pesquisa coordenada por Vilela e Rufino (2010) referentes à caracterização do produtor, da propriedade e da atividade cafeeira, Cordeiro et al. (2010) apresentam algumas conclusões referentes ao trabalho na cafeicultura na Zona da Mata. Segundo os autores, cada propriedade recorre geralmente a mais de um tipo de mão de obra, entre o trabalho familiar, a parceria e o trabalho fixo ou temporário com carteira de trabalho e previdência social (CTPS). Os dados referentes à proporção de cada modalidade empregada para os tratos culturais na cafeicultura da Zona da Mata, conforme os estratos de propriedades (pequena, média e grande), são apresentados na Figura 2.

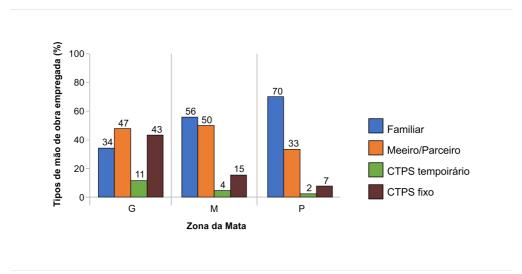


Figura 2. Tipos de mão de obra empregada para a realização de tratos culturais nas grandes, médias e pequenas propriedades na Zona da Mata.

Fonte: Cordeiro et al. (2010).

Considerando esses dados, é evidente a importância da parceria, que representa 47% da mão de obra empregada nas grandes propriedades, 50% nas médias propriedades e 33% nas pequenas. Juntamente com a parceria, a mão de obra familiar é a outra grande responsável por manter a cafeicultura na Zona da Mata, respondendo por 34% nas grandes propriedades, 56% nas propriedades médias, e 70% nas pequenas propriedades (CORDEIRO et al., 2010). Além da importância da mão de obra familiar, como já foi relatado, a parceria é uma das principais formas de relação de trabalho e acesso à terra na região, diferentemente de outras áreas rurais, onde se encontra em decadência.

A participação da família nas atividades produtivas depende, todavia, de sua composição e disponibilidade de

mão de obra. Como a cafeicultura demanda uma quantidade de mão de obra elevada, especialmente na colheita, e nem sempre a familiar é suficiente, a contratação de trabalhadores temporários é uma realidade comum tanto para grandes quanto para pequenas propriedades.

Nas propriedades familiares, conta-se com o trabalho de todos os membros disponíveis, o que, em geral, exclui os filhos em idade escolar. Em relação às mulheres, estas em geral participam da atividade produtiva, principalmente da colheita pela demanda de mão de obra. Mas, em muitas propriedades visitadas, as mulheres passavam parte do dia cuidando dos afazeres domésticos e parte do dia na colheita de café. Em outros casos, as mulheres podiam participar juntamente com os homens de toda a colheita, sobretudo em épocas de pico de trabalho e quando não havia filhos pequenos na família. Em algumas comunidades rurais que visitamos durante pesquisa de campo realizada entre os anos de 2011 e 2014, pudemos observar que as famílias adotavam uma divisão do trabalho no período da colheita em que os homens iam para as lavouras, enquanto as mulheres ficavam em suas casas, onde cuidavam dos afazeres domésticos, dos filhos, da comida para os trabalhadores e, durante todo o dia, espalhavam e viravam o café que ia sendo depositado nos terreiros para secar, o que constitui parte fundamental do processo de pós-colheita, influenciando na qualidade do café (SINGULANO, 2015).

O fato de as mulheres permanecerem em casa, uma vez que os terreiros de secagem de café ficam ao lado das casas, as possibilita mexer o café durante todo o dia, propiciando uma secagem muito mais uniforme, o que tem um efeito positivo sobre a qualidade do produto. Dessa forma, essa parece ser uma estratégia que possibilita uma melhoria da qualidade do café em propriedades familiares que não contam com infraestrutura para descascamento e secagem do produto.

Ainda que as mulheres participem do processo produtivo, muitas vezes há um discurso que as exclui das decisões referentes à gestão da propriedade e da comercialização de café. Em muitas propriedades visitadas, quando nos referíamos a uma pesquisa sobre a cafeicultura, principalmente sobre a comercialização de café, as mulheres diziam que isso era assunto para seus maridos ou, em alguns casos, para os filhos homens adultos, porque elas não entendiam nada do assunto. Mas, quando começávamos a conversar, elas conseguiam discorrer sobre o assunto e, ainda que fossem os maridos que tivessem conduzido a negociação para a venda da colheita, elas sabiam em geral para quem eles tinham vendido, como, por quanto, quais as condições da venda, entre outros detalhes. Logo, as mulheres geralmente têm conhecimento sobre a produção e comercialização de café e participam efetivamente do processo produtivo, mas há um discurso que relaciona a produção e, principalmente, a comercialização de café aos homens, o que legitima a exclusão das mulheres das decisões sobre a economia.

Nas pequenas propriedades, também se recorre a outras estratégias para suprir a falta de mão de obra, como as formas de colaboração nas comunidades baseadas em laços de reciprocidade, a exemplo da troca de dias e dos mutirões. Observamos ainda que, com frequência, os produtores recorrem a diversas estratégias de alocação do trabalho que, sobretudo no caso dos pequenos produtores, possuem uma importância fundamental como parte de suas estratégias econômicas e de reprodução social. É comum que pequenos proprietários trabalhem também como contratados em outras propriedades na época da colheita, como forma de aumentar sua renda. Ocorre ainda que proprietários de áreas muito pequenas sejam arrendatários ou parceiros de outras áreas de lavoura como forma de complementação de sua produção, tornando viável a reprodução da unidade familiar. Essas situações devem ser lidas como parte de um contexto em que a economia doméstica e os laços de reciprocidade são fundamentais para a organização econômica.

Na literatura sobre a agricultura familiar no Brasil, a divisão do trabalho no interior da unidade doméstica e o lugar da mulher na produção são aspectos frequentemente abordados. Essa tradicional divisão do trabalho nas unidades familiares, abordada por autores como Moura (1978), Heredia (1979) e Garcia Júnior (1983), entre outros, foi sofrendo algumas modificações a partir de uma série de eventos sociais, econômicos e políticos que transformaram a estrutura social brasileira. Conforme Fiúza (2006), as mudanças nas áreas rurais desde 1970 tornaram os agricultores familiares e, mais especificamente, as mulheres, categorias expressivas no meio rural. Com o movimento migratório dos homens desde essa época no Brasil, as mulheres teriam se tornado chefes das unidades domésticas. A crescente participação das mulheres na representação política é considerada por Said e Moreira (2015) como outro aspecto positivo das mudanças recentes no meio rural brasileiro. Os autores consideram que a autonomia econômica crescente das mulheres tem se associado a um aumento da representação política feminina.

Nas Matas de Minas, pode-se também observar a crescente participação das mulheres como responsáveis ou corresponsáveis pelas unidades produtivas, em posições importantes da cadeia do café, bem como nos espaços

de organização e representação política. Neste último caso, um marco importante foi a criação do subcapítulo local da International Women's Coffee Alliance (IWCA, ou Aliança Internacional das Mulheres do Café /Brasil – Subcapítulo Matas de Minas) em 2014.

Desde os anos 1990, a região das Matas de Minas tem experimentado outras mudanças gerais. Dois fatores foram especialmente importantes nesse processo de mudança: em primeiro lugar, a melhoria da qualidade dos cafés e, sobretudo, o reconhecimento dessa qualidade pelos agentes da cadeia; em segundo lugar, a emergência de uma identidade regional, expressa na própria denominação Matas de Minas. Esse segundo fator pode ser considerado um desdobramento do processo de reconhecimento da qualidade do café da região. A partir do momento em que a região começou a ser reconhecida como produtora em potencial de bons cafés, reforçou-se a identidade local, cobrando a construção de uma nova denominação – Matas de Minas.

Nesse processo de mudança, destaca-se o esforço dos produtores para produzir cafés de qualidade, bem como o apoio de agentes da burocracia pública e de organizações da sociedade. No processo de redefinição da identidade regional das Matas de Minas, teve especial importância o trabalho dedicado à melhoria da qualidade e ao aumento da competitividade dos cafés das Matas de Minas, conduzido, desde 2010, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-MG), por entidades representativas dos cafeicultores da região e pelo Centro de Excelência dos Cafés das Matas de Minas. Nesse processo, foi criado em 2013 o Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas, constituído por diversas organizações de produtores, incluindo cooperativas de crédito e produção, associações e sindicatos de produtores e trabalhadores, com o objetivo de representar institucional e politicamente essa região produtora.

Atualmente, a região das Matas de Minas destaca-se no cenário cafeeiro nacional e internacional pelas marcas de sua cafeicultura, que são a produção familiar de café de forma artesanal e sustentável. Pode-se afirmar que as mulheres têm uma importância fundamental nesse modelo de produção, contribuindo para a gestão das unidades familiares e para os cuidados dessa produção artesanal e sustentável. Além disso, tem sido evidente a participação das mulheres nas organizações responsáveis pelo processo de construção e fortalecimento da identidade das Matas de Minas. Dessa forma, pode-se concluir que as mulheres têm oferecido uma valiosa contribuição para o desenvolvimento da moderna e promissora cafeicultura das Matas de Minas.

Referências

ALVES, M. A. S. **O patrimônio de Dom Viçoso**: economia e sociabilidade entre camponeses da região da Serra do Brigadeiro - MG. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BLASENHEIM, P. A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906. Stanford: Stanford University, 1982. 744 p.

CARRARA, A. A. **A Zona da Mata de Mineira**: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909). 1993. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CORDEIRO, A. T.; SINGULANO FILHO, G.; RIBEIRO, M. F. Caracterização da propriedade, do cafeicultor e da atividade cafeeira. In: VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. **Caracterização da cafeicultura de montanha de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010. p. 33-97.

FIÚZA, A. L. C. Mulher igual natureza? As políticas de desenvolvimento sustentável de uma perspectiva de gênero. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENACHE, R. (Org.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília, DF: MDA: IICA, 2006. p. 278-308.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 248 p. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 8).

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979. 164 p.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: segunda apuração. Rio de Janeiro, 2012. 758 p. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm. Acesso em: 25 jul. 2017.

MOURA, M. M. Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978. 100 p.

RUFINO, J. L. S. Dimensão e importância da cafeicultura das Matas de Minas. In: SIMPÓSIO SOBRE CAFEICULTURA DE MONTANHA, 17., 2013, Manhuaçu. [Palestras]... [Brasília, DF: Embrapa Café], 2013.

SAID, M. A.; MOREIRA, S. L. S. Mulheres e agroecologia: multiplicadoras agroecológicas transformando o semiárido. In: HORA, K.; REZENDE, M.; MACEDO, G. (Org.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves: mulheres e agroecologia. 4. ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. p. 171-190

SINGULANO, M. A.. **Desregulamentação e mudança institucional no mercado de café**: um estudo de caso na região das Matas de Minas. 2015. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VILELA, O. S.; RUFINO, J. L. S. Caracterização da cafeicultura de Montanha de Minas Gerais. Belo Horizonte: INAES, 2010. 300 p.



A mulher e o rural na cafeicultura das Matas de Minas

Viviani Silva Lírio Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro

O que se defende como desenvolvimento sustentável supõe mudanças fundamentais nos padrões de desenvolvimento ainda vigentes no país, estabelecendo como um de seus princípios norteadores a promoção da igualdade nas suas diferentes dimensões. A igualdade de gênero, portanto, constitui uma exigência básica para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário (OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO, 2017).

Um dos maiores desafios ao desenvolvimento das sociedades consiste na compreensão e na visibilidade da força de trabalho feminina em suas nuances, capacidades, habilidades e distinções. Entre outros aspectos, destaca-se, de início (e muito aquém das amplas discussões sobre o tema), a importância primaz do simples reconhecimento da participação laboral feminina que, em existindo, e sendo observadas as suas fronteiras e necessidades de ampliação, é capaz de ampliar o potencial de capital humano de uma nação. Nesse sentido, e de acordo com o Fórum Econômico Mundial (FEM, World Economic Forum – WEF), o aumento da igualdade de gênero é positivamente correlacionado ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, da competitividade e do desenvolvimento humano de uma nação. Nesse mesmo sentido, segundo a Organização Internacional do Trabalho (citada por BBC BRASIL, 2017), "a inserção das mulheres na economia levaria ao aumento no poder de consumo de bens e serviços das famílias, bem como ao aumento de recolhimentos de tributos sobre renda¹". Segundo afirmações da técnica da entidade sobre esse tema, "um país consegue se desenvolver numa situação de igualdade e justiça social e ganha também em relação a produtividade e PIB". (FARIA citada por BBC BRASIL, 2017).

Um dos mais reconhecidos autores que trata de questões do desenvolvimento, Amartya Sen, defende que "as sociedades precisam ver as mulheres menos como receptoras passivas de ajuda e mais como promotoras dinâmicas de transformação social" (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005, p. 3, tradução nossa). Na perspectiva do Fórum Econômico Mundial (FEM),

[...] essa visão tem forte apoio em evidências que sugerem que educação, emprego e direitos de propriedade de mulheres exercem influência importante em sua capacidade de controlar seu próprio ambiente e contribuir para o desenvolvimento econômico³ (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005, p. 3, tradução nossa).

Nesse contexto, e considerando a importância de reconhecer e divulgar os desníveis existentes, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) indica cinco dimensões de análise que precisam ser consideradas quando se estuda a temática do empoderamento e oportunidade das mulheres (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005): 1) participação econômica; 2) oportunidade econômica; 3) empoderamento político; 4) avanço educacional; e 5) saúde e bem-estar. Em um dos últimos levantamentos realizados, em fins do ano de 2015, o Brasil figurava na 85ª posição dentre 109 países analisados nessas dimensões, com variação de nota de 1 a 7 (sendo 1 a pior situação e 7 a mais igualitária). Mesmo considerando todas as limitações que um ranqueamento dessa natureza possa incorporar, é certo que uma posição tão modesta merece reflexão e, em boa medida, se faz reconhecida por outras estatísticas nacionais, tais como os níveis de violência contra a mulher, a baixa participação política e as diferenças salariais.

Por isso mesmo, todos os esforços que se consagrem a debater e propor medidas de melhoria das condições de igualdade de gênero precisam ser valorizados. Ações de apoio ao empoderamento feminino, mais

do que promover um debate urgente, precisam incluir propostas e ações que sejam de fato capazes de reduzir o gap educacional, de renda e representatividade entre homens e mulheres. Este texto busca identificar algumas nuances desse tema sob a perspectiva da ação feminina no meio rural e, mais especificamente, relatar alguns dos recentes esforços que vêm sendo realizados nas Matas de Minas para mobilizar e reorganizar a participação feminina na cafeicultura.

Participação feminina no meio rural: desafios, invisibilidade e perspectivas

Falar sobre o papel da mulher na agricultura, em particular na cafeicultura mineira, é falar da própria atividade produtiva rural. Assim como o desenvolvimento da atividade cafeeira mescla-se com o desenvolvimento de nosso país, não há como distinguir a ação feminina no crescimento e na dinâmica intrínsecos a essa atividade. Todavia, assim como em muitas outras áreas, a participação feminina sofre com algum grau de invisibilidade, na medida em que o reconhecimento das virtudes, dos labores e dos sucessos usualmente recai sobre os produtores, homens, chancelados como responsáveis pelos empreendimentos rurais.

Segundo Di Sabbato et al. (2009), é preciso que venham cada vez mais à tona, nas discussões agrárias, o espectro da divisão sexual do trabalho e a importância do protagonismo feminino. Para esses autores, parte dos desafios nesse sentido assenta-se sobre aspectos culturais do desenvolvimento das sociedades, nas quais

Os homens são destinados prioritariamente às atividades vinculadas à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, e ao mesmo tempo em que há uma maior valorização do trabalho masculino e eles exercem as atividades de maior valor agregado. (DI SABBATO et al., 2009, p. 18).

Sendo assim, e justamente por isso, "essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado." (DI SABBATO et al., 2009, p. 18).

Especificamente no meio rural brasileiro, em que as relações sociais tendem a manter um perfil mais tradicional e de ruptura cultural mais complexa, é preciso ressaltar o empenho e o vigor das mobilizações femininas (e porque não feministas). Afinal, apesar de os dados estatísticos evidenciarem uma melhoria nas condições de igualdade de gênero, ainda se verifica – particularmente no campo – grande quantidade de mulheres que persistem em rotinas de trabalho continuadas e sem remuneração.

No Brasil, a vigorosa organização e mobilização de mulheres trabalhadoras rurais ganha destaque no processo da Constituinte, no final dos anos 1980, com a ampliação do direito à seguridade social por meio da garantia da aposentadoria no valor de um salário mínimo. Essa conquista representou a mais importante medida de distribuição de renda das últimas décadas. As trabalhadoras rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos seja demorada e não altere automaticamente a relação familiar e sua responsabilização pelo trabalho doméstico. Os movimentos de mulheres são um dos movimentos mais enraizados e contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país (DI SABBATO et al., 2009, p. 13).

Em que pesem as significativas e seminais discussões realizadas, ainda em 1978, por Neuma Aguiar, durante o seminário *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina*, seguidas das discussões do início da década de 1980, ressaltadas no seminário *Mulheres, Agricultura e Modernização Rural na América Latina*, foi em 1987 que outro grande espaço de discussão, mais específico ao meio rural, ampliou esse debate. Trata-se do seminário *Mulher Rural: identidades na pesquisa e na luta política*, realizado no Rio de Janeiro, sob coordenação da professora Lena Lavinas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em todos esses momentos, e em outros, posteriores, ficou evidenciada a importância de ampliarem-se os estudos sobre a participação da mulher nas atividades produtivas, dando maior visibilidade ao tema. Um dos dados que, apesar da simplicidade, permite antever esse cenário, é a avaliação da distribuição de dados estatísticos entre mulheres e homens residentes no meio rural e os que indicam a participação da mulher nas atividades rurais. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2017), o contingente de mulheres ocupadas em atividades agropecuárias era menos da metade daquele de homens (Figura 1), evidenciando a baixa participação econômica desse grupo nesse período.

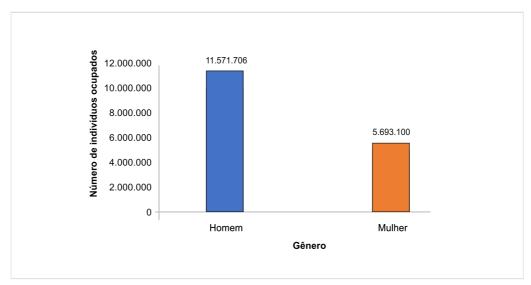


Figura 1. Pessoal ocupado na agropecuária, em 2006.

Fonte: IBGE (2017).

Outro aspecto importante e que merece o olhar atento de todos os interessados em apoiar uma nova configuração da mulher – quer em reconhecimento, quer em responsabilização – é a escolaridade (Figura 2). É fundamental que se ampliem o reconhecimento da importância da educação formal no meio rural e os esforços, em termos de ações efetivas de políticas públicas, para mitigar a distância entre o observado e o desejado, em termos educacionais. Além de ampliar conhecimentos – gerais e específicos –, a educação é intrinsecamente transformadora, tanto em termos individuais quanto sociais e regionais. De acordo com o FEM (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005), os ganhos em educação são fundamentais para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade.

Sem educação de qualidade e conteúdo comparável à recebida por meninos e homens, as mulheres não conseguem acesso a empregos bem pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política. [...]. Se, como mostra um amplo número de trabalhos empíricos, educação e alfabetização reduzem índices de mortalidade infantil – inclusive o viés em relação à mortalidade infantil feminina – e ajudam a diminuir as taxas de fertilidade, a importância da alfabetização feminina é enorme, considerando que as mulheres ainda constituem dois terços da população analfabeta mundial (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005, p. 5, tradução nossa).

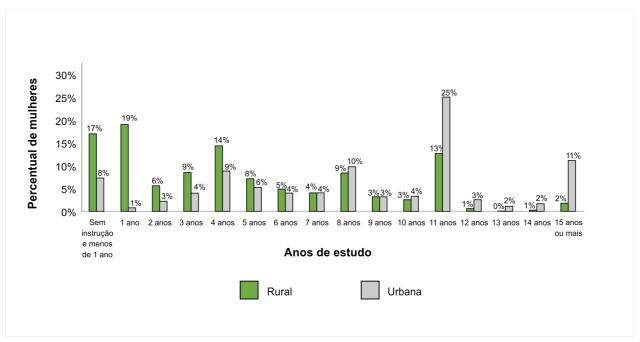


Figura 2. Nível de escolaridade, em anos de estudo, de mulheres com 10 anos ou mais de idade segundo localização do domicílio, 2013.

Fonte: Brasil (2015).

Tais dicotomias refletem-se, por consequência, nos rendimentos médios mensais de homens e mulheres, no campo e na cidade. Além desses crivos de análise, pode inserir-se o de cor/raça, que evidencia uma lacuna ainda maior entre os perfis estudados (Figura 3).

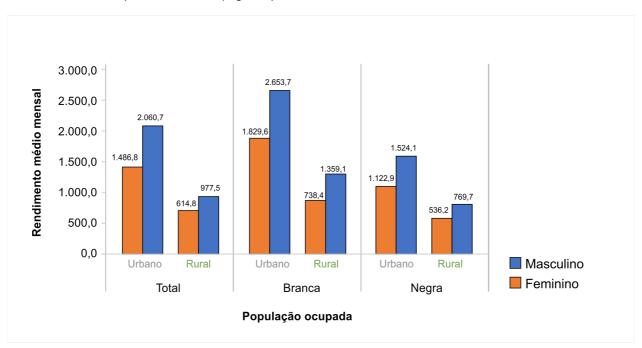


Figura 3. Rendimento médio mensal, em reais, de todas as fontes da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e localização do domicílio, 2013.

Fonte: Brasil (2015).

Observa-se, com base nos dados da Figura 3, que não apenas existe uma diferença, para menos, de cerca de 60% da remuneração média auferida no meio rural, em relação ao meio urbano, mas também uma distinção significativa, também para menos, dos rendimentos recebidos pelas mulheres. Em 2013, um homem recebia, no meio rural, R\$ 977,50 em média, enquanto as mulheres recebiam uma média de R\$ 614,80, inferior mesmo ao salário mínimo vigente à época, que era de R\$ 678,00.

Esse conjunto de informações nos leva a validar as considerações de Di Sabbato et al. (2009), que

concluem que "a proporção de mulheres ocupadas sem remuneração é significativamente mais elevada na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia" (DI SABBATO, 2009, p. 65). Ou seja, no meio rural grande parte das mulheres trabalham, mas, segundo o autor, não usufruem a independência que a renda monetária propicia ao trabalhador masculino.

A mulher na cafeicultura na região das Matas de Minas

Enquanto o homem e a mulher não se reconhecerem como semelhantes, enquanto não se respeitarem como pessoas em que, do ponto de vista social, político e econômico, não há a menor diferença, os seres humanos estarão condenados a não verem o que têm de melhor: a sua liberdade (BEAUVOIR citada por MADUREIRA, 2006, epígrafe).

Minas Gerais figura como o principal estado produtor de café no Brasil, possuindo pouco menos de 70% da área plantada com essa cultura (arábica e conilon). Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE CAFÉ, 2016a), a área total plantada no País com a cultura de café é de mais de 2.200.000 ha, sendo que cerca de 80% desse total é destinado ao plantio do arábica. Em termos de produção, ainda segundo dados da Conab (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE CAFÉ, 2016b), a produção de café em Minas Gerais foi estimada em 30.724.085 sacas (safra 2016), sendo 30.427.900 sacas de café arábica e 296.200 sacas de café conilon. Ao longo do processo de produção e comercialização do produto, estima-se que sejam gerados, no estado, cerca de 800 mil empregos temporários e mais de 3 milhões de empregos diretos e indiretos (DRUMOND, 2012; EMATER-MG, 2015).

No entanto, apesar da importância da cultura cafeeira para o estado, e da intensa participação feminina na atividade, as bases de dados estatísticos ainda não são capazes de prover informações amplas e consistentes sobre esse tema. A maior parte dos dados disponíveis são obtidos de levantamentos particulares, trabalhos de campo ou de entidades e instituições que, apesar de valiosos, permitem pouca comparabilidade, em razão das variações nos métodos de coleta e nos perfis das variáveis de interesse. Na realidade, não se trata de uma restrição localizada a Minas Gerais ou à atividade cafeeira, mas de uma lacuna informacional percebida para muitas atividades, regiões, estados e mesmo para o agregado nacional.

No caso específico da cafeicultura brasileira, a International Women's Coffee Alliance (IWCA, ou Aliança Internacional das Mulheres do Café) busca ampliar esse conhecimento e congregar plataformas e grupos de mulheres ligados à cafeicultura, em diferentes padrões de conhecimento. Segundo Meira (2013, p. 19), a IWCA teve origem em 2002, no encontro de mulheres da indústria dos Estados Unidos com produtoras da Nicarágua, tendo por proposta fundamental "[...] dar poder às mulheres do setor cafeeiro internacional, estimulando e reconhecendo a participação destas em todas as etapas da cadeia produtiva do café, desde o grão à xícara". No Brasil, a IWCA tornou-se realidade em 2012, após quase 2 anos de trabalho voluntário e de intensa mobilização.

Essa visão sistêmica, proposta pela IWCA, é fundamental, uma vez que as mulheres atuam na cadeia do café de várias maneiras e em vários elos. Outro fator importante, e de caráter estratégico, é a percepção do todo no qual se insere a cafeicultura, ou seja, a identificação e monitoramento do mercado global de café e das principais tendências de consumo. O Brasil figura como principal exportador de café, mas é preciso identificar adequadamente o mercado de destino, os perfis de consumo, as preferências específicas, a fim de que se agregue o máximo de valor em cada xícara.

Nesse sentido, a região das Matas de Minas possui especialidades muito valiosas. Compõe-se de 63 municípios produtores, localizados no leste do Estado de Minas Gerais, uma região predominantemente de montanha, caracterizada pela existência de pequenas propriedades familiares. Segundo dados do Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas, são cerca de 36 mil produtores, sendo que 80% destes possuem menos de 20 ha. São gerados mais de 75 mil empregos diretos e 156 mil indiretos, sendo, portanto, uma das atividades mais importantes da região. Além disso, diferencia-se pela manutenção de uma produção artesanal, sustentável e que preconiza o desenvolvimento coletivo, princípios não apenas valiosos, mas cada vez mais reconhecidos nacional e internacionalmente.

Reconhecendo a importância da participação feminina na cadeia produtiva do café, e, em especial, na produção de cafés de alta qualidade, a região das Matas de Minas tem protagonizado uma série de eventos – seminários, oficinas, simpósios e cursos – com o intuito específico de valorizar e ampliar o reconhecimento e o empoderamento das cafeicultoras da região. Nesses momentos, além dos aspectos técnicos, tem-se buscado destacar a relevância da gestão de qualidade, do empreendedorismo e da construção de redes como importantes elementos da participação feminina.

Nesses locais, temas importantes como empreendedorismo, gestão de custos, procedimentos pós-colheita, aspectos ambientais, entre outros, mais ligados aos aspectos da saúde e educação, têm permeado as vivências das produtoras regionais. A cada reunião, ampliam-se o comparecimento e a percepção da importância de fazer-se presente como forma de trocar saberes e ampliar competências.

O primeiro movimento nesse sentido ocorreu em outubro de 2005, na cidade de Santa Bárbara do Leste, em uma parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) Minas, Sindicato dos Produtores Rurais de Manhuaçu e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), recebendo o nome de *Encontro das Mulheres e Jovens Rurais*, abrangendo assim tanto as mulheres como os jovens e adolescentes. Como os encontros não tinham conteúdo predefinido, buscou-se focar sempre na necessidade de melhoria da qualidade de vida das mulheres rurais e seus familiares.

Nesse sentido, na região das Matas de Minas, o foco prioritário das ações, sobretudo nos primeiros esforços, foi motivar a organização das mulheres rurais, bem como levar palestras com assuntos pertinentes à saúde da mulher, alimentação saudável, Lei Maria da Penha, dentre outros. Como exemplo, temas como organização/associação, cooperativismo e participação das mulheres e filhos na gestão das propriedades foram desenvolvidos em parceria com a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Lajinha (Coocafé), no Município de Lajinha, MG.

A partir de 2010, foram introduzidas palestras sobre meio ambiente e sustentabilidade, procurando conscientizar as mulheres sobre o destino correto do lixo, cuidados com a água, entre outros temas. A participação das mulheres foi aumentando e o trabalho se espalhou para diversos outros municípios. Outros temas têm sido tratados, como autoestima e importância do papel da mulher na família e na sociedade. Importante ressaltar que, no *Simpósio de Cafeicultura das Matas de Minas*, já na sua 21ª edição, há um dia específico para as mulheres do café desde 2013, num reconhecimento à sua importância no sistema agroindustrial do café.

Paralelo a esse trabalho, o Senar Minas tem realizado diversos treinamentos com conteúdos voltados para a cafeicultura. Pode-se observar que a participação das mulheres tem crescido continuamente em eventos de gestão de propriedades, processos da colheita e pós-colheita, bem como em eventos de classificação e degustação de cafés, onde se tem a oportunidade de identificar, com precisão, qual café está sendo produzido na propriedade, auxiliando na tomada de decisões para melhoria da produção.

Em razão do aumento da procura por eventos de gestão de propriedades, gestão de pessoas, marketing e comercialização, foram introduzidas, nos encontros das mulheres rurais, palestras sobre o empoderamento da mulher cafeicultora e empreendedorismo rural, e observamos que as mulheres estão despertando a cada dia e se envolvendo ativamente em todas as ações desse sistema. Já foram realizados 97 encontros com foco no trabalho das mulheres cafeicultoras, com uma média de 158 mulheres por evento.

Por fim, ressalta-se que o Senar Minas, em parceria com o Conselho de Cafés das Matas de Minas, iniciou um trabalho de assistência técnica e gerencial na região em 2016. Em razão do grande número de produtoras que se inscreveram para participar do projeto, foi possível agrupar 30 produtoras que são assistidas, mensalmente, por uma engenheira-agrônoma, cujo trabalho tem sido um sucesso.

Referências

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE CAFÉ. Brasília, DF: Conab, v. 2, n. 1, jan. 2016a. 68 p. Safra 2016. Primeiro levantamento. Observatório Agrícola. Disponível em:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_01_20_17_01_56_boletim_cafe_-_janeiro_2016.pdf. Acesso em: 17 jun. 2017.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE CAFÉ. Brasília, DF: Conab, v. 3, n. 4, dez. 2016b. 77 p. Safra 2016. Quarto levantamento. Observatório Agrícola. Disponível em:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_12_27_16_26_51_boletim_cafe_portugues_-40_lev-dez.pdf. Acesso em: 17 jun. 2017.

BBC BRASIL. Maior participação feminina no mercado traria R\$ 382 bi à economia até 2025, diz OIT. **Folha de S.Paulo**, 14 jun. 2017. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2017/06/1892992-maior-participacao-feminina-no-mercado-traria-r-382-bi-a-economia-ate-2025-diz-oit.shtml. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **Mulheres do campo, da floresta e das águas**: dados. [Brasília, DF], 1º dez. 2015. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>. Acesso em: 17 jun. 2017.

DI SABBATO, A.; MELO, H. P. de; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N. **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília, DF: MDA, 2009. 167 p.

DRUMOND, A. **Emater-MG fortalece a cafeicultura mineira**. [Belo Horizonte], 18 set. 2012. Disponível em: http://emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite pagina interna&id=9831>. Acesso em: 17 jun. 2017.

EMATER-MG. **Balanço social 2015**. [Belo Horizonte, 2015]. 22 p. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/doc/site/AEmatermg/Balanco%20Social.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

IBGE. Número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias por faixa etária segundo o sexo (em mil pessoas) - Brasil – 2006. Brasil em síntese: agropecuária: pessoal ocupado. Disponível em: http://brasilemsintese.ibge.gov.br/agropecuaria/pessoal-ocupado.html>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MADUREIRA, D. C. B. **Assédio sexual nas relações de trabalho**: uma afronta à dignidade humana. 2006. 92 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.

MEIRA, A. L. Uma abordagem sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café no Município da Barra do Choça – Bahia. 2013. 50 f.Monografia (Especialiação em Gestão da Cadeia Produtiva do Café) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. **Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social**. Disponível em: http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/pobreza>. Acesso em: 17 jun. 2017.

TROVÃO, C. J. B. M.; LEONE, E. T. O emprego formal da mulher no crescimento recente da indústria. **Revista da ABET**, v. 12, n. 1, p. 119-140, 2013. Disponível em:

http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/viewFile/18518/10421>. Acesso em: 17 jun. 2017.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Women's empowerment**: measuring the global gender gap. Geneva, 2005. Disponível em: http://www.ncwo-online.org/data/images/WorldEconomicForum.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

Notas

- 1 Outro trabalho de interesse sobre a questão é o desenvolvido por Trovão e Leone (2013).
- ² Trecho original: "[...] societies need to see women less as passive recipients of help, and more as dynamic promoters of social transformation [...]" (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005, p. 3).
- ³ Trecho original: "[...] a view strongly buttressed by a body of evidence suggesting that the education, employment and ownership rights of women have a powerful influence on their ability to control their environment and contribute to economic development." (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005, p. 3).
- ⁴ Trecho original: "[...] without education of comparable quality and content to that given to boys and men, and relevant to existing knowledge and real needs, women are unable to access well-paid, formal sector jobs, advance within them, participate in, and be represented in government and gain political influence. [...]. If, as a broad body of empirical work has shown, education and literacy reduce mortality rates of children—including the bias toward

female child mortality—and help reduce fertility rates, the importance of literacy for women is all the greater, considering that women still constitute two-thirds of the world's illiterate population." (WORLD ECONOMIC FORUM, 2005, p. 5).



A força das mulheres na cafeicultura das Matas de Minas

Nathalie Guimarães Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro

As mulheres saem do papel de coadjuvantes para tomar a frente na cafeicultura na região das Matas de Minas. A busca constante por aprimoramento e qualidade é marca dessas mulheres, que são exemplo de determinação. Nesse caminho, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-AR/MG (Senar Minas) é parceiro e fornece apoio por meio de capacitações e treinamentos que auxiliam na gestão do agronegócio e estimulam ainda mais a visão empreendedora de modo a enaltecer histórias inspiradoras e de sucesso.

Para este trabalho foram utilizados relatos de cinco produtoras das cidades de Araponga, Martins Soares, Alto Jequitibá e Lajinha, em Minas Gerais. A seleção das entrevistadas ocorreu a partir de contato prévio com profissionais do Senar, que indicaram as produtoras.

A história de Simone Dias Sampaio Silva é apresentada a partir de informações colhidas em entrevista jornalística realizada presencialmente em Araponga, Minas Gerais, em novembro de 2015. As histórias de Edilene Veríssimo (Martins Soares, MG), Josimar Augusto Sodré e Luana Augusto de Paula (Alto Jequitibá, MG) são apresentadas a partir de entrevistas jornalísticas feitas por telefone em março de 2017 como parte de apuração de uma reportagem que abordava o Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em um grupo de mulheres nas Matas de Minas. Já a história de Elenícia Maria Dornelas (Lajinha, MG) é baseada em um texto escrito por ela durante um evento de mulheres do café que aconteceu na sua comunidade no ano de 2016. Finalmente, os relatos da técnica Jéssica Carmo, que presta serviço para o Senar, sediada em Manhumirim, MG, e que acompanha as produtoras entrevistadas, foram obtidos via entrevista por e-mail, no ano de 2017.

Resultados

Após anos fora, Simone Dias Sampaio Silva, de Araponga, MG, retornou à cidade natal com o marido, João da Silva Neto, para investir no café de qualidade na propriedade herdada do pai. O reconhecido café da Fazenda Jardim das Oliveiras é produzido com preocupação quanto à sustentabilidade.

Logo na entrada de Araponga, já se vê no portal a referência à cafeicultura de montanha, principal atividade econômica do município e que também serve de matéria-prima e inspiração para o artesanato. A região é favorecida pela altitude e o clima ameno.

A fazenda, de 43 ha, fica a uma altitude média de 1.200 m, na comunidade Córrego de São Gabriel. A região é berço da nascente do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul e sedia o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, com natureza exuberante. Nessa fazenda é produzido o café arábica, variedade catuaí e catiguá, que, segundo Simone, é voltada para dar melhor palatabilidade ao café e tem sabor especial.

A história de Simone na cafeicultura começou logo na infância. Filha de produtores, desde que nasceu convive com a rotina da produção de café. A cafeicultura sempre foi o sustento da família. Os pais tiveram 12 filhos. Simone ainda se recorda de quando era menina e brincava no terreiro, sentindo o aroma do grão. Contou:

Fui embora da fazenda com cinco anos para estudar, pois meu pai fazia questão, com toda dificuldade e esforço, que todos os filhos tivessem uma profissão. Formei-me em Nutrição na Universidade Federal de Viçosa, desbravei o mundo em busca de melhores oportunidades profissionais, casei-me com João e tivemos Sofia e Luisa. (informação verbal)¹.

Mas o desejo de ter o próprio negócio e de um dia viver perto da natureza e na tranquilidade de uma pequena cidade nunca saiu da cabeça de Simone. Após o falecimento do pai, ela herdou parte da antiga fazenda da família. O terreno acidentado e a infraestrutura próxima a zero não foram empecilhos para a realização do sonho. Relembrou:

Durante sete anos, preparamos a nossa ida. Trabalhávamos de segunda a sexta-feira e, assim que terminava o expediente, não importava onde estávamos, pegávamos a estrada para Araponga para trabalhar e implantar o Jardim das Oliveiras. Abrimos estradas, levamos energia elétrica, viabilizamos o aproveitamento das nascentes, construímos as primeiras instalações de moradia e de abrigo dos equipamentos. O salário e a poupança que tínhamos foram o esteio para o investimento até a primeira safra, colhida em 2011. (informação verbal)².

O grande desafio surgiu quando todos da família trocaram a vida na cidade pelo campo para voltar a Araponga e apostar na cafeicultura de qualidade e sustentável, já que a vida na cidade já não satisfazia aos anseios. Nesse início como empreendedora, Simone buscou capacitação para aprimorar o negócio, e o Senar Minas é uma das entidades a que recorreu. Afirmou:

Sem muito conhecimento técnico, comecei a estudar, participar de palestras, cursos sobre cafeicultura, gestão e empreendedorismo e buscar orientação técnica. Fomos certificados pelo Certifica Minas, o que nos deu um norte na organização e melhoria dos processos produtivos. (informação verbal)³.

Em 2015, Simone e o marido foram escolhidos para participar do Projeto Piloto da Rastreabilidade dos Cafés das Matas de Minas, que funcionou como uma vitrine para a comercialização, proporcionando mais visibilidade e credibilidade ao produto no mercado nacional e internacional. Simone também começou a participar do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do Senar.

O café Jardim das Oliveiras já acumula participações em concursos e prêmios. Entre eles, o primeiro lugar no 23º Prêmio Ernesto Illy de Qualidade do Café para "Espresso", em 2014. Contou:

A gente é muito novo como produtor. Foi o primeiro ano que tivemos uma safra maior. Enviamos um lote só e fomos contemplados. Foi um reconhecimento incrível. Muito gratificante. Ainda mais no começo, é um incentivo e isso nos levou a buscar cada vez mais excelência. (informação verbal)⁴.

O casal também participou da Semana Internacional do Café em 2015 e alcançou o quinto lugar no concurso Coffee of The Year. Em 2015, ganharam o reconhecimento de sustentabilidade no Estado de Minas Gerais em razão das práticas empregadas. O cuidado com o manejo dos microlotes pós-colheita e armazenamento é extremo para que o produto na xícara agrade aos consumidores. Explicou:

Acho que a região onde a lavoura está inserida, a altitude, o clima, o trato da lavoura são elementos que motivam esse reconhecimento. A gente também não usa agrotóxicos. Fazemos fertirrigação com a água utilizada no processamento do café. Sempre buscamos novas tecnologias, novas mudas e variedades para aprimorar ainda mais. (informação verbal)⁵.

Simone e o marido foram pioneiros na região ao plantar oliveiras e hoje comandam a Pousada Dias Felizes e o Restaurante o Padre, que ficam no mesmo imóvel de cerca de 120 anos. É um dos poucos que restaram no município e reserva várias histórias. A casa pertencia ao cônego José Ermelindo de Sousa, que muitos acreditam ser milagroso, e funcionava como casa paroquial. Após reforma e construção de uma nova parte, o imóvel passou a abrigar a pousada em 2013. Preservá-lo significa manter a história e fortalecer o potencial turístico da cidade. O casarão mantém as características originais e a decoração segue o estilo da época.

Contou Simone:

A cada dia, a pousada nos alegra com nossa vivência com o turismo. Já estamos bem conhecidos na região pela qualidade e carinho com que recebemos nossos clientes do mundo inteiro. Aqui é um lugar onde, entre uma prosa e outra, conhecemos compradores e fornecedores de produtos para café, e muitas vezes saem grandes negócios. (informação verbal)[§].

Embora ainda haja caminho a ser percorrido, a vontade de crescer fala mais alto. Destacou:

Hoje, ainda sou pequena produtora, com aproximadamente 65.000 pés de café. O meu maior desafio daqui para frente é aprimorar ainda mais o processo produtivo, melhorar a comercialização do produto e o reconhecimento de nossa região, para fazer com que minhas filhas se apaixonem pela cafeicultura e continuem a sucessão familiar. O café é o futuro de Araponga. (informação verbal).

Assistência técnica e gerencial

Um dos programas que têm contribuído com os produtores das Matas de Minas é a ATeG, iniciativa inédita do Senar Minas no estado. A proposta é que os técnicos auxiliem os produtores na gestão das propriedades e na adequação tecnológica. As propriedades beneficiadas ficam em 23 municípios: Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Araponga, Caiana, Caputira, Carangola, Durandé, Espera Feliz, Imbé de Minas, Inhapim, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Pedra Bonita, Reduto, Santa Margarida, São Domingos das Dores, São João do Manhuaçu, São Sebastião do Anta, Simonésia e Ubaporanga.

Crescer e ajudar ativamente na propriedade cafeeira foi a motivação da produtora rural Edilene Veríssimo, de 32 anos, para participar do programa. Moradora de Martins Soares, ela faz parte de um grupo de 30 mulheres assistidas nas Matas de Minas. "Antes, a mulher não tinha essa visão. Ela sempre ajuda a família, está sempre junto, caminhando ao lado. Esse programa vai ajudar muito o pequeno produtor" (informação verbal)⁸, afirmou.

Nascida no campo, Edilene cresceu em meio aos cafezais. Filha de um pequeno produtor, com 8 anos já fazia a colheita e ajudava no terreiro. Mais tarde, depois de 3 anos na cidade, retornou à zona rural, onde ainda auxilia a família e o marido na cafeicultura. "Lá, não sentia a liberdade da roça. Aqui, trabalho em família, com meu pai, irmão e marido. Eu me apaixonei pelo café. É o café que mantém a gente. Como não gostar? Quero viver no campo e crescer ainda mais" (informação verbal)³, afirmou.

Na propriedade de 3 ha, ela e o marido produzem os grãos que são enviados à cooperativa e também a uma cafeteria em São Paulo. Ela planeja profissionalizar o seu café, Recanto da Floresta. Para Edilene, que tem como foco a melhoria da qualidade do café e o crescimento do negócio, o diferencial do programa é a forma de trabalhar com o produtor. Destacou:

Com o monitoramento, as visitas, você vive o processo e identifica com o técnico exatamente o que a propriedade necessita melhorar. Quem nos acompanha é pé no chão com a gente. Vai a campo, pega informações na lavoura, conhece a nossa realidade e, assim, sentimos confiança. (informação verbal)¹⁰.

Mesmo com o trabalho no início, Edilene já sabe o que precisa fazer. Pontuou:

A gente não anotava nada que gastava na lavoura, só na cabeça. Mas o programa vai além e ensina como adubar, entre outras várias orientações. Tudo isso vai ajudar na propriedade. Vamos progredir e ver o nosso trabalho ser ainda mais valorizado. Isso é gratificante. (informação verbal)¹¹.

Integrante do grupo formado apenas por mulheres para o programa, Edilene acredita que o público feminino tem que buscar aprendizado:

Confesso que a gente fica assustada, mas dá mais coragem. Ou você encara o seu negócio ou você não conhece a sua propriedade. Descobri que preciso e quero ajudar a nossa empresa. Sou muito determinada. Às vezes, o homem não tem tempo, tem que estar na roça. Nós estamos ali para somar. (informação verbal)¹².

Assim como Edilene, outras mulheres de Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Alto Jequitibá, Santa Margarida e São João do Manhuaçu estão dispostas a contribuir para o sucesso do agronegócio. De acordo com a técnica Jéssica Carmo, o grupo tem um perfil diverso e é formado por viúvas, divorciadas e outras que trabalham com o marido na propriedade, todas muito proativas na atividade do café. Explicou:

As viúvas e divorciadas tomam contam sozinhas, com pouca ou nenhuma ajuda dos parentes. No geral, são muito independentes na propriedade, realmente executam os trabalhos rotineiros durante todo o ano, além do trabalho gerencial, pois algumas trabalham com parceiros. A faixa etária é de 45 a 60 anos, mas a atuação dos filhos é muito intensa. A maioria das mulheres motiva os filhos a ajudarem e permanecerem na atividade. (informação verbal)¹³.

A expectativa de melhorar a vida da família é uma das principais razões que estimulam essas mulheres a participar do programa. Afirmou Jéssica:

Algumas produtoras estão se inserindo no negócio agora, pois antes o marido não incluía a esposa na dinâmica da propriedade. Vejo que algumas estão conhecendo a propriedade junto comigo. Além de pensar na qualidade da vida da família, muitas têm o foco em cafés especiais e outras já iniciaram o processo de industrialização e agregação de valor na cadeia do café. (informação verbal)¹⁴.

Mãe e filha, Josimar Augusto Sodré, de 48 anos, e Luana Augusto de Paula, de 20, trabalham na comunidade de Vargem Alegre, em Alto Jequitibá. Há mais de um ano, passaram a investir no café especial e vislumbram no programa ATeG a oportunidade de crescer. Empregar esforços no café especial com a mãe e a irmã fez Luana mudar sua visão. "Ajudou muito. Melhorou o preço e aprendi a negociar e cuidar melhor. E com mulheres à frente, tem preconceito, mas as pessoas de fora reconhecem" (informação verbal)¹⁵, contou.

Organização e qualidade são alguns dos benefícios que Josimar destaca no programa. Comentou:

Você vê o que está faltando, o lucro, passa a anotar tudo. Estou me preparando para colocar tudo em prática. Daqui a seis meses, tudo vai estar mais organizado. Participar do programa faz a gente criar compromisso, nos anima e nos ajuda a crescer. (informação verbal)¹⁶.

Para a técnica Jéssica, esta é uma oportunidade para que as mulheres realmente enxerguem de forma empresarial o negócio da família. "Assim, poderão ao longo dos anos tomar decisões mais seguras e fazer melhorias contínuas na propriedade. Acredito que isso, de forma indireta, empodera a mulher do campo e mostra a importância do trabalho na propriedade e na família" (informação verbal)¹⁷, destacou.

A participação dessas mulheres no Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do Senar evidencia o papel da mulher na cafeicultura. Muitas assumiram a atividade do café porque ficaram viúvas ou se separaram, ou ainda porque herdaram essa atividade de seu pai e, para garantir a continuidade e o sucesso do negócio, mostram-se conscientes da necessidade de aprender e se atualizar, por isso estão dispostas a enfrentar novos desafios.

Crescimento

Esforço e dedicação também são os pontos fortes de Elenícia Maria Dornelas, de 43 anos. Moradora de Lajinha, ela trabalha desde os 14 anos. Começou na lavoura com os pais e mais três irmãos fazendo o trabalho pesado de apanhar o café e carregá-lo para o terreiro usando balaio nas costas. Elenícia casou-se aos 16 anos, e seu marido passou a ser meeiro em quase toda a lavoura do pai dela depois que este sofreu um acidente e ficou deficiente. Durante 13 anos, enfrentaram dificuldades. O marido levava o adubo nas costas para a lavoura, puxava o café em carro de boi, não havia estrada e a região é de montanha. O preço também não era bom e não existia diferença de preço de café rio e café bebida.

Com esforço, Elenícia e o marido compraram um lote do tio dela e construíram uma casa própria, mas não tinham lavoura. O sonho da família era comprar uma lavoura e, para isso, acabaram vendendo o lote com a casa e adquiriram um terreno. Plantaram 8 mil pés de café e tiveram um início difícil nessa nova etapa da vida, mas conseguiram comprar uma moto, que ajudava muito no serviço.

Depois de 20 anos de casados, eles adquiriram 2,5 alqueires de terra e plantaram mais café, tendo como sócio um cunhado. Há 6 anos, a família conseguiu adquirir a parte do sócio e hoje trabalham com o filho. Venderam o primeiro terreno adquirido e continuam a se dedicar ao trabalho, agora em melhores condições. Já construíram o terreiro de cimento e secam o café no secador, procurando melhorar cada vez mais a qualidade do produto.

Assim, entre desafios e lutas, essas mulheres demonstram sua força e determinação em busca da realização de sonhos e do reconhecimento. Elas seguem em busca de aprendizado e crescimento nos negócios. Junto ao Senar Minas, encontram elementos para alcançar ainda mais sucesso, fazendo agronegócio com uma visão diferenciada de sustentabilidade, formação técnica e gestão, além de motivação e certeza de qualidade de vida e futuro melhores.

Notas

- ¹ Simone Dias Sampaio Silva, cafeicultura, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em Araponga, MG, em 2015.
- ² Simone Dias Sampaio Silva, cafeicultura, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em Araponga, MG, em 2015.
- ³ Simone Dias Sampaio Silva, cafeicultura, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em Araponga, MG, em 2015.
- ⁴ Simone Dias Sampaio Silva, cafeicultura, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em Araponga, MG, em 2015.
- ⁵ Simone Dias Sampaio Silva, cafeicultura, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em Araponga, MG, em 2015.
- ⁶ Simone Dias Sampaio Silva, cafeicultura, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em Araponga, MG, em 2015.
- § Edilene Veríssimo, cafeicultora de Martins Soares, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista por telefone em 2017.
- ⁹ Edilene Veríssimo, cafeicultora de Martins Soares, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista por telefone em 2017.
 - $rac{10}{2}$ Edilene Veríssimo, cafeicultora de Martins Soares, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante

entrevista por telefone em 2017.

- ¹¹ Edilene Veríssimo, cafeicultora de Martins Soares, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista por telefone em 2017.
- 12 Edilene Veríssimo, cafeicultora de Martins Soares, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista por telefone em 2017.
- 13 Jessica Carmo, técnica de Manhumirim, MG, informação obtida pelas autoras mediante entrevista por email em 2017.
- 14 Jessica Carmo, técnica de Manhumirim, MG, informação obtida pelas autoras mediante entrevista por email em 2017.
- 15 Luana Augusto de Paula, cafeicultora de Alto Jequtiba, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista por telefone em 2017.
- 16 Josimar Augusto Sodré, cafeicultora de Alto Jequtiba, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista por telefone em 2017.
- ¹⁷ Jessica Carmo, técnica de Manhumirim, MG, informação obtida pelas autoras mediante entrevista por email em 2017.



Mulheres da cafeicultura no Cerrado Mineiro: desafios e possibilidades

Fernanda Junia Dornela Raquel Santos Soares Menezes

Introdução

Uma temática cada vez mais recorrente na atualidade diz respeito às questões relacionadas a gênero, destaque nas mais variadas áreas do conhecimento por diversos motivos, como a crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho. Elas têm deixado, portanto, a dedicação exclusiva ao ambiente doméstico para ingressar no espaço público, resultado do maior acesso delas à educação, o que permite maior emancipação econômica e social. No Brasil, houve progressos, como o crescente acesso das mulheres ao ensino superior. No ano de 2009, por exemplo, cerca de 59% dos concluintes do ensino superior era do sexo feminino (COSTA, 2013).

Apesar dos avanços, a equidade de gênero ainda não prevalece. Nenhum país apresenta uma completa igualdade entre homens e mulheres (MARCONE, 2009), pois ainda existem diversas barreiras, como a disparidade salarial, impedindo a ascensão feminina aos postos mais elevados na hierarquia (COSTA, 2013).

A desigualdade de gênero está presente nos mais diversos setores da economia, como o da cafeicultura. A cadeia produtiva do café gera mais de 8 milhões de empregos no Brasil, conforme o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2017). Em 2015, o País foi considerado o maior produtor e exportador mundial de café, com uma safra total de 43,24 milhões de sacas de 60 kg de produto beneficiado.

Entre os principais estados produtores está Minas Gerais (BRASIL, 2017), cuja segunda maior região produtora é o Cerrado Mineiro, englobando 55 municípios distribuídos pelo Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas (CENTRAL DE COOPERATIVAS DOS CAFEICULTORES DO CERRADO, 2017). Essa região abriga cerca de 4.500 produtores de café, e a área de produção é de 200 mil hectares. Disponibiliza ao mercado, anualmente, uma quantidade superior a 5 milhões de sacas de café. Além de ser responsável por 12,7% da produção no Brasil e por 25,4% da produção mineira. A região do Cerrado Mineiro ganha destaque, também, por ser a primeira região produtora de café demarcada no Brasil (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO, 2017).

Diante de dois temas tão relevantes, desigualdade de gênero e cafeicultura, o presente estudo objetivou analisar a atuação de mulheres ligadas, direta ou indiretamente, à cafeicultura na região do Cerrado Mineiro.

Este trabalho, ao trazer uma discussão sobre a inserção e a participação de mulheres na cafeicultura da região do Cerrado Mineiro, em um contexto historicamente centrado no papel masculino, mostra-se relevante, uma vez que pesquisas que abordam essa temática são escassas.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, este trabalho foi estruturado em diferentes seções. A fundamentação teórica relaciona a visão de diferentes autores sobre assuntos como a situação das mulheres no campo, no Brasil; a cafeicultura e sua relação com a equidade de gênero; e a participação feminina em cargos de gestão. São apresentados também os procedimentos metodológicos, que descrevem como os dados foram coletados e analisados. Por fim, é realizada a apresentação e discussão dos dados, por meio de tabelas e análise de conteúdo, seguida pelas considerações finais, que mostram as conclusões e sugestões para continuidade da pesquisa.

Mulheres no campo: uma visão geral da situação das mulheres no Brasil

Importantes transformações aconteceram nas últimas quatro décadas nas atribuições de homens e mulheres, tanto no espaço público quanto no privado. As indagações sobre a restrição das mulheres ao âmbito privado, como esposas, mães e cuidadoras, foram desencadeadas pelos movimentos feministas a partir da década de 1960 e incentivadas pelas mudanças socioeconômicas e demográficas que refletiram no interior das famílias. Logo, aspectos como a expansão da presença feminina no mercado de trabalho, a ampliação da escolarização e da participação das mulheres no domínio da política, a distinção entre o exercício da sexualidade e a reprodução (disseminação da adoção da contracepção hormonal), entre outros, foram considerados impulsionadores de uma nova configuração da identidade feminina (COUTO; SCHRAIBER, 2013).

Ao discorrerem sobre a situação das mulheres brasileiras no campo, Lisboa e Lusa (2010) citam o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que contribuiu para a busca da democracia no País e o início do processo de superação das desigualdades de gênero. A partir de 1980, com o objetivo de conquistar direitos para as mulheres, o movimento iniciou a luta pelos direitos sociais e pela autonomia e emancipação feminina. Aos poucos, essas mulheres passaram a questionar as estruturas de dominação cultural, social e política que sustentavam as relações sociais.

A partir desse movimento, algumas conquistas foram alcançadas. Em 1994, por exemplo, houve a ampliação do salário-maternidade para as trabalhadoras rurais – antes destinado apenas às trabalhadoras urbanas. Houve também o reconhecimento da profissão de agricultora, até então reconhecida somente para homens, o que possibilitou a sindicalização feminina e o acesso a direitos trabalhistas (como aposentadoria) na condição de trabalhadora, e não mais de dependente de maridos, pais ou filhos.

No ambiente da agricultura familiar, definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2016) como uma maneira de produzir em que predomina a interação entre gestão e trabalho, Silva e Ribeiro (2004) desenvolveram uma pesquisa na comunidade de Cachoeirinha, em Lavras, Minas Gerais, composta por 40 famílias de agricultores familiares. Foram feitas entrevistas com homens e mulheres, com o objetivo de realizar uma análise sobre as relações de gênero na agricultura familiar e a diferente valorização do trabalho de mulheres e homens.

Na sociedade rural, Silva e Ribeiro (2004) mostraram que ainda prevalecem as características baseadas em relações tradicionais de gênero, isto é, as decisões são tomadas pelo pai ou marido, que detém mais poder, com a mulher em um papel mais submisso, dependente do homem. Verificou-se também que há uma distinção entre trabalho do homem e da mulher, relatada por ambos. O trabalho da mulher seria mais "leve", incluindo as tarefas domésticas relacionadas à casa, aos filhos, ao quintal, bem como à criação de animais de pequeno porte, à plantação e à colheita de café. Já o trabalho do homem seria o principal, o "pesado", a fonte geradora de renda.

Com base no exposto acima, é possível inferir que as mulheres no campo, no Brasil, ainda estão inseridas em uma situação de desigualdade de gênero e buscam, por meio de movimentos como o Movimento de Mulheres Agricultoras, sua visibilidade, o reconhecimento de seu trabalho e a conquista dos seus direitos.

Especificamente sobre as mulheres que atuam na cadeia produtiva do café, Meira (2013) afirma que, por diversos séculos, elas não obtiveram um papel importante na sociedade. Já na atualidade, essas mulheres buscam realização profissional e pessoal, atuando nas unidades familiares produtivas e intercalando atividades agrícolas e não agrícolas. Há uma necessidade de diversificar as fontes de renda familiar e de procurar atividades que possibilitem a conquista de maiores níveis de autonomia, o que permite enfrentar o desequilíbrio das relações impostas pelo mercado dos produtos agrícolas, como o do café.

Meira (2013) realizou um estudo cujo objetivo era analisar o papel da mulher inserida na cadeia produtiva do café no Município da Barra do Choça, no Estado da Bahia. De acordo com o levantamento feito pela autora por meio de entrevistas com mulheres que participam da cafeicultura no referido município, aquelas que já estão envolvidas nessa área são responsáveis por incentivar outras a permanecerem ou entrarem nos diversos setores da cadeia produtiva do café. Segundo ela, apesar das condições adversas que as mulheres encontram, elas não desanimam e continuam realizando importantes atividades dentro da cafeicultura. A autora mostra também que a conquista feminina em diversos setores da cadeia produtiva do café não implica trabalhar somente para receber dinheiro em troca, mas representa a busca por satisfação, realização e reconhecimento.

Apesar de ainda ser baixa, a ascensão de mulheres no espaço organizacional tem sido considerada um

dos fenômenos mais marcantes desde o fim do século passado (DALLER, 2010). Conforme a Organização Internacional do Trabalho (2008), o desequilíbrio de direitos e deveres entre homens e mulheres em organizações é um fenômeno predominante no mundo, tanto que a busca pela resolução desse impasse tornouse um dos principais temas abordados e defendidos pela OIT.

Um estudo realizado por Cirolini e Noro (2008) em uma cooperativa cuja principal atividade é a agricultura mostrou que também há uma baixa participação das mulheres na gestão das cooperativas. Citam motivos diversos, como comodismo da mulher, carência de oportunidades, timidez e vergonha e, principalmente, a cultura que defende o discurso de que somente a opinião masculina é válida.

Aspectos metodológicos

A pesquisa realizada é descritiva e traz uma abordagem quali-quantitativa. O escopo da pesquisa abrangeu a região do Cerrado Mineiro, com a inclusão de organizações ligadas à Federação dos Cafeicultores da Região do Cerrado Mineiro que desenvolvem e/ou apoiam iniciativas, projetos e programas destinados à promoção da igualdade de gênero na cafeicultura, além de incorporar no seu time de colaboradores mulheres que apresentam um papel importante nesse setor. Para preservar os nomes das organizações pesquisadas, elas foram denominadas O1, O2, O3, O4, O5 e O6. Elas estão localizadas em Patrocínio e Carmo do Paranaíba, em Minas Gerais, considerados os principais municípios produtores de café da região.

Em cada organização, foram contatadas mulheres que têm papel de destaque na cafeicultura e que lidam com as ações da sua organização, destinadas à promoção da igualdade de gênero no campo. No total, oito mulheres, cujos nomes serão preservados, identificadas como E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8, contribuíram para a pesquisa por meio de entrevistas e preenchimento de um questionário para levantamento dos dados numéricos sobre a participação das mulheres na gestão das organizações participantes da pesquisa. As organizações O5 e O6 tiveram duas mulheres representantes cada, e as organizações O1, O2, O3 e O4 tiveram uma mulher representante cada.

Um dos instrumentos de coleta de dados utilizado foi o roteiro de entrevista semiestruturada, com o objetivo de analisar a atuação de mulheres que estão ligadas direta ou indiretamente à cafeicultura na região do Cerrado Mineiro e que compõem o público de interesse das ações promovidas pelas cooperativas e associações participantes da pesquisa. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo, cujas categorias foram estabelecidas a posteriori, ou seja, de acordo com as fontes dos dados.

Foi realizada uma investigação numérica das mulheres que atuam, direta ou indiretamente, nas organizações listadas. Para tanto, foi aplicado, para cada organização, um questionário cujas questões foram divididas em dois grupos: "participação das mulheres na cafeicultura e na organização" e "participação das mulheres na gestão da organização". Após a coleta, realizada entre os meses de maio e junho de 2015, os dados foram expressos por meio de tabelas.

Resultados

Participação das mulheres na cafeicultura e na organização

A Tabela 1 indica a distribuição de associados e cooperados, em números absolutos e percentuais, por sexo, nas organizações pesquisadas.

Tabela 1. Distribuição de cooperados e associados por sexo nas organizações pesquisadas no Cerrado Mineiro.

Organização	Homens	Mulheres	Total	Mulheres em relação aos homens (%)	Mulheres que participam diretamente nas atividades (N)	Mulheres que participam diretamente nas atividades (%)
01	-	-	-	-	-	-
O2	427	23	450	5,1	0	0
О3	53	4	57	7,0	2	50
04	57	6	63	9,5	3	50
O5	1.064	118	1.182	15,4	30	25,4
06	469	69	538	12,8	30	43,4
Total	2.070	220	2.290	9,6	65	29,5

A O1 apresenta um total de 2.993 filiados, membros de 17 organizações filiadas: 8 cooperativas, 8 associações e 1 fundação. A respondente do questionário não possuía a informação da distribuição do total de filiados por sexo. De acordo com ela, considerando as 17 organizações filiadas, pode-se afirmar que 16 são predominantemente compostas por homens.

A participação feminina nas cooperativas e associações é de apenas 9,6%, logo a maioria (90,4%) dos cooperados e associados é do sexo masculino. Quando se avalia a porcentagem de mulheres que participam diretamente na cooperativa ou associação, ou seja, aquelas que acompanham ativamente as ações que são desenvolvidas pela entidade, essa porcentagem é de apenas 29,5% do total de mulheres filiadas. Ou seja, das cerca de 220 mulheres que compõem as entidades da região, apenas 65 têm um papel efetivo.

Entre os possíveis motivos citados para a baixa participação das mulheres, destacou-se a escassez de tempo, visto que têm que conciliar os afazeres domésticos, o cuidado dos filhos e do marido, e o manejo do seu empreendimento (no caso de serem proprietárias) ou do empreendimento familiar. Citou-se também a fase de adaptação, pois as mulheres estão se inserindo em um ambiente predominantemente masculino. Também foi citada a falta de apoio do pai ou do marido, que toma a frente do negócio e não deixa espaço para que a filha ou a esposa possa participar diretamente, assim como o baixo apoio da sociedade. A cultura patriarcal ainda enraizada (citada por cinco participantes), a falta de conhecimento, reconhecimento e valorização tanto pela sociedade como pela família, e as dificuldades encontradas ao tentar a inserção em um meio predominantemente masculino são consideradas desafiadoras pelas mulheres que responderam às entrevistas.

Fomentar a participação feminina poderia ampliar o cooperativismo (a união entre homens e mulheres para fortalecer os negócios), o envolvimento com as cooperativas e associações e com a comunidade de modo geral, as oportunidades de crescimento da sociedade e da qualidade de vida, e as possibilidades de sucesso na sucessão familiar.

Participação de mulheres na gestão das organizações

Nas organizações participantes, somente homens ocupam o cargo de presidente. A Tabela 2 mostra a composição da diretoria das organizações participantes de acordo com o sexo – dos 36 membros, há somente uma mulher, o que demonstra que a participação das mulheres nos cargos mais elevados ainda é inexpressiva. Do mesmo modo, as mulheres ocupam apenas 3,9% das vagas nos conselhos dessas organizações, ainda dominados por homens (Tabela 3).

Tabela 2. Composição da diretoria das organizações pesquisadas no Cerrado Mineiro, por sexo.

Organização	Homens	Mulheres	Total
01	3	0	3
O2	6	0	6
O3	10	0	10
O4	10	1	11
O5	3	0	3
O6	3	0	3
Total	35	1	36

Tabela 3. Membros dos conselhos das organizações pesquisadas no Cerrado Mineiro, por sexo.

Organização	Homens	Mulheres	Total
01	7	1	8
O2	26	0	26
O3	8	0	8
04	10	1	11
O5	6	0	6
O6	16	1	17
Total	73	3	76

Por outro lado, há uma maior participação das mulheres nos cargos de gerência (35,7%) (Tabela 4). Dos cargos de gestão existentes nas organizações analisadas, o cargo de mais baixo escalão é a gerência. Quando isso é levado em consideração, observa-se que a participação das mulheres aumenta significativamente, para 35,71%, nas organizações analisadas. Os cargos gerenciais nas cooperativas e associações costumam exigir um perfil mais técnico, por vezes com necessidade de uma formação específica em administração ou áreas afins e experiências anteriores em gestão. Nesse caso, as mulheres que preenchem tais requisitos estão aptas a ocupar os cargos tanto quanto os homens. Já os cargos de conselheiros, diretores e presidentes têm um papel mais político e de representação, e, para chegar até eles, é necessário ser atuante nas assembleias da entidade, com interesse pelas causas coletivas e afinidade com a atividade de representação.

Tabela 4. Composição da gerência das organizações pesquisadas no Cerrado Mineiro, por sexo.

Entidade	Homens	Mulheres	Total
01	13	4	17
O2	0	3	3
О3	0	1	1
04	1	1	2
O5	6	3	9
O6	7	3	10
Total	27	15	42

Esses dados corroboram aqueles de Cavazotte et al. (2010), cujos resultados demonstram que a ocupação dos cargos de gestão, à medida que aumenta a hierarquia, aponta a marcante desigualdade de gênero ainda presente na atualidade.

Com relação às baixas participações, O1, O2, O4, O5 e O6 citaram como possíveis causas: a limitação do

envolvimento das mulheres na cadeia produtiva do café; as mulheres encontrarem-se mais concentradas na área produtiva ou atuarem mais como colaboradoras nas cooperativas, associações e empresas; e as mulheres se sentirem incapacitadas, despreparadas e não estarem confortáveis para buscar e se envolver em cargos que exigem liderança.

Foi citada também a questão cultural apresentada por diversas empresas no ramo da cafeicultura, que julgam ruim a capacidade e habilidade da mulher em liderar equipes e realizar uma gestão eficiente do negócio, apoiando um ambiente de gestão onde predominam os homens. Para a entrevistada E4, "[...] o homem acha que a mulher não consegue fazer a gestão" (informação verbal)¹. Essa percepção pode justificar o fato de que as carreiras de gestão são geralmente passadas de homens para homens, já que eles não consideram as mulheres capazes de desempenhar essas funções.

Percepção das mulheres sobre as mulheres na sociedade atual

Na análise sobre como as mulheres são vistas na sociedade atual, emergiram duas categorias: igualdade de gênero e multiplicidade de papéis desempenhados pelas mulheres. Quanto à categoria igualdade de gênero, a entrevistada E1 afirmou ter uma percepção diferente sobre as mulheres na atualidade:

[...] a minha visão seria um pouco diferente de algumas pessoas [...]. Eu, particularmente, não vejo a mulher nem um pouco discriminada, fora da sociedade, de forma alguma [...]. Eu não vejo uma disparidade muito grande entre homem e mulher. A minha visão não é de inferioridade, de separação, de diferenciação (informação verbal, grifo nosso)².

Para as outras entrevistadas, ainda persiste uma disparidade significativa entre homens e mulheres, e, apesar de serem bastante visíveis as conquistas femininas, "[...] **ainda há muito espaço para ser conquistado**" (informação verbal, grifo nosso)³.

Outro ponto importante levantado durante as entrevistas diz respeito ao papel que as mulheres desempenham atualmente na sociedade. Na verdade, há uma multiplicidade de papéis:

A mulher hoje consegue desenvolver alguns papéis fundamentais na sociedade que a gente vive, tanto do ponto de vista de liderança como cultural, além de ser um dos esteios familiares (informação verbal, grifo nosso)⁴.

A mulher sempre teve uma atuação muito rica, né? Em casa, na família, como mãe, e, hoje, a gente vê que reflete muito no mercado de trabalho, na sociedade como um todo [...] (informação verbal, grifo nosso)⁵.

Conforme citado pela Comissão para Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE) (POR QUE..., 2017), a partir do século XX ocorreram diversas transformações nos comportamentos de homens e mulheres, o que levou a profundas mudanças no ambiente familiar e profissional. As opiniões das entrevistadas mostraram que a multiplicidade de papéis desempenhados pelas mulheres é um bom exemplo dessas transformações. Hoje, as mulheres aliam as tarefas domésticas aos cuidados direcionados aos filhos e ao marido e ainda estão inseridas no mercado de trabalho, o que exige delas bastante dinamismo para conseguir realizar todas as suas atividades.

Importância da cafeicultura no agronegócio e a participação das mulheres

Quanto à percepção da relevância da cafeicultura, as entrevistadas afirmaram que, na atual situação, a cafeicultura é uma das principais atividades geradoras de renda em diversos municípios, além de ser a principal fonte de postos de trabalho na agropecuária do País.

Os trechos a seguir mostram o que foi relatado por elas:

[...] em Patrocínio, por exemplo, foi a cafeicultura que abriu as portas para várias atividades. Depois que o setor fabril, fábrica de calçados, saiu da cidade, e com a crise econômica que veio, a única atividade econômica que sobreviveu foi a agricultura. [...] é uma atividade carro-chefe, né? (informação verbal, grifo nosso)⁶.

Na minha cidade, por exemplo, a cafeicultura é o carro-chefe da economia municipal. Se o setor vai bem, a cidade vai bem. Caso contrário, atinge diretamente a arrecadação do município (informação verbal, grifo nosso).

A gente vê que, na nossa região, a cafeicultura gera emprego, gera renda direta e indiretamente [...], é uma importância que movimenta desde um pezinho de café até as bolsas de Nova York (informação verbal, grifo nosso)⁸.

Todas as participantes citaram como características comuns e principais das mulheres que participam da cafeicultura a atitude e a proatividade, e afirmaram que, apesar das barreiras enfrentadas por elas, já foi possível conquistar um espaço importante no setor. Outras características das mulheres que participam da cafeicultura também foram citadas pelas entrevistadas:

[...] na nossa região, a gente observa que ainda é uma região muito masculina. Então, nesse perfil masculino que a gente traça, com algumas dificuldades, a mulher tem conseguido 'seu lugar ao sol' [...]. Porque as mulheres têm uma capacidade de envolvimento, de comprometimento bem maior. [...] são organizadas e conseguem ter uma visão mais diferenciada do negócio, visto que elas não possuem aqueles vícios do café [...], de ficar falando que o mercado tá ruim, que você só paga contas [...]. Ela consegue enxergar de forma mais positiva o futuro (informação verbal, grifo nosso)[§].

A entrevistada E4 disse que "[...] o homem é muito básico, e vejo que os detalhes fazem a diferença na cafeicultura, e a mulher é mais detalhista" (informação verbal)¹⁰. A entrevistada E8 relatou que:

[...] a minha visão é que ainda têm poucas mulheres ligadas diretamente ao café, mas que são mulheres muito presentes quando participam. No meu grupo do Educampo, eu tenho três mulheres que são muito atuantes [...]. Elas se preocupam com o funcionário, a fazenda, a gestão de custos, fazer comparativos, cursos. Diferente de muitos homens que têm resistência a cursos e palestras, as mulheres aceitam de uma forma muito positiva, de estar compartilhando experiências, de ver o lado do outro. A mulher é bem mais aberta que o homem [...]. Hoje, ela participa de reuniões, assembleias, dentro da cooperativa. Eu diria que elas são exemplos nos terreiros de café, nas reuniões, estão cuidando de casa, mantêm a feminilidade, não deixam de ser donas de casa. (informação verbal, grifo nosso)¹¹.

Os pontos levantados acerca de como é o papel e as características das mulheres que participam da cafeicultura na região do Cerrado Mineiro corroboram autores já mencionados, como Meira (2013). Afirmam que, na atualidade, as mulheres buscam realização profissional e pessoal, atuando em casa e intercalando com atividades agrícolas ou não, como a cafeicultura, a fim de conquistar autonomia e reconhecimento.

Quando foram indagadas sobre como se sentem sendo mulheres e participando da cafeicultura, as entrevistadas levantaram duas categorias: "permanência dos papéis tradicionais" e "satisfação em ser mulher e participar da cafeicultura". Com relação à permanência dos papéis tradicionais, o que se percebe é que muitos

dos desafios encontrados pelas mulheres na cafeicultura são oriundos de questões culturais e tradicionais:

[...] existem muitas barreiras para serem quebradas. [...] é como se a gente fosse voltar a antigamente, nós temos que desbravar um universo totalmente masculino para conquistar o nosso lugar e mostrar pra eles que não é uma disputa por poder, por decisão, mas é para estar ali, lado a lado, auxiliando na tomada de decisões (informação verbal, grifo nosso)¹².

[...] ainda encontramos muitos obstáculos, não apenas pela classe masculina, mas também pelas próprias mulheres, pois, por não ser um caminho habitual, muitas temem participar mais ativamente e acabam se escondendo atrás dos maridos, filhos, família, com medo da reação da sociedade em que estão inseridas (informação verbal, grifo nosso)¹³.

Na fala de E3, está presente um aspecto que deve ser destacado. Segundo a entrevistada, as dificuldades não residem apenas na visão machista de parte da sociedade, mas também na visão machista da própria mulher, ao se menosprezar, ao temer desafiar padrões tradicionais ainda marcantes. Ela acaba se retraindo, não lutando pelo reconhecimento do seu trabalho e por seu espaço. Esse trecho do discurso da entrevistada vai ao encontro do que relata Freire (2009), que menciona que, dentro do ambiente familiar, as mulheres, ao buscarem sua autonomia econômica, poderão ser vistas e julgadas como infratoras de normas pré-estabelecidas, e isso representa uma ameaça para a relação de poder, culturalmente desigual, cujo controle cabe aos homens.

Sobre a satisfação das entrevistadas em serem mulheres e atuarem na cafeicultura, obtiveram-se as seguintes declarações:

Olha, ser mulher é difícil. São muitos desafios. [...], mas me sinto feliz sendo mulher e participando da cafeicultura, não me vejo mexendo com outra coisa. Sou realmente realizada (informação verbal, grifo nosso)¹⁴.

Dentro do meu ambiente, da cafeicultura, eu consigo conquistar o meu espaço. Sou muito feliz sendo mulher e sou apaixonada pelo café. Eu não mudaria de área (informação verbal, grifo nosso)¹⁵.

[...] é muito bom se sentir perto de um mercado que pra Minas, Brasil, mundo é importante. [...] ver o respeito que temos aqui na cooperativa [...] é muito gratificante. Nas palestras, eventos, você conversa de igual pra igual com os produtores, entende a realidade deles, tem convivência com as mulheres deles, ouve a história delas, então é motivo de orgulho, sem dúvida nenhuma (informação verbal, grifo nosso)¹⁶.

Após a análise das duas categorias acima mencionadas, é possível afirmar que, apesar de perceberem inúmeras dificuldades para trabalhar na cafeicultura, considerada uma das atividades mais importantes do agronegócio e uma área predominantemente masculina, todas as mulheres entrevistadas relataram estar felizes e realizadas por trabalhar nesse setor.

Percepções das mulheres sobre a situação da igualdade de gênero na cafeicultura

Nesta seção, abordamos três categorias: "prevalência da desigualdade de gênero na cafeicultura", "motivos que fomentam a atual situação da desigualdade de gênero na cafeicultura" e "benefícios da igualdade de gênero para a sociedade e a cafeicultura".

As participantes concordaram que a equidade de gênero na cafeicultura ainda não foi alcançada. Para a entrevistada E1, "existe uma disparidade muito grande entre homem e mulher na cafeicultura, uma disparidade quantitativa; a mulher aparece muito pouco" (informação verbal)¹⁷.

A entrevistada E2 reconheceu que ainda prevalece a desigualdade de gênero e considerou que a análise deve ser realizada em dois campos: o espaço privado/familiar e o espaço público/profissional. De acordo com ela, se forem levadas em consideração as mulheres com as quais ela convive, as dificuldades que elas enfrentam no âmbito privado/familiar (com maridos e filhos) têm impacto e dificultam sua participação mais ativa, o que resulta na desigualdade de gênero na cafeicultura. Mas se for analisada a esfera pública/profissional, ela considera que hoje as empresas buscam funcionários mais engajados e envolvidos, e as mulheres têm esse perfil. Logo, no seu ponto de vista, as oportunidades no espaço público/profissional poderiam ser consideradas equivalentes tanto para homens como para mulheres.

[...] a participação da mulher na cafeicultura ainda é muito baixa, ainda prevalece a desigualdade de gênero. Quando vou numa reunião do Educampo, por exemplo, eu vejo que tem uma proporção de 30% de mulheres e o restante são homens (informação verbal, grifo nosso)¹⁸.

Acredito que exista ainda desigualdade de gênero, mas em menor escala do que anos atrás. As mulheres passaram a ser respeitadas por tudo que conquistaram e, no café, o processo é o mesmo, aos poucos o espaço é conquistado e o respeito despertado (informação verbal, grifo nosso)¹⁹.

Sobre os motivos que poderiam ser os responsáveis pelo fomento da prevalência da desigualdade de gênero na cafeicultura, foram citados:

Uma questão cultural da própria mulher, de manter-se omissa. Para aquelas que são casadas, há também a questão do marido, que influencia bastante, de fazer apenas **o que o marido deixa**. Então, às vezes, ela participa do negócio em casa, mas não aparece que ela participa. Eles tomam todas as decisões juntos, mas na hora de participar de uma reunião, por exemplo, quem vai e participa é o marido, quem fala o que está acontecendo é o marido. **Ela não se expõe** (informação verbal, grifo nosso)²⁰.

[...] a falta de interesse das mulheres pela cafeicultura pode derivar das barreiras criadas pelos antecessores da família, em não demonstrarem interesse em ter as filhas ou as esposas como sucessoras ou parceiras no negócio (informação verbal, grifo nosso)²¹.

Quando as participantes das entrevistas foram indagadas sobre os benefícios que a igualdade de gênero poderia proporcionar para a sociedade e a cafeicultura, obteve-se como respostas: crescimento econômico; maior envolvimento da mulher dentro das fazendas, no agronegócio e na sociedade; homens e mulheres trabalhando juntos, de igual para igual, desempenhando um trabalho mais eficiente por haver reconhecimento e confiança; a mulher passando a exercer funções antes consideradas masculinas, como motorista de caminhão ou trabalhadora da construção civil; ou ainda, segundo E7:

Os benefícios que a igualdade traz é a **soma de esforços para o alcance de um mesmo objetivo**. Seja em qualquer negócio, a questão de gênero ficou obsoleta. As mulheres já mostraram sua capacidade, contudo lidam diariamente com a desconfiança e com os questionamentos sobre suas habilidades, sobretudo em ambientes e profissões com

características mais masculinas. No entanto, a igualdade de gênero adiciona visões diferentes sobre um mesmo assunto e, com isso, proporciona a elevação do negócio através da inovação, da organização e de uma gestão eficiente ao dividir tarefas por competências e habilidades. Na cafeicultura, não é diferente, as mulheres aos poucos percebem o seu melhor encaixe no negócio, e os benefícios são sentidos imediatamente. (informação verbal, grifo nosso)²².

Tais benefícios justificam o quão importante é a busca pela promoção da igualdade de gênero, ou seja, homens e mulheres terem as mesmas condições e oportunidades, não apenas na cafeicultura, mas em todas as áreas e circunstâncias.

Considerações finais

A proposta do presente estudo foi analisar a atuação de mulheres ligadas direta ou indiretamente à cafeicultura na região do Cerrado Mineiro. De modo geral, chegou-se à conclusão de que a mulher que participa da cafeicultura nessa região ainda está inserida em uma situação de desigualdade de gênero.

A partir da análise dos dados, verificou-se que a participação das mulheres na cafeicultura e nas organizações é considerada baixa pela maioria das participantes. Uma minoria de mulheres compõe as cooperativas e associações, e a participação direta delas também é baixa.

A análise referente à participação dessas mulheres na gestão dessas organizações ligadas à cafeicultura mostrou que elas são minoria. Até mesmo o cargo de gerente, que apresenta maior representatividade, ainda mostra uma disparidade significativa.

Por meio das narrativas da maioria das participantes, evidenciou-se que, mesmo a mulher desempenhando papéis extremamente importantes em casa, na família ou na gestão de uma empresa, ela ainda vive em condições de desigualdade. Não obstante já ter conquistado importante espaço e serem inquestionáveis os progressos que obteve, principalmente no mercado de trabalho, ainda há muito o que se fazer para se alcançar uma sociedade em que prevaleça a igualdade de gênero.

Com relação à importância da cafeicultura e o perfil das mulheres que dela participam, as análises mostraram que a cafeicultura é considerada uma das atividades mais importantes do agronegócio em âmbito nacional e regional. As mulheres que participam dessa atividade são consideradas mulheres de atitude, proativas, comprometidas com aquilo que fazem, com disposição para aprender e aplicar seus conhecimentos, com visão positiva e inovadora, buscando andar lado a lado com os homens no ambiente profissional.

Por fim, ressalta-se que este trabalho representa o início de um processo que poderá ser continuado por outros estudos, abrindo outras possibilidades de pesquisa em direção a uma investigação mais aprofundada sobre a realidade das mulheres que lidam com a cafeicultura na região do Cerrado Mineiro. Isso permitirá sugerir possíveis ações e políticas públicas que possam fomentar uma maior integração visando uma sociedade mais justa e sustentável.

Referências

BRASIL. Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Café no Brasil**. Brasilia, DF, 30 jan. 2017. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar**. Brasília, DF, 6 set. 2016. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar. Acesso em: 27 jul. 2017.

CAVAZOTTE, F. S. C. N.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L. C. Desigualdades de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração**, v. 45, n. 1, p. 70-83, 2010.

CENTRAL DE COOPERATIVAS DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. **Café do cerrado**. Disponível em: http://www.expocaccer.com.br/cafecerrado.html>. Acesso em: 27 jul. 2017.

CIROLINI, V.; NORO, G. B. A participação da mulher na gestão de cooperativas: um estudo realizado na Cotrisel. **Disciplinarum Scientia**, v. 4, n. 1, p. 29-43, 2008.

COSTA, A. O. Felizes contentes e feministas. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu: Abramo, 2013. p. 37-46.

COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu: Abramo, 2013. p. 47-61.

DALLER, V. L. O. O empoderamento da mulher e a igualdade de gênero: coopergênero uma política pública de cooperativismo. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 1., 2010, Brasília, DF. Coletânea de artigos... Brasília, DF: EBPC, 2010. p. 1-17.

FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. **Região do Cerrado mineiro**. Disponível em: http://www.cerradomineiro.org/index.php?pg=regiao#group1>. Acesso em: 27 jul. 2017.

FREIRE, N. O lugar das produtoras rurais no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo de gênero**. Brasília, DF: Mapa/ACS, 2009. p. 16-21.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 871-887, 2010.

MARCONE, S. Igualdade de gêneros: uma estratégia para o desenvolvimento cooperativo. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo de gênero**. Brasília, DF: Mapa/ACS, 2009. p. 24-32.

MEIRA, A. L. Uma abordagem sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café no município da Barra da Choça – Bahia. 2013. 50 f. Monografia (Especialista em Gestão da Cadeia Produtiva do Café) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista. Disponível em: http://www2.uesb.br/especializacao/gestao-cafe/wp-content/uploads/2014/07/Ariana-Lisboa-Meira.pdf. Acesso em: 27 jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **OIT apresenta campanha "A igualdade de gênero no coração do trabalho decente"**. Brasília, DF, 5 jun. 2008. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-apresenta-campanha-%E2%80%9C-igualdade-de-g%C3%AAnero-no-cora%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-decente%E2%80%9D. Acesso em: 27 jul. 2017.

POR QUE é importante falar em igualdade de género actualmente?. Caderno Prático para a Integração da Igualdade de Género na Cáritas em Portugal, fascículo 1. Disponível em:

stscite/downloads/caritas/CadernoCaritas_Fasciculo_l.pdf. Acesso em: 27 jul. 2017.

SILVA, M. A. M. M.; RIBEIRO, A. E. M. As mulheres de Cachoeirinha: família, produção e gênero numa comunidade rural do Sul mineiro. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2004.

Notas

- ¹ E4, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ² E1, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ³ E2, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida
 pelas autoras mediante entrevista em 2015.
 - ⁴ E2, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida

pelas autoras mediante entrevista em 2015.

- ⁵ E8, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Carmo do Paranaíba, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ⁶ E2, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida
 pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ^Ţ E3, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Carmo do Paranaíba, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ⁸ E8, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Carmo do Paranaíba/MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ⁹ E1, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- 10 E4, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ¹¹ E8, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Carmo do Paranaíba/MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- 12 E2, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ±3 E3, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Carmo do Paranaíba, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- 14 E4, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- 15 E7, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- 16 E8, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Carmo do Paranaíba, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ¹⁷ E1, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- 18 E8, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Carmo do Paranaíba, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- 19 E7, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- 20 E1, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- 21 E7, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.
- ²² E7, colaboradora de organização que atua no ramo do café em Patrocínio, MG, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2015.



Narrativas de mulheres do café no Cerrado Mineiro: trajetórias comuns?

Raquel Santos Soares Menezes Quezia de Souza Boaventura

Introdução

As discussões e análises sobre as questões de gênero surgiram de forma constante a partir da década de 1970 e ultrapassaram aspectos referentes às diferenças biológicas e fisiológicas de cada sexo. Desse período em diante, passou a se considerar como gênero o construto da vida e das relações sociais e culturais de cada um (ANDRADE et al., 2002). Assim, gênero é o conceito "que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico" (INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISAS E CAPACITAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROMOÇÃO DA MULHER, 1995, p. 15).

Estudos sobre gênero são apresentados a partir de diferentes perspectivas e levam os pesquisadores a analisarem sua influência, possíveis causas e consequências em diferentes ambientes, a fim de entender melhor as relações existentes entre mulheres e homens tanto na sociedade em geral como em ambientes mais restritos, como em empresas (MEIRA, 2013).

No meio rural brasileiro, mulheres e homens atuam nos mais diversos setores e segmentos dos sistemas agroindustriais de diferentes produtos. Portanto, as relações de gênero também se fazem presentes nesse ambiente. No entanto, a escassez de estudos e pesquisas que demonstrem quais os percentuais de participação das mulheres e qual o papel e os desafios que elas enfrentam dificulta tecer um quadro realístico sobre o assunto no País (MENEZES et al., 2016).

O café é um dos produtos que mais se destaca no Brasil há muito tempo. Minas Gerais possui mais de um milhão de hectares plantados com café, que geram a produção de 50% de toda a safra do País. É a principal commodity de exportação do estado, que atende a mais de 60 países importadores. O Cerrado Mineiro é uma das microrregiões produtoras de café cuja economia é alavancada por esse produto (BESSA et al., 2014; CONAB, 2016).

Estudos apontam que existem mulheres atuando na cadeia agroindustrial do café em muitos países, e no Brasil não é diferente. Entretanto, o trabalho que era feito de forma manual vem sendo substituído pela introdução de máquinas no processo produtivo do café. Isso leva a uma diminuição no número de trabalhadores nas lavouras – homens e mulheres –, especialmente nas grandes propriedades rurais, que possuem mais recursos e acesso aos financiamentos para compra de maquinário.

Diante da relevância de se estudar as relações de gênero no meio rural e de colaborar para o registro temporal do processo de construção da equidade de gênero nesse ambiente, o problema de pesquisa a ser investigado pode ser assim sintetizado: quais as narrativas de gênero das mulheres do café no Cerrado Mineiro?

Revisão de literatura

Para a revisão de literatura deste artigo, serão analisados conceitos e definições de alguns livros, artigos, teses e dissertações de autores que desenvolvem estudos na temática abordada. Essas referências servirão de aporte para o desenvolvimento deste trabalho e auxiliarão na sua construção ao longo do tempo.

Gênero

As discussões sobre gênero foram iniciadas no século XX em movimentos feministas, que pautavam seus discursos nas distinções presentes na sociedade quanto ao papel da mulher e do homem. Nesse contexto, o homem apresentava superioridade sobre as mulheres e mais autonomia (MOTA, 2011).

Gênero pode ser considerado o conjunto das relações existentes entre mulheres e homens que são vivenciadas ao longo dos anos. São os atributos percebidos e atribuídos pela sociedade a mulheres e homens, as divisões determinadas entre o feminino e o masculino, a forma como ocorrem as relações entre eles a partir dos limites impostos, o incremento cultural criado a partir da diferenciação entre os sexos (MESQUITA; MENDES, 2012; MOTA, 2011; SANTOS, 2002).

Evolução histórica da participação das mulheres no cenário rural

No período anterior ao século XIX, antes dos movimentos feministas, as mulheres não possuíam participação em praticamente nenhuma atividade econômica do País e eram vistas somente como donas de casa e mães. Não exerciam atividades remuneradas e tinham baixo ou nenhum reconhecimento no Brasil.

Para Araújo e Scalon (2005), os homens assumiram uma posição elevada no campo da produção e na vida pública, e as mulheres ficaram em um patamar abaixo, um segundo plano, exercendo a responsabilidade das atividades reprodutivas e domésticas.

A partir das dificuldades enfrentadas por elas, como a desvalorização e a rejeição no meio trabalhista, na década de 1980 começaram as reinvindicações trabalhistas, não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Os direitos trabalhistas começaram a ser reivindicados, e surgiu a luta das mulheres trabalhadoras não somente no âmbito urbano, mas também no âmbito rural (SALES, 2007).

O crescimento da vontade de maior participação das mulheres acabou se juntando aos movimentos feministas, reforçado pelas mudanças econômicas, sociais e demográficas que acabaram refletindo nas famílias brasileiras. Assim, as mulheres começaram a exercer outros papéis na sociedade (COUTO; SCHRAIBER, 2013) e assumiram diferentes atividades remuneradas, ajudando na renda familiar e buscando autonomia e satisfação pessoal.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2013), a população ativa de 2012 chegou a 100 milhões, sendo 6 milhões de desempregados e 94 milhões de ocupados. Entre os ocupados, 58% são homens e 42% são mulheres, o que mostra a ascensão da mulher no mercado de trabalho e o crescimento de sua participação no cenário trabalhista brasileiro. No entanto, existe ainda, por parte dos homens, a adesão de funções e atividades consideradas de maior valor (KERGOAT, 2002). Segundo essa autora, a separação entre atividades femininas e masculinas cria uma hierarquização do trabalho, na qual o trabalho exercido pelos homens é mais valorizado e possui maior importância que o trabalho exercido pelas mulheres.

Nas atividades rurais, pode-se inferir que essa distinção entre gêneros é ainda mais evidente. As poucas pesquisas relacionadas ao tema indicam essa disparidade. As mulheres apresentam um importante papel no grupo familiar, porém, quando observado o contexto rural, as atividades exercidas pelas mulheres são consideradas subsidiárias, funcionando como forma de assistência ao trabalho principal, no caso, aquele exercido pelos homens (OLIVEIRA et al., 2007).

Uma pesquisa realizada na comunidade de Rancharia, feita por Mesquita e Mendes (2012) no Município de Campo Alegre de Goiás, GO, constituída por estabelecimentos rurais onde prevalece o trabalho familiar, teve como objetivo analisar as características da agricultura familiar e a importância do trabalho feminino nas esferas econômica e social. As pesquisadoras identificaram que:

A família agrícola acredita que a mulher atua na condição de 'ajudante' no processo produtivo porque, ao contrário do homem, ela trabalha eventualmente e dedica poucas horas às tarefas ligadas ao setor, pois tem a incumbência dos afazeres domésticos (MESQUITA; MENDES, 2012, p. 11).

As autoras identificaram que o papel desempenhado pela mulher no âmbito rural é somente de "auxiliadora" – ela não é vista como figura principal do processo produtivo, já que possui outras tarefas a serem desempenhadas além da praticada na agricultura familiar. É perceptível ainda que, muitas vezes, até mesmo as próprias mulheres não reconhecem seu trabalho e aceitam e se sentem beneficiadas com remunerações menores àquelas dadas aos homens (BRUMER, 2004).

Dornela (2015) constatou que, na região do Cerrado Mineiro, a participação direta das mulheres em cooperativas e associações é baixa, de apenas 29,5%, e que elas representam somente 9,6% dos cargos de diretoria e conselhos. Motivos como a cultura, o desconhecimento, o baixo interesse e a ausência de apoio para essas mulheres são citados para explicar o quadro encontrado.

Cadeia produtiva do café

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2016), na safra de 2015/2016, a produção de café no Estado de Minas Gerais foi estimada em 27.739.600 sacas de café (60 kg). A região do Cerrado Mineiro foi responsável por 6.502.100 sacas, o que representa um aumento de 53,61% na produção em relação ao ano anterior.

Nos últimos anos, diferentes produtos passaram por modificações nos seus modos de produção, principalmente nos elos das cadeias relacionados à produção (lavoura). Se por um lado, a introdução de máquinas e a modernização da agricultura trouxeram benefícios para a sociedade, por outro, surgiram alguns problemas, como o desemprego. Um fator que intensificou o desemprego foi a criação de empresas terceirizadas e especializadas em realizar colheitas mecanizadas. Uma das regiões que mais passou por essas transformações foi o Cerrado Mineiro, o que diminuiu o número de trabalhadores braçais e também daqueles contratados temporariamente (ORTEGA; JESUS, 2011; SILVA, 2004).

Além da modificação no cenário da mecanização, o café vem passando por modificações também no âmbito da comercialização. Nos últimos anos, tem se valorizado o grão verde. Essa valorização e diferenciação vêm acontecendo no ramo dos cafés especiais, mercado que vem ganhando força, com consumidores atraídos por uma maior qualidade, independentemente do aumento do preço. Esse mercado oferece oportunidade para diferentes produtores atentos às exigências de consumidores potenciais (OLIVEIRA et al., 2004).

Existem poucas pesquisas sobre a participação das mulheres na cadeia do café. Um dos estudos encontrados é o de Meira (2013), que avaliou uma grande região produtora de café arábica no Município de Barra da Choça, na Bahia. A pesquisa analisou o papel exercido pelas mulheres na cadeia produtiva do café e identificou que elas vêm apresentando maior participação e dando maior importância ao próprio dinheiro e à possibilidade de realizações pessoais, com efeitos positivos na autoestima.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório quanto aos objetivos. A metodologia utilizada na realização deste estudo partiu do método de planejamento e gestão estratégica de sistemas agroindustriais (GESis). Esse modelo começou a ser desenvolvido em 2004 e tem como principal objetivo a quantificação de sistemas agroindustriais, tendo sido utilizado em diferentes culturas, como trigo, milho, flores, entre outras. Possui como características próprias a flexibilidade e a capacidade de adaptação para cada estudo (NEVES, 2008).

O desenho proposto foi apresentado em reuniões com a diretoria da Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA Brasil), e com o Comitê Internacional de Pesquisa da entidade, que o validou. Cabe ressaltar que tanto a IWCA Brasil quanto a IWCA Internacional estão empenhadas na quantificação e caracterização das mulheres envolvidas no café, como forma de conseguir maior visibilidade desse público nos negócios referentes ao produto.

Foi realizada pesquisa em bases de dados do governo, publicações e estudos recentes para estimar o número de homens e mulheres atuantes na estrutura da cadeia do sistema agroindustrial do café.

Para as entrevistas, realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017, foi utilizado o conceito de narrativa, em que o entrevistado é estimulado a contar a história sobre sua vivência na área de estudo em questão. Vale destacar que o entrevistador influencia e instiga o entrevistado a contar uma narrativa com elementos importantes e cruciais, sempre abordando o enredo do início ao fim, conforme especificado por Flick (2004).

Para começar, a entrevista narrativa utiliza uma "questão gerativa", que aborda o tema principal da pesquisa. Após a narrativa inicial, pode-se acrescentar ou complementar a entrevista, a fim de detalhar ou buscar entender fatos que não foram precisamente explicados ou especificados pelo entrevistado. Vale destacar que as narrativas são formas de viver e também diferentes visões sobre o mundo, com perspectivas distintas, não cabendo ao entrevistador julgar se os fatos narrados estão corretos ou não, porque trazem pontos de vista de acordo com o contexto e a época em que foram vivenciados (FLICK, 2004).

A fase 1 da entrevista narrativa corresponde ao conhecimento e familiarização com o campo que será estudado, para que o entrevistador tenha possibilidade de criar perguntas que são de interesse e importantes para o estudo. Na fase 2, ocorre a apresentação da questão gerativa, trazida ao entrevistado como estímulo para que ele conte a narrativa com o maior número de detalhes possíveis. Na fase 3, ocorre por parte do entrevistado a narração, que não pode ser interrompida em momento algum pelo entrevistador, até que o narrador finalize sua história. Na fase 4, o entrevistador tem a oportunidade de fazer perguntas que não foram respondidas na narração principal. Por último, na fase 5, são permitidos questionamentos do tipo "por quê?" e se encerra a entrevista (BAUER; GASKELL, 2002).

Para esta análise, foi utilizada a proposta de Schutze (1977 citado por BAUER; GASKELL, 2002), que apresenta seis passos. O primeiro refere-se à transcrição completa e delineada de todo o conteúdo das entrevistas gravadas. O segundo passo é a separação do material em "indexado" e "não indexado", sendo o "indexado" aquele conjunto de fatos que denotam certeza e trazem citações reais, e o "não indexado" aquele conjunto de fatos que representam valores e juízos criados individualmente, constituindo assim um construto da vida. O terceiro passo é a construção da trajetória individual de cada entrevistado através de uma linha do tempo composta pelo material "indexado". O quarto passo é a análise do conhecimento "não indexado", adquirido ao longo da trajetória de vida dos entrevistados. O quinto passo envolve o agrupamento e posterior comparação das trajetórias individuais. Por último, o sexto passo é a construção das trajetórias coletivas vivenciadas durante a história de cada entrevistado.

A partir da execução de todos esses passos, foram identificados alguns pontos de convergência entre todas as entrevistas. Isso tornou possível a criação de alguns parâmetros correspondentes às noções de trajetória, para posterior análise: influência familiar, aprendizado, percepção sobre questões de gênero e preconceitos e mudanças na cafeicultura.

Na apresentação dos resultados e discussão, foram utilizados códigos (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8) para identificação das entrevistadas, de modo a preservas seus nomes. As entrevistadas de E1 a E5 têm curso superior completo e são sócias-proprietárias (E1, E2, E5), gerente (E3) e agente de comercialização (E4). A entrevistada com ensino médio completo (E6) também é sócia-proprietária. As entrevistadas com menor grau de instrução (E7 – ensino médio incompleto e E8 – ensino fundamental incompleto) são trabalhadoras rurais (Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização das entrevistadas no Cerrado Mineiro, organizada por grau de escolaridade.

Entrevistadas	Escolaridade	Elo da cadeia	Cargo
E1	Superior completo	Trader	Sócia-proprietária
E2	Superior completo	Barista	Sócia-proprietária
E3	Superior completo	Cafeteria	Gerente
E4	Superior completo	Trader	Agente de comercialização
E5	Superior completo	Produtora	Sócia- proprietária
E6	Médio completo	Torrefadora	Sócia-proprietária
E7	Médio incompleto	Trabalhadora rural	Trabalhadora rural (fixa)
E8	Fundamental incompleto	Trabalhadora rural	Trabalhadora temporária

Resultados e discussão

Percepção quanto ao número de mulheres em cada segmento

A Tabela 2 permite inferir estimativas para a participação feminina no campo na região do Cerrado Mineiro, considerando Patrocínio e região, onde estão concentrados o maior número de produtores e a maior parte da produção de café.

Tabela 2. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (com 14 anos ou mais de idade) e número de produtores em valores desagregados por gênero para Patrocínio, MG, referente ao ano de 2006.

	Total	Mulheres	Homens	% mulheres
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (14 anos ou mais de idade)		3.717	14.725	20,1
Produtor	2.712	166	2.546	6,1

Fonte: IBGE (2017).

Embora os dados não sejam específicos da cultura do café, pode-se visualizar a disparidade de gênero no meio rural da região. Essa diferença é mais evidente na proporção de dirigentes de estabelecimentos – o número de mulheres dirigentes era de apenas 6,1% do total no período. A disparidade diminui quando se analisa a mão de obra que trabalha nos estabelecimentos, mas ainda assim a porcentagem de mulheres é baixa.

A estimativa sobre a proporção de mulheres atuando no elo da cadeia produtiva em que cada uma das entrevistadas atua, a partir de sua experiência, foi organizada na Tabela 3. Nota-se que as trabalhadoras da lavoura de café (E7 e E8) têm diferentes percepções sobre a participação das mulheres no campo (acreditam que 95% e 50% de mulheres atuam como trabalhadoras rurais no café, respectivamente, em relação aos homens). Portanto, enquanto, para uma delas, a maioria dos trabalhadores rurais é do sexo feminino, para a outra o número de homens e mulheres é equivalente. Isso sugere que a cultura do café envolve maior mão de obra feminina em relação às outras culturas agrícolas da região. Por sua vez, a produtora (proprietária de terra) estima que apenas 2% das mulheres têm a mesma condição que a sua, o que é um valor menor que aquele apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) (6,5%) na Tabela 2. Isso pode indicar que, no ramo do café, há menos dirigentes de estabelecimentos rurais do sexo feminino do que em outras cadeias produtivas da região, uma vez que os dados do IBGE (2017) englobam todas as cadeias produtivas.

Outro ambiente onde as mulheres parecem atuar em maior proporção é no âmbito das cafeterias (a percepção da entrevistada E3 é de que 67% de mulheres atuam na sua área). Nos demais segmentos, a proporção de mulheres é menor, variando entre 33% e 10%. Observa-se que, nos segmentos de *trader* (E1 e E4) e de produtoras (proprietárias de terra), estão as menores proporções de participação feminina na região,

segundo a percepção das entrevistadas.

Tabela 3. Percepções das entrevistadas quanto a fatores favoráveis, desafios e porcentagem de mulheres atuando no seu segmento de atuação no Cerrado Mineiro.

Entrevistadas	Fatores favoráveis	Desafios	%estimada de mulheres em sua área de atuação
E7	Mulheres fazem a maior parte do trabalho manual nas lavouras	Diferença no valor do salário pago aos homens e às mulheres	95% são mulheres
E3	Oportunidades de emprego no agronegócio	Desenvolver o projeto da Cafeteria do Cerrado	67% são mulheres
E8	Mulheres são mais cuidadosas com a lavoura	Diferenças salariais entre homens e mulheres	50% são mulheres
E2	Oportunidade de fazer curso de barista	Estabelecer sua própria marca de café	33% são mulheres
E6	Marido começou a torrefação	Melhorar a qualidade do café comercializado	17% são mulheres
E1	Pai possui empresa de exportação de café	Aprender e desenvolver as características para atuar no mercado de exportação de café	10% de mulheres
E4	Paixão e amor pelo café	Mudar de empresa para ganhar menos, porém trabalhar na área que lhe dá prazer	10% são mulheres
E5	Apoio da Associação de Cafeicultores	Não conhecer o ramo do café	2% são mulheres

Influência familiar

Quando analisada a inserção das mulheres na cafeicultura, nos diferentes elos da cadeia, considerando os tipos de influência que tiveram para assim começar a exercer atividades nesse meio, algumas afirmaram possuir influência familiar.

Os meus pais sempre trabalharam com o café. [...] O meu pai foi gerente de fazendas de café por 25 anos e minha mãe é trabalhadora rural, então até hoje ela trabalha na época de colheita na lavoura de café. Mas quando eu comecei a ter um pezinho no agronegócio, minha família me apoiou muito, porque eles entendem que é um segmento promissor (informação verbal)¹.

Para a trabalhadora rural (E7), a influência familiar teve fundamental importância, pois "desde a gente menininha já ia para lavoura com os pais" (informação verbal)².

Por outro lado, existem aquelas mulheres que não foram influenciadas por nenhum familiar ou outra pessoa próxima, passando a exercer suas atividades na cafeicultura por interesse próprio, movidas por fascínio ou por considerar esse setor economicamente favorável. Segundo a barista (informação verbal)³, "não tive influência familiar, na minha casa ninguém nem tomava café". A entrevistada envolvida com *trader* (E4) afirmou: "não tive influência, mesmo porque na minha família eu não tinha pessoas envolvidas com o café. Meu interesse foi por paixão mesmo, de olhar e gostar e querer aprender" (informação verbal)⁴.

Esses fatos corroboram a pesquisa realizada por Casagrande e Souza (2016), que apontaram diferentes fatores influenciadores na escolha da profissão, com destaque para vontade/decisão própria, influência familiar e boa remuneração.

Aprendizado

O café é uma commodity que, independentemente do tempo de sua origem, apresenta a necessidade de estudos constantes por passar por mudanças e transformações ao longo do tempo.

A análise referente ao aprendizado e à obtenção de conhecimento sobre o café confirmou que as mulheres entrevistadas, independentemente do elo da cadeia do café em que atuam, veem e consideram relevante estar em constante aprendizado sobre o assunto. Entre as que possuem maior grau de escolaridade, a percepção é de que o aprendizado se dá tanto por meio da experiência prática quanto pela realização de cursos teóricos, que devem ocorrer – tanto a prática como a teoria – de forma contínua e permanente.

Café não é uma coisa que se aprende da noite para o dia, não. Exige muitas horas de aprendizado, dias, noites. Até hoje, meu pai com 60 anos, vai fazer 40 anos no ramo do café, fala: 'café é sempre uma surpresa, a gente aprende todo dia'. Ele fala um ditado que aprendeu quando entrou no ramo do café: 'em café só existe farmacêutico, não existe médico'. (informação verbal)⁵.

Entre as mulheres que possuem menor grau de escolaridade, a experiência prática é considerada a principal forma de aprendizado. Os depoimentos das duas trabalhadoras rurais indicam que ambas começaram a trabalhar muito jovens com o café, o que as levou a aprender todo o serviço de cuidados com a lavoura e colheita no dia a dia, na prática, e não "de ouvir falar". A gravidez ainda na adolescência interrompeu os estudos de uma delas, que retornou à escola depois que seu filho cresceu.

Eu sempre trabalhei com o café, que é o serviço que tem aqui na região e assim eu sei fazer de tudo, desde encher o saquinho no viveiro pra fazer a muda até arrancar o café velho pra iniciar outra lavoura. Eu sei fazer de tudo. Quando engravidei, aos 14 anos, parei de estudar na 6ª série. Depois de seis anos, voltei e fiz o Pró-Jovem, para terminar o ensino fundamental (informação verbal)[§].

Outras entrevistadas também falaram sobre a busca de capacitação. A entrevistada no ramo de torrefação afirmou: "fiz um pequeno curso de classificação e degustação de café" (informação verbal)^Z. A produtora E5, por sua vez, disse: "eu não entendia nada de café, então fui me capacitando, fazendo cursos" (informação verbal)^S.

Percepção sobre questões de gênero e preconceitos

No caso de questões relacionadas ao preconceito contra a mulher no âmbito rural, foi perceptível que, em alguns elos da cadeia, esse preconceito é mais constante.

Dependendo do elo da cadeia, sim [...]. Onde minha mãe atua, é difícil de lidar, porque muitas vezes é um trabalho muito braçal. Por mais que a gente entenda que muita mulher, hoje, trabalha mais que muito homem, eu acho que nesse pedacinho que ela atua é um pouco difícil... Mas no âmbito administrativo ou no de gestão, eu acho que evoluiu muito. Não existe mais... (informação verbal)⁹.

Ah, tem sim... Hoje em dia até que não, principalmente lá onde eu trabalho hoje, não. Não tem grande diferença de salários, não tem, não, mas tem muitos lugares que tem diferença muito grande, até diária de serviço. Mulher é um preço, homem é outro. Talvez o serviço para a mulher seja mais puxado, mas tem essa diferença (informação verbal)¹⁰.

O relato aponta diferenças salariais como principal resultado do preconceito contra as mulheres que trabalham diretamente com a lavoura do café. Apesar dessa diferença salarial, as entrevistadas apontaram em

suas narrativas a preferência dos patrões por mulheres para lidar com o café. A entrevistada E8 apontou: "na colheita, só vai mulher porque a mulher cuida mais do café [...]. Eles [os patrões] acham que a gente não estraga tanto a planta, como o homem, que é mais 'extravagante' [no sentido de ser menos cuidadoso]" (informação verbal)¹¹.

A partir dos relatos, é possível sugerir que o preconceito de gênero ainda existe na cadeia produtiva do café, com maior destaque ao elo da cadeia relacionado às atividades braçais, que demandam maior esforço físico, refletindo assim nas diferenças salariais. Apesar da preferência por mulheres, os produtores, na sua maioria, ainda insistem em pagar um menor valor salarial, justamente pelo fato de serem mulheres que estão executando atividades na cafeicultura. Os fatos corroboram a visão de Kergoat (2002), que afirma que, muitas vezes, o trabalho masculino possui uma hierarquização e é mais valorizado que o trabalho feminino.

Por outro lado, quando analisados os cargos em níveis superiores da cadeia, a percepção é de que as questões de preconceito estão superadas. A percepção de uma gestora mulher (E3), por exemplo, é de que ela é valorizada e recompensada sem nenhuma diferenciação quanto ao grupo masculino.

Assim, o espaço no qual as diferenças são mais marcantes é aquele no elo conhecido como "dentro da porteira", ou seja, na produção, que ocorre no meio rural. Nas atividades que ocorrem "depois da porteira", envolvendo parte do processamento, comercialização e consumo, há uma aproximação da realidade dessas mulheres àquela de outras atividades urbanas, em que as mulheres vêm conseguindo conquistar um espaço legítimo e reconhecido, por meio do aproveitamento de oportunidades e da busca constante por qualificação profissional.

Mecanização na cafeicultura e cafés especiais

Com relação às mudanças ocorridas na cafeicultura, podemos destacar a mecanização que ocorreu ao longo dos anos, que facilitou a produção do café, mas substituiu o trabalho humano. Segundo Silva (2004) e Ortega e Jesus (2011), a cultura do café, nos últimos anos, passou por uma intensa mecanização, que trouxe consigo um malefício no âmbito social, pois diminuiu as vagas de emprego, principalmente na lavoura.

Principalmente na colheita do café, anos atrás era bem melhor, porque não tinha tanta máquina. A gente é que fazia o serviço, tanto que ganhava muito bem na colheita. Agora, a gente não ganha bem na colheita, não, tem vezes que talvez trabalhar por dia saia até melhor. Mas anos atrás, a gente ganhava muito bem na colheita do café (informação verbal)¹².

Portanto, a mecanização trouxe benefícios para os produtores, pois as máquinas permitem uma maior agilidade na colheita; porém, para os trabalhadores, isso significou perda de oportunidades de trabalho e menores rendimentos.

Outro ponto que merece destaque quanto às mudanças na cafeicultura foi o comércio de cafés especiais, que trouxe novas oportunidades de negócio, abrindo assim portas para empresas atuarem nesse setor, como relata uma das entrevistadas. Segundo E2, "com o tempo, eu virei sócia nessa empresa, hoje sou dona com o meu marido [...]. Eu comecei como barista e hoje [temos] um laboratório, microtorrefação de cafés especiais e escola de baristas" (informação verbal)¹³.

A oportunidade de atuação no negócio de cafés especiais, com consumidores bem definidos que estão dispostos a pagar por um preço maior para obter um café de melhor qualidade (OLIVEIRA et al., 2004), pode abrir portas também para o trabalho manual e para a agricultura familiar.

Trajetória coletiva: "destino" e "oportunidade"

A atuação das mulheres no café como "destino" aparece como algo natural e que surgiu de forma comum na vida de cada uma. Vale destacar a influência familiar, presente como forte incentivador para que elas decidissem atuar no segmento da cafeicultura, como no caso das entrevistadas E1, E7, E8 e E5.

Meu pai começou a trabalhar com café na década de 70. Nos meus últimos seis meses de faculdade, meu pai e meu primo resolveram fazer uma sociedade e abrir uma trade, que é uma exportadora de café. Meu pai me perguntou se eu tinha interesse em trabalhar nessa exportadora, e eu falei que tinha (informação verbal)¹⁴.

Para a trabalhadora rural E8, a principal influência foi o marido, que, após o casamento, começou a levar a esposa junto para trabalhar na lavoura de café. Segundo ela, "quando eu casei, o meu marido já mexia com a colheita de café, aí eu comecei a ir para a lavoura com ele" (informação verbal)¹⁵. Do mesmo modo, para a produtora E5, "a influência para trabalhar com o café veio do meu esposo; foi ele que começou com a lavoura de café de 10 hectares" (informação verbal)¹⁶. Mas essa mulher só começou a atuar com a produção de café depois que ficou viúva e viu a necessidade de dar continuidade aos negócios da família.

Por outro lado, existe a atuação das mulheres no café como "oportunidade", quando seguem sua própria vontade ou desejo, ou ainda pela novidade ou por ser um negócio promissor. Essas não sofreram influência familiar ou de pessoas próximas na decisão de entrar no segmento do café. É o caso das entrevistadas E2 (barista) e E4 (*trader*).

Considerações finais

Dados do IBGE (2017) apontaram baixa porcentagem de mulheres trabalhadoras rurais (32%, referente às mulheres que atuam no café com laços de parentescos com o dirigente e 14,6% referente às mulheres que atuam com café mas que não possuem nenhum laço de parentesco com o dirigente da propriedade) na região do Cerrado Mineiro, quando consideradas todas as cadeias produtivas em conjunto. Quando consideradas as porcentagens de mulheres dirigentes de estabelecimentos rurais (6,5%), os valores foram ainda menores. Comparando os dados com as percepções das trabalhadoras rurais entrevistadas, as porcentagens estimadas por elas são mais altas, de 50% e 95% de mulheres no âmbito da cultura do café. Isso sugere que essa cultura envolve maior mão de obra feminina em relação às outras culturas agrícolas da região. Com relação à porcentagem de dirigentes de estabelecimentos rurais, a estimativa da proprietária de terras e produtora de café em relação à participação das mulheres como dirigentes de estabelecimentos de café é mais baixa que aquela do IBGE (2017) (2% de mulheres dirigentes de estabelecimentos rurais na cafeicultura da região segundo sua opinião, enquanto o IBGE aponta 6,5%), o que pode indicar, de modo inverso, que há menos mulheres produtoras de café do que em outras culturas agrícolas no Cerrado Mineiro.

Apenas no ramo das cafeterias foi apontada uma maior porcentagem de mulheres (67%) que homens envolvidos. Nas demais áreas, a percepção das entrevistadas é de que há um número baixo de mulheres envolvidas (de 33% a 10%).

Para algumas mulheres, a influência familiar funciona como alavanca para a tomada de decisão de trabalhar com o café. Pais e maridos são citados como aqueles que incentivaram o envolvimento com esse produto agrícola. Para outras, o sonho de trabalhar com o café e ainda as condições econômicas favoráveis do setor foram os fatores de maior influência nas suas decisões, sem vinculação com nenhuma pessoa da família.

O preconceito de gênero é mais percebido pelas mulheres trabalhadoras rurais do que por aquelas que trabalham no meio urbano, principalmente com relação à permanência de diferenças salariais entre homens e mulheres que realizam o mesmo trabalho no campo.

Sobre as mudanças na cafeicultura, foi dada ênfase tanto à questão do aumento da mecanização e consequente restrição de trabalho no campo como ao aumento da demanda por cafés especiais e abertura de novas oportunidades.

Finalmente, quanto às capacitações, foi relatada a importância de acesso a cursos e treinamentos, especialmente pelas mulheres com maior grau de instrução.

Referências

- ANDRADE, A. L. S.; CAPPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J. de; PAULA NETO, A. de; VILAS BOAS, L. H. B. Gênero nas organizações: um estudo no setor bancário. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2002. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=205118144004>. Acesso em: 27 jul. 2017.
- ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-77.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. 516 p.
- BESSA, F.; COSTA, C.; FERREIRA, L. T. **Minas Gerais responde por 50% da produção brasileira de café**. Brasília, DF: Embrapa Café, 9 dez. 2014. Notícias. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-noticia/2336226/minas-gerais-responde-por-50-da-producao-brasileira-de-cafe>. Acesso em: 27 jul. 2017.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- CASAGRANDE, L. S.; SOUZA, A. M. F. de L. Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 825-850, 2016.
- CONAB. **Acompanhamento da Safra Brasileira**: Café, v. 3, n. 2, maio 2016. Safra 2016. Segundo Levantamento. Disponível em:
- http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_05_24_08_59_49_boletim_cafe_-_maio_2016.pdf. Acesso em: 27 jul. 2017.
- COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. Machismo hoje no Brasil: uma análise de genêro das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 47-61.
- DORNELA, F. J. **Mulheres da cafeicultura no cerrado mineiro**: desafios e possibilidades. 2015. 70 f. Monografia (Graduação em Administração) Universidade Federal de Viçosa, Campus de Rio Paranaíba.
- FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 405 p.
- IBGE. **Brasil em Síntese**: Minas Gerais: patrocínio: pesquisa: censo agropecuário. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/patrocinio/pesquisa/24/27745. Acesso em: 17 jul. 2017.
- INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISAS E CAPACITAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROMOÇÃO DA MULHER. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento**: uma abordagem básica. Brasília, DF: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, 1995. 36 p.
- KERGOAT, D. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, v. 13, n. 1, p. 47-59, 2002.
- MEIRA, A. L. **Uma abordagem sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café no Município da Barra da Choça Bahia**. 2013. 50 f. Monografia (Especialista em Gestão da Cadeia Produtiva do Café) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista. Disponível em:
- http://www2.uesb.br/especializacao/gestao-cafe/wp-content/uploads/2014/07/Ariana-Lisboa-Meira.pdf. Acesso em: 27 jul. 2017.
- MENEZES, R. S. S.; SILA, F. D.; KATAGIRI, K. A. Mulheres na gestão de organizações rurais e do agronegócio. In: CARRIERI, A. P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. **Gênero e trabalho**: perspectivas, possibilidades e desafios no campo de estudos organizacionais. Salvador: EDUFBA, 2016. v. 1, p. 1-16.
- MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade de Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais**... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2012.
- MOTA, M. P. As contribuições dos estudos de gênero no âmbito das homossexualidades: o masculino como questão. **Gênero**, v. 11, n. 2, p. 99-122, 2011.
- NEVES, F. N. Método para planejamento e gestão estratégica de cadeias Agroindustriais (GESIS). **Revista de Administração**, v. 43, n. 4, p. 331-343, 2008.

OLIVEIRA, J. L. R.; OLIVEIRA, S. L.; JESUS, J. C. S. Análise de fatores mercadológicos para a formação de preço do café especial. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 7., 2004, São Paulo. **Trabalho científico**: agronegócios... São Paulo: FEAUSP; 2004. p. 1-12.

OLIVEIRA, P. R. C.; LELIS, C. T.; SILVA, K. A.; VIEIRA, T. B.; LORETO, M. D. S. de. Agricultura familiar e as relações de gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar. In: SEMANA ACADÊMICA DA FACULDADE DE VIÇOSA, 2007, Viçosa. **Anais**... Viçosa: FDV, 2007. Disponível em:

http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/Anais_Artigos/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 27 jul. 2017.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado. **Revista Economia Sociologia Rural**, v. 49, n. 3, p. 771-800, 2011.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 2013. 133 p. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad 2013 v33 br.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

SALES, C. M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007.

SANTOS, T. S. dos. **Carreira profissional e gênero**: a trajetória de homens e mulheres no contexto da feminização da medicina. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, M. A. M. A luta pela terra: experiência e memória. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 135 p.

Notas

- 1 Informação obtida em entrevista com E3.
- ² Informação obtida em entrevista com E7.
- ³ Informação obtida em entrevista com E2.
- ⁴ Informação obtida em entrevista com E4.
- ⁵ Informação obtida em entrevista com E1.
- ⁶ Informação obtida em entrevista com E7.
- ⁷ Informação obtida em entrevista com E6.
- ⁸ Informação obtida em entrevista com E5.
- ⁹ Informação obtida em entrevista com E3.
- 10 Informação obtida em entrevista com E7.
- 11 Informação obtida em entrevista com E8.
- 12 Informação obtida em entrevista com E8.
- 13 Informação obtida em entrevista com E2.
- ¹⁴ Informação obtida em entrevista com E1.
- 15 Informação obtida em entrevista com E8.
- 16 Informação obtida em entrevista com E5.



Perfil das mulheres na cafeicultura das regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes no Estado de Minas Gerais

Danielle Pereira Baliza
Helena Maria Ramos Alves
Sérgio Parreiras Pereira
Luiza Andrade Zenith
Ana Paula Marques da Silva
Sara Maria Chalfoun de Souza
Margarete Marin Lordelo Volpato

Introdução

O sistema agroindustrial do café no Brasil envolve tanto o trabalho de homens quanto de mulheres. Não se pode desconsiderar ou subestimar a atuação das mulheres na cafeicultura brasileira. Nos últimos anos, verificase que a mulher tem se tornado protagonista — muitas vezes, é responsável pela introdução de novas práticas de produção e pelo teste de novas formas de cultivo, e ainda se dedica ao artesanato, à culinária e aos agrupamentos sociais, recuperando, dessa forma, a cooperação em todas as esferas produtivas. Ela atua como centro de formação das articulações no meio rural, conectando, muitas vezes por meio da religiosidade, a família e a comunidade. Além disso, movimenta a vizinhança para uma mudança de hábitos (LOVATTO et al., 2010).

Isso reforça a importância do papel que a mulher vem gradativamente ocupando no espaço agrícola. Até recentemente, as mulheres eram percebidas apenas por seu papel reprodutivo, que era desempenhado no âmbito doméstico, diretamente relacionado aos afazeres domésticos e cuidados com a família, atividades consideradas obrigações naturais femininas e que não geram renda (SOUSA; VIEGAS, 2013). Nos dias atuais, as mulheres desempenham outras atividades além de cuidar do lar. Elas atuam de forma relevante nos diversos setores ligados à atividade rural, mas, muitas vezes, não participam das decisões estratégicas. Muitas delas não reconhecem a relevância do trabalho que desempenham, mantendo-se ancoradas em alguma figura masculina, o que dificulta com que sejam vistas, ouvidas e respeitadas como parte interessada e fundamental para o futuro e a sustentabilidade da cafeicultura (MENEZES, 2015).

Considerando que, no Brasil, aproximadamente 81% das fazendas produtoras de café são de base familiar e produzem 38% do café brasileiro, não se pode desconsiderar ou subestimar a atuação das mulheres nesses empreendimentos (IBGE, 2007). Isso se mostra relevante no contexto desta pesquisa porque, embora a mulher tenha uma participação ativa e contínua nas atividades agrícolas familiares, ela é, na maioria das vezes, considerada apenas uma "ajudante", alguém que está ali apenas para oferecer auxílio. Dessa forma, seu trabalho não é reconhecido nem remunerado. Esse fato pode ser observado no estudo de Macedo e Binsztok (2007), em que os autores verificaram que o trabalho feminino na cafeicultura de Rondônia não apresenta grande visibilidade, pois a mulher possui menos liberdade que o homem, que atua como provedor e administrador, sem necessidade de permanecer em casa para cuidar das crianças e das demais tarefas domésticas. A mulher trabalha com o homem nas atividades agrícolas e também em atividades suplementares como ordenha, caça e pesca, porém o seu trabalho é considerado apenas uma forma de "ajuda". Outras autoras que estudaram e assinalaram a existência das desigualdades de gênero e as suas diversas formas denominam esse trabalho de invisível (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Em outras palavras, para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das tarefas domésticas, não sendo considerado um "trabalho" (HEREDIA, 1979).

Em virtude da participação das mulheres em vários segmentos do sistema agroindustrial do café e da pouca valorização e visibilidade do seu trabalho, surgiram propostas de estudo das funções e,

consequentemente, do papel da mulher envolvida com a cultura cafeeira. No entanto, até o momento são poucos os estudos sobre as relações de gênero na cafeicultura (ARZABE; ABU-HANA, 2015; BARROS et al., 2014; MACEDO; BINSZTOK, 2007; MEIRA et al., 2013). Os trabalhos de Meira et al. (2013) e Barros et al. (2014), realizados nos municípios de Barra do Choça, na Bahia, e São Miguel do Anta, em Minas Gerais, respectivamente, abordaram especificamente a dinâmica das relações de gênero com ênfase na categoria "produção".

Sabe-se que é necessário realizar estudos que levem em consideração as diversidades regionais. A falta de estudos regionais e a ausência de dados oficiais sobre a situação e atuação das mulheres na cafeicultura são alguns dos fatores que dificultam o trabalho da Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA Brasil) (MENEZES, 2015) e demais entidades envolvidas na luta pela equidade de gênero na cafeicultura brasileira, com o intuito de alcançar maior sustentabilidade no setor cafeeiro. Este trabalho busca apresentar recortes do perfil de mulheres de distintos setores que compõem o sistema agroindustrial do café nas regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de dar visibilidade e conscientizar a sociedade sobre a importância das mulheres para esse sistema.

Como foi realizada esta pesquisa

A coleta das informações da presente pesquisa foi baseada na aplicação de uma série de questionários do tipo *survey*. Foram entrevistadas 204 mulheres que atuam no sistema agroindustrial do café em três municípios representativos da cafeicultura das mesorregiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes, em Minas Gerais.

Os municípios selecionados para este estudo foram Santo Antônio do Amparo e Bom Sucesso, da região Oeste de Minas, e Lavras, da região Campo das Vertentes (Figura 1). A cafeicultura constitui atividade importante em termos tanto econômicos quanto sociais nos três municípios. Eles estão entre os 150 maiores produtores de café do estado, sendo que Santo Antônio do Amparo aparece em 28º lugar no que se refere à área ocupada pela cafeicultura, segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais (Emater Minas).

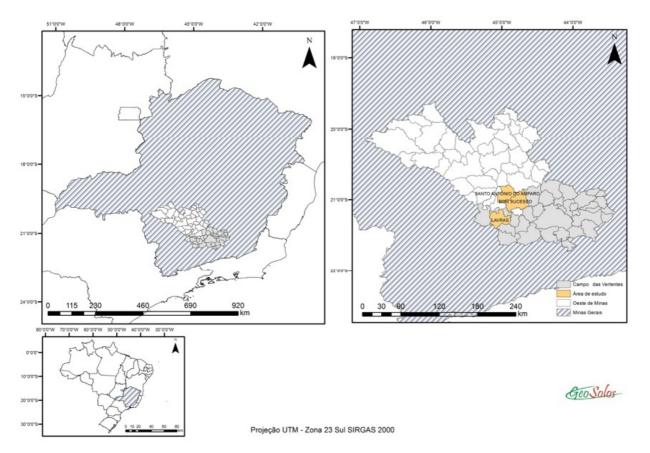


Figura 1. Localização dos municípios de Santo Antônio do Amparo e Bom Sucesso, da região Oeste de Minas, e Lavras, da

região Campo das Vertentes, em Minas Gerais.

As regiões se caracterizam por altitudes acima de 800 m e abaixo de 1.200 m e predomínio de relevo ondulado. As temperaturas média, mínima e máxima anuais são, respectivamente, 20 °C, 14 °C e 26 °C. A precipitação total média é de 1.400 mm.

Foram entrevistadas: produtoras rurais, trabalhadoras rurais, funcionárias de cooperativa agrícola, professoras, pesquisadoras e estudantes. Os questionários foram aplicados em propriedades rurais (sítios e fazendas), na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Bom Sucesso (Cooperbom), na 4ª Semana Internacional do Café ocorrida em Belo Horizonte, no 42º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras realizado em Serra Negra, São Paulo, e nas reuniões técnicas em que essas mulheres estavam presentes. Os questionários foram aplicados de julho a dezembro de 2016 e referem-se à atuação das mulheres no Oeste de Minas e Campo das Vertentes. Nos municípios de Santo Antônio do Amparo e Bom Sucesso, foram entrevistadas mulheres ligadas ao setor produtivo do café e, no Município de Lavras, em razão da presença de importantes instituições de ensino, pesquisa e extensão em café, foram entrevistadas mulheres que atuam nessas áreas. Analisou-se o perfil de 157 trabalhadoras assalariadas na colheita do café, sendo 92 no Município de Santo Antônio do Amparo e 65 no Município de Bom Sucesso. Em Santo Antônio do Amparo, foram também entrevistadas 20 produtoras rurais e, em Bom Sucesso, foi analisado o perfil de sete funcionárias da Cooperbom, que atuam em diferentes setores dentro da cooperativa, como assistência técnica (técnica agropecuária), análises de laboratório (laboratorista), vendas (balconistas), supervisão de vendas, área financeira e recursos humanos. Em Lavras, foram entrevistadas 20 professoras, pesquisadoras e estudantes que trabalham com a cultura do café.

Os resultados foram tabulados, e o tratamento estatístico dos dados foi realizado por meio do software SPSS, que possibilitou a operacionalização das estatísticas descritivas por meio das análises de frequência e percentual.

Perfil das mulheres na cafeicultura das regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes

Este item discorrerá sobre o perfil das 204 mulheres entrevistadas, com os dados consolidados de todos os questionários que foram aplicados – 77% fazem referência às trabalhadoras assalariadas, 10%, às produtoras rurais, 10%, às professoras, pesquisadoras e estudantes, e 3%, às funcionárias da cooperativa.

A primeira questão, representada na Figura 2, evidenciou que a maioria das mulheres (41,1%) possui entre 46 e 59 anos; 26,4% estão na faixa etária entre 36 e 45 anos; 13,7% encontram-se na faixa etária entre 26 e 35 anos; e 12,2% estão entre 18 e 25 anos. Apenas 6,3% das mulheres entrevistadas possuem 60 anos ou mais. Meira et al. (2013), ao realizarem um estudo sobre a dinâmica das relações de gênero no setor produtivo da cafeicultura, entrevistaram 25 mulheres no Município da Barra do Choça, na Bahia, e verificaram que a idade das mulheres variava entre 20 e 50 anos ou acima de 50 anos. No caso da presente pesquisa, vale destacar que 73,8% das entrevistadas apresentam idade maior que 35 anos, o que demonstra a maturidade do público feminino que atua nas regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes.

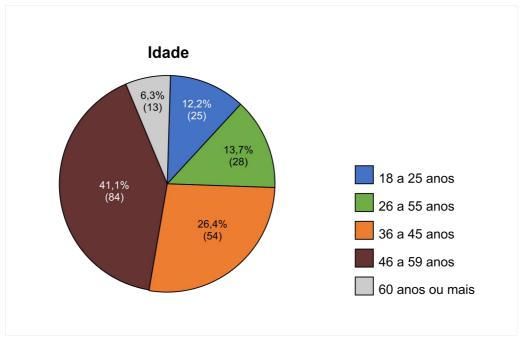


Figura 2. Percentuais e frequências da variável "idade" das entrevistadas das regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes, no período de julho a dezembro de 2016.

A Figura 3 representa a variável "escolaridade", em que a maior parte das entrevistadas (52,9%) afirmou possuir o ensino fundamental incompleto, ou seja, não completou a 8ª série, ou ser não alfabetizada. Resultado similar também foi observado por Meira et al. (2013), que verificaram que mais da metade das mulheres entrevistadas (52%) possuía o ensino fundamental incompleto. Nota-se que as mulheres da região necessitam de mais oportunidades de estudo, principalmente as trabalhadoras rurais assalariadas, conforme veremos adiante.

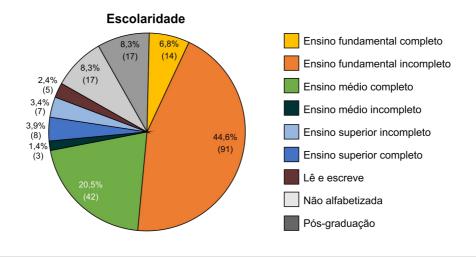


Figura 3. Percentuais e frequências da variável "escolaridade" das entrevistadas das regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes, no período de julho a dezembro de 2016.

A questão apresentada na Figura 4 refere-se à composição familiar. Entre as entrevistadas, 57,3% afirmaram que suas famílias são nucleares, ou seja, são compostas por marido, esposa e filhos. Outras 20,1% declararam que são solteiras, 12,2% declararam que possuem famílias grandes (família nuclear acrescida de outros integrantes, como avós, primos e tios), 5,3% declararam que suas famílias possuem outra composição e 4,9% declararam que são viúvas. Portanto, é possível afirmar que 69,5% das entrevistadas moram junto com seus companheiros. Situação semelhante foi verificada por Siliprandi (2015), que entrevistou 13 mulheres líderes do movimento agroecológico brasileiro e constatou que mais da metade (61,5%) das entrevistadas eram

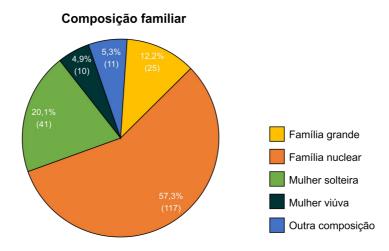


Figura 4. Percentuais e frequências da variável "composição familiar" das entrevistadas das regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes, no período de julho a dezembro de 2016.

A Figura 5 revela a dedicação das mulheres à cafeicultura ao longo do ano. Observa-se que a maior parte (63,1%) das entrevistadas se dedica parcialmente à cafeicultura, sendo que, desse número, 35,2% se dividem entre o trabalho com o café e os afazeres domésticos e 27,9% alternam o serviço da cafeicultura com outro emprego remunerado. Nesse grupo, encontram-se, principalmente, as trabalhadoras assalariadas que não atuam nas propriedades rurais durante todo o calendário agrícola, mas apenas no período da colheita. Dedicam-se integralmente à cafeicultura 23% das mulheres. Os 13,7% restantes referem-se às funcionárias da Cooperbom, que, além de atenderem os produtores de café, também atendem os produtores de leite, milho, feijão e outras culturas ao longo do ano, e também às professoras/pesquisadoras e estudantes que se dedicam à cultura do café.

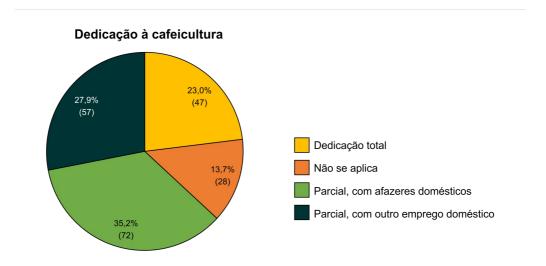


Figura 5. Percentuais e frequências da variável "dedicação à cafeicultura" das entrevistadas das regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes, no período de julho a dezembro de 2016.

Sabe-se que, além de se dedicarem às atividades relacionadas à cafeicultura, essas mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado da prole e do ambiente doméstico (BARROS et al., 2014; CHASSOT, 2004; SILVA; RIBEIRO, 2014). Mesmo com uma participação cada vez maior da mulher no mundo do trabalho, culturalmente o masculino ainda é associado ao exercício das atividades desenvolvidas "fora do espaço de casa", uma vez que o âmbito de trabalho "da casa" ainda é considerado o "lugar da mulher" (LOVATTO et al.,

2010). Segundo Oliveira (2005), essas mulheres estão diretamente vinculadas aos cuidados dos membros da família, desde a alimentação até a higiene, além de exercerem a função de educadoras dos filhos e de conselheiras dos companheiros.

A questão apresentada na Figura 6 refere-se ao futuro dessas mulheres na cafeicultura. Entre as entrevistadas, 72,0% querem continuar atuando no setor, 9,8% pretendem estudar para conseguir um emprego melhor fora da atividade e 8,3% querem estudar para conseguir um emprego melhor na área na qual já atuam. Apenas 2,4% pretendem abandonar a cafeicultura. Resultado semelhante foi observado por Meira et al. (2013), que também constataram a satisfação das mulheres que trabalham com a cafeicultura.



Figura 6. Percentuais e frequências da variável "futuro" das entrevistadas das regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes, no período de julho a dezembro de 2016.

Perfil das trabalhadoras assalariadas na colheita de café

A maioria das trabalhadoras assalariadas não atua nas propriedades rurais durante todo o calendário agrícola, mas apenas no período da colheita (SIMÕES et al., 2016). Também se devem levar em conta as difíceis condições de vida e de acesso às políticas públicas que afetam sobremaneira essas mulheres e aprofundam ainda mais as desigualdades específicas de gênero (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). É necessário conhecer o perfil e a realidade dessas mulheres, os desafios e as dificuldades que elas enfrentam. Acredita-se que essas informações poderão auxiliar no planejamento de ações e políticas públicas que beneficiem as trabalhadoras rurais e, consequentemente, melhorem suas condições de vida. A seguir, serão apresentados os resultados referentes às 157 trabalhadoras assalariadas na colheita do café, sendo 92 do Município de Santo Antônio do Amparo e 65 do Município de Bom Sucesso.

Perfil das trabalhadoras assalariadas na colheita de café no Município de Santo Antônio do Amparo

Entre as entrevistadas em Santo Antônio do Amparo, 43,5% se declararam pardas; 33,7%, negras; 19,5%, brancas; 1,1%, indígena; 1,1%, amarela; e 1,1% não quis declarar. A somatória das entrevistadas que se declararam pardas ou negras foi de 77,2%. Heredia e Cintrão (2006), ao analisarem os avanços das políticas públicas e seus impactos sobre as mulheres rurais, verificaram que a população parda é proporcionalmente maior nas zonas rurais. As autoras inferiram que, além das desigualdades de gênero, na zona rural brasileira, há provavelmente também as desigualdades referentes à etnia. As indicações de Bruschini e Lombardi (2001/2002) reforçam essa hipótese, pois, ao analisarem a consolidação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, perceberam que as mulheres negras ocupam uma posição duplamente desfavorável, isto é, estão sujeitas à discriminação racial e de gênero.

Para a variável "escolaridade", 51,1% das mulheres assalariadas declararam possuir ensino fundamental

incompleto; 25,0%, ensino médio completo; 10,9%, ensino fundamental completo; e 13,0% afirmaram não possuir nenhuma escolaridade. A somatória entre analfabetas e ensino fundamental incompleto é de 64,1% das entrevistadas. Esses resultados demonstram a baixa escolaridade das entrevistadas – nenhuma das 92 participantes possui ensino superior e 12 mulheres são analfabetas. Nota-se que as trabalhadoras rurais assalariadas do Município de Santo Antônio do Amparo necessitam de mais oportunidades de estudo, conforme também se observou nos municípios de Barra do Choça (MEIRA et al., 2013) e Bom Sucesso.

A terceira variável questionou as mulheres se elas possuem computador em casa e se têm acesso à internet. Mais da metade das entrevistadas (54,3%) não possuem computador em casa e também não têm acesso à internet, enquanto 10,9% afirmaram acessar a internet por outros meios, como celular. Barros et al. (2014), ao investigarem os efeitos do trabalho sazonal na colheita do café em São Miguel do Anta, em Minas Gerais, observaram que o acesso aos meios de comunicação se dava através de televisão, antena parabólica, rádio, aparelho de som, DVD e celular rural, mas não incluía o computador e a internet, conforme foi verificado no presente estudo. Acredita-se que o desconhecimento da informática e o receio em adotar novas tecnologias são variáveis que podem dificultar a conquista de um emprego fora do período da colheita do café. Sabe-se que o período da colheita de café na região Campo das Vertentes vai de abril/maio a agosto/setembro, e muitas dessas trabalhadoras só conseguem emprego formal no período da colheita. Nos outros meses do ano, fazem faxinas ou cuidam de crianças e idosos, ou seja, atividades informais sem vínculos ou benefícios como carteira assinada, renda fixa, férias pagas, previdência ou qualquer outra segurança fornecida pelo Ministério do Trabalho.

Entre as 92 entrevistadas de Santo Antônio do Amparo que trabalham nas propriedades rurais durante a colheita do café, nenhuma delas reside na propriedade, ou seja, todas residem na cidade e, na época da colheita, vão todos os dias para as propriedades rurais. Esse fato é comum também em outras áreas produtoras de café do estado, conforme foi verificado nas regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, em que se observa pouca utilização de mão de obra fixa no campo e grande utilização de mão de obra temporária, contratada em períodos específicos (CARMO, 2012).

Ao serem perguntadas há quanto tempo estão na cafeicultura, 57,6% das trabalhadoras assalariadas afirmaram estar há mais de 15 anos; 32,6% responderam entre 4 e 15 anos; e apenas 9,8% disseram menos de 3 anos. Esses resultados sugerem que a maioria das mulheres possui experiência na colheita do café. Resultado semelhante foi encontrado por Meira et al. (2013), que verificaram que a maior parte das entrevistadas assegurou ter de 10 a 25 anos de experiência no setor cafeeiro.

Quando questionadas sobre a renda familiar (desconsiderando o período da colheita), a maioria das entrevistadas (70,7%) declararam receber até um salário mínimo por mês; 22,8%, entre um e dois salários mínimos; e apenas 1,1% recebe acima de dois salários mínimos. Barros et al. (2014) também constataram que a renda familiar das mulheres entrevistadas era relativamente baixa: 49% recebiam de um a dois salários mínimos e 23% recebiam menos de um salário mínimo. Ao serem questionadas sobre o percentual que a colheita do café aumenta em suas rendas, a maior parte delas reportou um aumento de 10% a 30%.

Barros et al. (2014) verificaram que a renda adquirida pelas "apanhadoras" constitui um símbolo de segurança e ganho, proporcionando autonomia e poder de decisão individual. Assim, as mulheres podem, com o dinheiro da "panha", comprar roupas para a família, investir na educação dos filhos, adquirir móveis e eletrodomésticos ou reformar a casa, entre outros. De acordo com Silva et al. (2005), o envolvimento das mulheres rurais em atividades remuneradas pode aumentar a sua independência financeira. Por outro lado, o tempo de repouso para a mulher passa a ser cada vez mais exíguo, enquanto, para o homem, permanece quase o mesmo, o que leva a mulher a realizar uma dupla jornada de trabalho (BARROS et al., 2014).

Com relação à satisfação quanto à qualidade de vida, 40,2% das trabalhadoras rurais declararam estar satisfeitas; 25,0%, muito satisfeitas; e 22,8%, extremamente satisfeitas. A somatória das entrevistadas que se julgam satisfeitas é de 88,0%. Apenas 12% afirmaram estar pouco satisfeitas. Isso sugere que, mesmo com renda e escolaridade baixas, essas mulheres estão satisfeitas. Resultado semelhante foi observado no perfil geral das mulheres nas regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes e também por Meira et al. (2013), que constataram a satisfação das mulheres que trabalham com a cafeicultura.

Perfil das trabalhadoras assalariadas na colheita de café no Município de

Bom Sucesso

Com relação à idade, verificou-se que, entre as mulheres que realizam a colheita manual do café no Município de Bom Sucesso, 32,3% possuem entre 46 e 59 anos; 29,2% estão na faixa etária entre 36 e 45 anos; 18,5% estão entre 26 e 35 anos; 9,2% possuem entre 18 e 25 anos; e 10,8% têm 60 anos ou mais. Resultado semelhante foi observado quando o total dos 204 questionários foi analisado, ou seja, o maior percentual também foi verificado na faixa entre 46 e 59 anos, o que evidencia uma semelhança entre o Município de Bom Sucesso e as duas mesorregiões.

Com relação à escolaridade, mais da metade das mulheres entrevistadas (75,4%) afirmou possuir ensino fundamental incompleto, ou seja, não completou a 8ª série. Dessas, 12,3% classificaram-se como não alfabetizadas e 7,7% apenas leem e escrevem. Resultados similares foram observados por Meira et al. (2013) e também no Município de Santo Antônio do Amparo, onde 52% e 51% das entrevistadas possuem ensino fundamental incompleto, respectivamente. Heredia e Cintrão (2006), ao analisarem a evolução dos dados de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) entre 1992 e 2002, verificaram uma melhoria generalizada no acesso à educação para o conjunto da população brasileira (homens e mulheres de áreas rurais e urbanas), com queda na taxa de analfabetismo e aumento nos anos de estudo, o que aproximou ainda mais mulheres e homens. Apesar do conjunto de melhorias verificado pelas autoras, nota-se ainda que as trabalhadoras assalariadas do Município de Bom Sucesso, a exemplo do que foi observado em Santo Antônio do Amparo e também em Barra do Choça, necessitam de mais oportunidades de estudo para que consigam se qualificar e conquistar emprego também fora do período da colheita.

A maior parte das mulheres entrevistadas (55,4%) trabalha com a cultura cafeeira apenas no período da colheita. No restante do ano, elas ficam responsáveis pelos afazeres domésticos. Apenas 12,3% das entrevistadas afirmaram dedicar-se à atividade cafeeira o ano todo, o que permite inferir que a atuação das mulheres no setor produtivo é muito restrita a essa época do ano agrícola. De acordo com Teixeira (1994), o investimento em formação e capacitação das mulheres rurais para os trabalhos agrícolas pode ser tão importante e urgente quanto o ensino formal, já que aquele aprendizado poderia contribuir para diversificar as opções de trabalho, elevar a renda pessoal e fortalecer a posição pessoal das mulheres.

Quando questionadas sobre a composição do grupo familiar, 73,9% das mulheres afirmaram que suas famílias são nucleares, isto é, compostas por marido, esposa e filhos. Esse resultado corrobora os achados de Meira et al. (2013), que verificaram que 80% das entrevistadas são casadas. O valor encontrado é mais elevado do que o valor verificado no perfil geral das mulheres. Nesse caso, a família nuclear representou 57,3% do total de 204 mulheres entrevistadas (Figura 3).

No que diz respeito ao futuro, mais de 78,5% das mulheres querem continuar colhendo café, pois se sentem satisfeitas. Fato semelhante foi observado por Meira et al. (2013), que também constataram a satisfação das mulheres que trabalham com a cafeicultura.

Perfil das cafeicultoras

Observa-se um maior percentual (60%) de cafeicultoras com idade entre 46 e 59 anos. Cerca de 30% das entrevistadas apresentam idade inferior a 35 anos, e não foi realizada entrevista com cafeicultora menor de idade ou acima de 60 anos.

Quanto ao estado civil das produtoras rurais de café, metade (50%) declarou ser casada ou com união estável e 40% declararam-se solteiras. Em geral, observa-se um maior percentual de mulheres casadas (família nuclear) e com idade entre 46 e 59 anos, semelhante ao que foi verificado no perfil geral e no perfil das trabalhadoras assalariadas de Bom Sucesso. Esses resultados são diferentes dos que foram encontrados nos perfis das funcionárias da cooperativa e das pesquisadoras, professoras e estudantes, em que a maioria das mulheres são mais jovens (26 a 35 anos), sendo que as pesquisadoras, professoras e estudantes são também, na maior parte, solteiras. Para as funcionárias da Cooperbom, tem-se o mesmo percentual de mulheres casadas ou com união estável. No entanto, observa-se ainda um percentual significativo (40%) de produtoras rurais solteiras, mesmo que a maioria das entrevistadas (60%) já apresente uma idade mais elevada (46 a 59 anos). Esses dados, juntamente com as conversas que tivemos durante as entrevistas, nos permitem inferir que

algumas dessas participantes permaneceram solteiras. De acordo com Rodrigues (1993), as mulheres solteiras que não se casam e vivem no meio rural auxiliam nos cuidados com os pais e sobrinhos, além de ajudarem nas lidas da casa e da roça.

Com relação à escolaridade, nota-se que 40% das entrevistadas possuem ensino superior completo e 65% têm ensino médio completo, demonstrando, como era de se esperar, um maior nível de estudo quando comparadas às trabalhadoras assalariadas.

Nota-se que a maioria (45%) das cafeicultoras participantes dessa pesquisa recebem entre dois e cinco salários mínimos por mês, enquanto 25% declararam não possuir renda mensal. Apenas 15% das entrevistadas recebem mais que seis salários mínimos mensais.

Com relação à etnia, 65% se declararam brancas e 35% se declararam pardas, o que difere das trabalhadoras assalariadas de Santo Antônio do Amparo, onde a presente pesquisa apontou um percentual de 77,2% de entrevistadas das raças parda ou negra. De maneira geral, foi possível verificar que as mulheres pertencentes aos perfis com os maiores rendimentos (professoras, pesquisadoras e estudantes, seguidas das produtoras rurais) são em sua maioria brancas, enquanto aquelas com menor rendimento (trabalhadoras assalariadas de Santo Antônio do Amparo) são representadas, principalmente, por pardas (43,5%) e negras (33,7%). Segundo Bruschini e Lombardi (2001/2002), se na distribuição dos rendimentos dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras considerarmos a influência da etnia/raça/cor, poderá se perceber, em primeiro lugar, a situação desfavorável dos trabalhadores da raça negra no mercado de trabalho e, em segundo, a posição duplamente desfavorável das mulheres negras. Em um contínuo decrescente de rendimentos, os homens brancos vêm em primeiro lugar, seguidos das mulheres brancas, dos homens negros e, finalmente, das mulheres negras.

Com relação à propriedade rural, verifica-se que metade (50%) das entrevistadas recebeu a propriedade como herança. Dessas, 15% receberam uma parte da terra de herança e compraram outra gleba, aumentando a área originalmente herdada. No antigo sistema de partilha de herança entre filhos e filhas no meio rural, a filha recebia, ao se casar, um dote em dinheiro ou em bens móveis, não tendo o direito de receber terras. A terra era herdada somente pelos homens (PANZUTTI, 1996). Tradicionalmente, as filhas só herdavam a terra se o marido fosse agricultor (TEIXEIRA, 1994), conforme foi verificado por Brumer (2004). A autora, ao estudar as causas da mais acentuada migração rural-urbana de moças do que de rapazes, verificou que as filhas dos agricultores se tornaram agricultoras porque casaram com um agricultor, o que viabilizou sua participação na herança da terra familiar. A análise de dados estatísticos de abrangência nacional, como os fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permite confirmar a pertinência dessas afirmações para a agricultura brasileira (LOVATTO et al., 2010). Entretanto, esse sistema causou muitos desentendimentos nas famílias, pois as mulheres passaram a reclamar sua parte da herança em terra (PANZUTTI, 1996). Espera-se que o caminho continue avançando para uma maior igualdade na distribuição da herança entre filhos e filhas no meio rural.

Observa-se que a maior parte (80%) das produtoras se dedica parcialmente à propriedade, sendo que 45% desse total correspondem às mulheres que se dividem entre o trabalho na roça e outro emprego remunerado. Mais de um terço das mulheres (35%) alternam o serviço do sítio/fazenda com os afazeres domésticos, enquanto 20% dedicam-se integralmente ao cultivo da terra. Algumas transformações na estrutura familiar, como o crescimento do desemprego dos chefes de família, levaram mais mulheres, em particular as casadas e com filhos, a ingressar na força de trabalho, buscando complementar o orçamento familiar (DAMASCENO, 2010). Para Teixeira (1994), a mulher, ao trabalhar e lutar pela sua independência, mostrou que é capaz de exercer vários papéis, garantindo assim maior participação na sociedade.

Quando as produtoras foram questionadas sobre a existência de igualdade entre os salários de homens e mulheres, 65% das participantes acham que os salários entre os dois sexos não são iguais, 25% declararam que o valor do salário é igual e 10% disseram que depende da competência de cada profissional. Perguntadas sobre o futuro, 19 mulheres (95%) declararam o desejo de continuar produzindo café. Uma produtora quer aumentar sua área de produção a fim de produzir mais café, enquanto apenas uma participante revelou a vontade de se aposentar. Assim como as trabalhadoras assalariadas, as cafeicultoras demonstram satisfação com relação ao seu trabalho e pretendem manter-se na atividade.

Com relação à idade das funcionárias da cooperativa, nota-se tratar de um público jovem, uma vez que a totalidade das entrevistadas apresenta menos de 45 anos. Dessas, mais de 85% têm menos de 35 anos.

Quanto ao grau de escolaridade, 28,6% das entrevistadas possuem ensino superior completo e 65% têm ensino médio completo, o que demonstra, como era de se esperar, um maior nível de estudo quando comparadas às trabalhadoras assalariadas.

Quanto à renda mensal, 42,8% das entrevistadas recebem entre um e dois salários mínimos e o mesmo percentual recebe entre dois e cinco salários mínimos. Nenhuma das entrevistadas relatou salário superior a seis mínimos ou receber menos que um salário mínimo.

Com relação ao estado civil, 42,8% das entrevistadas são solteiras e o mesmo percentual é de mulheres casadas ou com união estável. Destaque deve ser dado ao número de filhos: nenhuma das mulheres afirmou ter mais de um filho, o que parece ser uma tendência dos dias atuais. A maioria (57,1%) possui apenas um filho, e o restante não possui filhos.

Em geral, quando os dados das funcionárias da cooperativa são comparados com os das trabalhadoras assalariadas (mulheres que colhem os grãos de café), observa-se uma redução da idade e um aumento tanto do nível de escolaridade quanto da renda mensal das mulheres que trabalham na Cooperbom. Verifica-se ainda um menor percentual de mulheres casadas e com filhos, o que corrobora os achados de Ribeiro (2017), que relatou que mulheres com maior grau de escolaridade diminuem as taxas de natalidade e casam-se com idades mais avançadas.

Com relação ao tempo de serviço na área profissional, o público entrevistado apresenta experiência, uma vez que mais de 85% trabalham há mais de 8 anos no setor cooperativo. Quando questionadas quanto ao motivo da escolha da área de atuação, as principais respostas foram influência dos estudos, interesse próprio e oportunidades, todas com 28,57%.

Ao serem questionadas sobre a existência de igualdade entre os salários de homens e mulheres, 42,8% das entrevistadas disseram que os salários entre os dois sexos não são iguais, 42,8% declararam que o valor do salário depende da competência de cada profissional e 14,3% mencionaram que os salários são iguais. A maioria (57,1%) das funcionárias da cooperativa mencionou a existência de diferença na forma de tratamento voltado para homens e mulheres na área em que atuam. Entre os aspectos negativos, citaram o fato de as pessoas eventualmente acharem os homens mais capacitados que as mulheres, e, portanto, mais confiáveis; mas, entre os aspectos positivos, consideraram que as pessoas acham que as mulheres se comunicam melhor e geralmente são mais educadas.

Segundo Damasceno (2010), a participação feminina no mercado de trabalho cresceu significativamente nas últimas décadas. As mulheres estão presentes em todos os segmentos e classes empresariais, apesar de ainda existirem desigualdades de oportunidades no mundo do trabalho, diferenciais de rendimentos entre os dois sexos e obstáculos aos planos de ascensão a cargos de chefia.

Inúmeras vezes o trabalho feminino foi considerado ajuda ou complemento ao trabalho masculino. Atualmente, avançou-se o caminho para a igualdade entre os sexos, em função da luta permanente das mulheres em busca de espaço e reconhecimento profissional, que vem assegurando direitos e garantindo novas oportunidades (SERPA, 2010). No entanto, é necessário que esse esforço continue para que se reduza a diferença entre homens e mulheres, conforme foi observado no presente estudo, e, consequentemente, alcance-se maior igualdade entre os sexos no sistema agroindustrial do café.

Nenhuma das respondentes afirmou estar pouco satisfeita ou insatisfeita, e 57,1% se disseram satisfeitas com a qualidade de suas vidas. O restante das respondentes declarou-se de muito satisfeita a extremamente satisfeita.

Ao serem perguntadas sobre o futuro, todas declararam o desejo de continuar trabalhando no sistema agroindustrial do café. De acordo com Meira et al. (2013), essas mulheres possuem autoestima elevada, pois estão satisfeitas com sua vida, que inclui trabalhar com o café, ter uma família e ter seu próprio dinheiro para comprar o que desejam ou investir em algo novo. Para Damasceno (2010), elas querem recompensas não apenas financeiras, mas também «intrínsecas», como satisfação, bem-estar e sensação de colaborar com algo

Perfil das professoras, pesquisadoras e estudantes

Com relação às professoras, pesquisadoras e estudantes, trata-se de um público jovem – 85% das entrevistadas apresentaram idade inferior a 35 anos. Resultado semelhante foi observado no perfil das funcionárias da cooperativa. Esses resultados são contrários aos que foram vistos nos perfis das trabalhadoras assalariadas e produtoras rurais, em que a maioria das entrevistadas afirmou possuir entre 46 e 59 anos. Nesse grupo, 70% das entrevistadas são solteiras e 30% são casadas ou com união estável.

No grupo entrevistado, como era de se esperar, todas estavam na faculdade ou eram formadas ou pósgraduadas. Destaque para os 65% das entrevistadas que já possuíam pós-graduação, o que demonstra um alto nível de escolaridade, apesar de a maioria ainda ser jovem. A renda mensal variou de não possuir salário a receber 10 salários mínimos.

Observa-se que as professoras, pesquisadoras e estudantes apresentam o maior grau de escolaridade e a mais alta renda mensal entre os perfis analisados (trabalhadoras assalariadas, produtoras rurais e funcionárias da cooperativa). Uma constatação recorrente é a de que, independentemente do gênero, a pessoa com maior nível de escolaridade tem mais chances e oportunidades de inclusão no mercado de trabalho (CAMARGO, 2017; GUIMARÃES, 2003), e, consequentemente, maior renda mensal.

Nota-se que a maioria das entrevistadas (80%) declarou ser branca, resultado similar ao apresentado no perfil das produtoras rurais (65%). No entanto, difere do perfil das trabalhadoras assalariadas, em que 43,48% afirmaram ser pardas, 33,70%, negras e apenas 19,57%, brancas. Esses dados reforçam os achados apresentados por Guimarães (2003), de que as mulheres brancas possuem maior grau de escolaridade. A autora, ao avaliar o projeto de vida de 140 mulheres a partir de sua inserção no ensino superior, verificou que as alunas brancas estão em maioria no ensino superior, seja ele público ou privado (em nível público, esses números são ainda mais elevados). Já as alunas negras no ensino superior são minoria tanto no sistema público de ensino quanto no privado.

Ao serem questionadas sobre a existência de igualdade entre os salários de homens e mulheres, 80% das participantes disseram que os salários entre os dois sexos não são iguais, 15% declararam que o valor do salário é igual e 5% não souberam responder. Conforme estudos recentes, a mulher tem tido uma inserção maior no mercado de trabalho. Constata-se também uma melhora nas diferenças salariais entre os sexos. Contudo, ainda não foram superadas as recorrentes dificuldades encontradas pelas trabalhadoras em termos de equiparação salarial com homens que ocupam os mesmos cargos/ocupações e de acesso aos cargos de chefia (CAMARGO, 2017).

Ao serem perguntadas se existem mais homens ou mulheres em sua área de atuação dentro do sistema agroindustrial do café, 80% das mulheres afirmaram existir mais homens e 20% disseram haver igualdade entre os sexos. Em geral, esses resultados corroboram aqueles encontrados por Arzabe e Abu-Hana (2015), que realizaram uma análise de gênero no âmbito da pesquisa científica direcionada ao tema do café. Os autores verificaram que há mais líderes de projetos de pesquisa do sexo masculino que do sexo feminino. Em média, 70% dos projetos são coordenados por homens. O percentual é ainda mais elevado no caso das bolsas de maior valor, sendo 90% destinadas a profissionais masculinos com maior experiência. Por outro lado, destacase a predominância do público feminino no que tange às bolsas destinadas a mestres e doutores. Foi observado um aumento percentual expressivo de bolsas dessas modalidades concedidas a mulheres em 2014. Esse quadro permite sugerir um cenário futuro no qual os projetos serão coordenados por um número maior de mulheres, tendendo a uma maior equidade de gênero em todas as categorias, inclusive nas bolsas destinadas aos profissionais com mais experiência. De acordo com Arzabe e Abu-Hana (2015), dois estereótipos de gênero funcionam como barreiras às mulheres no campo da ciência: a) a manutenção do papel da mulher como principal responsável pelo cuidado da prole e do ambiente doméstico (CHASSOT, 2004; SILVA; RIBEIRO, 2014); e b) a caracterização de certas áreas do conhecimento como sendo tipicamente masculinas, como é o caso das ciências agrárias (CUNHA et al., 2014). Rigolin et al. (2013), ao estudarem a ciência e tecnologia no contexto dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), também registraram que, na área temática ciências agrárias, ainda há um menor número de mulheres líderes.

Com relação ao futuro, 95% das entrevistadas afirmaram o desejo de continuar atuando no setor cafeeiro, pois se sentem satisfeitas, resultado semelhante ao que foi observado nos demais perfis analisados (trabalhadoras assalariadas, produtoras rurais e funcionárias da cooperativa).

Considerações finais

O presente estudo possibilita a visualização do perfil das mulheres que atuam em distintos setores do sistema agroindustrial do café nas regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes, incluindo dados sobre diversidade étnica, econômica e educacional dessas mulheres. Dessa forma, as informações apresentadas visam provocar e auxiliar no planejamento de ações e políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, especialmente daquelas mais carentes, que são as trabalhadoras assalariadas responsáveis pela colheita do café. É importante ampliar a visibilidade e conscientizar as pessoas sobre a importância do trabalho realizado por elas para o sucesso e o desenvolvimento sustentável da cafeicultura nas regiões Oeste de Minas e Campo das Vertentes.

Referências

ARZABE, C.; ABU-HANA, R. Uma abordagem de gênero no universo da pesquisa sobre café. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 9., 2015, Curitiba. **Anais**... Brasília, DF: Embrapa Café, 2015. Não paginado.

BARROS, V. A. M.; FIÚZA, A. L. C.; SILVEIRA, L. N. da; PEREIRA, G. A. Os efeitos do trabalho sazonal das mulheres na colheita do café em um campo em transformação. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 715-734, 2014.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio grande do sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 157-196, 2001/2002.

CAMARGO, O. **A mulher e o mercado de trabalho**. Disponível em: http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/a-mulher-mercado-trabalho.htm>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CARMO, M. A. A. Migrações temporárias e as relações de trabalho no campo: o caso da cafeicultura do cerrado. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Territórios em disputa**: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia: Ed. Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-14.

CHASSOT, A. A ciência é masculina? É, sim senhora!... Contexto e Educação, ano 19, n. 71/72, p. 9-28, 2004.

CUNHA, M. B.; PERES, O. M. R.; GIORDAN, M.; BERTOLDO, R. R.; MARQUES, G. Q.; DUNCKE, A. C. As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. **Educación Química**, v. 25, n. 4, p. 407-417, 2014.

DAMASCENO, L. D. J. **Empreendedorismo feminino**: um estudo das mulheres empreendedoras com modelo proposto por Dornelas. 2010. 58 f. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza.

GUIMARÃES, A. L. **Por que hoje no Brasil mais mulheres buscam o ensino superior?**: trajetórias educacionais, família e casamento em questão. 2003. 215 f. Tese (Doutor em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**: resultados preliminares. [Brasília, DF, 2007]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acesso em: 28 jul. 2017.

- LOVATTO, P. B.; CRUZ, P. P.; MAUCH, C. R.; BEZERRA, A. A. Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. **Redes**, v. 15, n. 2, p. 191-212, 2010.
- MACEDO, G. R.; BINSZTOK, J. Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas. **Revista Nera**, ano 10, n. 10, p. 37-56, 2007.
- MEIRA, A. L.; SANTOS, P. R. P.; CONCEIÇÃO JÚNIOR, V.; OLIVIERA, D. F.; OLIVIERA, H. H.; SOUZA, S. E. Uma abordagem sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café no município da Barra do Choça Bahia. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 8., 2013, Salvador. **Sustentabilidade e inclusão social**. Brasília, DF: Embrapa Café, 2013.
- MENEZES, R. S. S. A sustentabilidade da cafeicultura nas mãos das mulheres. In: CONFERÊNCIA "WOMEN IN THE WORLD OF COFFEE FOSTERING THE QUIET REVOLUTION", 2., 2015, Milão. [Anais...] Trieste: [s.n.], 2015.
- OLIVEIRA, N. Grupos mulheres da terra: abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica. **Revista Mulher e Trabalho**, v. 5, p. 101-112, 2005.
- PANZUTTI, N. P. M. Mulher rural: eminência oculta. Informações Econômicas, v. 26, n. 3, p. 9-23, 1996.
- RIBEIRO, P. S. **O papel da mulher na sociedade**. Disponível em: http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm>. Acesso em: 28 jul. 2017.
- RIGOLIN, C. C. D.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Métricas da participação feminina na ciência e tecnologia no contexto dos INCTs: primeiras aproximações. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 1, p. 143-170, 2013.
- RODRIGUES, L. L. O avesso do casamento: uma leitura antropológica do celibato camponês feminino. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 139-166.
- SERPA, N. C. A Inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: questão de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-21.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. 352 p.
- SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Ciência Educação**, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.
- SILVA, M. F.; ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. O turismo rural e as organizações sociais locais no distrito de São Pedro, Bento Gonçalves RS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 7, n. 3, p. 335-344, 2005.
- SIMÕES, N. M.; NAVES, B. A. R.; BALIZA, P. B.; PEREIRA, S. P.; CASTANHEIRA, D. T.; ROSA, B. T. Perfil das trabalhadoras assalariadas na colheita de café em Bom Sucesso MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISAS CAFEEIRAS, 42., 2016, Lavras. **Anais**... Serra Negra: Fundação Procafé, 2016. p. 388-420.
- SOUZA, R. E. M.; VIEGAS, L. P. Os múltiplos papéis assumidos pela mulher no campo: a territorialidade das agricultoras familiares do assentamento banco da terra MT. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, 5., 2013, Cuiabá. Anais... Cuiabá: Ed. Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.
- TEIXEIRA, Z. A. Perspectiva de gênero na produção rural. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1994. 85 p.



Núcleos femininos de trabalhadoras do café no Espírito Santo¹

Maria Beatriz Nader

Introdução

A mulher sempre trabalhou. No Brasil, entretanto, o trabalho feminino, desde o início do Período Colonial, foi desconsiderado como atividade produtiva. A causa desse ultraje, podemos considerar, consiste no fato de haver uma necessidade do patriarcado em manter a mulher em situação de subalternização e em condição de dependência. Não se trata aqui de discutir tal necessidade, mas é sempre bom pontuar que o processo de historicidade do patriarcado tem sido caracterizado por uma trajetória construída pela dominação masculina e pela dependência feminina, no interior de um cenário montado a partir da lógica de exploração da mulher e da divisão sexual do trabalho. Isso faz parte de uma história de contradições e desigualdades sociais, marcada pelo autoritarismo e violência familiar.

Falar de trabalhos realizados por mulheres no Brasil é, portanto, repensar a presença de mulheres no processo de sobrevivência desde a colonização até os dias atuais. Mesmo diante das penúrias passadas pelos desbravadores durante a composição das sociedades açucareiras no Nordeste e a abertura dos sertões em outras regiões para o plantio do café, elas integraram as comitivas e participaram da força de trabalho². A historiografia e a literatura desconsideram a presença feminina nas derrubadas das florestas e fazem pouco caso dessa mão de obra no plantio, na colheita e na comercialização de grãos.

Apesar de ter havido falta de mulheres brancas durante muitos anos na América portuguesa, a presença da escravidão indígena e negra favoreceu padrões semelhantes de organização familiar e de trabalho, com a dependência da mão de obra feminina. As mulheres negras e índias, com frequência, desempenharam um papel relevante na força de trabalho e no crescimento da economia da colônia e, posteriormente, do País. No resgate da memória do trabalho feminino no Brasil, este aparece predominantemente sendo doméstico, integrando uma rede de atividades tipicamente manuais e de sobrevivência. Atreladas pela história ao espaço doméstico, as mulheres tiveram seus trabalhos desvalorizados, embora tenham realizado, dentro das fronteiras familiares, um papel essencial para o crescimento da economia brasileira. Esse foi tão importante quanto aquele realizado fora dos muros domésticos, no mais das vezes sob a responsabilidade dos homens. O problema é que, no Brasil, o trabalho manual durante três séculos foi desconsiderado como "trabalho", pois era coisa de negro escravo, e por consequência, tal consideração passou também para o trabalho manual realizado por mulheres, pessoas de "segunda classe" (NADER, 2008).

Assim como todas as mulheres brasileiras, as capixabas também estavam em equilíbrio com os homens na força de trabalho. Independentemente de as mulheres, na gênese das sociedades modernas, terem sido isoladas nos espaços privados do lar, as capixabas não deixaram de exercer sua parte complementar na manutenção da balança econômica e sociológica. Os trabalhos feminino e masculino, de caracteres diferenciados, principalmente nas plantações e na comercialização de grãos, tornaram-se esferas complementares que davam suporte uma à outra, fortalecendo e construindo a sociedade capixaba.

O trabalho doméstico exercido pelas mulheres foi essencialmente necessário e útil quando dele dependia a sobrevivência da família espírito-santense. Durante a vigência do sistema econômico fundamentado na agricultura, os homens que não adquiriam recursos suficientes para manter a estrutura familiar se beneficiaram da mão de obra feminina, que não se limitava à responsabilidade de operacionalizar a alimentação consumida pela família. A mulher preparava produtos que eram utilizados por todas as pessoas da unidade doméstica, do fio de algodão para os tecidos que costuravam roupas e agasalhos aos produtos que podiam ser

comercializados no mercado, como doces, chapéus, bebidas, couro, entre outros (MORANDI, 1984). A percepção de produção em conjunto com outras pessoas, ou seja, o trabalho colaborativo das mulheres com o trabalho realizado pelos homens, muitas vezes não é considerada pela família, que enxerga a atividade feminina como mera "auxiliar" da atividade masculina. Ou seja, mesmo atuando de forma relevante em diversos setores ligados à agricultura, muitas mulheres até hoje não participam de decisões estratégicas que beneficiam a propriedade, nem mesmo daquelas que promovem o bem-estar da família. Muitas vezes, as próprias mulheres não reconhecem a relevância do trabalho que desempenham, mantendo-se ancoradas em alguma figura masculina, seja pai, irmão ou marido/companheiro.

Especificamente com relação à produção cafeeira, apesar de as mulheres trabalharem no campo lidando com a produção do café e desenvolverem a mesma atividade desempenhada pelo homem, elas percebem um salário menor e têm a necessidade de empreender outras atividades para colaborar com a existência da família. Mesmo desenvolvendo atividades que agregam valor ao café, muitas mulheres ainda têm a visão de que seu trabalho não é tão importante quanto o de seus parceiros de trabalho e convivem com salários mais baixos no desempenho da mesma tarefa. Pelo histórico das considerações patriarcais do comportamento feminino, essas mulheres encaram suas próprias atividades com certa desvalorização. Isso mostra que, embora a mulher tenha uma participação ativa e contínua no sistema agroindustrial do café, seu trabalho ainda não é reconhecido e valorizado, principalmente nos segmentos mais relacionados à produção.

É sobre essas mulheres que desenvolveram estratégias de sobrevivência a partir da cultura do café no Estado do Espírito Santo que este ensaio irá discorrer. Para tanto, lançaremos mão dos resultados das análises obtidas pelo questionário elaborado pela Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA Brasil), ao qual responderam 154 mulheres moradoras/trabalhadoras de áreas rurais do Espírito Santo. São mulheres produtoras dos cafés arábica (*Coffea arabica*) e conilon (*Coffea canephora*) que habitam as Montanhas do Espírito Santo e a região conhecida como Conilon Capixaba. As informações obtidas nesse instrumento de pesquisa, além de contribuírem para a confecção deste ensaio, com certeza servirão como mais um esboço para o esclarecimento da realidade da mulher trabalhadora capixaba.

O café no Espírito Santo

A economia do Espírito Santo, a partir de meados do século 19, consolidou-se com o plantio do café. Introduzido em terras capixabas, em poucas décadas o café substituiu a parca produção açucareira que ali subsistia desde o início da colonização portuguesa. O desbravamento das florestas, a instalação das plantações de mudas do produto, a abertura de vias para o interior e o assentamento de imigrantes europeus deslocaram definitivamente a prática da lavoura tradicional para o plantio do café feito por mãos escravas no sul para alocarse em quase todas as regiões do estado. O chamado "ouro negro" destacou-se como poder econômico e suplantou toda a produção agrícola do Espírito Santo.

Foi de grande colaboração para o crescimento da produção cafeeira capixaba a imigração europeia que, desde o final da primeira metade do século 19, fixou-se em terras recém-desbravadas ou ainda por serem preparadas para o cultivo do café. Primeiramente, a população alemã foi levada para a região montanhosa da província e fixou-se na Colônia de Santa Isabel, local de clima parecido com o da Europa, o que facilitou enormemente a aclimatação na região das montanhas capixabas. Após alguns anos, os italianos chegaram e foram levados para outras regiões montanhosas do estado. Depois, vieram outros povos europeus, entre eles pomeranos, poloneses, holandeses e suíços, todos de regiões europeias bem frias.

Era uma população que, além de enfrentar os obstáculos da viagem, deparou com o clima tropical, com o qual não estava acostumada, a falta de escrúpulos dos agenciadores de mão de obra e alocações em terras inférteis, com pouca ou quase nenhuma contribuição do governo. Aproveitaram-se desses trabalhadores imigrantes os grandes proprietários de terras, que, para obter vantagens de toda sorte, retalharam suas próprias terras em pequenos lotes e as venderam por preço exíguo aos europeus, obrigando-os, de certa forma, a se endividarem e se comprometerem a repassar parte de sua produção como forma de pagamento. Os europeus arrotearam essas pequenas faixas de terras e as transformaram em propriedades de trabalho de economia familiar, pois havia necessidade de que todas as pessoas da família se envolvessem na produção do café. Dessa forma, desde o século 19, o café proporcionou ao Espírito Santo, que vivia profundo atraso econômico, uma forma peculiar de povoamento, que foi a retaliação de "grandes unidades produtivas escravocratas em

pequenas propriedades familiares constituídas a partir da colonização europeia" (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 29).

Nas pequenas propriedades de economia familiar, foi produzido o café arábica. Após a segunda metade do século 19, sua produção deu início a um processo de expansão econômica que promoveu a ocupação das terras antes habitadas somente por índios e permitiu a integração do Espírito Santo no mercado mundial. Para a historiografia capixaba (BITTENCOURT, 1987a, 1987b; CANO, 2002; FERREIRA, 1987; NOVAES, 1969; OLIVEIRA, 1975), o café foi o principal elemento de determinação econômica na tomada de áreas totalmente despovoadas no interior do estado.

Segundo Rocha e Morandi (2012), a cafeicultura, que se tornou a atividade econômica de maior relevância do Brasil, propiciou uma base econômica no Espírito Santo que, aos poucos, no sentido do sul para o norte, proporcionou a criação de centros urbanos e favoreceu a construção de estradas de ferro e a ampliação do porto de Vitória. Além disso, os autores afirmam que essa infraestrutura moldou "uma estrutura produtiva de comércio e de serviços que serviam como apoio à dinâmica do café" (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 29).

Inicialmente plantado nas regiões montanhosas da província, o café expandiu-se e chegou a quase todas as regiões do estado graças às estradas de rodagem e à construção de ferrovias. Plantado em caráter experimental no Vale do Rio Doce por volta dos anos 1920, a produção de café satisfez com seus resultados a economia espírito-santense e teve uma incrementação nas cercanias de Vitória e no litoral, abrangendo agora todos os povoados das regiões norte e sul do Espírito Santo.

Informações obtidas com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café do Espírito Santo (CETCAF) mostram que, já nas primeiras décadas do século 20, o café levou o estado ao terceiro lugar na produção nacional (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CAFÉ DO ESPÍRITO SANTO, 2017). Em 1926, o estado atingiu a marca de mais de um milhão de sacas exportadas, e o produto ficou responsável por grande parte dos recursos estatais, influenciando as demais transações comerciais e a própria indústria adjacente. O resultado monetário da exportação do café possibilitou a construção de estradas e pontes, financiou energia elétrica e urbanização de várias cidades, além de prover outras melhorias no desenvolvimento da capital do estado, Vitória.

Após a Segunda Guerra Mundial, o consumo de café foi estimulado na Europa e nos Estados Unidos, fato que encorajou a plantação de mais mudas no Espírito Santo. Isso elevou as safras em torno de 53%, e a comercialização do produto pelo porto de Vitória teve seus preços aumentados consideravelmente. Só no início da década de 1950, 44.170 pequenas propriedades foram catalogadas no estado, e as áreas cultivadas com o produto aumentaram em 39,4%, chegando a produzir, em 1951, mais de dois milhões de sacas (SIQUEIRA, 2001).

Toda essa expansão acentuou o peso da cafeicultura na economia capixaba. Em 1960, 80% da população economicamente ativa (PEA) ligada à agricultura estava empregada nos cafezais e no setor de comércio do produto. O café não só monopolizava a economia capixaba, mas também incentivava a economia de todas as regiões cafeeiras do País e de vários lugares do mundo, que ampliaram de forma significativa sua capacidade produtiva (ROCHA; MORANDI, 2012).

Contudo, era um comércio que oscilava e promovia instabilidade no setor, muitas vezes provocando a queda de preços do produto em todo o mundo. Como exemplos, tomamos os anos de 1955, quando se registrou uma queda de 29%, e 1959, quando a queda foi de 51,7% em relação ao preço médio de 1954. Nessa época, o governo federal, buscando controlar os preços do café, promoveu uma política econômica em todo o País cujas diretrizes pretendiam ocasionar a erradicação dos cafezais improdutivos, a diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e a renovação de uma parcela dos cafezais. Para o Espírito Santo, as duas últimas diretrizes não tiveram consequências significativas, mas a erradicação transformou profundamente a economia do estado, ocasionando grande transtorno social no interior e notadamente na região hoje conhecida como Região Metropolitana de Vitória (NADER, 2008).

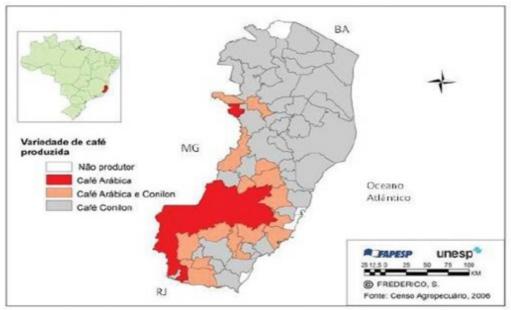
Acrescente-se a isso o fato de os investimentos em aplicações de técnicas modernas de cultivo e o beneficiamento do produto há muito tempo serem pequenos, o que gerava um baixo nível de produtividade e tipos "baixos" de café, não apropriados para a exportação. Além disso, surgiu a proposta de uma indenização paga pelo governo por cova erradicada, o que deve ter significado para os cafeicultores um negócio bem mais

atraente e muito mais rentável do que manter a planta e fazer a colheita do produto, sendo que, muitas vezes, não se tinha a quem vender. Como se não bastasse, em 1962, foi detectada uma doença até então desconhecida no País, a ferrugem. Produzido em larga escala no Espírito Santo, o café arábica foi atingido pela doença em mais da metade dos cafezais, o que levou o governo federal a incentivar a erradicação de aproximadamente 230 mil pés de café. Isso acentuou os graves reflexos sociais e econômicos já existentes no estado.

O profundo abalo provocado pela política federal de erradicação dos cafezais improdutivos não foi compensado pelos programas de estímulo à diversificação da produção agrícola, o que levou o Espírito Santo a defrontar-se com graves problemas. Em consequência, a crise econômica que se abateu sobre a população capixaba tornou imperativa a necessidade de diversificar a tradicional base agrícola, que, desde o século 19, era dependente de um único produto. O café arábica, que era o "ouro negro" dos capixabas, agora proporcionava à economia capixaba situações de depressão e pobreza. Antes, quando ocorria uma queda nos preços ou mesmo quando era grande sua oferta, havia apreensões, mas essas não alteravam as estruturas da economia do estado. Agora, era necessário haver uma mudança profunda nessa dependência de um só produto.

A partir do problema gerado pela ferrugem, ficou quase impossível replantar mudas do café arábica. Restou, assim, a possibilidade de expandir o plantio do café conilon. Introduzido no estado no início do século 20, esse tipo de café foi primeiro plantado em uma pequena fazenda no Município de Cachoeiro do Itapemirim. Durante determinado tempo, depois de vários estudos, mudas de conilon foram levadas para outros municípios capixabas, e logo seu plantio foi expandido. A empresa Real Café Solúvel consolidou o plantio do conilon no estado, e o Instituto Brasileiro do Café do Espírito Santo (IBC/ES) iniciou pesquisas para a reprodução vegetativa desse café, alcançando resultados satisfatórios. Posteriormente, mudas clonais foram produzidas, e a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa) iniciou novo processo de produção e maturação dos grãos, promovendo uma revolução tecnológica no setor.

Atualmente, conforme o CETCAF, o Espírito Santo ocupa o segundo lugar em produção de café no País, sendo o maior produtor brasileiro de café conilon e detendo 70% da produção nacional. Ainda de acordo com o CETCAF, em 2012, o Espírito Santo possuía 82.400 propriedades rurais, das quais 68,16% contemplam a produção de café. Desse universo, 40,43% produzem café arábica e 59,57% cultivam o café conilon (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CAFÉ DO ESPÍRITO SANTO, 2017) (Figura 1).



^{*} Foram considerados municípios produtores de Arábica ou Conilon, aqueles em que 90% ou mais da área plantada correspondia a uma única espécie. Os municípios que apresentaram percentual de diferença inferior a 90% foram considerados produtores de ambos os tipos.

Figura 1. Municípios produtores de cafés arábica e conilon, Espírito Santo. 2006. Fonte: Frederico (2013).

Em 2016, estimava-se uma produção de 3.502.000 sacas de café arábica e de 5.953.000 sacas de café conilon. Mesmo passando pelo pior período de seca do século 21, segundo dados divulgados em jornais locais, o Espírito Santo colheu aproximadamente 9 milhões de sacas de café, sendo 4 milhões de arábica e pouco mais de 5 milhões de conilon.

Mulheres trabalhadoras do café do Espírito Santo

Tanto as mulheres das camadas mais abastadas da sociedade quanto as mulheres pobres convivem com o trabalho, desenvolvendo-o cada uma de acordo com a sua necessidade, pois a sociedade brasileira jamais prescindiu da mão de obra feminina. No que diz respeito à inserção das mulheres, negras ou brancas, no mercado de trabalho brasileiro, algumas atividades desenvolvidas por elas há muito tempo fogem aos padrões de serviços domésticos tradicionais aos quais a história as atrelou em nome da exploração sexual do trabalho. No Brasil, o Recenseamento da População do Império do Brazil, de 1872, já enumerava atividades exercidas por mulheres fora de casa, mesmo quando as atividades tinham a ver com aquelas desenvolvidas dentro do espaço doméstico. Eram trabalhos manuais, como produção e venda de doces, costura e lavagem de roupas, e jornadas de serviços considerados femininos, como cuidar de casas e de crianças. Além disso, o recenseamento também computava como serviços realizados por mulheres no mercado público de trabalho funções consideradas tipicamente masculinas, como criadoras de animais, manufatureiras e fabricantes, operárias em couro e peles, operárias em calçados, professoras, capitalistas e proprietárias, guarda-livros e caixeiras, operárias em vestuários, operárias em tinturaria e operárias em chapéus. Todas essas atividades eram desenvolvidas por mulheres livres e escravas, com uma pequena variação de condição e etnia. Assim, havia pouca flutuação entre a mão de obra das mulheres livres pobres e das mulheres escravas, que integravam o cotidiano das atividades urbanas brasileiras.

Pouco se sabe sobre a participação das mulheres no mercado público de trabalho no Espírito Santo até o início do século 20. Mas, diante do conhecimento de que havia pouco trabalho para os homens, deduz-se que o mercado público de trabalho para as mulheres fosse bem escasso. Seguindo o quadro de profissões emoldurado pelo recenseamento de 1872, observamos que havia complexidade das atividades de base econômica, e a presença feminina no mercado informal de trabalho possuía grande variedade de ocupações em espaços regionais diversos. No interior do Espírito Santo, especificamente no assentamento dos povos imigrantes europeus e posteriormente dos povos asiáticos, o sistema de relações de produção familiar envolvia mão de obra de todos os membros da família, sem distinção de sexo, ou seja, a mulher exercia atividades iguais àquelas desenvolvidas pelos homens, participando desde da derrubada de florestas e das plantações até das colheitas.

Muito embora as atividades das mulheres no campo fossem exercidas ao lado dos homens da família, a sociedade definia bem as funções que elas deveriam executar dentro dessas pequenas propriedades. A cultura de tradição religiosa efervescente manipulava a formação feminina, moldando a educação da mulher para a constituição de uma família. O principal papel a ser desempenhado por ela era o de esposa e mãe, independentemente do fato de ela atuar na lida do campo com os homens da família.

No contexto das atividades sociais do trabalho do universo rural capixaba, as mulheres tinham também a incumbência de exercer o papel de enfermeiras e parteiras, de trabalhar na cozinha, de fazer corte e costura, e de cuidar da criação de animais (SAINT-HILAIRE, 1974). No que diz respeito às atividades do campo, elas também trabalhavam na colheita do café e na limpeza do pasto. A mão de obra familiar nas pequenas propriedades produtoras de café era a tônica do sistema econômico capixaba, e a estrutura dos grupos familiares que habitavam essas terras era a mesma que, durante os três séculos de colonização portuguesa na América, envolveu homens e mulheres em uma sociedade rigidamente hierárquica, estabelecida sobre papéis sociais bem diferenciados entre eles. Para os homens, o destino público os levava à escolha de um trabalho, assim como à escolha da forma de participação política e dos meios de diversão. Para as mulheres, o destino privado determinava o papel de esposa e mãe, além da responsabilidade pelo trabalho doméstico. Esse imaginário, fortalecido pela família e pela Igreja, que se apropriaram da educação e se utilizaram da cultura e da disciplina para convencer a mulher de que era esse o seu papel na sociedade, prevaleceu entre as mulheres que exerciam sua força de trabalho ao lado dos homens nas lidas rurais coloniais. Muitas mulheres ainda hoje acreditam que devem concordar com tais princípios e conviver com essa realidade.

No Estado do Espírito Santo, atualmente mais de 285 mil mulheres trabalham no desenvolvimento da agricultura. Se pensarmos que o universo cafeeiro no estado inclui uma mão de obra de cerca de 330.000 pessoas (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CAFÉ DO ESPÍRITO SANTO, 2017) em regime de produção predominantemente apoiada no sistema de pequenas propriedades de economia familiar, infere-se que aproximadamente 40% dessa mão de obra seja feminina, isto é, milhares de mulheres são responsáveis pela produção de café arábica e café conilon e convivem com familiares em pequenas propriedades em todo o estado. Todavia, muitas ainda dependem economicamente dos homens proprietários da terra, sejam pais ou esposos, tal como dependiam as mulheres europeias imigrantes no século 19 e início do século 20. Segundo Ferreira (2008), muito embora as mulheres desempenhem funções diversas e importantes dentro da propriedade, ainda existem muitos homens que detêm o poder sobre a terra e sua produção, tal como os imigrantes europeus quando chegaram às Montanhas do estado. Reforçando a afirmativa inicial deste ensaio, acrescentamos que tal fato se apoia nas características do patriarcado, que, mesmo com a participação das mulheres em vários setores do sistema agroindustrial do café, ainda se baseia na pouca valorização e na invisibilidade do trabalho das mulheres para a manutenção do poder masculino.

Por sua vez, muitas mulheres venceram as vicissitudes das últimas décadas e têm-se feito notar por causa das mudanças decisivas na sua posição e no seu comportamento. Isso ficou evidente não somente em atitudes quanto à educação e à profissão, mas também na posição que assumem diante do casamento, da sua independência, e no que diz respeito ao seu papel no mercado de trabalho e nas dependências do lar. Ambas as condições femininas, de dependência e de poder de mando, no entanto, convivem com a dicotomia entre a emancipação unilateral da mulher e a manutenção masculina de atitudes inspiradas na moral repressiva, o que gera muitos conflitos sociais. Como o poder familiar esteve fundamentado principalmente nas finanças do marido, por uma questão ideológica e social, a mulher se submetia e, de certa forma, aceitava a dependência econômica.

Dentro desse contexto capixaba de convivência com a constante dependência financeira e social do homem, pai ou marido, e com a laboração feminina, notadamente na área de produção rural cafeeira, as mulheres buscam visibilizar seu trabalho formando cooperativas e grupos sociais para trocar experiências e conhecimentos. Assim, inspiram outras mulheres a buscarem treinamento, aprendizados e informações que possam auxiliar na redução das barreiras que as impedem de terem acesso aos mercados do produto.

Algumas cooperativas de produtos rurais diversos que se destacam no estado e são conhecidas nacionalmente adotaram o café como um de seus produtos. É o caso da Cooperativa Agropecuária Centro Serrana (Coopeavi), presente em todo o Espírito Santo e leste de Minas Gerais, que agrega diferentes produtores, entre eles os da rede cafeeira. A Coopeavi investe em estruturas e atua na busca de novos mercados que valorizem os cafés especiais dos produtores associados. Para valorizar suas mercadorias, grupos de mulheres capixabas produtoras de café vincularam-se à Coopeavi e criaram Núcleos Femininos de Trabalhadoras do Café. No Espírito Santo, destacam-se entre os núcleos a Cooperativa dos Cafeicultores das Montanhas do Espírito Santo (Pronova), o Núcleo Feminino de Trabalhadoras do Café de Marilândia (Figura 2), o Grupo das Mulheres Empreendedoras de Vila Pontões (Figura 3), os Grupos de Mulheres de Santa Maria de Jetibá e de Afonso Cláudio, além de outros pequenos grupos no norte e no sul do estado.



Figura 2. Núcleo Feminino de Trabalhadoras do Café de Marilândia, ES. Reunião de pesquisa. Foto: Miriam Albani (janeiro de 2017)



Figura 3. Núcleo Feminino de Trabalhadoras do Café de Vila Pontões, Afonso Claudio, ES. Reunião de pesquisa.

Foto: Leandro Lunz (março de 2017)

As mulheres que atuam nos Núcleos Femininos de Trabalhadoras do Café, além de produzirem e colherem os grãos, comercializam sua produção diretamente com as cooperativas. Além disso, atuam no setor social arrecadando alimentos e material de limpeza para doar a instituições necessitadas. Mobilizam-se, ajudam asilos e hospitais, e promovem limpezas de materiais que prejudicam o meio ambiente, muitas vezes reciclando-os. São mulheres que trabalham no intuito de colaborar com o bem-estar da sociedade, promovendo encontros, cursos e palestras de autoestima. Também formalizam uma agroindústria de produtos caseiros comercializados para a comunidade, como pães, biscoitos e doces, além do agroturismo que vem sendo desenvolvido no interior do estado. São mulheres que descobriram novas habilidades e desenvolveram possibilidades de aumentar a renda para o sustento de suas próprias famílias.

Mas quem são essas mulheres? Quais atividades desenvolvem nas pequenas propriedades familiares? Em que lugar da cadeia produtiva do café elas se situam? Têm salários? Estes são iguais aos dos homens com os

quais trabalham? Como veem as diferenças hierárquicas de gênero nas suas áreas de atuação? Acreditam na necessidade da força física masculina para que possam dar conta de uma atividade dentro do sistema agroindustrial do café? Por que elas trabalham e têm seu próprio sustento, mas continuam dependendo economicamente dos maridos? Qual a idade delas? E a escolaridade?

Frente a esses questionamentos e com o objetivo de conhecer de perto as mulheres atuantes na rede de produção cafeeira do Espírito Santo, tomamos como objeto de estudo o questionário proposto pela Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA Brasil), cujo objetivo é promover a visibilidade da mulher na rede produtora de café em todo o País. Para a realização desse objetivo, o Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG/Ufes) mobilizou alunos do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Ufes, bem como professores e alunos de variados cursos do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) de Colatina, de Venda Nova do Imigrante e de Alegre, e contou com a colaboração da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaçuí. Entre os meses de dezembro de 2016 e abril de 2017, o questionário, que objetiva conhecer e visibilizar mulheres do universo cafeeiro espírito-santense, foi aplicado às mulheres participantes de reuniões ordinárias de sindicatos, cooperativas e associações, e da feira de exposição de produtos cafeeiros. Em algumas regiões do estado, procurou-se conhecê-las diretamente nos lugares onde vivem.

Cumpre informar ainda que, para efeito da pesquisa realizada, o parque cafeeiro do Estado do Espírito Santo é entendido como região do Conilon Capixaba e região das Montanhas. No Conilon Capixaba, foram pesquisadas mulheres dos municípios de Vila Valério, Linhares, Colatina e Marilândia. Na região das Montanhas, foram pesquisadas mulheres residentes nos municípios de Alegre, Venda Nova do Imigrante, Guaçuí e Afonso Claudio.

Visibilidade feminina no universo cafeeiro capixaba

A pesquisa foi realizada com 154 mulheres que desenvolvem atividades na rede cafeeira no Estado do Espírito Santo, sendo 94 residentes na região das Montanhas e 60 residentes na região do Conilon Capixaba, nas quais se localizam municípios com até 400 m de altitude. Elas residem em territórios cuja estrutura fundiária caracteriza-se predominantemente por áreas onde a propriedade da terra é concentrada em pequenas propriedades rurais e pela agricultura de economia familiar. São sítios e fazendas que produzem café conilon e café arábica, produtos que implicam um investimento financeiro inicial pequeno, além de envolverem um número baixo de trabalhadores (Figura 4).

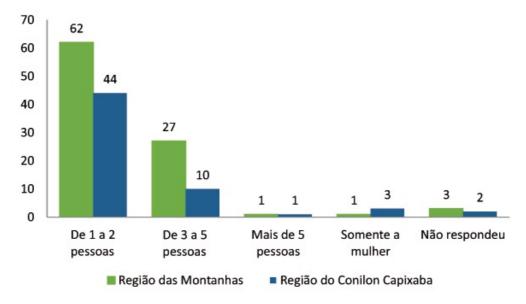


Figura 4. Número de pessoas da família que trabalham na cultura do café, conforme questionários respondidos por 154 mulheres do setor cafeeiro do Espírito Santo entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

Em muitos casos, principalmente quando o cultivo se dá em um terreno que pode ser controlado somente pelo produtor e sua família, os trabalhadores contratados podem até ser dispensados. Tal constatação pode ser corroborada quando observamos o número pequeno de pessoas que desenvolvem atividades relacionadas à produção cafeeira, desde a limpeza do terreno até a venda do produto final. Ou seja, 68,83% das mulheres confirmaram que convivem apenas com um ou dois trabalhadores nos sítios ou fazendas onde desenvolvem suas atividades, e que esses são pessoas de sua família.

O fato de somente uma ou duas pessoas de uma mesma família desenvolverem atividades na área produtiva do café não pode ser desconsiderado na compreensão e confirmação de que um grande número de sítios ou fazendas no território caracterizam-se como empreendimentos familiares. As atividades desenvolvidas por essas pessoas constituem o cotidiano laborativo das mulheres pesquisadas. Sozinhas ou com seus familiares, elas atuam nas mais diversas áreas da rede cafeeira, que envolve desde a limpeza do terreno até a comercialização do produto final (Tabela 1).

Tabela 1. Área de atuação feminina conforme questionários respondidos por 154 mulheres do setor cafeeiro do Espírito Santo entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

Atividade	Região das Montanhas	Região do Conilon Capixaba
Ensino, pesquisa e extensão	2	1
Indústria de processamento	2	1
Insumos	1	-
Mercado e comércio	2	-
Produção	74	51
Publicidade	1	-
Outros	5	4
Não respondeu	7	3

Como já abordado neste ensaio, desde o século 19 a imigração europeia se direcionou para as montanhas do Espírito Santo, formando comunidades rurais de economia familiar afastadas umas das outras. O isolamento e a distância entre muitas famílias marcaram a consciência de formação de um grupo coeso e forte em um país de cultura muito diferente daquela desenvolvida na Europa, o que elevou a taxa de endogamia. Segundo Hees (2014), os casamentos de descendentes daqueles primeiros imigrantes ainda são realizados entre pessoas nascidas em municípios limítrofes. Como o Espírito Santo é um estado pequeno, os casamentos entre esses grupos proporcionam a manutenção dos grupos étnicos e das propriedades de economia familiar.

Observou-se que, entre as respondentes ao questionário, 72% se autointitularam brancas, 20%, pardas, 3,2%, pretas e 3,2%, descendentes de povos asiáticos. A aproximação percentual das mulheres brancas das duas regiões, Montanhas (73%) e Conilon (70%), chama atenção pelo fato de a história da imigração europeia no Espírito Santo localizar essas comunidades em suas áreas montanhosas. Isso comprova, contudo, o fluxo migratório interno atraído pela fronteira agrícola, que promove a presença de descendentes europeus em todo o estado, notadamente nas regiões de baixa altitude, onde a temperatura média é de 30,4 °C e onde prevalece a cultura do café conilon (INCAPER, 2017). Além disso, todas as mulheres que se autointitularam pretas habitam a região das Montanhas. Mesmo sendo difícil relacionar, por meio dos dados obtidos pelo questionário, a origem das mulheres sujeitos da pesquisa, ficou claro que a coletividade étnica europeia prevalece tanto na região das Montanhas quanto na região do Conilon Capixaba (Figura 5).

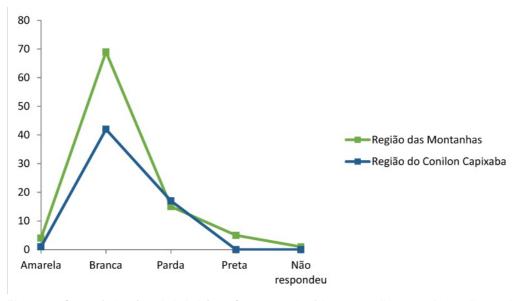


Figura 5. Grupo étnico (autointitulado) conforme questionários respondidos por 154 mulheres do setor cafeeiro do Espírito Santo entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

Ao analisarem a situação étnica da população do Espírito Santo, Saletto (1996) e Medeiros (1997) concordam que o branqueamento promovido pela imigração europeia não supera a forte presença dos negros na formação do povo capixaba. Segundo Saletto (1996), embora prevaleça a presença de pessoas de pele clara e cabelos louros, descendentes dos imigrantes vindos da Europa Central e do norte da Itália, a especificidade da população capixaba é singular, pois quase metade é composta por pessoas de pele negra. Contudo, para a pesquisadora, nas últimas décadas, houve grande alteração no quadro de cor da população capixaba, pois a miscigenação prevaleceu graças à elevada proporção de descendentes de imigrantes europeus que se misturaram com descendentes de africanos, portugueses ou índios. Isso formou, como afirma Medeiros (1997), "um grande caldeirão racial". Saletto (1996) ainda explica que, entre os povos que imigraram para o Espírito Santo, o europeu de pele branca conquistou ascensão financeira e social, o que, diante de uma população pobre, aumenta sua visibilidade, dando a impressão de que no estado existem mais pessoas brancas do que de outras cores.

Com relação ao grau de escolaridade, tanto no grupo das mulheres das Montanhas (53%) como do Conilon Capixaba (50%), a metade tem ensino fundamental incompleto ou completo (Montanhas: 35% incompleto e 18% completo; Conilon: 40% incompleto e 10% completo). O outro grupo refere-se às mulheres com ensino médio (Montanhas: 24%; Conilon: 27%) ou ensino superior (Montanhas: 15%; Conilon: 18%) (Figuras 6 e 7).

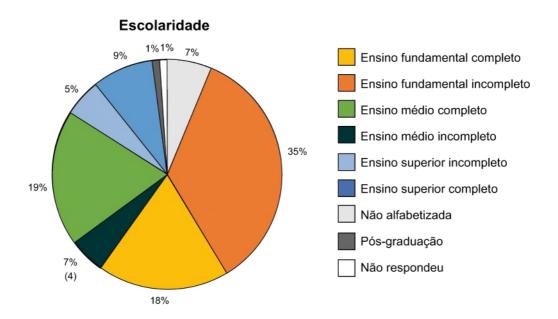


Figura 6. Escolaridade conforme questionários respondidos por 94 mulheres do setor cafeeiro das Montanhas do Espírito Santo entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

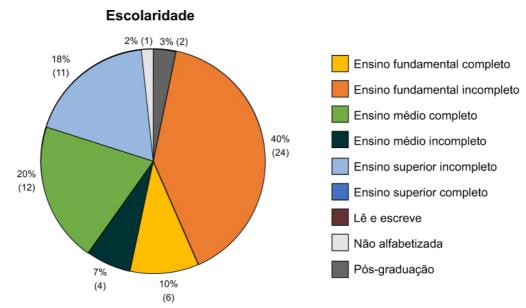


Figura 7. Escolaridade conforme questionários respondidos por 60 mulheres do setor cafeeiro do Conilon Capixaba entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

Entre as 57 mulheres que não concluíram o ensino fundamental, 82% são casadas. Ademais, entre as 55 mulheres que têm ensino médio completo ou ensino superior (completo ou incompleto, inclusive pós-graduação), apenas 63% são casadas. A elevação da idade média das mulheres no Brasil ao se casar, a partir dos anos 1990, em muito se associa ao aumento da escolaridade e ao incremento da inserção feminina no mercado de trabalho. Essas transformações afetaram o *timing* de formar parcerias conjugais e, consequentemente, de ter filhos ou de iniciar famílias (OLIVEIRA; MARCONDES, 2014). Uma das razões que podem explicar o adiamento do casamento por parte das mulheres é a limitação que elas percebem existir, sob os papéis de gênero ainda vigentes, para condução simultânea dos estudos ou da participação no mercado de trabalho e das funções reprodutivas.

Embora as reponsabilidades pelas tarefas domésticas sejam delegadas especialmente à mulher casada (Figura 8) ou à mãe de família, também as meninas e as jovens solteiras costumam estar mais envolvidas com as tarefas domésticas que os meninos e os jovens solteiros. Conforme a ONU Mulheres Brasil (IGUALDADE..., 2016), 78% das meninas brancas e 86% das meninas negras realizam tarefas domésticas, enquanto apenas 39% dos meninos brancos e 40% dos meninos negros realizam essas mesmas tarefas. Portanto, não apenas a mãe aloca um tempo considerável para se dedicar ao cuidado dos filhos menores e do ambiente doméstico, mas, invariavelmente, delega esse trabalho às filhas mulheres assim que estas têm idade para ajudá-la.

Do total das respondentes, 78% delas, independentemente de sua escolarização e situação conjugal, responderam que, além de trabalhar no campo, dedicam parte de sua jornada diária aos afazeres domésticos. O imaginário coletivo qualifica a representação da mulher no meio rural como positiva quando ela se dedica tanto ao trabalho doméstico como ao trabalho externo, na lavoura. O exemplo mais ilustrativo dessa situação é fornecido pelas 15 mulheres solteiras que, mesmo não gerenciando uma família socialmente constituída ao lado de um homem companheiro ou esposo, responderam que querem continuar com as atividades que desenvolvem no campo, atreladas às atividades domésticas. Isso reforça a premissa de que a educação das mulheres ainda as prepara para as atividades a serem desenvolvidas dentro do espaço da casa, além daquelas no campo. Mesmo que, entre elas, 10 mulheres tenham curso superior completo ou ainda estejam estudando na universidade, prevalece o imaginário social de que as atividades domésticas são intrínsecas ao cotidiano feminino. Ressalta-se que a idade das mulheres solteiras respondentes do questionário varia entre 18 e 59 anos, o que não permite caracterizá-las dentro de uma faixa etária única.

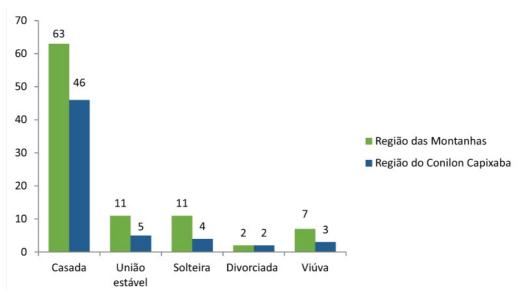


Figura 8. Estado civil conforme questionários respondidos por 154 mulheres do setor cafeeiro do Espírito Santo entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

No tocante à faixa etária dos grupos (Figura 9), observa-se uma porcentagem maior de jovens entre 18 e 35 anos na região das Montanhas (35% do total), enquanto, na região do Conilon Capixaba, observa-se uma porcentagem maior de mulheres mais maduras (acima de 35 anos). Essas últimas normalmente são mulheres mais autônomas que realizam atividades específicas dentro da comunidade econômica familiar e valorizam seu próprio trabalho. Muitas vezes, conquistam espaços nos quais suas atribuições sociais e familiares derivam da experiência adquirida com o envelhecimento, com a aposentadoria ou mesmo com a pensão recebida quando viúvam, benefícios esses que favorecem a autonomia feminina no campo.

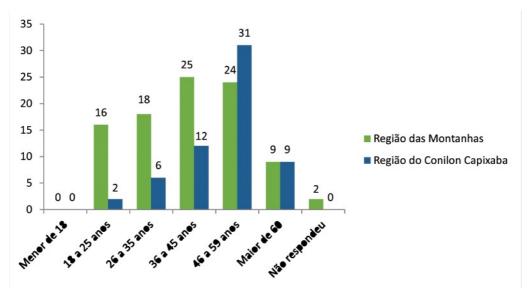


Figura 9. Faixa etária conforme questionários respondidos por 154 mulheres do setor cafeeiro do Espírito Santo entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

No que diz respeito aos rendimentos mensais (Figura 10), grande parte das mulheres respondentes da região do Conilon Capixaba ficou receosa de informar quanto recebe de salário mensal. Para elas, tal questionamento, assim como a questão que pedia para informar sobre a administração da propriedade rural, que trata do tempo dedicado à fazenda, poderia prejudicá-las no futuro, no momento da aposentadoria. Assim, temos um elevado número de mulheres que não informaram sua renda mensal.

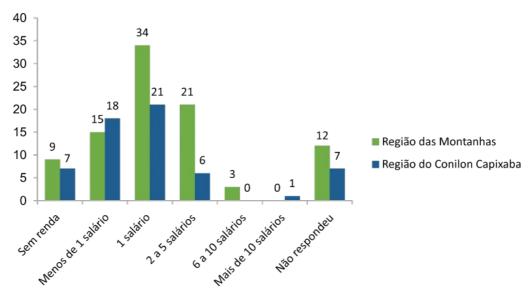


Figura 10. Renda mensal (em salários mínimos) conforme questionários respondidos por 154 mulheres do setor cafeeiro do Espírito Santo entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

Na avaliação efetuada pelas mulheres tanto da região do Conilon Capixaba quanto da região das Montanhas, 36,3% sustentam não existir diferenciação com relação ao pagamento pelo serviço prestado por mulheres e homens no campo, uma vez que se paga pela produção do dia/serviço, ou seja, por saco colhido, ganhando mais quem trabalha mais.

No entanto, uma cafeicultora da região das Montanhas, viúva com mais de 60 anos, não concorda que os ganhos sejam iguais e fala que o homem sempre ganha mais que a mulher: "os ganhos deveriam ser iguais", mas "pelas leis machistas, a mulher trabalha duas vezes mais que o homem" (informação verbal)³.

Corroborando tal assertiva, a Síntese de Indicadores Sociais que analisou as condições de vida da população do País, em 2015, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirma que as mulheres gastam mais de 20 horas semanais em atividades domésticas (não remuneradas), enquanto os homens, em média, gastam apenas 10 horas nessas tarefas. Tal resultado mostra que a jornada total de trabalho das mulheres, incluindo o tempo gasto com o trabalho desenvolvido fora do domicílio, é maior do que a dos homens (em torno de 9,1%). Assim, a jornada (remunerada) dos homens fora de casa chega a ser 23,9% maior do que a das mulheres, o que permite que ganhem mais do que elas.

Uma análise realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (2009) sobre defasagens salariais ligadas à etnia e gênero demonstra que, enquanto na área urbana os homens ganham mais do que as mulheres em todos os níveis de escolarização em qualquer faixa etária e, principalmente, em qualquer tipo de emprego, na área rural a diferença salarial quase não existe, pois, em média, as mulheres ganham o mesmo que os homens. Esse fenômeno chama nossa atenção, pois, mesmo em um contexto em que há igualdade no pagamento dos serviços, a remuneração das mulheres continua a ser menor do que a dos homens por elas dispenderem menos tempo em atividades remuneradas e mais tempo em atividades não remuneradas (no ambiente doméstico). Corroborando essa afirmação, as mulheres sujeitos da pesquisa afirmaram existir mais homens do que mulheres trabalhando na produção cafeeira de suas regiões (Figura 11). Isso evidencia que a divisão sexual do trabalho é bem demarcada, e o trabalho doméstico (não remunerado) é ainda de responsabilidade das mulheres.

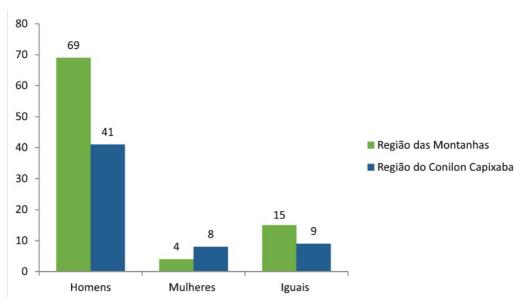


Figura 11. Percepção sobre a presença de mulheres e homens conforme questionários respondidos por 154 mulheres do setor cafeeiro do Espírito Santo entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

A maior parte das mulheres respondentes (87%) informaram que detêm a propriedade das terras onde desenvolvem suas atividades laborativas (Figura 12). Portanto, poucas são as mulheres respondentes que trabalham na rede cafeeira e que não possuem terras. Tal constatação pode ser vinculada à pequena parcela de mulheres que desenvolvem suas atividades somente no ramo de insumos (20,1%), na logística (18,8%), no mercado e no comércio (18,1%), na publicidade (10,3%), no ensino, pesquisa e extensão (0,9%) e na indústria e processamento de grãos (0,3%).

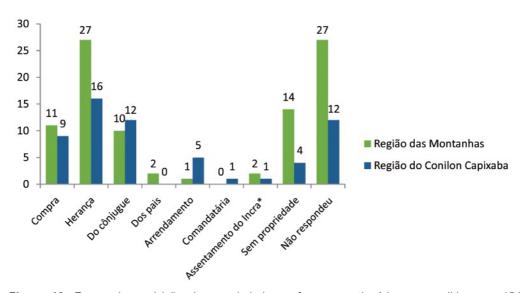


Figura 12. Forma de aquisição da propriedade conforme questionários respondidos por 154 mulheres do setor cafeeiro do Espírito Santo entre dezembro de 2016 e abril de 2017.

Considerações finais

Podemos afirmar que, assim como milhares de mulheres no Brasil, 66,2% das mulheres sujeitos desta pesquisa, sejam da região das Montanhas ou da região do Conilon Capixaba, convivem com a realidade do serviço árduo da produção ao lado de familiares do sexo masculino. Essa ocupação não é reconhecida como trabalho, mas apenas como "auxílio" ou "colaboração". Socialmente invisibilizadas, em alguns municípios do Espírito Santo essas mulheres passaram a se reunir para obter acesso à informação e a meios de renda e

^(*) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

autonomia financeira. Juntas, formam os Núcleos Femininos de Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo, que somam 13 em todo o estado, sendo quatro especificamente de mulheres que trabalham no sistema agroindustrial do café.

O fato de essas mulheres passarem a buscar um novo entendimento sobre o seu papel, agindo por conta própria e adaptando-se a um novo modelo de vida que lhes é oportunizado, subverte a imposição social de que a vida delas deve se manter atrelada somente ao espaço doméstico. Isso implicou, para muitas mulheres no passado, ter que abrir mão da formação educacional, carreira profissional ou participação no trabalho remunerado, o que impediu a autonomia com relação ao seu sustento e de seus filhos, assim como a participação na vida política de seu meio social.

As mulheres que se uniram em grupos femininos e se vincularam a cooperativas e sindicatos passaram a ter uma atuação mais ativa na vida pública, participando de um mercado até pouco tempo dominado pelos homens. Além do setor de produção, envolveram-se com os setores de industrialização e comércio, insumos, publicidade, entre outros. Por influência ou apoio da IWCA Brasil, essas mulheres passaram a buscar a troca de experiências e conhecimentos, inspirando outras mulheres a buscarem treinamento, aprendizados e informações que possam auxiliá-las na redução das barreiras que as impedem de ter acesso aos mercados, obter autonomia financeira e influenciar as políticas públicas da sociedade.

Entretanto, observamos também que, embora as mulheres possuam pequenas propriedades produtoras de café no Espírito Santo (sozinhas ou com maridos/parceiros), a mentalidade tradicional a respeito do papel da mulher se mantém, e muitas vivenciam a realidade de submissão e dependência, bastante ligadas que estão ainda às atividades domésticas (não remuneradas). Tal assertiva foi observada quando 59,2% das mulheres residentes na região das Montanhas responderam sobre a discrepância de comportamento social feminino e masculino na região onde vivem. Para elas, a cultura tradicional de cunho patriarcal prevalece até hoje, pois "ainda existe muita discriminação contra a mulher. [Existem] empresas [que] só contatam homens", diz Penha, viúva, branca e maior de 60 anos.

Para as mulheres do Conilon Capixaba, a causa dessa discriminação tem a ver com a capacidade física do homem e o preconceito machista que hierarquiza os papéis sociais e as relações sexuais de trabalho. No entanto, há mulheres que não veem diferença entre o comportamento masculino e feminino (28,6%). Para essas, todos recebem o mesmo tratamento e a mesma remuneração no trabalho da agricultura familiar.

Referências

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Estudo do BID encontra grandes defasagens salariais ligadas a etnia e gênero na América Latina**. 12 out. 2009. Disponível em:

http://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2009-10-12/estudo-do-bid-encontra-grandes-defasagens-salariais-ligadas-a-etnia-e-genero-na-america-latina,5678.html. Acesso em: 28 jul. 2017.

BITTENCOURT, G. **A formação econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização: do engenho às grandes indústrias: (1535-1980). Rio de Janeiro: Cátedra, 1987a. 302 p.

BITTENCOURT, G. **Café e modernização**: o Espírito Santo no século XIX. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987b. 139 p.

CANO, W. Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. 148 p.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CAFÉ DO ESPÍRITO SANTO. **Breve histórico do Café Arábica no Espírito Santo**. Disponível em: http://www.cetcaf.com.br/Links/cafeicultura%20capixaba.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

FERREIRA, R. P. **Luta e labuta**: o papel social e econômico da mulher migrante na região de venda Nova do Imigrante (ES), 1891 a 1927. 2008. Dissertação. (Mestrado em História Social das Relações Políticas) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

FERREIRA, S. P. **Espírito Santo**: dinâmica cafeeira e integração do mercado nacional: 1840-1960. 1987. 261 f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FREDERICO, S. Cafeicultura científica globalizada e as montanhas capixabas: a produção de café arábica nas

regiões do Caparaó e Serrana do Espírito Santo. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 1, p. 7-20, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132013000100002>. Acesso em: 28 jul. 2017.

HEES, R. R. Santa Maria de Jetibá: uma comunidade teuto-capixaba. Vitória: Edufes, 2014.

IGUALDADE de gênero. [S.I.]: ONU Mulheres Brasil, 16 mar. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZCGLC-vziRc&index=1&list=PLvMXkb8tWg0icQsCi45TjcrD_Je1zu1EM. Acesso em: 28 jul. 2017.

INCAPER: <u>Instituto Capixaba de Pesquisa</u>, <u>Assistência Técnica e Extensão Rural</u>. <u>Disponível em:</u> https://incaper.es.gov.br>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MEDEIROS, R. Espírito Santo: encontro das raças. Vitória: Don Quixote Livraria, 1997. 252 p.

MORANDI, A. M. **Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo**: 1930-1970. Vitória: Ed. Universidade Federal do Espírito Santo, 1984. 161 p.

NADER, M. B. **Paradoxos do progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: Edufes, 2008. 284 p.

NOVAES, M. S. História do Espírito Santo. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1969. 455 p.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. 596 p.

OLIVEIRA, M. C.; MARCONDES, G. Maternidade precoce X tardia: mudança de padrão ou heterogeneidade? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro. [**Anais**... S.I.]: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2014. Disponível em:

http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2190/2145>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo: 1955-1985. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. 173 p. (Espírito Santo: Economia e Política, v. 1).

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 121 p.

SALETTO, N. Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo: (1888-1930). Vitória: Edufes, 1996. 252 p.

SAMARA, E. M. (Org.). **Trabalho feminino e cidadania**. São Paulo: Humanitas-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo, 1999.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória: 1950-1980. Vitória: Edufes, 2001.

Notas

¹ Para a realização da pesquisa que resultou neste artigo, colaboraram os professores mestres Miriam Albani (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Ifes-Colatina) e Rodrigo Paste Ferreira (Ifes-Venda Nova do Imigrante); os professores Leandro da Silva Lunz e Renata Alves da Silva (alunos do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes); o doutorando e mestre Alex Silva Ferrari; e os professores Alexandre Faustini e mestre João José Barbosa Sanna (membros do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da Ufes).

² Isso sem falar da mineração, da pesca, do plantio de produtos comercializados internamente e de outras produções de sobrevivência para o povo brasileiro. Sobre o assunto, ver Samara (1999).

3 Rosa, cafeicultora da região das Montanhas, Espírito Santo, informação verbal obtida pelos colaboradores em 2016.



"A mulher faz a diferença": a relevância do trabalho das mulheres na cafeicultura familiar no Norte Pioneiro do Paraná

Luciana Soares de Morais Cíntia Mara Lopes de Souza

Introdução

Esta pesquisa busca contribuir para a discussão sobre a importância do trabalho das mulheres para o desenvolvimento da cafeicultura familiar no Norte Pioneiro do Paraná. Surge da necessidade de se tirar da invisibilidade o papel dessas mulheres, com o objetivo de promover seu reconhecimento e valorização em uma região onde a cafeicultura tem grande relevância como fonte de renda para a agricultura de base familiar.

O Paraná cultiva uma área de cerca de 93.230 hectares de café, sendo que em torno de 35 mil hectares estão situados no Norte Pioneiro do Paraná (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL, 2007). O Território Integração Norte Pioneiro, local de realização desta pesquisa e assim reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2007, abarca 29 municípios, conforme a Figura 1.

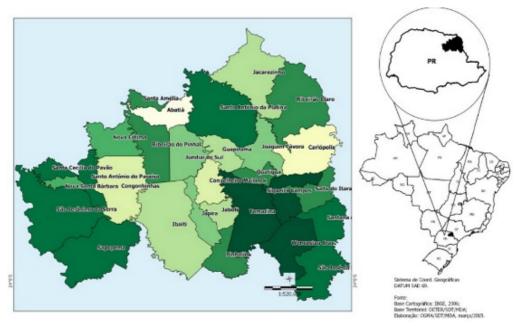


Figura 1. Municípios do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná. Fonte: Perfil... (2015).

Segundo dados do MDA (PERFIL..., 2015), o território possui uma área de 10.436,05 km² e uma população total de 312.757 habitantes. Desses, 77.213 são residentes do meio rural, o que resulta em um grau de urbanização igual a 75,31% e densidade demográfica igual a 29,97 habitantes/km². Nos dados do censo anterior, a população total era de 309.430 habitantes; a população rural somava 91.759 pessoas; o grau de urbanização era de 70,3%; e a densidade demográfica era de 29,6 habitantes/km². Percebemos, dessa forma, a redução do número de habitantes do meio rural nessa década e a intensificação do processo de urbanização

dentro do próprio território.

No que se refere às ocupações, o setor agropecuário ainda é o mais relevante, apesar de ter decrescido em importância em todos os municípios do território entre os anos de 2000 e 2010. Enquanto no Estado do Paraná o percentual de ocupados maiores de 18 anos no setor agropecuário era igual a 14,35% em 2010, entre os municípios do território, 19 tinham um percentual acima de 30% (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL, 2007).

Em termos de área ocupada, os produtos agrícolas mais relevantes no território eram, em 2012: soja (Glycine max L.) (154.700 ha), milho (Zea mays) (129.991 ha), trigo (Triticum aestivum) (62.463 ha), cana-de-açúcar (Saccharum officinarum L.) (51.387 ha), feijão (Phaseolus vulgaris) (30.190 ha) e café (Coffea arabica) (26.130 ha). A cafeicultura, portanto, representa 12% do valor bruto da produção (VBP) do território em anos de boa produtividade (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL, 2007).

Dados do Censo Agropecuário apresentados por Silva (2012) mostram ainda que, em 2006, 80,61% dos estabelecimentos do território eram do tipo familiar (segundo a Lei nº 11.326/2006) (BRASIL, 2006), com um total de 17.065 estabelecimentos.

Especificamente, focamos nossa atenção nos 11 municípios (Curiúva, Figueira, Ibaiti, Japira, Jaboti, Pinhalão, Tomazina, Siqueira Campos, Salto do Itararé, Carlópolis e Joaquim Távora) onde se encontram os grupos de cafeicultoras participantes do Projeto Mulheres do Café, coordenado pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e em andamento desde abril de 2013,

Caracterização dos sujeitos informantes e forma de obtenção dos dados

Para tecer uma caracterização geral das mulheres participantes do projeto e informantes desta pesquisa, inicialmente realizamos a aplicação de um questionário estruturado com 26 questões relativas a dados pessoais, atuação na propriedade e expectativa com relação ao futuro na cafeicultura, entre outubro e novembro de 2016.

Responderam ao questionário 75 mulheres cafeicultoras, de nove municípios, que participaram das atividades coletivas do projeto no período citado. A maioria das informantes tinha, na época, idade entre 36 e 59 anos (69,3%), sendo que 26 tinham entre 36 e 45 anos, e outras 26 tinham entre 46 a 59 anos. As demais respondentes eram das seguintes faixas etárias: 10 mulheres entre 26 e 35 anos; 10 mulheres acima de 60 anos; uma menor de 18 anos; uma entre 18 e 25 anos; e uma que não informou a idade.

Quanto à escolaridade, predominaram entre as mulheres respondentes aquelas com ensino fundamental incompleto (42,6%), seguidas por ensino fundamental completo (16%), ensino médio completo (16%) e ensino médio incompleto (14,7%). Se agregarmos os dados, podemos perceber que mais da metade dessas mulheres (58,6%) tinha como escolaridade máxima o ensino fundamental completo. Apenas duas mulheres (2,6%) tinham ensino superior (uma tinha ensino superior completo e uma tinha ensino superior incompleto), em cursos não voltados à produção agrícola.

No que se refere ao estado civil, 86,7% eram casadas ou viviam em união estável e 13,3% viviam sem companheiro (viúvas, solteiras ou divorciadas). Na maioria das famílias das entrevistadas, de uma a duas pessoas trabalhavam na lavoura de café (70,6%).

Com relação à posse da terra, a maioria das mulheres eram agricultoras familiares e proprietárias (89,3%), enquanto 6,6% trabalhavam em parceria com o proprietário e 2,6% eram trabalhadoras rurais. Quanto à ocupação, 82,6% das informantes dedicavam seu trabalho apenas à propriedade. Quando indagadas sobre as perspectivas de futuro, 92% das mulheres declararam que desejavam permanecer na cafeicultura.

Consideramos que esses dados podem ser extrapolados para caracterizar as mulheres cafeicultoras familiares do Norte Pioneiro do Paraná como um grupo cuja maioria tem idade superior a 35 anos e escolaridade até o ensino fundamental, é proprietária e tem interesse em permanecer na cafeicultura.

Além desse levantamento, também realizamos observação participante com os 11 grupos de mulheres durante as atividades do projeto (reuniões técnicas, encontros, dias de campo, cursos, intercâmbios e visitas

técnicas), bem como a aplicação de outro questionário específico com questões qualitativas. Esse questionário foi aplicado durante a rodada de reuniões de abril/maio de 2017 e consistiu em uma lista de atividades relativas à cultura do café, desde a implantação da lavoura até a comercialização do produto (Tabela 1), entre as quais as 93 cafeicultoras identificaram quais atividades são realizadas exclusivamente por homens, exclusivamente por mulheres ou por ambos.

Realizou-se ainda um grupo focal no bairro Matão, no Município de Tomazina, PR, onde residem as cafeicultoras do grupo desse município, com tradição na produção do café há mais de 100 anos. Participaram do grupo focal (realizado em abril de 2017) 20 mulheres frequentadoras do Projeto Mulheres do Café, todas agricultoras familiares, cujos nomes foram preservados nesse trabalho. As informações foram registradas mediante gravador digital, com autorização das participantes. Foram realizadas anotações adicionais para apoiar a transcrição das falas dessas cafeicultoras.

As famílias de todas as informantes têm a cafeicultura como principal fonte de renda. Foram identificados seis casos em que a família tem outra fonte de renda relevante: quatro famílias também são produtoras de leite e duas produzem artesanato (roupas íntimas e peças em madeira).

No que se refere à mecanização da atividade, as informantes do grupo focal estimaram que cerca de 60% do trabalho é realizado com uso de pequenas máquinas e/ou equipamentos motorizados/manuais (como pulverizador costal, derriçadeira manual de café, soprador, roçadeira, lavador de café, secador, entre outros). O restante é totalmente manual, como é o caso da poda e desbrota e controle de ervas daninhas, em que, em alguns casos, ainda se utiliza a enxada. Com relação à colheita, apenas uma mulher do grupo afirmou já ter colhido parte da lavoura com colheitadeira, enquanto nos demais casos, a derriça é totalmente manual ou com derriçadeira manual/motorizada.

O trabalho das mulheres na cafeicultura familiar do Norte Pioneiro do Paraná

O Instituto Emater iniciou, no ano de 2013, um trabalho denominado Projeto Mulheres do Café. Trata-se de uma metodologia inovadora de assistência técnica e extensão rural com as mulheres agricultoras familiares, com a finalidade de promover a capacitação e organização produtiva das mulheres envolvidas na cultura do café. Busca garantir a qualidade do produto e interferir positivamente na geração e apropriação da renda pelas cafeicultoras, com vistas à redução das históricas desigualdades de gênero presentes no meio rural. Por meio desse projeto, ativo até os dias atuais, são atendidas em torno de 200 cafeiculturas de 11 municípios, conforme citado anteriormente.

Com o intuito de compreender quais são as atividades desenvolvidas pelas mulheres na cultura do café no Norte Pioneiro do Paraná, foi elaborada uma lista de 45 atividades (Tabela 1), que vão desde a implantação da lavoura até a comercialização do café. Essa lista foi elaborada com o apoio de dois engenheiros-agrônomos, especialistas na cultura do café e extensionistas dessa área no Instituto Emater.

Tabela 1. Atividades realizadas na cultura do café no Norte Pioneiro do Paraná.

Implantação da Lavoura

- 1. Escolha da área para plantio
- 2. Coleta de solo para análise
- 3. Definição da variedade a ser plantada
- 4. Encomenda das mudas
- 5. Preparo do solo (passar herbicida, arar/gradear)
- 6. Calagem (aplicação de calcário de forma manual ou com trator)
- 7. Plantio de Brachiaria ruziziensis
- 8. Abertura de covas para plantio (com enxadão ou sulcamento)
- 9. Calagem e adubação das covas ou sulco
- 10. Plantio das mudas

- 11. Adubação de pegamento (manual ou mecanizada)
- 12. Limpeza de cova (capina ou herbicida)/controle de ervas daninhas
- 13. Prevenção de geada (enterrio ou chegar terra no caule)

Condução da Lavoura

- 14. Análise de solo a cada ano
- 15. Semeadura de Brachiaria ruziziensis ou manejo do mato natural
- 16. Monitoramento de incidência de pragas e doenças
- 17. Pulverização ou outro tipo de aplicação de produtos para controle de pragas e doenças
- 18. Desbrota
- 19. Podas (esqueleteamento, decote, recepa)
- 20. Adubações
- 21. Adição de matéria orgânica (palha de café, cama de aviário, outros)
- 22. Roçada/Capina ou aplicação de herbicida para limpeza das ruas
- 23. "Arruação ou sopramento"/ limpeza antes da colheita

Colheita

- 24. Preparar instalações (consertar panos, peneiras, limpar e consertar terreiros, limpar tulhas, organizar material, verificar máquinas, lavadores, descascadores, desmuciladores, secadores, entre outros)
- 25. Contratar trabalhadores ou buscar auxiliares para a colheita
- 26. Planejar a colheita (mapa de colheita qual a ordem de colheita dos talhões)
- 27. Verificar possibilidade de contratar máquina para a colheita
- 28. Colocar/puxar panos
- 29. Fazer derriça ou "panha" do café
- 30. Abanar ou soprar o café
- 31. Ensacar
- 32. Carregar/transportar café para terreiro
- 33. Lavar/separar café antes de levar ao terreiro
- 34. Despolpar o café
- 35. Esparramar café no terreiro
- 36. Colocar café no secador
- 37. Mexer/amontoar café no terreiro
- 38. Cuidar do secador
- 39. Ensacar ou guardar café e granel na tulha
- 40. Acompanhar/organizar o beneficiamento do café

Comercialização

- 41. Tirar e organizar amostras
- 42. Provar ou acompanhar/solicitar prova do café
- 43. Oferecer produto a compradores e fechar a venda
- 44. Entregar o produto ao comprador
- 45. Receber o pagamento pelo café vendido

O questionário baseado na lista foi dividido em quatro partes: implantação da lavoura, condução de lavoura, colheita e comercialização. Em cada uma das questões, foram acrescentadas figuras representando o homem, a mulher e ambos (homem e mulher), conforme a Figura 2.

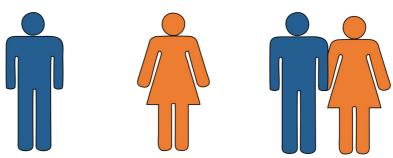


Figura 2. Exemplo de questão utilizada no questionário.

O questionário foi aplicado aos grupos de mulheres que participam do Projeto Mulheres do Café do Norte Pioneiro, sendo respondido por 93 mulheres que participaram de atividades coletivas do projeto durante o mês de abril de 2017. Para cada atividade listada, foi explicado às respondentes que deveriam assinalar a figura do homem, da mulher ou de ambos, dependendo de quem realiza aquela atividade específica em sua propriedade.

Os questionários respondidos foram tabulados em planilha do software Microsoft Excel e submetidos à análise. Posteriormente, os resultados foram transformados em gráficos, a fim de facilitar a visualização, conforme apresentaremos a seguir.

A Figura 3 mostra o percentual de atividades desenvolvidas exclusivamente por homens, exclusivamente por mulheres ou por ambos. Conforme podemos observar, 51% das atividades foram identificadas pelas respondentes como desenvolvidas exclusivamente por homens, 41% por ambos (homem e mulher), 6% exclusivamente por mulheres e 2% não se aplica ou não foram respondidas. Se somarmos as atividades nas quais tanto as mulheres como os homens trabalham com aquelas desenvolvidas exclusivamente pelas mulheres, teremos que as mulheres participam de 47% das atividades desenvolvidas nas propriedades da cafeicultura familiar no Norte Pioneiro do Paraná.

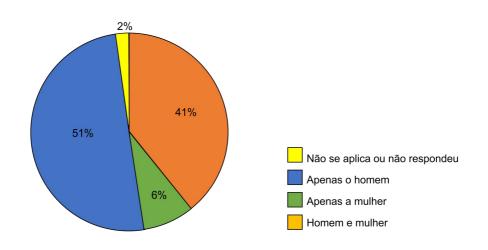


Figura 3. Porcentagem de atividades realizadas exclusivamente por homens, exclusivamente por mulheres, por ambos (mulheres e homens) e casos em que não se aplica/não respondeu.

A Figura 4 representa a participação de apenas homens, apenas mulheres e ambos em cada uma das atividades desenvolvidas na cultura do café. As questões 1 a 13 referem-se à fase de implantação da lavoura; as questões 14 a 23, à condução de lavoura; as questões 24 a 40, à colheita; e as questões 41 a 45, à comercialização do café. Embora entre as questões 24 a 40 (atividades relativas à colheita) concentre-se a maior parte do trabalho exclusivo das mulheres (em vermelho) ou delas em conjunto com os homens (amarelo), o gráfico desmistifica a crença bastante difundida de que as mulheres trabalhariam apenas na colheita do café.

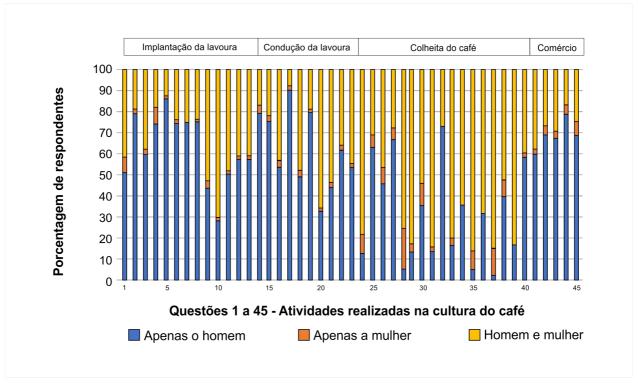


Figura 4. Atividades realizadas exclusivamente por homens, exclusivamente por mulheres ou por ambos (mulheres e homens), excluídos os casos em que não se aplica ou que não responderam, separadas em quatro fases: implantação da lavoura, condução, colheita e comércio. Descrição das atividades na Tabela 1.

A atuação exclusivamente feminina é rara, referindo-se geralmente aos casos em que a mulher não tem um companheiro (solteira, separada ou viúva). Porém, homem e mulher trabalham lado a lado em muitas atividades, desde a implantação da lavoura até a colheita e comercialização. O trabalho feminino é mais relevante (acima de 50% dos casos) nas atividades relativas às questões: 10 (plantio das mudas); 20 (adubação); 24 (preparo das instalações, máquinas e materiais para a colheita); 28 a 31 (colocar/puxar panos; fazer derriça manual ou com máquina; abanar ou soprar o café; ensacar o café na lavoura); 33 a 37 (lavar/separar café antes de levar ao terreiro; despolpar o café; esparramar café no terreiro; colocar café no secador; mexer e amontoar café no terreiro); e 39 (ensacar/guardar café a granel na tulha), conforme pode ser visualizado na Figura 5.

Por sua vez, a atuação predominantemente masculina (acima de 50% dos casos) é observada nas questões 1 a 8, referentes à implantação da lavoura (escolha da área para plantio; coleta de solo para análise; definição da variedade a ser plantada; encomenda das mudas; preparo do solo; calagem, plantio de *Brachiaria*; abertura de covas para plantio); 14 e 15 (análise de solo; semeadura de *Brachiarial*manejo do mato); 17 (pulverização ou outro tipo de controle de pragas e doenças); 19 (podas); 22 (roçada, capina ou aplicação de herbicida para limpeza das ruas); 25 (contratar trabalhadores); 27 (contratar máquina para colheita); 32 (carregar/transportar café para o terreiro); 40 (acompanhar/organizar o beneficiamento do café); e 41 a 45 (todas as etapas da comercialização).

Com relação à venda do café, geralmente são os homens que saem para negociar e, se gostam da proposta, vendem o café: "quem bate o martelo mesmo é o marido" (informação verbal)¹.

Memórias da cafeicultura no bairro Matão, Tomazina, PR

A partir de 1850, uma nova fase de povoamento teve início no Norte Pioneiro do Paraná com a chegada de fazendeiros mineiros e paulistas, interessados nas manchas de terra roxa para o cultivo do café. Os primeiros núcleos de povoamento foram São José do Cristianismo, hoje São José da Boa Vista (1853); Colônia Mineira, hoje chamada Siqueira Campos (1863); Tomazina (1867); e Santo Antônio da Platina (1886) (MUSSALAM, 1974).

Atualmente, no bairro Matão, concentra-se a maior produção de café do Município de Tomazina. Os relatos das mulheres do café dessa localidade indicam que os pioneiros no cultivo do produto chegaram ao local com a

intenção de produzir café há cerca de 100 anos, muitos vindos de Minas Gerais, como relata uma das informantes, cujos bisavós são da época.

Já vem desde meus bisavós. Foram os pioneiros desta comunidade e, quando eles vieram pra cá, já vieram plantando café. Então, até como foi relatado ano passado, lá em Carlópolis [na apresentação do grupo], nossa comunidade no ano passado estaria completando cem anos de plantio de café. Foi trazido pelos meus bisavós. Então, minha família já vem desde este tempo, meu pai diz que, desde criança, cresceu já com os pais dele no café (informação verbal)².

O clima semelhante ao de Minas Gerais e a experiência prévia com o trabalho nessa cultura são os fatores que, segundo as mulheres, levaram as famílias a decidirem pelo plantio ao chegar ao bairro Matão. Assim nos diz outra informante:

O meu sogro conta que é porque, quando eles vieram, vieram de Minas, né, os bisavós, por causa da região, eles acharam muito propícia pro café. Lá, eles já cultivavam, vieram pra cá e viram que era região parecida (informação verbal)³.

É comum se ouvir na região que certa pessoa "nasceu embaixo do pé de café", o que significa que o cultivo do café vem das gerações anteriores e que a pessoa cresceu familiarizada com a cultura. Assim é também no bairro Matão, onde o trabalho na lavoura, para nossas informantes (realidade de praticamente todas), começava desde cedo, misturado às brincadeiras de criança, por volta dos 5 ou 6 anos de idade, conforme relataram. Levando almoço ou "merenda" (lanche) para a roça, ou cuidando dos irmãos enquanto os pais estavam na lavoura, as meninas iam se inserindo aos poucos nas atividades relativas à cafeicultura, mesmo que, às vezes, não fosse de seu agrado.

Olha, na verdade, me criei ajudando no café. Não trabalho hoje, tenho minha pequena propriedade, junto com meus pais, mas não trabalho no café. Ajudo no terreiro ou em alguma outra atividade. Mas, desde criança, cresci trabalhando no terreiro, levando o almoço, a merenda, como era mais de costume alguns anos atrás, mas sempre trabalhando no café. [...] Cinco, seis anos, já costumava levar a comida na roça, almoço, antigamente você levava o almoço, trabalhava com bastante 'camarada'. Minha mãe também, as crianças eram pequenas, então a gente desde pequena tinha que ajudar, mesmo não gostando muito da atividade, levar o almoço, depois levar a merenda, a gente ia, né. Mesmo não querendo, mas sempre ajudou a ir pra roça (informação verbal)⁴.

Aos poucos, outras atividades iam sendo acrescentadas à rotina das meninas: "Desde criança meu pai me levava pra roça pra limpar o tronco, o pé de café, tirar com a mão assim, para rastelar, tirar a folha" (informação verbal)⁵.

Com o casamento e a chegada dos filhos, as tarefas relativas a casa e à cultura do café se somavam ou se multiplicavam, conforme os depoimentos das mulheres entrevistadas. Outras meninas/mulheres/filhas iam sendo inseridas na rotina (Figuras 5A e 5B), como nos demonstram os depoimentos a seguir:

Desde que eu casei, eu ia iluminar pro meu marido plantar café, de noite. Podia estar barriguda, podia estar quase ganhando o filho. Primeiro filho meu, eu estava colhendo café, na noite eu ganhei ele. Depois, [o nascimento dos filhos] era sempre de dois em dois anos, ou um ano e pouco, aí podia estar grávida, podia estar de dieta, que tava lá na roça carpindo. Ali pelos sete anos, um [filho] cuidava do outro. Levava [pra roça], deixava [na companhia dos mais velhos], mas na casa de vizinhos

não deixava. Deixava em casa mesmo, sabe. Meus filhos foram criados comigo e meu marido, nada de ficar jogado. A menina de sete anos, minha, que levava a outra que era nenezinha, que tinha nascido, estava com 60 dias, caía com o nenezinho, e levava pra eu dar de mamar lá, amamentava e levava pra casa de novo. Era assim, minha vida inteira foi assim. Já aposentei cuidando do café (informação verbal)⁶.

A maioria das mulheres entrevistadas concorda que as mulheres das gerações anteriores (suas mães e avós) trabalhavam na lavoura em todas as fases da cultura, o ano inteiro. "Antigamente, a mulher ia pra roça o ano inteiro... Carpia... Tinha mais filhos, os filhos ficavam na casa, um cuidava do outro, e os dois iam pra roça, o ano inteiro" (informação verbal).

Minha mãe trabalhou a vida inteira na roça, igual a dona Helena. Toda vida ajudou meu pai, desde quando eles casaram. Aí os filhos maiores, que eram os mais velhos, ficavam na casa fazendo comida, em casa com os irmãos mais novos. E a mãe trabalhando com o pai, toda vida (informação verbal)⁸.





Figura 5. Menina observando a avó costurar sacas de café (A); criança brinca enquanto mãe e irmã fazem a seleção do café colhido (B). Bairro Matão, Tomazina, PR, 2016.

Fotos: Silvana Aparecida de Souza Gonçalves (A); Giovana da Silva Souza (B)

Alguns relatos das mulheres entrevistadas fazem a ponte entre o passado e o presente, desde seus avós até seus filhos, desde quando se lembram da cultura do café, que vai passando de geração em geração e tem permitido a reprodução e continuidade da agricultura familiar no bairro.

Eu também fui criada [no café], meus pais, meus avós sempre foram produtores de café. Minha mãe também trabalhou desde nova, desde solteira ela já trabalhava, já era produtora de café [...] Veio de Minas Gerais e conheceu meu pai aqui, né, e eles tão [casados] até hoje, faz um ano que aposentaram e agora não aguentam mais trabalhar no café. Eu, faz 32 [anos] que eu estou morando aqui, né, e [trabalhando] no café. Formamos café e criamos nossos filhos, né, e como diz, todos estão aqui no Matão, né, lidando com café. Eu ajudo meu marido, é no terreiro, é secador, era só eu que tinha pra ajudar ele. Ele trabalhou com o pai dele, com os irmãos dele, depois foi aumentando o sítio, os filhos foram crescendo, hoje tá só o trabalho da família ainda. Pega boia-fria pra colher o café, então trabalha mais no tempo da colheita (informação verbal)⁹.

Se nós estamos conseguindo manter os nossos filhos no sítio aqui, é graças à cultura do café. Porque, se não tivesse a cultura do café, acho

que hoje estariam tudo na cidade. E na cidade tá muito desemprego, muita gente... População enorme na cidade, né. E com isso, nós estamos mantendo nossos filhos, nossas famílias aqui (informação verbal) 10.

Nossas informantes foram unânimes ao afirmar que as mulheres trabalham, e muito, na cafeicultura. O período da colheita, que geralmente se estende de maio a outubro (às vezes, até novembro, dependendo do tempo), é a fase na qual as mulheres acreditam que mais trabalham nas atividades da cultura do café. Algumas mulheres, entretanto, trabalham praticamente em todo o ciclo. Cuidar do secador e terreiro também é citado como atividade principal. Apenas mulheres em idade bastante avançada, após a aposentadoria, não desenvolvem nenhuma atividade relativa ao café (apenas um relato no grupo entrevistado).

Não apenas as mulheres casadas e adultas, mas também as solteiras e jovens relatam trabalhar no plantio do café, na colheita, nos cuidados no terreiro e secador, além de atuar em outras atividades como ensacar, transportar e colocar o café na tulha. Algumas relatam inclusive que realizam atividades consideradas tipicamente masculinas, como dirigir o trator (dois casos entre as entrevistadas), apesar de as casadas ressaltarem que o marido não costuma gostar que a mulher desenvolva essa atividade, justificando que "seria perigoso" para elas (Figura 6).



Figura 6. Cafeicultora dirigindo trator e arando a terra, bairro Matão, Tomazina, PR, 2016. Foto: Rodrigo Tavares Gonçalves

No período da colheita, pico de exigência de mão de obra na cafeicultura, o trabalho começa bem cedo e pode se estender até altas horas da noite. Há relatos de mulheres que iniciam o trabalho por volta das 5 horas da manhã e podem estender a jornada de trabalho até às 6 horas da tarde (13 horas de trabalho diário). Outras iniciam mais tarde, por volta das 6 horas da manhã (maior número de relatos), e param entre 8 horas da noite e meia-noite (14 a 18 horas diárias de trabalho).

Nesse ritmo, o trabalho pode se desenvolver de segunda a segunda, durante o período de colheita do café. Para as mulheres, o trabalho envolve, além do trabalho no café propriamente, quase todas as tarefas domésticas e os cuidados relativos aos filhos.

roça. Então a gente já levanta mais cedo, levanta em torno de cinco e meia, seis horas, e o horário de parada, tem vez que é dez e meia (da noite) e a gente tá jantando ainda, dez e meia, onze horas a gente tá jantando ainda, às vezes nem a louça lava direito, pra ir dormir, pro outro dia cedo começar de novo (informação verbal)¹¹.

Das seis às oito, das seis às nove. Quando tem café no terreiro, às vezes a gente fica lá até umas horas da madrugada... Dez, onze, meia-noite... Depende. Se tiver que cobrir os terreiros aí, amontoar o café, com o tempo chuvoso, você vai até a hora que der... Até tarde (informação verbal)¹².

Na época da colheita, de segunda a segunda, [...] a gente tem terreiro, né, porque sábado, domingo, feriado, a gente não para na época da colheita. Então é de segunda a segunda, de maio a setembro, outubro, de seis e meia, sete horas, até umas nove, dez horas da noite. Isso quando não tem uns enrosco, daí... Vai até meia noite, uma hora (informação verbal)¹³.

Porque na colheita, é todo mundo numa época só, então tinha dois, três produtores que colheram no mesmo dia, precisava despolpar no mesmo dia [a máquina é de uso coletivo]. Aí por isso o horário, né... (informação verbal)¹⁴.

Os homens da família, principalmente os maridos, durante o período da colheita, por vezes "ajudam" as mulheres nas tarefas da casa (relato de cerca de 50% das entrevistadas). Fora desse período, a ajuda é praticamente inexistente. Apenas uma mulher relatou a ajuda do filho com essas atividades. Nenhuma das entrevistadas conta com outra pessoa de fora da família para auxiliar nos afazeres.

Das oito às quatro, na roça. Mas em casa, cinco e meia já tô de pé, fazendo o almoço, lavando uma louça... Aí chega a tarde, é vaca pra apartar, é criança pra dar banho, é fazer janta todo dia (informação verbal) 15.

Em geral, as mulheres gostam do trabalho na cafeicultura, mas destacam algumas atividades que não gostam ou consideram muito pesadas para a mulher. As mais citadas foram: cuidar do secador; cuidar do terreiro; puxar e arrumar o pano embaixo dos pés de café. Quanto à última atividade, justificam dizendo que costumam arranhar as costas nos ramos, além do medo que sentem de insetos e animais peçonhentos como aranhas, vespas e cobras escondidas na lavoura.

Essas opiniões, entretanto, não são unanimidade. Há casos em que a mulher cita o cuidado com o secador e a atividade de rastelar e fazer montes como as preferidas. Grande parte, porém, prefere mesmo derriçar o café no momento da colheita, sendo que duas delas o fazem com a derriçadeira manual (o que algumas acham que não é trabalho para a mulher) e as demais fazem com as próprias mãos. Quanto à ação de abanar o café após a colheita, é considerada uma atividade de difícil realização por parte da mulher, assim como carregar as sacas de café, apesar de haver casos em que a mulher faz todas essas atividades.

Em casa, meu marido levanta, vai tratar de porco, estas coisas de criação, e eu arrumo o almoço, garrafa de água. Aí eu coloco tudo no trator, o almoço, tudo, né. Aí a gente vai pra roça junto. Na verdade, eu e ele a gente sai junto e volta junto, no mesmo horário. Se ele for sozinho não faz nada [risos]. Se eu ficar em casa, ele fala 'vou fazer o quê?'. Não tem como, né, tem que puxar pano, e tem eu e meu filho, então não adianta né, [se nós não formos] ele tem que largar da máquina pra puxar o pano, daí eu tenho que acompanhar ele (informação verbal) 16.

Este ano, como eu estou impossibilitada, né, como estou grávida, não vou poder ajudar, daí ele, semana retrasada, falou pra mim assim 'nossa, o que eu vou fazer agora este ano, eu não tenho você pra me ajudar, como é que nós vamos colher café?' Ele fala, 'nossa, metade do meu serviço eu vou perder, porque pra mim vai ser difícil sem você'. Eu ajudo muito, é metade do serviço do dia. [...] Eu penso assim, o trabalho da mulher é 50% do trabalho do dia de serviço na roça. Porque o homem ele faz o serviço pesado, mas na roça... Tudo é pesado, mas a mulher ajuda e muito na roça, então se a mulher não vai um dia na roça, é meio dia de serviço [perdido]... (informação verbal) 17.

Eu penso assim, desde a organização, a mulher é bem mais organizada que o homem. Tanto que quando o homem vai pra roça, às vezes vai lá, descobre o café, fica lá, a mulher arruma a água, arruma a marmita, arruma às vezes a máquina, as peneiras, os sacos, já deixa ali perto pra ele ir arrumando. Se ganha muito tempo também, quando a mulher vai pra roça. Em casa é assim, no dia que eu vou, a gente sai pra roça sete e meia, oito horas. Agora o dia que eu não vou, sai nove e meia, dez horas... [risos]. Porque até fazer tudo... Então, como se diz, né, a gente ajuda muito na roça (informação verbal) 18.

O simples fato da mulher tá lá na roça é um estímulo para o marido. Porque meu marido trabalha com o irmão dele, né, então vamos trabalhar juntos, eu, minha cunhada e os dois, e às vezes quando chega o dia de nós duas não ir, eles falam assim 'puxa vida, se vocês tivessem vindo, né, nós tínhamos terminado' (informação verbal)¹⁹.

A mulher é o estímulo pros homens. Porque o meu mesmo fala que ele sozinho não vai fazer nada, então se eu ou minhas filhas não formos ajudar ele, o serviço não vai sair. Daí serve mais como um auxílio pra ajudar ele (informação verbal)²⁰.

Nas próprias palavras das entrevistadas, "a mulher faz a diferença", "não é só na roça, é em casa, no terreiro" (informação verbal)²¹, ou seja, seu trabalho é fundamental para o cultivo do café, assim como para a manutenção da propriedade familiar como um todo. As entrevistadas chegam a citar o exemplo de uma família produtora de café cujo marido deixou de participar da associação porque a mulher não se envolvia na atividade. Segundo elas, ele falou: "eu até saí do grupo, porque minha mulher não ajuda nem a mexer o café no terreiro e eu sozinho não posso fazer" (informação verbal)²².

Ao tecer uma comparação entre a importância do trabalho das mulheres na cafeicultura antigamente e agora, nossas informantes percebem que se por um lado, o esforço físico da mulher anteriormente talvez fosse maior que na atualidade, por outro lado, vem crescendo sua importância nas decisões acerca da propriedade.

[...] Antigamente, o homem nem perguntava as coisas pra mulher, né, hoje ainda se pergunta. Antigamente, a mulher trabalhava, podia fazer o que fosse, mas digamos assim, o trabalho dela era importante, mas a opinião dela [não contava]. Agora hoje não, hoje que nem eu vejo assim, que muitas falam, né, pra tomar uma atitude, por mais que o homem tenha decidido, ele não deixa de perguntar pra mulher qual é a opinião dela (informação verbal)²³.

Então, eu acho assim, que mudou, os homens hoje em dia [ao contrário de antigamente], nem se preocupavam em pedir a opinião da mulher. Hoje não, a maioria dos homens aqui, por mais que a decisão seja dele, ele vai pedir a opinião da mulher, coisa que 15, 20 anos atrás não existia. A

mulher era só pra administrar a casa (informação verbal)²⁴.

Hoje em dia, a mulher tem mais participação, não digo que seja no trabalho, eu acredito que no trabalho seja até menos. A impressão que eu tenho é que no trabalho seja até menos, mas na decisão hoje a mulher tem mais voz do que antigamente (informação verbal)²⁵.

Apesar dessa crescente participação nas decisões, percebida por diversas mulheres, a opinião geral ainda é que a maioria das decisões fica a cargo do homem/marido. Percebem que, muitas vezes, apesar de poder dar suas opiniões, o que acaba valendo mesmo é a vontade masculina, especialmente na comercialização do produto.

Treinamentos específicos para mulheres

As mulheres têm buscado treinamento e aproveitado as oportunidades que surgem, como é o caso do trabalho oferecido pelo Projeto Mulheres do Café. O programa possibilita treinamento específico para as mulheres, incluindo plantio, condução de lavoura, colheita, beneficiamento, classificação/degustação (Figura 7), comercialização e gestão da propriedade, além de fomentar a organização dessas mulheres em grupos e por bairros.

Já aprendi muito nestes três anos junto ao Projeto Mulheres do Café. Aprendi a fazer desbrota, adubação correta, aplicação de produtos contra pragas e doenças, colheita e separação da produção, além das amizades nas reuniões. Até em Londrina já estive, por uma semana, no IAPAR [Instituto Agronômico do Paraná], para aprender sobre a degustação do café (informação verbal)²⁶.



Figura 7. Mulheres do café em treinamento no curso de classificação e degustação de café no Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), Londrina, 2015.

Foto: Luciana Soares de Morais

As mulheres estão presentes em todas as fases de produção do café nas propriedades familiares do Norte Pioneiro, com mais ou menos intensidade de trabalho, dependendo da etapa e da atividade. As atividades desenvolvidas por elas são fundamentais para a cafeicultura familiar, pois, além de integrar a força de trabalho, são elas que organizam as tarefas e mantêm a família motivada para o trabalho.

As novas gerações, filhos e filhas, ainda se interessam pela cafeicultura e por permanecer na atividade. Porém, fica a questão que demandaria maior aprofundamento em uma segunda fase da pesquisa: seria o café uma opção para a permanência dos jovens, rapazes e mocas, nessas comunidades?

De uma coisa, porém, não restam dúvidas entre as mulheres: seu trabalho é fundamental na cultura do café. Seja trabalhando par a par com o homem (marido/pai/irmão/outros) na lavoura e no terreiro, seja contribuindo para a organização do serviço e pouco a pouco se envolvendo nas decisões e na gestão da propriedade, a mulher vai rompendo a barreira da invisibilidade e seu trabalho vai ganhando reconhecimento.

Referências

BRASIL. <u>Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.</u> Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jul. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Diagnóstico sócioeconômico do Território Norte Pioneiro**. Curitiba: Ipardes, 2007.

MUSSALAM, R. **Norte Pioneiro do Paraná**: formação e crescimento através dos Censos. 1974. Dissertação (Mestrado em História Demográfica) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PERFIL territorial: Norte pioneiro – PR. 2015. Disponível em:

http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_146_Norte%20Pioneiro%20-%20PR.pdf. Acesso em: 28 jul. 2017.

SILVA, S. L. M. **Os** programas de reordenamento fundiário no território da cidadania integração norte **pioneiro**: um estudo de caso em Tomazina. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Notas

- ¹ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ² Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ³ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ⁴ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ⁵ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ⁶ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- [⁻] Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ⁸ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras
 mediante entrevista em 2017.

- ⁹ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 10 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ¹¹ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 12 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 13 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 14 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 15 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 16 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ¹⁷ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 18 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 19 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 20 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 21 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ²² Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 23 Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ²⁴ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ²⁵ Cafeicultora familiar, grupo Matão, Município de Tomazina, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ²⁶ Cafeicultora familiar, grupo Patrimônio do Café, Município de Ibaiti, PR, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.



Memórias de uma trabalhadora do café no norte do Paraná (1950-2017)

Patricia Helena Santoro Aryane Kovacs Fernandes Taiane Vanessa da Silva

Introdução

Do apogeu à decadência, o ciclo do café (*Coffea arabica* L.) contribuiu de forma expressiva para o desenvolvimento econômico e social do Paraná, transformando regiões pouco desenvolvidas em grandes centros urbanos. Segundo Pozzobon (2006), nada do que se constituiu no Paraná teria sido possível sem a cooperação das mulheres na cafeicultura, embora isso tenha lhes custado o envelhecimento precoce e o analfabetismo. Daquelas que trabalhavam no campo, exigia-se-lhes a mesma garra dos homens, além de uma dupla jornada em casa, onde eram responsáveis por todas as atividades domésticas e também pela criação dos filhos. Havia ainda as mulheres catadeiras, que faziam a separação manual dos grãos defeituosos de café, o que possibilitava a complementação da renda familiar. Mas, apesar de toda essa contribuição, as mulheres tinham seu valor pouco reconhecido. Na visão social da época, a mulher era descrita apenas como "a rainha do lar", "o anjo da casa" e "o esteio moral da família".

Quem eram essas mulheres? Quantas eram? O que faziam? O que pensavam? Qual a importância do papel que desempenhavam no setor cafeeiro? Nada disso é descrito nos livros de história. Elas sempre estiveram à sombra dos grandes acontecimentos da cafeicultura paranaense. Com o objetivo de mostrar que as mulheres tiveram um papel relevante na trajetória do café, será apresentado o relato de uma cafeicultora que vivenciou toda essa história.

Paraná: um mar de café

O Paraná já foi o principal produtor mundial de café, que ocupava uma vasta extensão territorial, por muitos denominada "mar de café". Entretanto, ao longo do século 20, o estado assistiu ao auge e ao declínio da cafeicultura (PRIORI et al., 2012). Foi no final do século 19 que a extensão dos cafeeiros paulistas atingiu o Paraná. Lá, os agricultores encontraram disponibilidade de terras férteis, ferrovias para o escoamento da produção e incentivos políticos (CANCIAN, 1981; PRIORI et al., 2012). Outro fator que contribuiu para a intensificação da cafeicultura no Paraná foi o Acordo de Taubaté, em 1906, firmado entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que proibiu o plantio de café por um período de 5 anos nesses estados com o objetivo de restaurar o equilíbrio entre oferta e demanda do produto (POZZOBON, 2006).

Nas décadas de 1920 e 1930, as companhias colonizadoras se instalaram no norte do estado, e as famílias produtoras foram fixadas em pequenas propriedades. Isso atraiu milhares de imigrantes europeus e migrantes nacionais, que vinham com o sonho de conquistar o seu pedaço de terra e produzir café. Esse fato favoreceu o desenvolvimento das cidades e o aumento da produção, o que fez com que o Paraná se tornasse a principal fronteira agrícola do País. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia foi se estabilizando, a demanda por café aumentou e novos plantios foram incentivados (PRIORI et al., 2012).

O rápido avanço da cafeicultura no estado fez com que a área cultivada passasse de 300 mil hectares em 1951 para 1,6 milhão de hectares em 1962. Nesse ano, foram colhidas 21,3 milhões de sacas de 60 kg, o equivalente a 28% da produção mundial (PARANÁ, 2003). Mas logo no início da década de 1960, iniciaram-se as políticas para a racionalização do plantio de café, principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, como forma de controlar a oferta do produto (PRIORI et al., 2012). Entre 1962 e 1967, foram erradicados 307 mil hectares de café no Paraná. Esse programa de erradicação, somado aos

efeitos das geadas de 1963, 1966 e 1967, deu início à transferência da mão de obra rural para as áreas urbanas, além de mudar o uso do solo com a diversificação de culturas (CARVALHO, 1999).

Em 1975, uma geada de grandes proporções dizimou os cafezais do Paraná. Na época, a área com café era de 942 mil hectares, com uma produção de 10,2 milhões de sacas de 60 kg, quase a metade da produção nacional. No ano seguinte após a geada, a produção de café foi reduzida em 99,96%, o que abalou a economia do estado (QUEIROZ, 2006). A maioria dos cafeicultores optou por utilizar os incentivos governamentais para diversificação da produção e substituir o café por novas culturas (PRIORI et al., 2012). Outros foram à falência, mudaram de atividade ou então deixaram o estado, deslocando-se principalmente para Minas Gerais (QUEIROZ, 2006).

A cafeicultura passou a dar lugar às culturas anuais, e a produção de café foi concentrada nas pequenas propriedades (HESS, 2015). Apesar das tentativas de recuperação da cafeicultura, a década de 1980 foi marcada por resquícios da catástrofe climática, com baixa produtividade das lavouras (QUEIROZ, 2006). Mas os esforços para recuperação continuaram e, no início da década de 1990, a área cultivada com café havia reconquistado os patamares dos anos 1950, com 430 mil hectares. Contudo, os baixos preços continuavam desestimulando o setor, com abandono da atividade ou má condução dos cafezais. Isso acarretou baixa produtividade e queda na qualidade do produto. Em 1992, a cafeicultura passou por uma profunda crise, com custo de produção maior que o preço recebido pelo produto, o que fez com que as erradicações fossem retomadas (PARANÁ, 2003).

Para evitar a completa extinção da cafeicultura paranaense, iniciou-se em 1992 um plano de governo que visava elevar a produtividade, reduzir o custo, gerar uma estabilidade econômica nas propriedades e obter um volume significativo de café de boa qualidade. As tecnologias desenvolvidas pelo Instituto Agronômico do Paraná (lapar), aliadas ao auxílio prestado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), foram fundamentais nesse processo. O adensamento das lavouras, o uso de variedades de alta produtividade, resistentes à ferrugem e adaptadas às condições edafoclimáticas do estado, e a colheita no pano foram algumas das estratégias utilizadas (QUEIROZ, 2006).

Apesar dos esforços, a forte geada no ano de 2000 intensificou ainda mais o processo de redução do parque cafeeiro no estado. Naquele ano, a quebra da safra foi de 85%. Entre os anos de 2001 e 2003, a área cultivada foi reduzida para menos de 135 mil hectares (PARANÁ, 2003). É evidente que as geadas contribuíram para a substituição dos cafezais por culturas anuais. Porém, a diminuição da disponibilidade de mão de obra no campo e a descapitalização dos produtores para investir em mecanização aceleraram o processo.

A área de produção de café no Paraná foi estimada em 46.160 ha no ano de 2016, com produtividade de 22,68 sacos por hectare (sc/ha) e produção de 1.047.000 sacas (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA [DE] CAFÉ, 2016).

Memória e cotidiano de uma trabalhadora do café no norte do Paraná (1950-2017)

Na perspectiva de Certeau (1998), o cotidiano das pessoas compreende práticas comuns e também práticas inventivas, que não necessariamente seguem os padrões impostos por autoridades políticas ou institucionais, baseadas em leituras inteligentes da vida e do mundo, resultando em interpretações e desvios. Nesse sentido, buscamos mostrar a atuação de uma mulher na lavoura de café e o seu cotidiano, visando desconstruir a ideia de que mulheres possuem papéis secundários ou pouco significativos na história. Pautamonos na entrevista que realizamos com Otildes de Paula Budeu, de 72 anos, em março de 2017, a fim de registrar suas experiências. Essa entrevista gravada foi depositada na base de dados de fontes orais do Museu Histórico de Londrina, no setor de Imagem e Som, por meio do número de registro DVD513. Também utilizamos fotografias do acervo do Museu, de momentos semelhantes aos relatados no depoimento para comparar imagens e relatos.

De acordo com Alberti (2005, p. 163), o relato não é exclusivo do autor, pois é "[...] capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social". Portanto, é uma fonte que, combinada com referências bibliográficas adequadas, permite o acesso a contextos

históricos e ao ponto de vista de grupos sociais muitas vezes ausentes em escritos históricos tradicionais. Mantivemos no texto trechos da entrevista transcritos de forma literal e, entre chaves, pequenas explicações para uma melhor compreensão.

Sobre as fotografias, é fundamental considerar o contexto da produção, interpretar os elementos que compõem a imagem e enxergar nas entrelinhas, pois uma reprodução fotográfica é portadora de significados não explícitos (BURKE, 2004). A análise das fotografias foi realizada mediante o objetivo deste livro, ou seja, frisar a figura feminina nas lavouras de café, a fim de não excedermos para além do proposto inicialmente. Mesmo que não pertençam à entrevistada, as imagens são representativas de suas experiências – as fontes utilizadas compõem o acervo do Museu Histórico de Londrina, instituição que oferece diversas ferramentas para o estudo da história da cidade de Londrina e do norte do Paraná.

Em uma sociedade em que se valoriza grandemente a figura masculina, principalmente na década de 1950, destacamos a capa da revista *A Pioneira* publicada em dezembro de 1951 com uma mulher não identificada posicionada como se estivesse derriçando café (Figura 1). Ainda que não inclua o nome da mulher, essa capa se diferencia de todas as outras edições publicadas, que priorizavam os homens. Na imagem, a mulher está posando para a foto com o cabelo escuro bem-arrumado, vestes novas, um chapéu e com um leve sorriso no rosto. Na página seguinte, está a explicação para a capa. Transcrevemos a seguir um trecho:

Muitas outras jovens, como esta, exuberantes de vida e cheias de entusiasmo pelo trabalho, constituem, também, ponderável riqueza de nossa terra, porque, em verdade, sem o concurso delas e de suas famílias, o Norte do Paraná não seria a potência que hoje representa na vida do Paraná e do Brasil (A PIONEIRA, 1951).

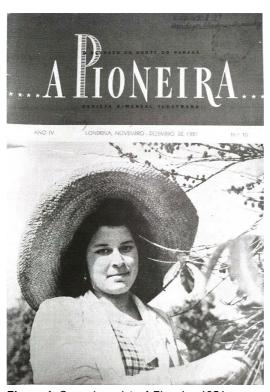


Figura 1. Capa da revista *A Pioneira*, 1951. Fonte: A Pioneira (1951). Acervo do Museu Histórico de Londrina. Cópia escaneada da revista original.

O relato de Otildes de Paula Budeu evidencia a importância da atuação feminina no cotidiano das lavouras. Otildes nasceu em Minas Gerais, em 1945. Por causa das dificuldades financeiras enfrentadas pela família no território mineiro, seu pai, Manoel, decidiu se mudar com a mulher, Cezarina, e as filhas, Otildes e Mariana, para a cidade de Santa Mariana, no estado paranaense. Por não estar acostumado com o trabalho na lavoura, uma vez que tinha a profissão de madeireiro, Manoel decidiu retornar para Minas Gerais. Entretanto, mais tarde, o norte paranaense se tornou mais uma vez atrativo para a família de Otildes graças à existência de parentes na

região. Voltaram, dessa vez, para o distrito de Serra Morena (atualmente Cruzeiro do Norte), na cidade de Uraí, em 1955, e começaram a trabalhar em um sítio voltado especialmente para a lavoura de café.

No final da década de 1950, uma nova oportunidade de trabalho surgiu para a família em um sítio próximo ao distrito de Warta, em Londrina. Nesse lugar, Otildes conheceu seu futuro marido, Waldomiro. Após o matrimônio, como de costume em tempos mais antigos, ela passou a conviver com a família do esposo em um sistema de colonato. Trabalhou na lavoura de café durante vários anos, levando uma vida baseada na tripla jornada de trabalho: em casa, nas plantações e como costureira durante o tempo "livre". Poucos anos depois de casar, engravidou da primeira filha, seguida de mais duas meninas. Em 1975, principalmente por causa de uma grande geada que danificou seriamente os pés de café da região, a família foi forçada a se mudar para a cidade de Cambé, ao lado de Londrina, onde perderam aos poucos o vínculo com o cotidiano da lavoura cafeeira em conseguência do êxodo rural. Atualmente, Otildes é viúva, aposentada e dona de casa.

As memórias da entrevistada dialogam com o contexto do norte do Paraná na década de 1950, principalmente no que diz respeito à migração de mineiros para o estado paranaense em busca de melhores condições de vida e, também, à importância da lavoura cafeeira nesse processo. De acordo com Arias Neto (2008), um dos maiores contingentes populacionais que se mudou para o norte do Paraná entre os anos de 1940 e 1950 era oriundo de Minas Gerais (18%). Nas mesmas décadas, segundo Leme (2013), com o fim da Segunda Guerra Mundial, o comércio mundial foi normalizado e, consequentemente, o preço do café voltou a subir. Dessa forma, houve a recuperação da economia cafeeira – até então prejudicada por antecedentes históricos –, fator que explica o rápido aumento populacional do período, pois nos "[...] anos de 1940 e 1950 [...] a população do norte do Paraná [...] aumentou de 345.600 para 1.000.000 habitantes, o que representou um crescimento da ordem de 189,35%" (ARIAS NETO, 2008, p. 100).

O sistema de colonato

No contexto descrito anteriormente, a família de Otildes encontrou a oportunidade de melhorar sua condição social nas lavouras de café norte-paranaenses. Entretanto, não foi um caminho fácil, de enriquecimento ou sorte, mas sim de trabalho árduo pautado no sistema de colonato. De acordo com Bassanezi (1986), após a proibição do trabalho escravo no Brasil, o colonato passou a ser a nova forma de organizar e controlar as atividades agrícolas com base em unidades familiares. Essa organização do trabalho garantiu para o proprietário da terra um contrato rentável com custos reduzidos, pois, ao fazer um acordo de trabalho com um pai de família, todos os familiares também eram "contratados", mas sem remuneração individual. O seguinte trecho resume a dinâmica do colonato, a forma de pagamento, as atividades exercidas pelos colonos e a contrapartida do contratante:

O colono recebia um pagamento fixo em dinheiro [ou espécie] pelo trato de [...] pés de café [...]. Ganhava uma quantia – também em dinheiro – proporcional ao volume do café colhido. Devia, segundo o contrato, prestar serviços avulsos remunerados ou não ao fazendeiro. Ao colono era permitido o usufruto de benfeitorias e concedida moradia gratuita. Podia plantar milho, feijão e arroz, em terreno designado pelo fazendeiro, manter uma pequena horta ao redor da casa, criar animais de pequeno porte e usar pastagem para poucas vacas ou cavalos. Esta produção independente respondia não só pela subsistência da família, mas também produzia um excedente que era comercializado [...] (BASSANEZI, 1986, p. 8).

As experiências de Otildes se aproximam dessa organização de trabalho em dois momentos: antes e após o casamento. Quando questionada sobre a vinda ao norte do Paraná e a vivência no sítio enquanto solteira, a entrevistada respondeu:

Ficamos cinco anos em Serra Morena e aí já era café. [...] Morávamos no sítio do meu tio. Ele era o dono e nós trabalhávamos para ele, e lá já fazia tudo. Tinha plantação de café, arroz, feijão, milho, todas essas coisas já tinham. A gente tocava [o sítio], **era tipo colônia**. A gente morava, não

pagava aluguel na casa e trabalhava de colono. Então, era um trabalho que a gente ganhava pra trabalhar. Só que as plantações, tudo que fazia, eram todas do dono, não era da gente (informação verbal, grifo nosso)¹.

Percebe-se que a depoente se refere ao trabalho e à moradia desse período como algo próximo às características do colonato ("tipo colônia"). A moradia era oferecida sem custos, e a família tinha a responsabilidade de cuidar das plantações. Entretanto, não possuíam um contrato definido ou porcentagens oriundas da colheita. Conforme Otildes disse em outros trechos do depoimento, seu pai recebia em dinheiro um salário mensal para "tocar" o sítio, mas sem vínculos estabelecidos por contratos ou uma quantia suficiente para todos os trabalhadores da família. Também tinham pequenos espaços para a plantação de subsistência e, muitas vezes, passavam necessidades. A condição contratual da entrevistada mudou após o casamento com Waldomiro, quando foi morar em um sítio próximo ao distrito de Warta. Otildes disse:

Ali foi onde eu casei. [...] Era porcentagem, a gente tinha um pouco de cada coisa. Só que pegava o dinheiro do café só no final do ano. Quando terminava a colheita do café pegava a parte que era nossa e a gente vendia aquela que ficou para a gente (informação verbal)².

A família do marido possuía um contrato que incluía praticamente todas as características do sistema de colonato. O pagamento era recebido por meio de porcentagens. Os colonos tinham direito a cerca de 40% da colheita do café, que podiam ser comercializados. Na opinião da depoente, percebida também em outros momentos da entrevista, esse sistema possibilitava mais lucros do que o vínculo de assalariado mensal de seu pai, mesmo ocorrendo apenas nos períodos de colheita. A maior dificuldade, porém, era fazer o dinheiro durar o ano todo. Portanto, assim que recebiam o dinheiro, tentavam comprar tudo que fosse preciso. Além disso, costumavam vender ou trocar os excedentes das plantações de subsistência durante todo o ano.

Segundo Arias Neto (1995), em Londrina, na década de 1950, os trabalhadores rurais começaram a reivindicar, por meio da criação do Sindicado dos Colonos e Assalariados do Norte do Paraná, os mesmos direitos oferecidos aos trabalhadores urbanos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 e ausentes no contrato de colonato (salário mínimo, férias, entre outros). No Estado Novo, contexto de criação da CLT, o governo de Getúlio Vargas evitou o confronto com oligarquias rurais, e "os direitos trabalhistas não foram estendidos à população rural, permitindo [...] a manutenção das antigas relações de exploração – em especial o colonato" (ARIAS NETO, 2008, p. 52), fato que afetou diretamente a família de Otildes.

No que diz respeito à organização espacial das colônias, os proprietários da terra preferiam contratar uma família grande, pois essa "[...] poderia se adaptar melhor às condições de trabalho; cuidaria de um número maior de pés de café, reduziria a quantidade de famílias necessárias e o custo de produção" (BASSANEZI, 1986, p. 9). A família do marido de Otildes refletia essa característica, graças à quantidade de filhos e, consequentemente, da mão de obra que seu sogro possuía. Entretanto, as colônias também podiam ser compostas por famílias diferentes. De acordo com a entrevistada, a colônia onde viveu com o pai, no distrito de Serra Morena, era composta por algumas casas de madeira, como mostra a Figura 2, fotografia produzida por Armínio Kaiser, em 1957, na cidade de Paranacity, no Estado do Paraná.

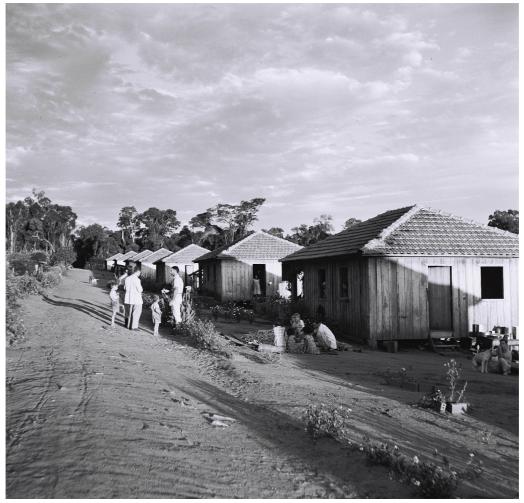


Figura 2. Colônia na Fazenda Ipiranga, propriedade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1957. Estrada Funda, Paranacity. Autor: Armínio Kaiser.

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina. Cópia escaneada da fotografia original.

A marca registrada de Kaiser está relacionada à temática da cafeicultura, com o registro de trabalhadores do café e aspectos da plantação, visto que era engenheiro-agrônomo e funcionário do Instituto Brasileiro do Café (MUAD, 2015). A fotografia mostra uma colônia que dialoga com vários elementos presentes nas memórias de Otildes:

Quando nós viemos para cá as casas eram tudo de madeira, não tinha casa de material. [...] Eram três casas [no sítio do seu tio], fora a dele, tudo de madeira. [...] moravam tudo ali [outras famílias contratadas]. Cada um tinha um pedaço pra trabalhar (informação verbal)³

Além da predominância de casas de madeira e do número de moradias, o fato de existir mandiocas sendo descascadas também vai ao encontro do relato da depoente acerca da existência de plantações de subsistência. A fotografia também traz mulheres na janela de uma casa observando os que estão do lado de fora. Conforme abordaremos mais adiante na entrevista de Otildes, as mulheres eram responsáveis por parte do trabalho na lavoura e por todo o serviço doméstico, portanto é significativo vê-las apenas do lado de dentro de uma janela, enquanto homens e crianças estão do lado de fora, fazendo outras atividades.

O trabalho no campo

Nosso foco são as memórias de uma figura feminina com relação ao seu cotidiano. Para Guarinello (2004, p. 21), "[...] o crescente interesse pela História do cotidiano reflete um novo olhar sobre o indivíduo, sua ação e sua posição na história". Segundo o autor, os acontecimentos se efetuam no tempo, durante o dia e na

sequência dos dias, logo o dia é entendido como um produto do cotidiano. Na origem latina, *quot dies* é tanto um dia como todos os dias. O cotidiano é identificado aqui no âmbito temporal, em que há permanência e mudança nas práticas de trabalho relacionadas às questões culturais, sociais, econômicas e também políticas. Incorporam-se os momentos repentinos e os contínuos, os intensos, os transformadores e os repetitivos.

De maneira resumida, Pozzobon (2006) caracterizou o cotidiano na zona rural de famílias numerosas pela precariedade das estradas e dos meios de transportes, além das moradias e utensílios, pela jornada de trabalho prolongada e por outros elementos. Apontou a alimentação básica composta por arroz, feijão e carne de porco, além de milho, frutas, verduras, ovos, banha, leite e café produzidos na própria casa. Também indicou os tipos de roupas, que eram confeccionadas pelas mulheres em brim e sacaria de trigo. Quanto às ferramentas usualmente utilizadas na lavoura, identificou o machado, a foice, a enxada, a plantadeira e o ferro de cortar arroz. Acrescentamos a peneira e o rastelo, que podem ser observados nas mãos dos trabalhadores da Figura 3, que representa o ambiente de trabalho nas lavouras em época de colheita do café. Podemos ver o chão de terra, os instrumentos, os altos pés de café excedendo a altura dos trabalhadores, homens, mulheres, crianças e até mesmo um cachorro. São sujeitos possivelmente pertencentes à mesma família.



Figura 3. Trabalhadores na colheita do café, junho de 1954. Fazenda Bulle, Londrina. Autor: desconhecido.

Fonte: Coleção Instituto Brasileiro do Café. Acervo: Museu Histórico de Londrina. Cópia escaneada da fotografia original.

De acordo com Otildes, as crianças ajudavam bastante, colhiam o café e depois entravam debaixo do pé para limpar o tronco e rastelar, que era uma tarefa mais fácil para as crianças do que para os adultos, graças à estatura. Ela revelou que, quando criança, não gostava dessa tarefa – achava ruim e ficava brava, mas tinha que fazer. Porém, essas atividades não impediam as brincadeiras na roça. Na condição de mãe, lembrou que levava suas filhas (mesmo ainda bebês) para a roça, deixando-as perto dos pés de café, onde ficavam brincando e

brigando às vezes.

A colheita era realizada por derriça quando a maior porcentagem de cerejas estivesse madura. Então, "as cerejas derriçadas junto com folhas e pedacinhos de galho eram rasteladas para fora da saia dos cafeeiros e limpadas com peneiras, especialmente feitas para esse fim" (NIXDORF, 1954, p. 93). Ao observarmos os detalhes, verificamos que todos os rastelos estão nas mãos dos homens. Há uma peneira na lateral esquerda, sem que seja identificado quem a está segurando, duas com dois meninos – o localizado ao centro da fotografia com a mão esquerda no rosto se encontra descalço –, e mais uma peneira apoiada em uma mulher. Contudo, segundo o relato de Otildes, não existia distinção de trabalho feminino e masculino na lavoura. Confirmou isso várias vezes e descreveu as atividades que realizava, feitas por ambos, homens e mulheres.

[...] era a mesma [função da mulher e do homem]. Tinha homem que nem sabia abanar café, eles iam rastelar e a mulher que abanava. [...] Nem carregar saco de café não podia [o pai], porque tinha problema nas costas. Então, pra nós conseguir levar pro carreador, onde nós ensacava ele [...], a gente tinha que repartir [ela e a irmã], era saco grande, de 60 quilos, então tinha que por um pouco em cada um e levar. Eu levava uma metade e a Cida levava a outra metade. Chegava lá no carreador, despejava tudo em um só. [...] Era difícil, tinha que fazer força. [...] E tinha que colher milho também. No meio do café plantava milho, arroz, feijão, a gente colhia tudo isso (informação verbal⁴.

Como podemos observar, o trabalho exercido nas plantações de café e nas lavouras de subsistência era realizado tanto por homens como por mulheres. No caso de Otildes e, provavelmente, de muitas outras mulheres do seu tempo, as funções femininas não eram irrelevantes ou apenas complementares, mas fundamentais para a dinâmica e o processo do cultivo de café. Mesmo que precisassem dividir os quilos de um saco de café entre duas pessoas, o trabalho era exercido em peso de igualdade. Muitas vezes, a entrevistada chegava a fazer todo o trabalho do marido, pois, em certos momentos, principalmente por sofrer de alcoolismo, seu esposo ficava debilitado.

Voltando à fotografia da colheita do café, embora a imagem esteja em preto e branco, é possível perceber roupas com tons mais claros em sua maioria, que cobriam todo o corpo com o objetivo de proteger do sol. Isso também justifica, provavelmente, o uso do chapéu. Na Figura 4, uma fotografia de 1954 tirada em uma fazenda em Jaguapitã, PR, vemos parcialmente o vestuário de uma mulher com mais detalhes. Essa fotografia possivelmente não retrata um momento espontâneo em que o fotógrafo registrou a mulher em movimento, mas fornece indícios sobre as vestes e o jeito correto de segurar o galho para derriçar café. Sem o uso de luvas ou algo para proteger as mãos e com uma expressão facial concentrada, ela colhe o café correndo as mãos pelos galhos a fim de fazer os frutos caírem em um pano no chão. De acordo com Nixdorf (1954, p. 93), a derriça tem que ser feita com cuidado "[...] para não tirar folhas demais junto com as cerejas e não prejudicar as borbulhas da florada seguinte, que já se acham no primeiro estado da formação".



Figura 4. Derriçando café, junho de 1954. Fazenda Maragogipe, Jaguapitã, Paraná. Autor: desconhecido.

Fonte: Coleção Instituto Brasileiro do Café. Acervo: Museu Histórico de Londrina. Cópia escaneada da fotografia original.

As vestes, como antes destacado, assemelham-se à descrição de Otildes, que fez uma comparação com as roupas usadas pelas japonesas.

Naqueles tempos nós usávamos [roupas] que nem japonês. A japonesa usava braço, colocava um elástico aqui em cima [no ombro], e aqui [na mão] um negócio pra enfiar os dedos. E embaixo também, fazia perna. Nós usávamos vestido e fazíamos perna até aqui em cima [na coxa] de elástico [...]. Aí colocava lenço na cabeça e chapéu, aquele chapeuzão bem grande (informação verbal)¹.

As duas imagens analisadas são datadas de 1954, mesmo período que Otildes vivenciou na lavoura, marcado pelo trabalho manual. Segundo a entrevistada:

Primeiro a gente faz a terra certinho, pra plantar. Daí vai cuidando até crescer, né? [...] Aí tem que colher tudo. Naqueles tempos se colhia tudo na mão, não tinha maquinário nem nada. Pra carpir tinha os arados que o cavalo puxava e os homens iam segurando atrás. Eu não fazia isso, mas a Cida, minha irmã, depois que ela casou ela fazia (informação verbal)².

O plantio era realizado com uma ferramenta que furava o chão para colocar as mudas. A respeito dessa fase, Otildes relatou: "Elas vêm plantadas dentro de um saquinho, tipo saquinho de lixo, mas é pequeno, as

mudinhas vêm lá dentro. Aí tem que fazer as covas, aí planta elas e tem que cercar de madeira em volta dos pezinhos. Então tinha bastante serviço, por causa disso" (informação verbal)³. Ela contou que, depois de bastante tempo de crescimento, vinha a colheita, a secagem e o ensacamento.

Conforme Nixdorf (1954, p. 97), "a secagem com o tempo firme é fácil, termina em poucos dias. A secagem com tempo chuvoso é uma arte". Isso porque a secagem era realizada em terreiros abertos com a ação do sol sobre as frutas, que eram movimentadas tanto quanto possível com os rastelos e, ao final do dia, amontoadas. A Figura 5 evidencia um terreiro em meio ao mato e, ao fundo, uma mata alta, paisagem bastante comum na década de 1940 nas regiões de Londrina e da atual Cambé, anteriormente denominada Nova Dantzig. No terreiro, há uma família grande organizada em suas tarefas (mexendo e amontoando o café) e com instrumentos de trabalho nas mãos (rastelos), além das vestes bem-arrumadas, especificamente para a fotografia. O fotógrafo, José Juliani, era contratado da Companhia de Terras Norte do Paraná com o objetivo de registrar o desenvolvimento da região e fazer propagandas das terras.



Figura 5. Café no terreiro, década de 1940. Cambé, Paraná. Autor: José Juliani. Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina. Cópia escaneada da fotografia original.

O relato de Otildes se aproxima do conteúdo dessa imagem:

Naqueles terreirão grande, que tem de cimento, lá a gente secava café, até dar o ponto de poder ensacar ele pra vender. [...] O sol secava ele [...] Tem que ficar mexendo eles, de vez em quando a gente vai lá passar o rastelo [...] Termina de passar aqui e já começa de onde começou. De tarde tem que amontoar tudo de novo. Tem que amontoar, tampar com encerado para no outro dia tornar a abrir (informação verbal)⁴.

De acordo com Otildes, o café seco seguia para uma tulha grande de madeira – "tipo um cômodo de casa" –, que tinha a função de guardar o café. Ela continuou: "Aí pra ensacar o café pra vender, tinha uma bica de lata assim, que saía da tulha, já saía direto no saco. Um ficava ali, só ia enchendo, passando para o outro" (informação verbal)⁵. Nos sacos iam, além do café, pedrinhas e outras sujeiras. Para costurar os sacos, tanto mulheres quanto homens usavam barbante e "agulhonas". Em seguida, o caminhão buscava os sacos, e os colonos, assim como o proprietário da terra, podiam vender sua porcentagem para incrementar a própria renda.

A jornada dupla das mulheres (fora e dentro de casa) permanece até os dias atuais. Para Otildes, era uma jornada "tripla". Acordava às 5 horas da manhã, arrumava as roupas e preparava os mantimentos para passar o dia na roça: almoço, leite para as crianças e café da tarde. Preparava as três crianças, pois todas iam junto. Quando o marido ficava bêbado, assumia todas as atividades na roça, as dela e as dele. Carregava feijão, quebrava milho na mão e se machucava: "[...] ele me deixava trabalhando com os homens no meio da roça e ia beber" (informação verbal)[§]. Chegava a casa e ainda tinha o trabalho doméstico para fazer. Lavava as roupas e a louça e tirava água do poço. la dormir tarde e acordava cedo no outro dia. A "tripla" jornada refere-se ao fato de Otildes ainda costurar roupas para a família e vizinhos quando necessário. Às vezes, recebia por isso.

Em linhas gerais, a descrição que Otildes fez de seu cotidiano de trabalho evidencia duas importantes questões. Na lavoura, da preparação da terra ao terreirão e ensacamento do café, não havia uma distinção sexual do trabalho, pois as mulheres faziam as mesmas funções que os homens. Entretanto, ao ir para casa, o trabalho feminino se diferenciava do masculino. As atividades domésticas, fundamentais para a rotina de trabalho – sem a roupa lavada e a comida preparada, por exemplo, as tarefas na lavoura não podiam ser completadas –, eram feitas apenas por mulheres, o que mostra uma diferenciação, em que os homens assumiam um papel social privilegiado graças ao contexto da época – uma construção social. Não podemos esquecer, porém, que os papéis sociais de gênero são mutáveis no tempo e nas sociedades. Isso não significa "[...] que estamos vivendo no melhor dos mundos e que, por isso, não precisamos fazer nada mais para mudar a relação entre mulheres e homens em nosso cotidiano" (SILVA; SILVA, 2009, p. 149).

As mulheres e o acesso à saúde

Além dos esforços enfrentados na tripla jornada de trabalho de Otildes – como vimos anteriormente –, a falta de acesso à saúde de qualidade dificultava melhores condições de vida às mulheres que moravam na zona rural. A entrevistada explicou que, por causa da ausência de meios de transportes adequados, as doenças, na maioria das vezes, eram tratadas em farmácias. O parto e a gestação também foram complicados para Otildes, principalmente por precisar trabalhar nas plantações até as vésperas do nascimento de sua última filha, por insistência do esposo.

A Nena [filha de Otildes] estava nascendo no meio da roça, colhendo café ainda. Eu não podia rastelar o café e abanar, aí eu fui apanhar com a mão, porque não precisava abaixar [...] de repente, a bolsa não estourou no meio do café? [...]. Elas eram parteiras [algumas mulheres]. Tinha uma mulher que era a parteira da nossa família. Só o da minha cunhada não nasceu, precisou ir para Bela Vista. Precisou ir em cima de um caminhão ainda, porque não tinha carro [...] Precisou dar uma injeção em mim [sobre o parto da terceira filha], porque eu não tinha dor [...], mas não deu dor, só deu força e nasceu. [...] Ela pediu pra fazer uma sopa de galinha pra mim, porque eu tinha perdido muito sangue [...] (informação verbal).

A intensa rotina de trabalho acabou prejudicando a última gravidez de Otildes, gerando complicações para a criança e risco de vida para a mãe. Portanto, as grandes responsabilidades assumidas pelas mulheres na lavoura de café eram cumpridas a qualquer custo, seja por necessidade — o trabalho na roça exigia o máximo de mão de obra possível por família — ou por imposição masculina — do pai ou do marido. Além disso, a figura da parteira mostra mais uma das funções que algumas mulheres agregavam para facilitar o momento do parto em condições instáveis. O exemplo da cunhada de Otildes e o próprio parto da depoente indicam uma ausência de preocupação com a saúde e o bem-estar feminino, pois muitas mulheres, por falta de informação ou condições ou por submissão aos seus maridos, engravidavam diversas vezes, o que aumentava os riscos de mortalidade infantil e feminina.

Entretanto, desde a década de 1950, métodos contraceptivos foram inseridos nos planos governamentais de diversos países, entre eles o Brasil, com base "[...] nas teorias de Malthus, que apontam que o rápido crescimento populacional pode levar o mundo à escassez de alimentos [...]" (VILLELA, 2000, p. 25). Logo, percebe-se que as intenções do governo não se pautavam em melhorar a saúde das mulheres, mas garantir o controle de natalidade. As mulheres, porém, utilizaram os anticoncepcionais para assegurar o direito de escolha

na reprodução. Conforme Otildes:

[...] a gente descobriu [a pílula anticoncepcional], mas foi na farmácia. Eu perguntei se tinha mesmo esse remédio pra não engravidar e ele [o farmacêutico] falou 'tem, você quer tomar?' [...]. Aí foi onde eu comecei a tomar, senão eu já tinha um monte de filhos (informação verbal)⁸.

A entrevistada passou a ter acesso a informações sobre a pílula anticoncepcional apenas no final da década de 1960 e afirma que, por causa desse método contraceptivo, conseguiu evitar que tivesse diversos filhos, como acontecia com outras moradoras da colônia onde viveu. Assim, a noção "[...] de saúde reprodutiva busca romper com a ideia de reprodução como um dever, ou destino feminino, para situá-la como **um direito**" (VILLELA, 2000, p. 25, grifo nosso).

O êxodo rural

A última parte da entrevista de Otildes aborda as consequências do êxodo rural para sua família. Por causa da "geada negra" de 1975, segundo a depoente, o dono do sítio onde morava resolveu erradicar os pés de café e substituí-los por soja, de forma que apenas uma família continuou morando e trabalhando naquele local. O restante, incluindo a família de Otildes, foi substituído pelo maquinário e, por conseguinte, precisou se mudar para a cidade de Cambé, ao lado de Londrina.

A entrevistada é questionada sobre as diferenças entre a vida na roça e no Município de Cambé. Segundo Otildes, a vida na cidade proporcionou uma diminuição no tempo de trabalho, uma vez que na lavoura tinham que trabalhar por mais horas, além do uso da televisão para o entretenimento de domingo. Entretanto, na roça ela não precisava comprar tantos mantimentos como na cidade, uma vez que a plantação de subsistência supria boa parte das necessidades principais. Portanto, ela disse que "lá [na roça] era mais fácil de criar as crianças e tinha de tudo" (informação verbal)⁹.

A depoente contou que, ao se mudar para Cambé, seu marido passou a trabalhar como pedreiro na construção de asfaltos. Porém, um único salário não supria as necessidades da família, que contava com oito pessoas. Logo, Otildes conseguiu um emprego de trabalhadora volante em outro sítio, até o local ser loteado para construção de casas. A saída encontrada foi o serviço doméstico na casa dos outros, pois, ao tentar conseguir emprego em fábricas de costura, encontrou a concorrência do mercado de trabalho. O salário de doméstica garantiu que as filhas continuassem estudando. Nessa função, a depoente trabalhou em quatro casas, uma de cada vez, que variaram entre as cidades de Cambé e Londrina. É importante observar que tais questões dialogam com trechos da produção historiográfica de Mello e Novaes (1998). Os autores dizem que a entrada do migrante rural no mercado de trabalho se deu, em geral, para homens na construção civil e para mulheres nos serviços domésticos.

As mudanças repentinas que enfrentou por causa do êxodo rural acrescentam ao relato de Otildes tons e expressões de saudade. Ao explicar sobre o café que usavam para consumo próprio, percebemos certa nostalgia do sabor.

Era gostoso, porque você estava fazendo café limpinho, né? Café que é da gente mesmo, não tem nenhuma palhinha no meio. Às vezes a gente compra café, ele vem com gosto de palha torrada, não tem nem gosto de café. [...] Até quando mudamos pra cá [Cambé], eu trouxe café do sítio pra torrar (informação verbal)¹⁰.

Além disso, Otildes tentou manter alguns costumes que adquiriu na colônia. Ela citou alguns, como produzir pão em casa, comprar galinha caipira e fazer todo o processo de preparo, comer torresmos de porco parecidos com os que tinham no sítio e preparar pamonhas com direito a debulhar o milho. Também lamenta não poder mais torrar o café em casa por falta de utensílios.

Seleção de memórias

A memória não se limita a datas – consolida-se como um campo de batalhas onde são disputadas as interpretações do passado e as do presente pelo passado, onde são criadas identidades, tradições, símbolos, crenças, sentidos da vida, mas também destruídas de forma a inibir ou estimular ações, sejam individuais ou coletivas. A memória coletiva, baseada em imagens e paisagens, constantemente recria os fatos de acordo com o que lhe convém, pois o esquecimento involuntário, assim como o voluntário, configura-se como um aspecto relevante para compreendê-la. Segundo Guarinello (2004, p. 29):

A memória, individual ou coletiva, não é um repositório passivo, mas ativo, atuante, um imenso produto cultural. Memória é o vínculo, material ou ideal, entre passado e presente que permite manter as identidades a despeito do fluxo do tempo, que permite somar os dias de modo significativo. É ela que dá sentido ao presente. É essencial tanto para indivíduos como para a sociedade ou para grupos dentro dela.

Para encerrar a entrevista, perguntamos se havia alguma história que Otildes gostaria que ficasse registrada. Então, ela nos contou duas histórias em meio a risos. A primeira era sobre os namorados e seu marido. Quando era solteira, gostava de morar no sítio porque lá havia muitos rapazes. Namoravam debaixo das árvores e brincavam de passar o anel, em que davam uma volta para beijar e abraçar. Para se divertir no sítio, havia baile todo final de semana, missas e festas. Nessa época, ela tinha 15 anos, mas os namoros não deram certo. Ainda com a mentalidade da época, disse: "daí eu fiquei um tempo sem namorar e ia ficando mais velha" (informação verbal)¹¹. Seu pai retornou para Serra Morena, mas ela não quis voltar "velha" e solteira. Até porque ela teve um namorado japonês nessa região que pediu para fugir com ela para Rolândia e, como ela disse, "eu, besta, não aceitei" (informação verbal)¹², e nunca mais se viram. Começou a namorar o futuro marido com 16 anos – logo, não ficou tanto tempo sem namorar – e quis fugir com ele para casar porque tinha vergonha de voltar solteira com o pai para Serra Morena. Riu de si mesma dizendo: "não fugi com o japonês, mas fugi com o outro" (informação verbal)¹³. Foram morar em Londrina na casa da tia dele. Para finalizar, avaliou mal o seu casamento, com um sentimento de espoliação: "Casei mal demais [...] Nunca me bateu, mas eu tinha que trabalhar na roça direto" (informação verbal)¹⁴.

Depois, contou sobre sua dificuldade em engravidar nos dois primeiros anos de casada e relatou com certa naturalidade um caso ocorrido:

Fiquei uns dois anos casada e não engravidava. Tinha uma mulher que colhia café junto com nós [uma migrante nordestina que tinha muitos filhos] [...] e ela tinha umas crianças, a coisa mais linda as criancinha dela. [...] Ela deixava um nenê lá embaixo nos pé de café, tinha bastante, né? Aí eu falei: 'Você não vai querer me dar um não?' Aí ela falou assim: 'Ué, por que você quer o nenê? Você não tem?' Eu falei: 'Não'. Ela falou: 'Mas você não é casada?' Eu falei: 'Sou, mas tenho dois anos de casada e não consegui engravidar ainda'. Se ela quisesse me dar ele eu pegava. Aí ela falou: 'Ué, se você quiser vou conversar com o meu marido. Se quiser a gente pode até pensar'. Aí eu: 'Se você der é pra deixar comigo'. Aí ela foi embora e disse que ia pensar. Esperando a resposta da mulher, eu não engravidei? [risos]. Quando chegou no outro mês eu estava grávida e precisei dispensar o nenê. [...] porque ele tinha só quatro meses, ele era pequeninho, né? Mas eu fiquei com dó do nenê jogado embaixo do pé de café (informacão verbal)¹⁵.

Para Certeau (1998), o cotidiano não consiste no lugar da opressão e do controle social, pois, na invisibilidade, as pessoas comuns possuem imensa criatividade e encontram brechas para realizar práticas cotidianas de modo a subverter a racionalidade do poder. Além disso, a forma como Otildes lida com a situação ao relatar a "quase adoção" também está relacionada a uma noção de infância da época em que viveu, pois, de acordo com Silveira (2000 citado por CASTRO, 2007), o valor de uma criança dentro de uma comunidade depende dos direitos que ela possui e das interferências que sofre em determinado período. Como vimos no

relato, as crianças das décadas de 1950 e 1960 trabalhavam e eram tratadas de formas diferentes das que conhecemos atualmente.

Considerações finais

Por muito tempo, os escritos históricos priorizaram os feitos masculinos, principalmente os relacionados à história política. Enfatizavam grandes acontecimentos desencadeados por personagens masculinos, com base em documentos oficiais e escritos produzidos, na maioria das vezes, do ponto de vista do homem. Entretanto, ao longo do século 20, a forma de fazer história passou por mudanças significativas, que possibilitaram abordagens de temáticas e sujeitos diversos, por meio da análise de fontes das mais variadas naturezas (imagéticas, orais, audiovisuais, entre outras). Consequentemente, permitiram histórias que ultrapassam uma visão de mundo unilateral e masculina.

Somam-se a isso as conquistas do movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970 – quando diversos movimentos sociais lutaram pela democratização de direitos. De acordo com Silva e Silva (2009), por muito tempo, as mulheres receberam um tratamento pautado em visões naturalizadas que levavam em consideração apenas questões biológicas acerca da relação entre mulheres e homens. Todavia, desde a década de 1980, as discussões de gênero são abordadas a partir do entendimento que construções sociais e culturais induzem a forma como homens e mulheres são educados. Essas construções legitimam uma hierarquia na qual os homens assumiram um papel privilegiado, enquanto às mulheres restou um lugar social marcado pela submissão à figura masculina. Entretanto, as mulheres não aceitaram isso de forma passiva e pacífica. Lutaram e conquistaram direitos que resultaram em uma maior valorização da atuação feminina na história. De outro modo:

[...] não há uma essência masculina ou uma essência feminina imutável e determinada por características biológicas. O que há são construções sociais e culturais que fazem que homens e mulheres sejam educados e socializados para ocupar posições políticas e sociais distintas, normalmente cabendo aos homens as posições hierárquicas mais elevadas, enquanto às mulheres são reservadas as posições menos privilegiadas. Desse modo, o conceito de gênero tem muito a ver com a forma como são percebidas as relações de poder entre homens e mulheres (SILVA; SILVA, 2009, p. 166).

Podemos dizer que o relato de Otildes permite visualizar o tempo em que trabalhou na lavoura de café e na cidade e o contexto em que vive atualmente, pois, de acordo com Sarlo (2007), a experiência só aparece quando é lembrada e narrada, é uma captura do presente e depende das intenções do tempo atual. Dessa forma, a narrativa da entrevistada revelou a mistura de vários sentimentos. Às vezes, ela recordou com orgulho, por perceber o quanto conseguiu trabalhar. Em outros momentos, pareceu alegre ao rememorar suas experiências com nostalgia. Algumas vezes, tons de ironia também apareceram, principalmente por relembrar o quão submissa foi à figura masculina em algumas ocasiões, mostrando que hoje, graças ao contexto em que vive, não precisa mais agir dessa forma.

Em linhas gerais, as experiências de Otildes, unidas às fotografias e às referências que utilizamos, dialogam com as atuais discussões de gênero sobre o papel da mulher, socialmente construído dentro de relações de poder. As fontes utilizadas também possibilitam uma abordagem do cotidiano como cenário da história. A forma como as mulheres trabalhavam na lavoura do café e na cidade, as intensas jornadas de trabalho feminino, as atividades domésticas e os aspectos relacionados à saúde e à reprodução mostram que é possível acessar configurações históricas por meio do dia a dia de pessoas simples e, nesse caso, especificamente de mulheres.

Referências

A PIONEIRA: o retrato do Norte do Paraná: revista bimensal ilustrada, ano 4, n. 10, 1951.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA [DE] CAFÉ: safra 2016: quarto levantamento, Brasília, DF, v. 3,

n. 4, dez. 2016. 77 p.Disponível em:

2017.

dez.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ARIAS NETO, J. M. **O Eldorado**: representações da política em Londrina 1930-1975. 2. ed. rev. Londrina: EDUEL, 2008. 254 p.

ARIAS NETO, J. M. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. História e Ensino, v. 1, p. 69-82, 1995.

BASSANEZI, M. S. C. B. **Família e força de trabalho no colonato**: subsídios para compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. Campinas: Núcleo de Estudos de População-UNICAMP, 1986. 98 p.

BURKE, P. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

CANCIAN, N. A. Cafeicultura paranaense – 1900-1970. Curitiba: Grafipar, 1981. 154 p.

CARVALHO, M. S. O uso do solo na década de 1960 no Norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia**, v. 8, n. 2, p. 135-141, 1999.

CASTRO, M. G. B. Noção de criança e infância: diálogo, reflexões, interlocuções. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas. **Anais**... Campinas: Ed. da Unicamp, 2007. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes anteriores/anais16/sem13pdf/sm13ss04 02.pdf>. Acesso em: 28 jul.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUARINELLO, N. L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, p. 13-38, 2004.

HESS, J. O café no Paraná 40 anos depois da geada de 1975. [Curitiba]: Sistema FAEP, [2015]. Boletim técnico.

LEME, E. J. H. **O Teatro da Memória**: o museu histórico de Londrina: 1959-2000. 2013. 276 f. Tese (Doutor em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.

MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 4, p. 559-659.

MUAD, A. M. Dicionário histórico-biográfico da fotografia dos fotógrafos no Brasil. Niterói: PPGH-UFF, 2015.

NIXDORF, O. Cultura do café. São Paulo: Melhoramentos, 1954. 113 p.(Criação e lavoura, n. 22).

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Departamento de Economia Rural. **Perfil da agropecuária paranaense**. Curitiba, 2003. Disponível em:

http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/PDF/revista.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

POZZOBON, I. A epopeia do café no Paraná. Londrina: Grafmark, 2006. 224 p.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. A cafeicultura no Paraná. In: HISTÓRIA do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 91-104. Disponível em: http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-08.pdf. Acesso em: 28 jul. 2017.

QUEIROZ, J. Parabéns Paraná. **Conjuntura Especial do Café**, dez. 2006. Conjuntura Semanal. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9a44f2251971158dbdd2031ff8730322..pdf. Acesso em: 28 jul. 2017.

SARLO, B. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: SARLO, B. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007. p. 23-44.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Gênero. In: SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 166-169.

VILLELA, W. Saúde integral, reprodutiva e sexual da mulher: redefinindo o objeto de trabalho a partir do conceito de gênero e da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. In: ARAUJO, M. J. O.; SOUZA, M. J.; VERARDO, M. T.; FRANCISQUETTI, P. P. S. N.; MORAIS, R. R.; BONCIANI, R. D. F.; DINIZ, S. G.; VILLELA, W. **Saúde das mulheres**: experiência e prática do coletivo feminista sexualidade e saúde. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade Saúde, 2000. p. 23-32.

Notas

- ¹ Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ² Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ³ Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ⁴ Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ⁵ Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ⁶ Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ☼ Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 8 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- ⁹ Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 10 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 11 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 12 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 13 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 14 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 15 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 16 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 17 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.

- 18 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.
- 19 Otildes de Paula Budeu, migrante mineira que se estabeleceu no Paraná e trabalhou nas lavouras de café entre os anos de 1955 e 1975, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista em 2017.



O protagonismo das mulheres do café na agricultura familiar: o caso de Piatã e Abaíra, Chapada Diamantina, BA

Maria Salete Souza de Amorim Lídia Maria Soares Cardel Brígida Salgado Lucylanne Oliveira da Silva Maiara Maria de Jesus Santos Fernanda Marques Correa

Introdução

O Brasil tem se destacado no cenário mundial como um dos principais produtores, consumidores e exportadores de café (*Coffea arabica* L.). De acordo com o estudo *A Geografia do café*, publicado pelo IBGE em 2016, inicialmente a produção cafeeira se concentrou nos estados de São Paulo e Paraná, e a partir da década de 1980 a geografia do café se direcionou para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e continuou sua expansão em direção ao Cerrado do oeste e centro-sul baiano. Atualmente, a Bahia ocupa o quarto lugar na produção nacional do café, com destaque para a produção de cafés especiais, particularmente nas microrregiões da Chapada Diamantina, cuja maior parte da produção de cafés especiais e orgânicos advém da agricultura familiar. Observa-se uma crescente demanda por cafés especiais tanto no mercado nacional como no internacional, graças a sua alta qualidade e adoção de práticas diferenciadas e mais sustentáveis de cultivo.

O Estado da Bahia subdividiu as regiões em territórios de identidade, com o objetivo de apreender as especificidades culturais, socioeconômicas, políticas e ambientais de cada realidade local. O Território da Chapada Diamantina localiza-se no centro da Bahia e compreende 24 municípios: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (Figura 1). Essa região possui grande importância ambiental e recursos hídricos e naturais, dada sua riqueza em biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Desse modo, como instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente de acordo com a Lei 6.938/81 (BRASIL, 1981), foram criadas as unidades de conservação (UCs), tendo por base estabelecer proteção integral, como é o caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina, das áreas de proteção ambiental (APAs) e das áreas de relevante interesse ecológico (Aries), de modalidade de uso sustentável. A Arie Nascentes do Rio de Contas, que compreende os municípios de Piatã e Abaíra, foi criada em 2001.

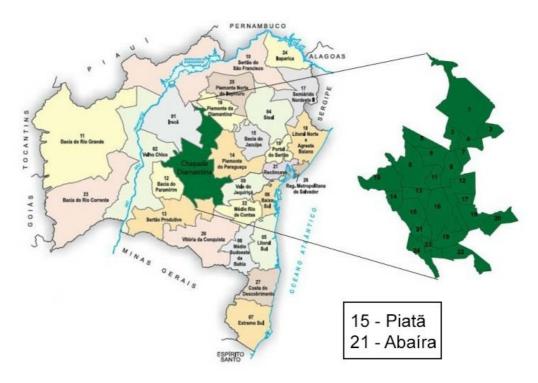


Figura 1. Território de Identidade da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. Fonte: Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina (2017).

Este capítulo abordará o contexto da produção de café nos municípios de Piatã e Abaíra, por pertencerem a uma região de nascentes e se destacarem na produção de cafés especiais. As condições favoráveis de altitude e clima de Piatã e do distrito de Catolés de Cima, em Abaíra, contribuem para a elevada qualidade do café na região. O objetivo aqui é explicitar o papel e a atuação das mulheres no processo produtivo da cafeicultura, pouco registrados e reconhecidos no âmbito local e nacional. A qualidade dos cafés de Piatã e Abaíra se deve, em grande parte, à dedicação e ao empenho das mulheres no momento do plantio, da colheita e da pós-colheita. A partir das memórias e histórias de vida das mulheres produtoras e apanhadeiras de café dos referidos municípios, busca-se demarcar o protagonismo que elas exercem na agricultura familiar, cujos produtos mais cultivados são: café, cana-de-açúcar (Saccharum officinarum L.), feijão (Phaseolus vulgaris L.), milho (Zea mays), mandioca (Manihot esculenta) e hortifrutigranjeiros.

É inegável que as mulheres desempenham uma importante função na agricultura familiar e participam desde sempre de diversos ramos das atividades produtivas, incluindo as atividades agrícolas, extrativistas, de pesca e de beneficiamento, que resultam em geração de renda e garantia de subsistência e autoconsumo familiar (JUNCA et al., 2005; SCHEFLER, 2007). Preocupadas com o manejo ambiental, as mulheres adotam práticas agroecológicas, reproduzem e trocam sementes crioulas e comercializam a produção excedente em feiras livres do produtor rural, como observado em Abaíra e Piatã.

A pesquisa transcorreu entre os anos de 2015 e 2017, propiciando o levantamento de informações socioeconômicas dos municípios de Piatã e Abaíra, bem como o conhecimento da realidade local e o contato direto com as mulheres produtoras e apanhadeiras de café. Foram realizadas reuniões de sensibilização sobre a proposta da Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA Brasil), que visa promover maior visibilidade das mulheres na atividade produtiva do café. As mulheres da região que nos concederam entrevistas (12 de Catolés de Cima e cinco de Piatã) autorizaram a divulgação de seus nomes e fotos.

A cafeicultura na região da Arie Nascentes do Rio de Contas: Piatã e Abaíra

A região da Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, possui grande importância ambiental graças aos seus recursos hídricos e à sua riqueza em biodiversidade, geodiversidade e serviços ecossistêmicos. Os Gerais

de Piatã abrigam muitas nascentes e monumentos naturais, como os Três Morros e a Serra da Tromba, que fazem parte da Arie Nascentes do Rio de Contas, na modalidade de uso sustentável. Encontra-se, nas serras de Piatã, o divisor de águas de três bacias hidrográficas: do Rio de Contas, do Rio Paraguaçu e do Rio São Francisco. Essas nascentes são patrimônio cultural e imaterial dos povos da Chapada Diamantina. O Município de Piatã tem uma população estimada em 18.366 mil habitantes (IBGE, 2016), dos quais 58% são da área rural, e é conhecido nacional e internacionalmente pela sua produção de café, pois as condições favoráveis de altitude e clima contribuem para a produção e exportação de cafés especiais. Por sua vez, as condições climáticas de Catolés de Cima, distrito de Abaíra, e as práticas de manejo sustentável contribuem para a produção de café orgânico, que tem sido comercializado para diversos estados brasileiros e exportado para os Estados Unidos e Austrália, entre outros. Dessa forma, observamos que a agricultura familiar, característica da região, distingue-se pela diversificação da produção e pela busca da sustentabilidade socioambiental (AMORIM et al., 2016).

A paisagem da Chapada Diamantina é composta por terrenos com características geográficas avessas ao processo de mecanização. A diferença quantitativa quando comparamos a produção por hectare do Município de Mucugê (3 mil toneladas por hectare), por exemplo, onde o café é cultivado em larga escala dentro do modelo do agronegócio e com utilização de agrotóxicos e de mecanização, e a produção da agricultura familiar dos municípios de Abaíra e Piatã (400 toneladas por hectares), baseada na agricultura de mão de obra familiar e pouco mecanizada, em áreas de vales e campos rupestres indica que o café de alta qualidade envolve uma tecnologia em que a mão de obra do pequeno agricultor e/ou do trabalhador rural está associada a um *terroir* único.

As mulheres da Santa Bárbara (Piatã): do plantio à mesa do café

O Município de Piatã tem sido um dos maiores vencedores de prêmios internacionais atribuídos à produção de café nos últimos anos. A Associação Brasileira de Cafés Especiais realiza, desde 2000, um concurso de qualidade do café aberto a todo produtor brasileiro de café arábica (*Coffea arabica*). Em 2016, o café vencedor da categoria "Pulped Naturals", do *Cup of Excellence*, foi produzido por José Joaquim Oliveira, da Fazenda Santa Bárbara, e o segundo lugar ficou para o produtor Anastácio José de Novais, do Sítio Terra Santa, pertencente à Fazenda Santa Bárbara. O preço de cada saca vendida em leilão chegou a US\$ 5.469,96 (cerca de R\$ 18.900,00). Entre os ganhadores da categoria "Pulped Naturals" (24 selecionados, com pontuação entre 91,66 e 86,16), a maioria (79%) foi de produtores de Piatã.

Santa Bárbara está entre as principais comunidades produtoras de café de Piatã, de base familiar (Tabela 1). Embora não apareçam nomes de mulheres na relação dos ganhadores dos concursos, elas sempre tiveram uma participação direta e decisiva nessas premiações. Estão envolvidas diretamente na cadeia produtiva do café, desde o plantio até a colheita e pós-colheita. Segundo relatos de Laurita Assunção e suas filhas, moradoras da Fazenda Santa Bárbara, em geral, além de estarem presentes em todas as etapas do processo produtivo do café, as mulheres também selecionam os melhores grãos e preparam as amostras para os concursos. Essa prática de pós-colheita é o que garante a qualidade e a premiação dos cafés especiais de Piatã.

Tabela 1. Principais comunidades cafeeiras do Município de Piatã, Bahia	Tabela 1. Princi	pais comunidades	cafeeiras do	Município de	Piatã, Bahia
--	------------------	------------------	--------------	--------------	--------------

Comunidade rural	Número de produtores		
Santa Bárbara	30		
Cafundó	20		
Ressaca	20		
Gerais	15		
São Francisco	12		
Malhada de Areia	7		
Total	104		

Laurita Assunção (56 anos) e suas filhas, Ana Cássia, Gleice, Rose e Alane, que representam a terceira geração que trabalha com o café na Fazenda Santa Bárbara, aceitaram participar da pesquisa e contar sua

história e relação com o café. Elas contam que, segundo relatos dos mais velhos da comunidade, foi por volta do final do século 19 que Clitéria Marta de Jesus vendeu o sítio nos arredores de Piatã, onde criava gado, para José Martins de Oliveira (de descendência nagô, grupo de iorubás da África Ocidental), bisavô de Laurita. Foi ele quem atribuiu o nome de Santa Bárbara à fazenda, por causa de sua devoção pela santa, protetora contra os raios e tempestades, formando-se ao longo dos anos o povoado de Santa Bárbara.

José Martins Oliveira se casou com Maria Liberata Alves Filha, do Rio São Francisco, enquanto Manoel José de Assunção, de Ribeirão e de descendência indígena (tapuia), casou-se com a irmã de Maria Liberata, Ana Januária Alves. Portanto, houve uma interessante mistura de descendentes de negros e índios na localidade.

Em 1966, quando Laurita Assunção tinha apenas 5 anos, seu pai trabalhava como meeiro na chácara de café. No período da colheita, toda a família saía para apanhar café com um balaio nas costas, e os grãos eram colocados em um caixão de madeira no qual cabiam duas latas de 18 L cada (Figura 2A). Naquela época, o pagamento era feito por alqueire, uma medida que previa o transporte de cargas por animais. O café era guardado por uns 3 dias, conta Laurita, e depois de fermentado era colocado para secar e pisado no pilão de carretel (Figura 2B). Os compradores vinham de lbipitanga, BA, e levavam as sacas de café no lombo de animais. A prática da fermentação tem sido resgatada por alguns grupos de produtores, que fazem experimentos de fermentações próprias para melhorar a bebida do café.





Figura 2. Caixão de madeira no qual cabiam duas latas de 18 L cada, em grãos de café (A); Pilão de carretel (B). Utensílios usados na década de 1960, em Santa Bárbara, Piatã, Bahia.

Fotos: Brígida Salgado

Segundo a narrativa de Laurita, as mulheres desempenhavam, e desempenham até hoje, um papel delicado na colheita e pós-colheita, especialmente na seleção dos melhores grãos:

Sentava bastante mulher, ele [o dono] pagava as pessoas pra ir catando aquelas bandinhas pretas todas. Não podia deixar uma no café, ele apurava todinho... Tinha as mulheres para peneirar aquele café, tirar as canjiquinhas, tirar o café preto, separar tudo, vendia aquele café apuradinho. E aquelas canjiquinhas e aqueles cafés pretos ele dava para as vizinhas que necessitavam, para torrar, para beber... Era divertido apanhar café. Era muito bom (informação verbal)¹.

Laurita relembra que, no final dos anos 1970, o primeiro a plantar café baixo (catuaí) na Fazenda Santa Bárbara foi o seu sogro Lindolfo. Aos poucos, os caixões foram substituídos por latas, que passaram a ser as novas medidas utilizadas para o pagamento da colheita do café. Segundo ela, "para apanhar o café tinha que catar de caroço em caroço para não arrancar nem um talinho das braças. Tudo madurinho, não podia apanhar café verde" (informação verbal)². Laurita conta que trabalhou muito ao lado do esposo em todas as etapas do processo produtivo, desde o plantio, passando pela limpeza do café, até a colheita.

As filhas de Laurita, hoje todas casadas e com filhos, contam que o café é muito importante para elas, pois faz parte de suas vidas. Cresceram em meio aos cafezais, brincando e também ajudando na lida. Ana Cássia relata:

Desde meu avô, a gente pequenininha ia para a roça com ele limpar o café. Ele arrumava umas enxadinhas pra gente limpar o café. Fazia uns balainhos e, no tempo da "panha", a gente pegava aqueles balainhos e ia pra chácara pegar café. E quando enchia... Era uma delícia, bastante café (informação verbal)³.

Segundo ela, ir para a roça era uma diversão, pois elas brincavam a hora que queriam e sempre frequentaram a escola (todas concluíram o ensino médio). Gleice lembra que, graças à queda no preço do café, o pai foi para São Paulo trabalhar, e Laurita assumiu sozinha a chácara de café por um período, com as filhas sempre ajudando. Quando o pai retornou de São Paulo, as filhas já estavam maiores e passaram a plantar as mudas, a limpar e a adubar o café. Até hoje, continuam trabalhando todas juntas no cafezal, mesmo depois de casadas.

Além do café de Santa Bárbara ser famoso na região e ganhar prêmios internacionais, a família Assunção é bastante procurada por ter equipamento de torrefação de café. As filhas de Eloísio e Laurita contam essa história ressaltando a criatividade do pai. Tudo começou com a torrefação manual, um "torrador de bola" feito pelo pai. Ele torrava um pouco de café, e elas tinham a tarefa de empacotar e selar com vela. Com o aumento da demanda, o pai fez outro torrador, agora com um tambor maior, ligado à energia. O sabor do café continuava o mesmo: muito bom, segundo relata Rose. Atualmente, foi adquirido um torrador de café industrial e uma seladora de embalagem de café, e a demanda continua crescendo.

Ana Cássia participou de curso de Classificação e Prova de Cafés, pela metodologia SCAA/BSCA, em 2013, promovido pela IWCA Brasil em parceria com a Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina (Cooperbio), a Academia do Café e a Itaipu Binacional, para um grupo de 12 mulheres produtoras de café da agricultura familiar (Figuras 3A e 3B).



Figura 3. Curso de Classificação (A); Prova de Cafés (B), Piatã, Bahia.

Fotos: Bruno Souza

Ana Cássia argumenta que, por conta desse curso e de outros que teve oportunidade de fazer, ela pôde contribuir para que o cunhado ganhasse o segundo lugar na categoria "Pulped Naturals" do *Cup of Excellence*, em 2016, pois as amostras foram selecionadas e preparadas por ela.

Em conversa com as mulheres que participaram do treinamento, observamos que praticamente todas elas são produtoras de café com seus maridos e têm participado ativamente das escolhas das amostras. Algumas, inclusive, foram premiadas em várias ocasiões (Figura 4).



Figura 4. Curso de Classificação e Prova de Cafés, Piatã, Bahia, 2013. As setas indicam as mulheres cujos cafés já foram premiados ou foram bem classificados nos concursos da Brazil Specialty Coffee Association (BSCA).

Foto: Bruno Souza

As filhas de Laurita relembram que o concurso da Associação Brasileira de Cafés Especiais, edição 2016, foi no Paraná, e o produtor Anastácio José de Novais (marido de Alane), inscreveu-se no último dia do prazo por incentivo delas, que se empenharam para que as amostras fossem enviadas pelo correio na quantidade exigida e no tempo hábil. No dia do resultado final, quando o cunhado ligou contando que havia ganhado o segundo lugar na categoria "Pulped Naturals", elas vibraram de alegria.

Ana Cássia e suas irmãs destacaram que o mérito desse prêmio se deve, inclusive, ao trabalho de Alane (esposa do produtor vencedor), pois, além de plantar, adubar e colher o café, ela organiza o trabalho das apanhadeiras, faz a marcação das latas e contabiliza o pagamento da colheita. Ou seja, as mulheres agriculturas de Piatã estão presentes em todas as etapas da cadeia produtiva do café.

As mulheres de Catolés de Cima (Abaíra): produção orgânica do café

O café, além de possuir uma grande competitividade mundial, necessita largamente de mão de obra especializada desde o plantio, de cuidados específicos de uma cultura anual e de acuidade técnica especial na colheita e no processo de torrefação. No nosso caso, buscamos pensar a importância e o protagonismo da mulher em um tipo de cultura que, para ser competitiva em termos de qualidade, tem grande relação com o savoir-faire do agricultor familiar e da mão de obra feminina e infantil. Como foi dito pelas mulheres de Piatã e Abaíra, na produção familiar, a mão de obra infantil não é vista como um processo de exploração, mas como um processo de aprendizagem que começa na mais tenra idade e vai até a idade adulta. Não existe exploração, no sentido capitalista, no saber-fazer da agricultura familiar, pois se trata de um processo do qual o indivíduo participa desde a infância, inicialmente por algumas poucas horas por dia. É um processo crescente de atividades para aprender a lidar com a terra, com o plantio, com os cuidados delicados do café e com a leitura de uma paisagem que o habilitará, na vida adulta, a ser um agricultor de café profissional. Até porque um café de qualidade deve ser manipulado manualmente, e não por colheitadeiras. Ou seja, depende da destreza, do olhar para o processo de crescimento, do cuidado no momento da floração, do amadurecimento dos grãos, do cuidado para controlar as pragas mais comuns e como combatê-las, da capina entre as leiras plantadas e da

colheita manual. Nessa última fase, a mão de obra feminina é a mais especializada, pois é nesse processo que se inicia a qualificação do produto que se tornará o "ouro negro", como é conhecido desde o século 20, ou atualmente o café *gourmet*, que será vendido em cafeterias do mundo todo como "microlotes", com certificados de procedência e de refinamento estabelecidos por baristas altamente treinados.

Neste subcapítulo, abordaremos a atuação das mulheres na produção do café no distrito de Catolés de Cima, no Município de Abaíra, que tem se destacado na produção orgânica do café. Durante entrevista para o *Programa Rural Contemporâneo*, no canal NBR, que foi ao ar em 2015, Selmí Jardim e seu esposo, Florisvaldo Jardim, retrataram sua fazenda como "um pedaço do paraíso". Ressaltaram que, nos 50 ha de terra, há uma produção diversificada e orgânica (café, banana, feijão, hortaliças, tanque de peixes), e o principal produto é o café. Florisvaldo é um dos produtores associados da Cooperbio, que hoje congrega 20 produtores de café dos municípios de Abaíra, Seabra e Piatã, todos com certificados orgânicos.

Cabe destacar que a Cooperbio tem uma mulher na presidência: Brígida Salgado, proprietária da Fazenda Flor do Café, em Piatã. Ela nos conta que, ao chegar à Chapada Diamantina, há 18 anos, teve que enfrentar duas dificuldades: a primeira pelo fato de ser mulher produtora de café (algo raro na região) e a segunda por propor a produção de café orgânico, uma vez que naquela época havia pouca orientação técnica sobre esse tipo de cultivo. Quando adquiriu a fazenda, havia 27 ha plantados de café, e hoje, por causa das dificuldades e da falta de financiamento voltado para a produção orgânica, a área foi reduzida para 2 ha. Uma redução na quantidade, mas não na qualidade, ressalta Brígida.

No início do ano 2000, Brígida entrou em contato com produtores de Catolés de Cima e verificou que eles mantinham um manejo agroecológico da produção do café, que foi passado de geração em geração (SILIPRANDI, 2015). Nesse período, houve uma queda no preço do café, o que motivou a criação de um grupo composto por produtores de Piatã e de Catolés de Cima, para discutir a cafeicultura orgânica e a produção de cafés especiais, justamente por serem diferenciados na qualidade do grão e, portanto, mais valorizados no preço. Posteriormente, juntou-se a eles um grupo de Seabra, que, por ter preocupações ambientais, passou a implantar os cafés sombreados após conhecer as experiências do Ceará. Brígida relata que, além de visitas técnicas ao Sul de Minas e à Serra do Baturité, no Ceará, o grupo convidou Raquel Soraggi, da Associação Brasileira de Biodinâmica, para uma palestra, que originou um projeto para certificação de cafés orgânicos por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em 2003. Ou seja, antes do surgimento da Cooperbio, os produtores já haviam conseguido a primeira certificação.

A Cooperbio foi fundada em 2007/2008 com o objetivo de comercializar café orgânico (arábica) de forma coletiva, para o mercado interno (cafeterias e lojas especializadas em produtos orgânicos) e para o mercado externo (Figura 5).



Figura 5. Café torrado e moído da Cooperbio, Piatã, Bahia.

Foto: Dinho Souto/Ascom Sead

Como toda cooperativa, a Cooperbio passou por dificuldades e percalços, mas, graças a parcerias e a projetos enviados e aprovados, mantém-se ativa. Um exemplo disso é o convênio assinado com a Inter-American Foundation (IAF), que tem como objetivo estruturar a Cooperativa, de modo a ser referência no modelo de gestão para a região da Chapada Diamantina. Essa estruturação vai desde a atividade de Assistência Técnica Rural, até a parte de industrialização dos produtos, através da instalação de uma torrefação, em parceria com a Associação da Lagoa da Boa Vista. Além da estruturação da Cooperbio, a meta para os próximos anos é a inclusão das mulheres do café na cooperativa.

Em alguns encontros, as mulheres, esposas dos produtores cooperados, relataram que não se sentem parte da cooperativa. Dessa forma, foi realizado o *Primeiro Encontro das Mulheres do Café da Chapada Diamantina*, em 2015. Depois, no dia 20 de maio de 2017, foi promovido um encontro da Família da Cooperativa, aproveitando as homenagens pelo Dia das Mães, com o objetivo de constituir um Conselho de Mulheres da Cooperbio, para que elas se sentissem parte na tomada de decisões da cooperativa. No intuito de promover o empoderamento dessas mulheres, a Cooperbio tem promovido cursos em Piatã, Seabra e Abaíra. O curso de Classificação e Prova de Cafés, ocorrido em Piatã em 2013 e nos municípios de Seabra e Abaíra (Catolés de Cima) em 2016, com o mestre de torras Eystein Veflingstad e o agrônomo Fábio L. Martins Neto, abordou os processos de colheita e pós-colheita, e sua influência na qualidade da bebida.

Das 12 mulheres agricultoras de Catolés de Cima que aceitaram participar da pesquisa, sete delas são esposas de produtores associados da Cooperbio. O tema do protagonismo da mulher na cafeicultura foi amplamente discutido, com ricas experiências sendo relatadas por essas mulheres. A Tabela 2 mostra o perfil socioeconômico das entrevistadas.

Tabela 2. Mulheres do café de Catolés de Cima, Abaíra, Bahia. Fonte: Questionário aplicado pelas autoras em novembro de 2016.

	Idade	Escolaridade	Renda	Produtora	Apanhadeira/safrista
E1	81	Não alfabetizada	1 salário mínimo	Sim	Não
E2	68	Não alfabetizada	1 salário mínimo	Sim	Sim
E3	65	Não alfabetizada	1 salário mínimo	Sim	Não
E4	63	Ensino fundamental incompleto	1 salário mínimo	Sim	Sim
E5	60	Ensino fundamental incompleto	1 salário mínimo	Sim	Sim
E6	58	Não alfabetizada	1 salário mínimo	Sim	Não
E7	54	Ensino fundamental incompleto	Menos de um salário mínimo	Sim	Sim
E8	29	Ensino fundamental incompleto	Menos de um salário mínimo	Não	Sim
E9	26	Ensino médio incompleto	Não tem renda	Não	Sim
E10	24	Ensino fundamental incompleto	Menos de um salário mínimo (Bolsa Família)	Não	Sim
E11	22	Ensino médio incompleto	Menos de um salário mínimo (Bolsa Família)	Não	Sim
E12	22	Ensino médio completo	Menos de um salário mínimo	Não	Sim

O perfil das mulheres entrevistadas reflete, em grande parte, o perfil das mulheres da região, produtoras de café e/ou apanhadeiras de café no período de safra. Essas agricultoras apresentam baixa escolaridade e baixa renda, mas possuem um conhecimento e uma sabedoria incomparável sobre os produtos da terra, sobre o clima e a vegetação, e sobre a importância da sustentabilidade ambiental na região. Nas famílias delas, praticamente todos trabalham com a cafeicultura, passada de geração em geração, e sobre as bases de uma produção agrícola orgânica. Há uma preocupação com a preservação da natureza e com o uso responsável dos recursos ambientais e com a qualidade de vida. A fala da entrevistada E5 explica o motivo de a maioria das mulheres não completarem seus estudos:

Todo ano eu perdia dois meses de aula porque minha mãe pegava todos nós e subia pra cá pro sítio pra catar café. Então, naquele período que nós estávamos catando café, nós não podíamos voltar pra escola porque era longe. Hoje tem carro, né? Naquele tempo era tudo andando a pé e a estrada era ruim. E não tinha tempo de catar café e estudar ao mesmo tempo... (informação verbal)⁴

A entrevistada E5 tem seu próprio café e exerce a atividade de apanhadeira na sua propriedade desde pequena. Na safra de 2016 ela conta que obteve oito sacas de café, e no período de entressafra, vende picolé e faz artesanatos. Isso revela que as mulheres são muito dinâmicas e criativas na geração de renda. E5 enfatiza:

Olha, o café que eu planto é orgânico. A única coisa que eu queria era que o café tivesse mais valor, né? Aquele café que a gente colhe com tanto trabalho, planta e gasta muito pra produzir, eu queria que ele tivesse mais um pouco de valor (Informação verbal)⁵.

A fala da entrevistada E1, mãe de E5, agricultora aposentada, de 81 anos de idade, demonstra a importância do trabalho feminino para os grupos domésticos rurais, agricultores de café e policultores de vários

outros tipos de cultivos. Inclusive, essa forma de consorciamento da produção agrícola evidencia o processo de sustentabilidade no qual está baseada a agricultura camponesa, com uma agricultura sempre voltada para o equilíbrio entre o plantio para o consumo do grupo doméstico e o cultivo para a venda no mercado local e regional. Ao ser arguida sobre a participação da mulher na lavoura, nossa informante foi enfática:

Precisava! E quando eu era jovem, antes de eu casar, lá na casa de meu pai fazia dó, tinha umas coitadas de umas mulheres que precisavam ganhar o dinheiro da catada do café, então elas acendiam um foguinho, botavam uma esteira velha, forravam com um pano, deixavam a criança sentada e outra olhando, e uma panelinha de feijão assim perto. Eu ainda falava: "Uii, e se a criança for se arrastando?" Ela falava: "Ahh, o outro olha". Cozinhava o feijão na panelinha no meio da chácara pra quando fosse meio-dia ela e as crianças pudessem comer. E o marido trabalhando pra outra pessoa. Muita dificuldade.

Agora nós, graças a Deus, meu pai era independente, não precisava. Nós catávamos junto com as apanhadeiras. Mas se fosse pra dizer que nós não íamos, ele não podia obrigar. Ele chamava, mas não obrigava, porque nós tínhamos bastante gado, cavalo, criávamos bastante porco, matávamos cinco porcos de uma vez. Eram fartura e comida dentro de casa. Não era que nem agora. E se plantava de tudo, se plantava feijão, arroz, milho e mandioca, cana... Todo mundo trabalhava no café e na roça (entrevista com Dalila, novembro, 2016) (informação verbal)[§].

Essa fala é emblemática, pois demonstra claramente a importância da agricultura familiar e da atividade produtiva da mulher camponesa, que, em meio à policultura, ressalta a produção do café como dinamizadora da economia doméstica na região. Entre as mulheres entrevistadas em Abaíra, foi possível observar que algumas delas apanharam café na fazenda da família de E1 e até hoje continuam trabalhando na lavoura de sua filha E5 e em outras fazendas da região.

As mulheres contam que desde pequenas convivem com a cultura do café, acompanhando seus pais na roça, especialmente na época da colheita. Algumas moraram em São Paulo durante o período de muita estiagem em Abaíra. Mas depois retornaram e continuaram trabalhando como apanhadeiras de café.

A colheita manual do café ocorre entre os meses de abril e agosto, e há uma prática entre os produtores de contratarem as mesmas mulheres todos os anos, especialmente aquelas que desempenharam a tarefa com muito cuidado, colhendo apenas os frutos maduros e deixando as folhas e os caroços verdes no cafeeiro. A fala das mulheres apanhadeiras de café de Catolés de Cima (Figura 6) revela a importância socioeconômica dessa atividade para elas e suas famílias. Em geral, utilizam os recursos obtidos no período da colheita para prover necessidades da casa, comprar móveis, realizar reformas, entre outros.

A entrevistada E4 relata:

Sempre que eu ganho um dinheirinho assim na época do café, eu gosto de fazer um benefício na minha casa, né? Ai, eu não gosto de pegar aquele dinheiro assim e gastar com qualquer coisa. Eu faço um benefício e aí fico vendo que esse benefício foi daquele dinheiro que eu ganhe (informação verbal).

Da mesma forma, E7 nos conta que o dinheiro que ganha com a "panha" do café é para "a despesa de casa, coberta, roupa, remédio... Para tudo tem de ser com esse dinheiro, né? Gente com certa idade precisa de remédio para pressão, aí vai ficando tudo mais difícil".



Figura 6. Mulheres apanhadeiras de café, Catolés de Cima, Abaíra, Bahia. Foto: Lucylanne Oliveira da Silva

Além de ouvir as mulheres mais velhas, procuramos ouvir também as mais jovens, filhas das pequenas produtoras e/ou apanhadeiras de café, que representam a terceira ou a quarta geração de mulheres que vivem da cafeicultura. A entrevistada E8, filha de E7, nos conta que fica esperando o tempo da colheita, tanto pela questão econômica como também por causa das amizades, pois se trata de um momento em que todas as mulheres se encontram. Em Catolés de Cima, uma apanhadeira ganha, em média, de R\$ 20,00 a R\$ 30,00 por dia durante 5 dias da semana (com exceção do dia da feira e domingo), uma vez por ano. No caso da colheita dos cafés especiais (cereja), o valor pago por lata varia de R\$ 5,00 a R\$ 8,00. O pagamento pode ser semanal ou quinzenal, dependendo do que foi acordado entre as partes. A entrevistada E9, filha de E5, é apanhadeira de café apenas na roça de seus pais. Para ela, a colheita representa uma renda a mais.

Quando perguntada sobre possíveis dificuldades encontradas na atividade da colheita, E8 respondeu que a maioria das mulheres, por necessidade, apanha café em várias fazendas da região, e muitas dessas fazendas são longe e em locais íngremes:

A gente tem que colher pra outras pessoas pra ganhar o dinheiro. Minha mãe, que já está com 55 anos, pra ela toda chácara é longe. Tem que caminhar um pouco, eu acho cansativo pra uma pessoa dessa idade. Se eu pudesse, eu faria mais por ela. São caminhadas de uma hora mais ou menos, 40 minutos que gasta caminhando de lá até aqui (informação verbal)⁸.

A questão da saúde foi outro problema apontado por elas. Com o passar dos anos, muitas mulheres passam a sofrer de dores na coluna e não aguentam mais "catar" café o dia todo. Para a entrevistada E9, seria importante haver projetos que valorizassem mais o trabalho das mulheres apanhadeiras de café.

Quem sabe tem uma cooperativa que ajude as mulheres a influenciar mais, para o aumento de chácaras, mais café, mais emprego. Só cuidar da casa, uma hortinha, não dá muito dinheiro, é mais pra consumo. E a chácara é onde as mulheres têm dinheiro pra comprar uma roupa, um móvel, pagar uma continha pendente na padaria, coisas assim. Então é

uma coisa que vai beneficiar bem a cultura do café das mulheres (informação verbal)³.

Em um segundo momento durante o trabalho de planejamento da cooperativa, realizou-se uma atividade que foi chamada de "Colheita de sonhos para os próximos dois anos", com o objetivo de ouvir informalmente os sonhos das famílias cooperadas, gerar pertencimento e fazer o planejamento de ações de inclusão das mulheres na cooperativa nos próximos 2 anos. Todas as famílias foram visitadas, e as questões climáticas foram observadas em todas as conversas. Ficou clara a necessidade da permanência como agricultores orgânicos e agroecológicos, por causa, principalmente, das dificuldades de água e falta de chuvas nos últimos anos. As mulheres demonstraram uma sensibilidade maior para as questões ambientais, de preservação e de conservação.

Considerações finais

O objetivo do presente capítulo foi abordar o protagonismo das mulheres da agricultura familiar nos municípios de Piatã e Abaíra, na Chapada Diamantina, na Bahia. Duas localidades que se destacam na produção de cafés especiais e orgânicos foram pesquisadas: Fazenda Santa Bárbara e Catolés de Cima. Os dados da pesquisa revelam que as mulheres produtoras e/ou apanhadeiras de café estão presentes, desde sempre (de geração em geração), em todas as etapas da produção cafeeira.

É nesse recorte da produção familiar do café na Chapada Diamantina que encontramos o protagonismo da mulher no plantio, no cultivo, na colheita e na qualidade de um dos melhores e mais premiados cafés do Brasil. Assim, falar do papel da mulher no café produzido na Bahia é se voltar para a realidade atual e a memória de muitas das mulheres que se dedicam ou dedicaram suas vidas de reprodução social, familiar e de trabalho ao cultivo desse grão, que se tornou, desde a década de 1940, parte importante da história da Chapada Diamantina.

Graças à complexidade do tema, destaca-se a importância de se expandir a pesquisa para outros municípios da Chapada Diamantina, bem como para outros municípios produtores de café da Bahia, de modo a contribuir para promover uma maior visibilidade das mulheres do café.

Referências

AMORIM, M. S. S.; CERQUEIRA, F.; CORREA, F. M.; JESUS, M. M. Perspectivas da agroecologia: agricultura familiar, saberes tradicionais e transição agroecológica. In: SIMPÓSIO DE AGROECOLOGIA DA BAHIA, 3., 2016, Barro Vermelho. [Anais...] Barro Vermelho: SAB, 2016.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 1 set. 1981. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/46_10112008050406.pdf. Acesso em: 17 jul. 2017.

BSCA cafés especiais do brasil. Disponível em: http://bsca.com.br/programa-cup-excellence.php. Acesso em: 29 set. 2017.

COOPERATIVA DE PRODUTORES ORGÂNICOS E BIODINÂMICOS DA CHAPADA DIAMANTINA. **Onde estamos**: Chapada Diamantina. 2017. Disponível em: http://cooperbio.com.br/W1/chapada-diamantina/>. Acesso em: 17 jul. 2017.

JUNCA, F. A.; FUNCH, L.; ROCHA, W. (Ed.). **Biodiversidade e conservação da Chapada Diamantina**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 11 p. (Série biodiversidade, 13). Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Bio13_chapada_diamantina.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

PINA, J. P. R. **Avaliação das normas da produção** *integrada* **de café da cafeicultura familiar do Município de Piatã – Bahia**. 2011. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

SCHEFLER, M. L. Caderno de orientações metodológicas para formadores: metodologia análise-

diagnóstico de sistemas de atividades, sob o enfoque de gênero e gerações: manual técnico. Salvador: Redor: 2007. Disponível em: http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/Mulherrural.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2015. 352 p.

Notas

- ¹ E2, cafeicultora, Fazenda Santa Bárbara, Piatã, Bahia, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial, 2016.
- ² E3, cafeicultora, Fazenda Santa Bárbara, Piatã, Bahia, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial, 2016.
- ³ E3, cafeicultora, Fazenda Santa Bárbara, Piatã, Bahia, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial, 2016.
- ⁴ E5, cafeicultora, Catolés de Cima, Abaíra, BA, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em 2016.
- ⁵ E5, cafeicultora, Catolés de Cima, Abaíra, BA, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em 2016.
- ⁶ E1, Cafeicultora, Catolés de Cima, Abaíra, Bahia, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em 2016.
- [↑] E4, cafeicultora, Catolés de Cima, Abaíra, Bahia, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em 2016.
- ⁸ E8, cafeicultora, Catolés de Cima, Abaíra, Bahia, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em 2016.
- ⁹ E9, cafeicultora, Catolés de Cima, Abaíra, Bahia, informação verbal obtida pelas autoras mediante entrevista presencial em 2016.



Aspectos sobre a atuação das mulheres no setor do café em Rondônia

Renata Kelly da Silva

O café em Rondônia

O primeiro plantio de café no Brasil ocorreu na região amazônica, próximo a Belém do Pará, no início do século 18. Uma muda de café arábica foi trazida clandestinamente pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta, a pedido do governador do Estado do Grão-Pará. Nesse período, o café era um produto de grande valor comercial no mundo ocidental. No entanto, a produção comercial do café na região amazônica só obteve expressão a partir da década de 1970, especialmente no Estado de Rondônia, que teve suas terras colonizadas por imigrantes de regiões tradicionais em produção de café, como Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. A colonização foi incentivada e planejada pelo governo federal (MARCOLAN; ESPINDULA, 2015).

Esses pioneiros levaram para Rondônia o que faziam de melhor em suas terras. A migração teve seu auge no período que compreendeu os anos de 1978 a 1990. A crise na agricultura, principalmente na cafeicultura, fez com que muitos agricultores buscassem novas áreas, como se costumava dizer, "terras que jorravam leite e mel", no então território de Rondônia. Muitos passavam dias na estrada, transportados nos conhecidos "paus de arara", em estradas precárias e de terra. As dificuldades durante a viagem não desanimaram os desbravadores, que levaram para o estado não só a coragem e a vontade de trabalhar, mas também muita experiência na lavoura de café.

Os paranaenses e mineiros introduziram o café arábica (*Coffea arabica*), e os capixabas, o café canéfora (*Coffea canephora*) – conilon e robusta. Foi esta espécie a que melhor se adaptou ao solo e clima rondonienses e às condições amazônicas. O cultivo do conilon, portanto, passou a ser a preferência dos produtores, por ser mais vantajoso. Foi com a ação desses empreendedores que Rondônia se tornou responsável pela produção de aproximadamente 90% do café na Amazônia (MARCOLAN; ESPINDULA, 2015).

Nos últimos anos, a cafeicultura de Rondônia tem passado por transformações positivas, com aumento da eficiência. A produtividade cresceu quase 100%, com redução de 43% da área plantada, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2016). Atualmente, são cerca de 20 mil agricultores familiares que cultivam café em uma área de quase 88 mil hectares, com produção estimada pela Conab de quase 2 milhões de sacas beneficiadas na safra de 2017. É o quinto maior produtor de café do País e o segundo da espécie canéfora, atrás apenas do Espírito Santo. Os municípios que mais se destacam na produção de café em Rondônia são Cacoal, Alta Floresta D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Machadinho D'Oeste, Ministro Andreazza e Nova Brasilândia D'Oeste. Eles representaram mais de 60% da produção total do estado.

Os pioneiros

Os avanços conquistados na cafeicultura rondoniense são fruto de muito esforço dos produtores, apoio de instituições de pesquisa, extensão rural e ações governamentais. Mas deve-se aos primeiros, aos corajosos desbravadores, o pontapé inicial da lida com a cafeicultura no estado. Muitos trouxeram na bagagem, além de muita força de vontade, o amor pelo café. Em busca de melhores condições de vida e da possibilidade de lidar com a terra, foi preciso "arregaçar as mangas" e se arriscar em novas fronteiras do País, em meio à floresta, enfrentando doenças como a malária, o ataque de índios e mesmo os desmandos de uma terra ainda com poucos rigores das leis. E eles não vieram sós, pois trouxeram a família.

É comum ouvir relatos desses imigrantes que construíram Rondônia sobre os sufocos que passaram para

vir de seus estados e se estabelecer. Os maridos, com as esposas e os filhos ainda pequenos, arriscavam-se pelas estradas em péssimas condições durante dias, em caminhonetes ou mesmo nos conhecidos "paus de arara", que eram caminhões utilizados para o transporte de passageiros de forma insegura, um substituto improvisado para os ônibus convencionais. Nesses veículos, além das famílias, vinha também a "mudança", ou seja, os móveis, utensílios e demais objetos que auxiliariam na chegada à nova morada. O que os esperava era o trabalho e muitos desafios.

Os destemidos pioneiros fizeram de Rondônia seu novo lar e plantaram as primeiras lavouras de café com o mesmo amor que trouxeram pelo grão de seus estados de origem. Essa dedicação passou de geração para geração e faz com que hoje esses pioneiros e seus descendentes se destaquem no cenário da cafeicultura no estado. São, principalmente, paranaenses e capixabas que fizeram e fazem história em Rondônia. Não são apenas os homens, mas também as mulheres que herdaram o gosto pelo café e aprenderam desde cedo a importância do trabalho com a terra e a assumir responsabilidades para construir um futuro melhor.

A atuação das mulheres no campo e na cidade

Ainda são poucos os dados oficiais sobre a situação e atuação das mulheres na sociedade. Algumas informações foram divulgadas em 2010 com a publicação *Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG). Um dos dados levantados aponta que as mulheres que atuam no campo contribuem mais com a renda familiar (42,4%) do que as que vivem nas cidades (40,7%). Ainda de acordo com o IBGE, em 2000, as mulheres chefiavam 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares. Em 2010, essa proporção cresceu para 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios, o que representa um aumento de 13,7%.

Essa publicação traz também dados sobre outros critérios de análise importantes. Um deles é quanto à educação. Houve um avanço na escolarização feminina, com consequente aumento também da atuação delas no mercado de trabalho. Isso fica evidente ao se observar que a taxa de analfabetismo era maior entre as mulheres com 60 anos ou mais (27,4%), quando comparada à dos homens na mesma faixa etária (24,9%). Isso se inverteu nos grupos etários mais novos (15 a 29 anos e 30 a 59 anos). No entanto, mesmo com a mulher adulta possuindo maior nível de instrução que os homens em mesmas condições, e com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010, ainda há diferenças consideráveis entre homens e mulheres.

Um exemplo disso é que há maior diferença entre as taxas de atividade de homens e mulheres nas áreas rurais. A taxa de atividade rural masculina é 58,7% maior que a rural feminina, e a taxa de atividade urbana masculina é 36,4% superior à urbana feminina, o que demonstra menor acesso ao mercado de trabalho às mulheres no meio rural.

Cabe ainda uma breve análise sobre o rendimento, que é ainda uma das principais variáveis para se mensurar pobreza e desigualdade. A pesquisa demonstrou que, em 2000, a proporção de pessoas com rendimento até um salário mínimo era 19,8%, e um pouco maior entre as mulheres (20,8%). Em 2010, essas proporções se elevaram para 29,8% (pessoas) e 33,7% (mulheres). É importante destacar que os menores rendimentos têm sexo, cor ou raça e localidade definidos, já que 50,8% das mulheres pretas ou pardas da região Nordeste têm rendimento de até um salário mínimo, assim como 59,3% das mulheres nas áreas rurais dessa região.

Apesar da falta de dados mais concretos e recentes, é perceptível o aumento da escolaridade e da participação feminina no mercado de trabalho em diversas áreas. Também estão claras as desigualdades que ainda existem, especialmente quanto aos rendimentos, acesso à educação e visibilidade.

As mulheres do café em Rondônia

Na ausência de pesquisas direcionadas para a atuação da mulher no setor do café em Rondônia, este trabalho busca fazer um recorte para apresentar a atuação de algumas mulheres em diversos segmentos dessa área, incluindo lavoura, pesquisa, consultoria e comércio, a fim de dar visibilidade ao trabalho que elas vêm

desenvolvendo e aos desafios que enfrentam.

Apesar de as mulheres estarem em áreas diferentes da cafeicultura, umas no campo e outras na cidade, o amor pelo café é um ponto comum. Também compartilham a realização de diversos papéis ao longo do dia – mulher, mãe, dona de casa – e as lutas enfrentadas diante das barreiras de gênero, que influem na credibilidade, no rendimento, no acesso à participação e nos processos decisórios da cadeia.

Todas as cinco entrevistadas são pioneiras na cafeicultura do estado, ou filhas de pioneiros, e têm origem nas principais regiões produtoras de café do País. Trazem a dedicação ao café de berço e estão dando continuidade, com louvor, ao trabalho iniciado pelos seus pais.

Cafeicultora, diarista e chefe de família

A relação de Suzi Aparecida da Silva com o café começou com os avós, que trabalharam em cafezais em Minas Gerais e no Paraná. Na década de 1980, chegaram a Rondônia com o aprendizado de outras lavouras. Suzi, aos 6 anos de idade, já dava os primeiros passos na lavoura de café e de lá não saiu mais. Já casada, ela e o marido trabalharam por algum tempo nas terras de outras pessoas, como meeiros, até conseguirem adquirir uma propriedade. Começaram com dois alqueires. Infelizmente, o casamento não durou. Separada, ela ficou com os dois filhos – hoje um tem 11 anos e o outro, 17 anos – e com um alqueire.

A batalha, segundo ela, foi grande. Cuidar dos filhos e da lavoura e sustentar a família foram grandes desafios enfrentados pela jovem, que não abriu mão de seus amores: os filhos e o café.

Ela conta que a busca pelo conhecimento, por meio de cursos e palestras, deu condições para que conseguisse melhorar a lavoura e obter mais recursos. Principalmente, abriu seus olhos para o manejo sustentável da lavoura, uma das características que mais chamam a atenção em seu cafezal. Ela cuida, ao todo, de 5 mil pés de cafés, a maioria clones de canéfora. O diferencial de sua lavoura é o uso de técnicas simples, como a correção do solo, o plantio do café em curvas de nível e a manutenção da cobertura do solo para evitar a erosão. Ela também faz uso mínimo de defensivos, optando por roçar. Segundo ela, reduziu muito os gastos com defensivos agrícolas – só em 2017, foram R\$ 2 mil de economia. Suzi coloca tudo na ponta do lápis para fazer uma gestão eficiente da propriedade.

Além da lida constante na lavoura, também é ela que compra as mudas de café, vende o grão beneficiado, negocia financiamentos, contrata trabalhadores – enfim, faz todo o processo sozinha. Ela comenta que as pessoas estranhavam sua atuação na parte comercial do café, e muitos ficavam receosos de fazer negócios com uma mulher, principalmente quando se tratava de financiamentos. Mas, com o tempo, como procura manter as contas sempre organizadas, foi conquistando a confiança e estabelecendo seu espaço. "Muitos não acreditavam que eu, sozinha, daria conta de uma lavoura e da parte comercial toda. Não foi fácil, tive dificuldades, mas sempre procurei enfrentar de cabeça erguida", relata Suzi (informação verbal)¹. Ter iniciativa foi algo que ela aprendeu em casa, ainda menina. Como sempre morou no campo e, na casa, a maioria era mulher, desde cedo ajudava o avô a cuidar da lavoura, comprar, vender, negociar e contratar pessoas.

No entanto, o sustento da família ainda não é possível apenas com os rendimentos da cafeicultura. Para incrementar a renda, ela também trabalha como diarista três vezes por semana, e, se os vizinhos têm café para colher ou serviços na lavoura para fazer, ela não se nega. Com todas essas atividades e ainda com a casa e os filhos para cuidar, é de se esperar que ela tenha uma rotina movimentada. Sai da cama às 5 horas da manhã, prepara o café e encaminha o filho menor para a escola. Três vezes por semana trabalha como diarista até meiodia, e o restante do tempo passa na roça.

Questionada se vale a pena todo esse esforço, ela não vacila: "Não me imagino fazendo outra coisa a não ser lidar com o café. Meu sonho é poder dar uma vida melhor para os meus filhos, mais confortável que a que eu tive" (informação verbal)². Já está conseguindo. O filho mais velho foi para a cidade estudar, e ela consegue custear as despesas. Tem uma moto e internet em casa e está se organizando cada dia mais para conseguir melhorar sua lavoura e, consequentemente, obter mais renda do café.

A capixaba Vilma Schmidt não esconde seu apreço pelo café. "Vem de muitas gerações", comenta ela. Desde os 9 anos, no Espírito Santo, ela já ajudava os pais na lavoura. O marido, Ademar Schmidt, também cafeicultor, reforçou isso ao longo dos anos.

Do Espírito Santo foram para Rondônia. Seu esposo se apaixonou pelo novo estado antes mesmo de conhecê-lo pessoalmente. As fotos que alguns conterrâneos mostravam de Rondônia deixaram Ademar admirado e curioso para conhecer aquelas terras. Em 1985, matou a curiosidade e mudou completamente os rumos de sua vida e da família. Saiu de São Gabriel da Palha, ES, com a esposa e a filha para desbravar novas terras. "Foram nove dias e nove noites embaixo de uma lona em um 'pau de arara'. A Ruth tinha um ano e 11 meses, viemos em duas famílias, a do irmão do Ademar. Muito sofrimento", relembra dona Vilma.

Venderam 4,5 alqueires de terras no Espírito Santo e compraram 18 alqueires em Alta Floresta D'Oeste, RO, a 20 quilômetros da cidade. Dando continuidade à tradição que passa de geração para geração da família, plantaram uma lavoura de café.

No início, dona Vilma levantava de manhã, colocava uma merenda na bolsa e ia para a lavoura levando a filha ainda bebê. Trabalhava até às 23 horas, voltava para casa, fazia o almoço e retornava ao cafezal. "Foram tempos difíceis, de muito trabalho até a lavoura se formar", relembra ela. Hoje, com quase 60 anos, ela ainda ajuda o marido com o café, mas na preparação da alimentação dos trabalhadores na lavoura e também na amontoa do café no terreiro, na época da colheita.

Quando questionada sobre o que significa o café em sua vida, ela logo responde: "O café é tudo pra nós. Somos capixabas e gostamos mesmo é do café". Os sacrifícios e as batalhas do início deram bons retornos, possibilitando investimentos. O maior deles, segundo ela, foi oferecer às duas filhas, Raquel e Ruth, a oportunidade de estudar. "Eu não tive muitas condições de estudar, vivi minha vida no campo. Minhas filhas hoje têm uma grande herança, que é o estudo", conta. Ruth é bióloga e atua como gerente em uma cooperativa de crédito. Raquel é graduada e pós-graduada em agronomia e atua diretamente na cafeicultura. É ela quem faz todas as recomendações e acompanha de perto a lavoura dos pais.

Dona Vilma se diz realizada. "O café nos proporcionou muitas coisas. A gente sempre trabalhou com ele e sabe que tem as recompensas disso" (informação verbal)³, conclui.

Filha de capixabas, engenheira-agrônoma e apaixonada por café

A jovem Raquel Schmidt, de 27 anos, é a filha caçula de dona Vilma. É engenheira-agrônoma e trabalha diretamente com café na área de consultoria. O produto já fazia parte da vida de seus pais e também era a paixão dos avós. Filha de capixabas, essa rondoniense tem o amor pelo café em seu DNA.

Cresceu no ambiente da lavoura. Quando tinha 17 anos, fez o curso de Agronomia, atuou com pesquisa na área do café, na pós-graduação trabalhou na linha de nutrição do café e, agora, está percorrendo o Estado de Rondônia e atuando diretamente no campo, com os produtores.

Sobre ser mulher e atuar em um setor como o do café, que é tradicionalmente masculino, ela conta que no começo foi um pouco difícil, tanto pelo fato de ser mulher como por ser jovem. Mas ela não se intimidou e buscou seu espaço. Comenta que no início sempre usava o sobrenome Schmidt ao se apresentar e "não dava gênero". Então, quando fazia visitas pessoalmente, o produtor ficava surpreso, pois provavelmente não esperava que Schmidt fosse uma mulher e tão jovem. Agora, segundo ela, o desafio maior é manter a qualidade profissional de uma mulher no campo. Os produtores já confiam no trabalho realizado e reconhecem os diferenciais.

Para Raquel, um dos principais diferenciais da mulher no trabalho no campo é a atenção aos detalhes. "A gente vai à lavoura, está atenta a todos os passos, o produtor confia e conseguimos fazer um trabalho diferenciado" (informação verbal) de explica a agrônoma.

Raquel diz estar fazendo o que gosta e não abre mão. "A gente estuda, faz graduação, pós e não sabe trabalhar de outra forma a não ser com o café", arremata.

Dona Lena, sorriso fácil e mãos calejadas

Dona Maria Helena Oliveira, ou dona Lena, como prefere ser chamada, é daquelas pessoas que trabalham duro no campo sob o sol escaldante da Amazônia brasileira, mas sempre com o sorriso estampado no rosto, demonstrando amor e dedicação pelo que faz.

A batalha que enfrenta dia a dia no campo é para levar o sustento para sua família. Começou cedo na lavoura, aos 10 anos, com o pai no Município de Goioerê, no Estado do Paraná. A família plantava de tudo um pouco na pequena propriedade que tinham: algodão (*Gossypium hirsutum* L.), café, arroz (*Oryza sativa* L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*) e hortaliças. Lena e seus nove irmãos ajudavam com o trabalho na roça, plantando e colhendo em suas próprias terras e também em outras áreas da comunidade em que viviam.

Destemida, em 1981, aos 18 anos, dona Lena saiu do seu estado de origem e foi para uma terra desconhecida e distante: o novo estado de Rondônia. Foram longos dias de viagem com a família em cima de um caminhão com estrutura precária – o famoso "pau de arara" –, levando consigo os poucos pertences que possuía e o sonho de uma vida melhor. Buscava novas terras e oportunidades.

Analfabeta, ela não teve oportunidade de estudar e sua vida foi sempre de trabalho. Apesar dos dois casamentos que não deram certo, conseguiu criar os cinco filhos praticamente sozinha. Sua conquista foi oferecer aos filhos a oportunidade de educação e desenvolvimento que ela não teve. Atualmente, os filhos estão casados e bem encaminhados.

Para dona Lena, o maior desafio foi lidar com a fome quando criança e, depois, quando mãe. Segundo ela, houve tempos difíceis na infância em que não tinha alimentos em casa e a fome era companheira. Mas o pior, recorda ela, foi ver isso acontecer com os filhos. Conta, emocionada, que um dos únicos alimentos que podia oferecer a eles era mandioca cozida com sal. Foi com o trabalho na lavoura de terceiros que ela venceu a fome e a miséria. Atualmente, tem casa própria e continua, aos 55 anos, trabalhando no campo, nos municípios de Mirante da Serra e Ouro Preto do Oeste, em Rondônia.

Na lavoura, diz que não há diferença do homem para a mulher, pois trabalham de igual para igual. Mas é ela quem acorda mais cedo, faz o café e prepara o que ela e o atual companheiro vão comer na roça. Após o trabalho duro na lavoura, quando chega a casa à noite, o serviço continua: lavar roupa, cuidar da casa, fazer comida para a família. No dia seguinte, a batalha recomeça às 5 horas. Uma jornada múltipla e cansativa que ela não demonstra pesar em fazer, afinal, como costuma dizer: é pelo bem-estar da família.

Dona Lena passou toda a sua vida no campo. Ama a agricultura, mas é o café que desperta sua paixão. Para ela, isso é motivo de orgulho, pois sabe que é do seu trabalho na lavoura que sai o alimento que vai para a mesa de todos. "O café que a gente colhe com todo amor vai pra cidade, pra mesa de rico, pobre, de todo mundo", afirma ela (informação verbal)⁵.

Da cidade para o cafezal

Diferente da maioria das entrevistadas, Ângela Berger não teve contato com o campo ou com o café na lavoura durante a infância, nem seus pais. Mas, assim como as demais, hoje o café é seu meio de vida e dele ela não abre mão.

Morava em Curitiba, no Paraná, antes de ir para o Município de Rolim de Moura, em Rondônia, ainda criança. Não conhecia lavouras de café e não tinha o menor interesse pelo campo. Mas isso mudou há 16 anos, quando conheceu seu esposo e se apaixonou. Com ele, veio outra paixão: o café.

Determinada, Ângela sempre quis investir nos estudos. Terminou o ensino médio no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (Ceeja), aos 17 anos. Nessa época, já ajudava o marido no beneficiamento do café, atuando no apoio à utilização da máquina secadora. Sem recursos, viu no café a possibilidade de custear a faculdade. Então, pediu ao sogro um pedacinho de terra para plantar café. Foi atendida. Plantaram a lavoura, e ela passou a cuidar de todos os processos, desde o manejo até a colheita e o beneficiamento. Com a lavoura de café, conseguiu recursos para custear a faculdade de Ciências Contábeis. O seu intuito era utilizar os

conhecimentos adquiridos no curso para auxiliar na parte administrativa da empresa de beneficiamento de café. E assim foi feito.

Depois de 16 anos trabalhando com o café, desde a lavoura até a compra e venda, sua percepção mudou. "O café é tudo pra mim! Com ele eu consegui ser o que sou hoje, não troco por nada. Quero continuar atuando com café", enfatiza Ângela (informação verbal)⁶.

Os desafios de estar à frente das negociações com o café na empresa foram muitos. No começo, os produtores chegavam para tratar de negócios com ela e ficavam receosos, mas o marido sempre direcionava os clientes para ela. "Eles não tinham outra opção", comenta. Teve autonomia para trabalhar e isso, segundo Ângela, foi importante para conquistar a confiança dos produtores. Ela comenta ainda que, ao longo dos anos, tem percebido um aumento do número de mulheres participando da etapa de negócios com o café. "Agora, as mulheres vêm, querem saber quanto deu o café delas, e estão sempre acompanhando" (informação verbal)^I, destaca.

Assim como a maioria das mulheres, atuar na empresa é um dos papéis que Ângela desempenha. Ela cuida da casa, prepara as refeições e, no período de colheita, reveza-se na máquina secadora com o marido na madrugada. São poucas horas de sono nesse período, pois o trabalho não para – a máquina gira 24 horas por dia.

Da lavoura para o comércio do café

Alice Rech está em Rondônia desde os 12 anos de idade. Veio da região de Cascavel, no Paraná, em 1979, com os pais e os irmãos. Assim como relatam outros imigrantes, o pai primeiro foi ao novo estado, comprou uma área de terra e depois voltou para buscar a família. Alice lembra que foram do Paraná para Ariquemes, RO, em uma "rural" – veículo robusto que era utilizado para as mais diversas situações. Quando chegaram, 6 meses depois da primeira ida do pai, a área comprada tinha sido invadida, e a família teve que buscar outro terreno. Começaram do zero. "Muita luta", recorda Alice.

Ela cresceu com a rotina da lavoura, habituada a ver o pai colher o café, torrar, moer e fazer todo o processo em casa. Consumiam o café que eles mesmos produziam. "Aprendi a gostar muito de café com meu pai", relata Alice, que guarda de recordação o moinho que o pai, hoje falecido, utilizava. Alice costuma dizer que conhece o café do campo à xícara. Ela diz amar o café e tudo o que está ligado ao grão. "Sou uma privilegiada por ter nascido numa família de agricultores que trabalharam com café. Eu aprendi em casa, na família, a gostar do café" (informação verbal)⁸, dispara.

Depois de ter atuado no setor madeireiro e em outras atividades, Alice voltou às origens em 2009 e passou a atuar em uma empresa que trabalha diretamente com o café, na locação de máquinas multibebidas – bebidas quentes, derivadas do café – e na venda de café em grãos da marca Três Barras, da qual é representante no Estado de Rondônia. Apreciadora de um bom café, na época não encontrava boas opções em Rondônia. Viu nisso uma oportunidade. Com seu esposo, participou de feiras de máquinas de café, experimentou diversas marcas e escolheu o café Três Barras para representar. Atualmente, trabalham ela e o esposo na empresa, com mais dois funcionários.

Sobre a atuação da mulher no setor do café, Alice reconhece que a figura feminina ainda não se destaca no setor. "Quando se fala em café se pensa já no homem. A mulher é lembrada mais para coar o café na cozinha. Mas eu busco com respeito conquistar o meu espaço. E no setor do café, que é um tanto machista, a gente aos poucos vai conquistando espaço" (informação verbal)³, afirma Alice.

A empresária Alice também se divide entre vários papéis. O dia dela começa às 6 horas. Toma um bom café, vai para a empresa e realiza atividades como gestão, contratação, compra e venda. Faz visitas aos clientes e fecha contratos. Tem uma funcionária em casa que auxilia nos afazeres domésticos, mas é Alice quem cuida da alimentação da família – o marido e os dois filhos. À tarde, retorna para a empresa, visita clientes, oferece seus produtos, enfim, cumpre as mais variadas atividades do dia, sempre acompanhada de muitas xícaras de café.

Referências

CONAB. **Levantamentos de safra**: levantamento da safra de grãos, café, cana-de-açúcar e laranja (área plantada, produtividade e produção). [Brasília, DF, 2016]. Disponível em:

http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos. Acesso em: 28 jul. 2017.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: uma análise do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=288941&view=detalhes>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MARCOLAN, A. L.; ESPINDULA, M. C. Café na Amazônia. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

Notas

- ¹ Suzi Aparecida da Silva, trabalhadora rural em Rondônia, informação verbal obtida pela autora mediante entrevista, 2017.
- ² Suzi Aparecida da Silva, trabalhadora rural em Rondônia, informação verbal obtida pela autora mediante entrevista, 2017.
- ³ Vilma Schmidt, trabalhadora rural em Rondônia, informação verbal obtida pela autora mediante entrevista,
 2017.
- ⁴ Raquel Schmidt, 27 anos, engenheira-agrônoma de Rondônia, informação verbal obtida pela autora mediante entrevista, 2017.
- Maria Helena Oliveira (D. Lena), trabalhadora rural Mirante da Serra e Ouro Preto do Oeste, RO, informação verbal obtida pela autora mediante entrevista, 2017.
- ⁶ Ângela Berger, contadora e comerciante do café, Município de Rolim de Moura, RO, informação verbal obtida pela autora mediante entrevista, 2017.
- ☐ Ângela Berger, contadora e comerciante do café, Município de Rolim de Moura, RO, informação verbal
 obtida pela autora mediante entrevista, 2017.
 - ⁸ Alice Rech, empresária de Rondônia, informação verbal obtida pela autora mediante entrevista, 2017.
 - ⁹ Alice Rech, empresária de Rondônia, informação verbal obtida pela autora mediante entrevista, 2017.



Uma abordagem de gênero no universo da pesquisa sobre café¹

Cristina Arzabe Ricardo de Oliveira Abu Hana

Introdução

A ciência é uma construção historicamente realizada mais pelos homens do que pelas mulheres. Somente após a segunda metade do século 20, com a necessidade crescente de recursos humanos para atividades estratégicas como a ciência, com o advento da pílula anticoncepcional e com o movimento de liberação feminina e a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, as mulheres tiveram acesso à educação científica e às carreiras tradicionalmente ocupadas por homens. A partir dessa realidade, diversos estudos relativos à dinâmica das relações de gênero foram realizados no âmbito acadêmico e da pesquisa científica no Brasil, seja considerando a ciência como um todo, seja abordando segmentos específicos como computação, química, física, biologia, saúde e geografia, ou ainda algumas instituições em particular. Diferentes estudos ponderam as dificuldades das mulheres para alcançarem espaço e excelência nesse universo e as assimetrias ainda existentes com relação a áreas do conhecimento, produtividade, liderança e ascensão profissional. A partir desse contexto, buscou-se verificar como se deu a dinâmica das relações de gênero dentro do Consórcio Pesquisa Café no período entre 2006 e 2014 (chamadas de 2006, 2009 e 2013), entre pesquisadores e entre bolsistas, quanto à liderança de projetos de pesquisa e à obtenção de bolsas, respectivamente.

O Consórcio Pesquisa Café executa o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café com apoio de parte dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para o desenvolvimento de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação, visando agregar valor ao sistema agroindustrial do café. Abrange diversas áreas de atuação, executando projetos de pesquisa (denominados Planos de Ação, PAs) em todas as regiões produtoras do País. A Embrapa Café faz a gestão do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Café por meio do Sistema de Gestão Administrativa do Programa de Pesquisa do Consórcio (Sisgap), ferramenta gerencial que permite o acompanhamento da carteira de projetos de maneira sistematizada e a organização dos dados necessários para a gestão técnico-administrativa da programação de pesquisa.

O Programa de Bolsas do Consórcio Pesquisa Café visa capacitar recursos humanos em áreas de pesquisa estratégicas para apoiar o progresso do agronegócio café brasileiro, incentivando a execução de projetos de pesquisa técnico-científica e estimulando a implantação de inovações tecnológicas. O programa tem também importante papel de retenção de profissionais qualificados atuando na área, além de apoiar o treinamento de estudantes de graduação e pós-graduação nas universidades e instituições consorciadas.

Sobre a coleta de dados

Os dados deste estudo foram extraídos do Sisgap do Consórcio Pesquisa Café considerando o cadastro de dados pessoais tanto de bolsistas como de coordenadores dos PAs. Buscou-se responder às seguintes perguntas, no espaço temporal entre 2006 e 2014: a) com relação aos pesquisadores responsáveis por PAs (denominados coordenadores), houve ou há diferenças entre o número de homens e mulheres atuando no Consórcio Pesquisa Café? b) com relação ao conjunto de bolsas de auxílio à pesquisa como um todo, houve ou há diferenças entre o número de homens e mulheres atendidos com esses recursos? c) considerando as modalidades de bolsas de auxílio à pesquisa em separado, houve ou há diferenças entre o número de homens e mulheres atendidos com esses recursos? d) há diferenças entre coordenadores de PAs (homens e mulheres) no que tange ao destino das bolsas de auxílio à pesquisa para homens ou mulheres dentro de seus PAs?

O universo amostral foi, em média, de 278 PAs/ano e 305 bolsas/ano, considerando o período entre 2009 e 2014. Foram desconsiderados cadastros em que a declaração do sexo não estava presente. No tocante ao ano da bolsa – visto que em alguns casos a vigência da bolsa começa em um ano e termina em outro –, optou-se pela definição de que o ano da bolsa seria o ano de início de sua vigência. Com relação à coordenação dos PAs, foi considerada a quantidade de PAs distintos que foram coordenados por homens e a quantidade de PAs distintos coordenados por mulheres. Não se excluiu a possibilidade de alguns PAs aparecerem tanto na contagem dos homens quanto das mulheres, fato que ocorre com a mudança na coordenação do PA de um homem para uma mulher ou vice-versa. Para a elaboração dos gráficos referentes à origem das bolsas por PAs, foi considerado coordenador a pessoa responsável pela solicitação da bolsa, independentemente de qualquer alteração posterior na coordenação do PA.

Resultados

Pesquisadores coordenando PAs

Observa-se que, nas chamadas de 2006, 2009 e 2013, o número de projetos (PAs) liderados por homens foi sempre maior (2,4, 1,8 e 2,3 vezes mais, nas respectivas chamadas), sem mudanças perceptíveis no padrão entre as chamadas (Figura 1). Apesar da promoção da igualdade de gênero ocorrer há bastante tempo, as assimetrias seguem aparecendo em diferentes contextos como um reflexo de nossa cultura. Nossas raízes greco-judaico-cristãs são fortemente marcadas por componentes misóginos, sob os quais se constituem os ambientes, as identidades, os papéis sociais e as dicotomias do público/privado. Dentro dessa cultura, dois estereótipos de gênero funcionam como barreiras às mulheres no campo da ciência: a) a manutenção do papel da mulher como principal responsável pelo cuidado da prole e do ambiente doméstico, uma vez que a ciência progride rapidamente e o tempo é um fator crítico no que se refere à imprescindível necessidade de se atualizar e produzir novos conhecimentos, o que impele as pesquisadoras a uma maior dedicação à carreira profissional, em detrimento das áreas pessoal, familiar e social; e b) a caracterização de certas áreas do conhecimento como tipicamente masculinas, como é o caso das ciências agrárias. Outro estudo sobre ciência e tecnologia no contexto dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) também registrou que as ciências agrárias são uma das áreas temáticas que reúne o menor número de mulheres líderes na atualidade.

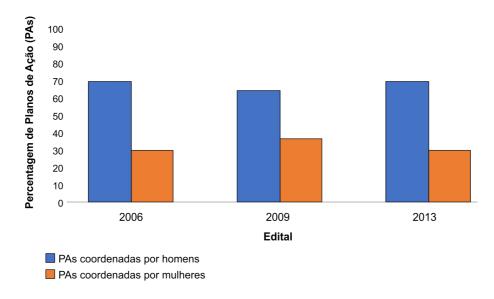


Figura 1. Padrão de distribuição dos Planos de Ação (PAs) (em porcentagem) coordenados por homens e mulheres nas chamadas de 2006, 2009 e 2013, conforme dados do Sistema de Gestão Administrativa do Programa de Pesquisa do Consórcio Pesquisa Café (Sisgap).

Bolsas concedidas

Ao se analisar todas as modalidades em conjunto, observa-se que, no período entre 2009 e 2014, as bolsas do Programa de Bolsas e Auxílio do Consórcio Pesquisa Café foram oferecidas de forma relativamente simétrica para os públicos feminino e masculino (Figura 2A). Considerando as modalidades em separado, essa simetria não permanece, com exceção das bolsas destinadas aos graduados (Figura 2B), em que se observa diferença pouco expressiva entre as bolsas concedidas para os públicos masculino e feminino, com discreta tendência voltada ao público feminino.

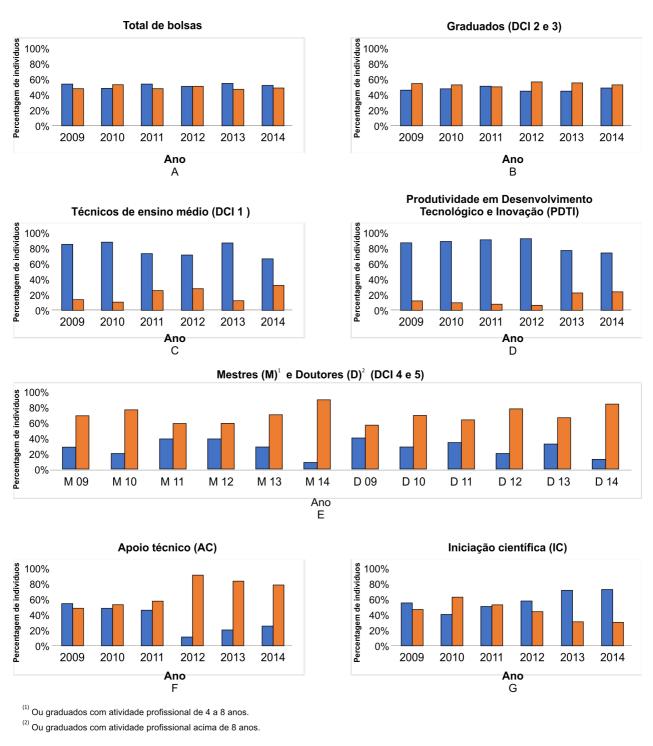
Com relação às bolsas destinadas aos técnicos de ensino médio (Figura 2C), observa-se expressiva participação do público masculino, com pequena tendência de aumento percentual de bolsas destinadas ao público feminino. O mesmo ocorre com relação às bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PDTI), destinadas aos profissionais com vasta experiência (12 ou 15 anos, com no mínimo seis ou 10 anos de doutorado, conforme a modalidade), em que se percebe que a maioria das bolsas concedidas no período foi destinada ao público masculino (Figura 2D). Outro estudo desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostrou que também houve baixa representação feminina nos níveis mais elevados das bolsas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para dados coletados no ano de 2007.

As bolsas de Desenvolvimento Científico e Inovação (DCI) envolvem cinco modalidades: técnicos de ensino médio (DCI1), graduados (DCI2 e 3) e mestres e doutores (DCI4 e 5). Com relação às bolsas destinadas aos mestres e doutores (Figura 2E), observa-se que para ambas as modalidades houve uma expressiva participação do público feminino durante todo o período considerado, com aumento percentual do número de bolsas concedidas às mulheres no ano de 2014. Esses resultados em particular são reflexo da realidade relativa ao aumento do número de mulheres no ensino universitário, já que elas constituem atualmente a maior parcela de graduandos e pós-graduandos nas universidades brasileiras.

No caso das bolsas de Apoio Técnico (AT), que são destinadas ao ensino médio, e, portanto, de menor valor, observa-se um aumento significativo de bolsas concedidas para o público feminino nos últimos 3 anos (Figura 2F). Por sua vez, com relação às bolsas de Iniciação Científica (IC) (Figura 2G), destinadas aos alunos de cursos técnicos de ensino médio e de graduação, observa-se uma dinâmica inversa, com aumento de bolsas concedidas para o público masculino.

Relação entre bolsas e PAs

Verifica-se que os coordenadores de PAs do sexo masculino orientam mais bolsistas do sexo masculino (Figura 3A), denominado padrão "ele para ele", e as coordenadoras de PAs do sexo feminino orientam mais bolsistas do sexo feminino (Figura 3B), denominado padrão "ela para ela". Há maior discrepância entre os gêneros no conjunto de PAs coordenados pelas mulheres, em benefício do público feminino. Esse padrão não é observado nos poucos INCTs liderados por mulheres na atualidade (apenas 14,8% do total), nos quais os homens são maioria no desempenho de funções como membros de comitês gestores e no papel de "pesquisador principal". Quando se analisa o percentual de bolsas destinadas aos sexos feminino e masculino de forma global, os percentuais são aproximados, o que mostra baixa assimetria entre esses públicos. Em parte, isso ocorre porque algumas modalidades de bolsas são mais concedidas para mulheres, enquanto outras são mais concedidas para homens. A expressiva diferença percentual registrada entre coordenadores dos sexos masculino e feminino pode estar mais equilibrada graças à tendência das coordenadoras mulheres de selecionar mais mulheres para bolsistas. Essa tendência pode ser resultado tanto de uma escolha (consciente ou inconsciente) da coordenadora quanto de uma maior oferta de mulheres para bolsistas nas modalidades em que esse público prevalece.



■ Homens ■ Mulheres

Figura 2. Padrões de distribuição de bolsas por gênero (em porcentagem) no Programa de Bolsas e Auxílio do Consórcio Pesquisa Café entre os anos de 2009 e 2014.

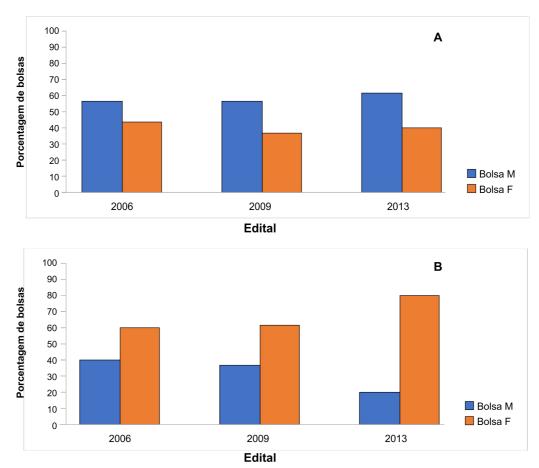


Figura 3. Padrões de distribuição das bolsas (em porcentagem) entre homens (BolsaM) e mulheres (BolsaF) nas chamadas de 2006, 2009 e 2013, nos Planos de Ação (PAs) coordenados pelo público masculino (A) e pelo público feminino (B).

Considerações finais

Os resultados encontrados corroboram aqueles da literatura no que tange à liderança de projetos de pesquisa. Foi registrado maior percentual de líderes do sexo masculino que feminino (em média, 70% dos projetos são coordenados por homens), assim como maior percentual de acesso às bolsas de maior valor, destinadas aos profissionais com vasta experiência (em média, 90% dessas bolsas são destinadas ao público masculino).

Além disso, destaca-se a predominância do público feminino no que tange às bolsas destinadas a mestres e doutores em todo o período considerado, com aumento percentual expressivo do número de bolsas dessas modalidades concedidas às mulheres no ano de 2014. Isso permite sugerir um cenário futuro em que os projetos serão coordenados por um número maior de mulheres, com tendência a uma maior simetria de gênero, assim como no que se refere às bolsas destinadas aos profissionais com mais experiência.

Com relação às outras modalidades de bolsas concedidas, apenas as bolsas DCI 2 e 3 (destinadas aos graduados) apresentam certa simetria de gênero. Na modalidade voltada para técnicos de ensino médio, há predominância de homens. Na modalidade de AT, ocorre tendência de aumento de bolsas voltadas ao público feminino, enquanto na modalidade de IC, ocorre tendência de aumento de bolsas voltadas para o público masculino.

Por fim, verifica-se que os coordenadores de PAs do sexo masculino orientam mais bolsistas do sexo masculino (padrão "ele para ele"), enquanto as coordenadoras de PAs do sexo feminino orientam mais bolsistas do sexo feminino (padrão "ela para ela"), com maior discrepância de gênero no conjunto de PAs coordenados por mulheres. Uma vez que há menos PAs coordenados por mulheres, essa discrepância pode explicar a simetria de gênero quando realizada a análise considerando todas as bolsas em conjunto. No caso do público feminino, essa tendência pode ser resultado tanto de uma escolha (consciente ou inconsciente) das

coordenadoras quanto de uma maior oferta de mulheres para bolsistas nas modalidades em que esse público prevalece.

Literatura recomendada

- CESAR, T. R.; PINTO, V. A. A produção intelectual da geografia brasileira, entorno das temáticas de gênero e sexualidades: uma visão a partir dos periódicos on line. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 119-132, 2015.
- CUNHA, M. B.; PERES, O. M.; GIORDAN, M.; BERTOLDO, R. R.; MARQUES, G. Q.; DUNCKE, A. C. As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. **Educación Quimica**, v. 25, n. 4, p. 407-417, 2014.
- FARBER, S. G.; VERDINELLI, M. A.; RAMEZANALI, M. A universidade está contribuindo para a igualdade de gênero? Um olhar sobre a percepção dos docentes de pós-graduação. **Revista GUAL**, v. 5, n. 4, p. 116-140, 2012. Edição especial.
- HAYASHI, M. C.; CABRERO, R. C.; COSTA, M. P.; HAYASHI, C. R. Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **Transinformação**, v. 19, n. 2, p. 169-187, 2007.
- LETA, J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.
- LETA, J.; LEWISON, G. The contribution of women in Brazilian science: a case study in astronomy, immunology and oceanography. **Scientometrics**, v. 57, n. 3, p. 339-353, 2003.
- LIMA, M. P. As mulheres na Ciência da Computação. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 3, p. 793-816, 2013.
- LOPES, L. G. Gênero como categoria condicionante de delimitações espaciais: uma análise da trajetória feminina na pós-graduação e produção do conhecimento. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 1, p. 154-168, 2015.
- LOPES, M. M. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 10, p. 345-368, 1998.
- MACIEL, B. Mulheres na produção do conhecimento científico. Revista Facipe, v. 1, n. 1, p. 15-26, 2005.
- MELO, H. P.; LASTRES, H. M.; MARQUES, T. C. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Revista Gênero**, v. 4, n. 2, p. 73-94, 2004.
- OHAYON, P.; LETA, J.; CARISEY, M.; SÉCHET, P. As mulheres na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico e na inovação: uma comparação Brasil/França. **Revista do Serviço Público**, v. 57, n. 4, p. 531-548, 2006.
- OLINTO, G. Equilibro de género en ciência y tecnologia y el sector público en Brasil. In: MIQUEO, C.; BARRA, M. J.; MAGALLÓN, C. (Org.). **Estudios iberoamericanos de género en ciencia, tecnologia y salud**. Zaragoza: Prensas Universitárias Zaragoza, 2008. p. 105-112.
- OSADA, N. M.; COSTA, M. C. Fazendo gênero na biologia brasileira: obstáculos e preconceitos na produção do conhecimento no projeto Genoma Fapesp. **Arbor Ciência, Pensamiento y Cultura**, n. 733, p. 863-876, 2008.
- PRADO, R. M.; FLEITH, D. S. Pesquisadoras brasileiras: conciliando talento, ciência e família. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 2, p. 19-34, 2012.
- RIGOLIN, C. C.; HAYASHI, C. R.; HAYASHI, M. C. Métricas da participação feminina na ciência e tecnologia no contexto dos INCTs: primeiras aproximações. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 1, p. 143-170, 2013.
- RODRIGUES, J. G. **Gênero, ciência & tecnologia e saúde**: apontamentos sobre a participação feminina na pesquisa na Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2014. 129 f. Tese (Doutorado) Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica, Rio de Janeiro.
- ROSEMBERG, F.; MADSEN, N. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil**: 2003-2010. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília, DF: lpeia: Unesco, 2011. p. 390-433.

SILVA, F. F. da; RIBEIRO, P. R. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Ciência e Educucação**, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

SILVA, V. A. Distribuição de bolsas produtividade em pesquisa na UFMG: uma questão de gênero. **Via Litterae**, v. 5, n. 2, p. 351-372, 2013.

TEIXEIRA, A. B.; FREITAS, M. A. Mulheres na docência do ensino superior em cursos de física. **Ensino Em Re-Vista**, v. 21, n. 2, p. 329-340, 2014.

VELHO, L.; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, v. 10, p. 309-344, 1998.

Notas

¹ Este trabalho foi apresentado durante o *IX Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil* e está disponível na íntegra em: https://www.embrapa.br/cafe/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1024148/uma-abordagem-de-genero-no-universo-da-pesquisa-sobre-cafe



Instituto Agronômico do Paraná: ciência, gênero e café

Patricia Helena Santoro
Doralice de Fátima Cargano
Helery Morais
Izaura Marlene Galvanini Salton
Andressa Cristina Zamboni Machado

O Instituto Agronômico do Paraná (Iapar)

Em 29 de junho de 1972, o governo do Estado do Paraná, pela Lei Estadual nº 6.292/1972, instituiu o Instituto Agronômico do Paraná (lapar), na forma de uma fundação pública (INSTITUTO AGRONOMICO DO PARANÁ, 2013). Em 1973, paralelamente às atividades de desenvolvimento físico e operacional, o lapar passou a buscar a colaboração de técnicos do mais alto nível para compor o núcleo básico de pesquisadores, dando início aos trabalhos de pesquisa. Com a contratação de pessoal, o instituto reuniu uma equipe para coordenar as atividades de pesquisa e experimentação nas áreas consideradas prioritárias, entre elas, o café. Em fevereiro de 1975, já se encontrava instituído oficialmente o Programa Café, entre outros.

No caso específico do Programa Café, há mais de 40 anos são realizadas pesquisas para o desenvolvimento de modelos tecnológicos de produção adequados às regiões cafeeiras do estado, com ações direcionadas para: aumento de produtividade; melhoria da qualidade do produto e da bebida; promoção da diversificação das atividades agrícolas nas propriedades; redução de custos de produção, do uso de insumos e de energia; aumento da eficiência da mão de obra e do uso da infraestrutura disponível; e preservação do meio ambiente.

O tema "ciência, tecnologia e gênero" no lapar

O lapar manifestou seu interesse pela participação feminina na ciência e pela discussão do tema "ciência e gênero" em um evento realizado em 2006, por ocasião do 34º aniversário do instituto. O evento *Vesperal de Palestras*, com o título *Dialogando sobre a Relação Ciência e Gênero*, contou com palestras e o lançamento do livro *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento* (SANTOS et al., 2006). A coletânea editada com oito capítulos aborda diferentes aspectos da temática "ciência e gênero", tendo como pano de fundo a relação entre a ciência e a sociedade, e faz um balanço dos estudos sobre o tema no Brasil e em outros países.

Ciência, gênero e atuação feminina nas pesquisas em café no lapar

Apesar da recente institucionalização da ciência brasileira, foi apenas nas décadas de 1980 e 1990 que as mulheres tiveram maior participação no setor. Em censo referente ao ano de 1995, a participação feminina no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) era de 39%. Do total de pesquisadores cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq em 2016, as mulheres já somam 50% (CNPq, 2016), o que indica que houve aumento da participação feminina na ciência nesses últimos 21 anos. Esses percentuais englobam todas as áreas de conhecimento, mas, se olharmos para algumas áreas específicas, como as ciências agrárias, a participação das mulheres ainda é inferior à dos homens, o que, muito provavelmente, ainda é reflexo de fatores histórico-culturais.

Em 2011, a *Revista UNESP Ciência*, em sua 17ª edição, publicou a matéria *A ciência das mulheres* (NOGUEIRA, 2011), na qual observa que, apesar de as mulheres já representarem a metade do percentual de

pesquisadores brasileiros, em algumas áreas do conhecimento ainda há predominância masculina, como é o caso das ciências exatas e engenharias. Nessas áreas, a participação feminina corresponde a 33% e 26%, respectivamente. Melo e Lastres (2006) também apontam esse viés sexista na ciência, com mulheres e homens participando de campos científicos diferentes, com predominância masculina nas ciências agrárias e veterinárias, nas engenharias e, principalmente, na física, enquanto há predominância feminina nas ciências biológicas e humanas.

Pela análise da composição atual dos membros titulares da Academia Brasileira de Ciência, nota-se que a participação feminina na área de ciências agrárias é de apenas 17% entre os membros titulares (SILVA, 2016). Apesar de pequena, representa um avanço, pois, em 2002, a participação era exclusivamente masculina (MELO; CASEMIRO, 2003). Outro dado que confirma menor atuação feminina nas ciências agrárias vem de um estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que aponta que, nos 11 cursos de pósgraduação em ciências agrárias da instituição, há predominância de docentes-pesquisadores do sexo masculino, que correspondem a 89% do quadro (FIÚZA et al., 2009).

No lapar, os números também apontam predominância masculina no quadro de pesquisadores nas diferentes áreas de atuação. Os homens representam 71% dessa categoria. Esse percentual reflete-se na ocupação do quadro de cargos gerenciais da carreira científica do instituto, composto por coordenadores de áreas técnicas e líderes de programas de pesquisas. Desses cargos, apenas 25% são atualmente ocupados por mulheres.

Apesar da crescente participação feminina na carreira científica na última década, como aponta o Censo CNPq de 2016, a predominância de pesquisadores do sexo masculino no lapar pode estar relacionada ao longo período sem reposição do quadro de servidores, que foi de 16 anos, entre 1992 e 2008. Quando contabilizados apenas os pesquisadores ativos contratados até o ano de 1992, a representação feminina foi de apenas 19%. Com as últimas contratações, que tiveram início a partir de 2008, a representação feminina passou a ser de 40%.

Quem são as mulheres do café no lapar

O Programa Café faz parte da estrutura do lapar desde 1975 e é um instrumento que tem a finalidade de coordenar as ações de pesquisa e os recursos humanos, materiais e financeiros, definindo claramente os objetivos científicos, bem como as estratégias de ação necessárias para geração de tecnologia apropriada para o desenvolvimento sustentável da cafeicultura. Essas ações são coordenadas pela figura do líder de programa, que é um dos níveis gerenciais ligados à Diretoria de Pesquisa do instituto. Desde sua criação, o Programa Café foi gerenciado por pesquisadores do sexo masculino, e só recentemente, no início de 2015, a liderança foi assumida pela pesquisadora Patrícia Helena Santoro.

A participação das mulheres dentro do quadro de pesquisadores ativos, que atuam ou já atuaram no Programa Café, é de 36%. Faz parte das atribuições dessas pesquisadoras (Figura 1) gerenciar projetos de pesquisa e inovação tecnológica, atuar em programas de pós-graduação, orientar estudantes, participar como membro de comitês internos e externos, ministrar cursos e palestras, administrar o uso de ativos, coordenar a equipe de trabalho, representar a instituição em diferentes fóruns, entre outras.



Figura 1. As mulheres do café no Instituto Agronômico do Paraná (Iapar). Foto: Joaquim André

Atuando no contexto de que a ciência pertence a toda humanidade e transcende a barreira do sexo, e de que homens e mulheres compartilham uma linguagem e possuem objetivos comuns para buscar a verdade e revelar os mistérios da natureza (GARCIA, 2006), as mulheres servidoras do lapar que contribuíram e ainda contribuem para a geração do conhecimento e para o desenvolvimento agronômico da cafeicultura paranaense são:

Alaíde Aparecida Krzyzanowski – É engenheira-agrônoma pela Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel (1981), com mestrado em Agronomia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1997, e doutorado em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), em 2006, ambos com ênfase em nematologia. Foi pesquisadora do lapar durante o período de 1988 a 2014, quando desenvolveu importantes trabalhos no Programa Café, como a identificação de fontes de resistência em germoplasma de cafeeiros às raças de nematoides *Meloidogyne incognita* e *M. paranaenses* em *Coffea arabica* e *C. canephora*. Conduziu um levantamento da ocorrência e frequência de nematoides na cultura do café no Paraná. Realizou estudos sobre o manejo integrado de nematoides em cafeeiros. Fez parte de uma pesquisa para mapeamento molecular e uso de seleção assistida por marcadores de DNA para nematoides. Alaíde também ministrou diversos cursos e palestras para técnicos e agricultores, realizou dias de campo e orientou estudantes de graduação e pós-graduação. Publicou diversos artigos científicos e técnicos relacionados à sua área de atuação. Também foi responsável técnica pelo Laboratório de Nematologia do lapar.

Aline Pissinati – Filha e neta de agricultores, desde criança auxiliava os pais na lavoura de café. O contato com a cultura foi determinante para a escolha da faculdade. Aline é engenheira-agrônoma (2007), com mestrado (2010) e doutorado (2015) em Agronomia, ambos pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). No período de 2011 a 2012, foi bolsista do Consórcio Brasileiro de Pesquisa Café, desenvolvendo atividades de pesquisa na seleção de grupos de clones de café conilon/robusta em condições irrigada e não irrigada na região noroeste do Paraná. Desde 2012, é agente de ciência e tecnologia no lapar, na área de proteção de plantas, no Laboratório de Entomologia, e entre as atividades relacionadas ao café que desempenha atualmente está a criação de *Hypothenemus hampei* em dieta artificial e testes de produtos para o controle da praga.

Ana Maria Meneghin – É engenheira-agrônoma pela Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel (1985), possui mestrado em Entomologia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1991) e doutorado em Agronomia pela UEL (2008). É pesquisadora do lapar desde 1989, na área de entomologia agrícola. Desenvolve projetos com o Consórcio Pesquisa Café desde 2004. Suas pesquisas com as pragas do cafeeiro estão relacionadas à identificação de espécies de cigarrinhas vetoras da bactéria *Xylella fastidiosa*, causadora de doença no cafeeiro; à avaliação de táticas bioecológicas no controle da broca-do-café (*Hypothenemus hampei*); aos efeitos de extratos e de produtos à base de *Azadirachta indica* (nim) na fisiologia e no controle das principais pragas do café; e à seleção e estudos moleculares de *Bacillus thuringiensis* (BT) para o controle da broca-do-café. A pesquisadora participou da divulgação do uso de armadilhas com atrativos voláteis (etanol e metanol) para o monitoramento da broca-do-café e também do aperfeiçoamento de técnicas de criação dessa praga utilizando frutos de café e dieta artificial. Essas técnicas de criação têm viabilizado a

obtenção desses insetos para realização de pesquisas sobre a praga por diferentes instituições nacionais. Atualmente, ocupa o cargo de coordenadora da Área Técnica de Proteção de Plantas.

Andressa Cristina Zamboni Machado – Graduou-se em Engenharia Agronômica pela USP, no campus da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, SP, em 2001. Desde o início da graduação, trabalhou com nematoides parasitas de plantas, área de sua pós-graduação. Em 2006, concluiu o doutorado em Fitopatologia, com especialização em Nematologia. Em 2007, iniciou o pós-doutoramento na mesma área, com foco em nematoides parasitas da cultura do café. Após breve passagem por uma empresa privada, na área de melhoramento de soja visando resistência a nematoides, ingressou no lapar em 2010, quando os estudos relacionados à cafeicultura se intensificaram. Desde então, tem contribuído para o desenvolvimento de cultivares de café com resistência a nematoides, auxiliando na seleção de genótipos produtivos e resistentes a essa importante doença da cultura. Além disso, orienta alunos de graduação, mestrado e doutorado em trabalhos envolvendo o manejo de nematoides na cultura. Também desenvolve importante trabalho de extensão com o Instituto Emater, no intuito de mapear lavouras de café infestadas por esses patógenos e fornecer subsídios à assistência técnica que abrange cerca de 500 produtores do Estado do Paraná.

Cíntia Sorane Good Kitzberger – Graduada e mestre em Engenharia de Alimentos, com doutorado em Ciência de Alimentos pela UEL, Cíntia tem experiência na área de ciências de alimentos e tecnologia, com estudos em físico-química e bioquímica de alimentos. Ingressou no lapar em 2008, onde atua como assistente de ciência e tecnologia na área de ecofisiologia, e desenvolve atividades em pesquisas com diversas cultivares de café arábica, abrangendo análises físico-químicas, análises sensoriais das bebidas e análises cromatográficas de compostos para a qualidade sensorial e funcionalidade (atividade antioxidante). Pesquisas e publicações sobre a qualidade da bebida de cafés têm sido destaque no seu trabalho, envolvendo compostos como diterpenos cafestol e caveol, trigonelina, cafeína, ácidos clorogênicos e seus isômeros, ácidos orgânicos, açúcares e melanoidinas. Cíntia é responsável por Plano de Ação em projeto do Consórcio do Café e também é classificadora e degustadora de café, credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Cleonice Medeiros Contini – É pedagoga pelo Centro Universitário Filadélfia (2009), com MBA em Gestão de Pessoas pela UEL (2012) e especialização em Gestão Pública pela Faculdade Instituto Superior de Educação do Paraná (2013). Ingressou no lapar em 1991, onde atua como analista de ciência e tecnologia. Cleonice tem experiência em gestão de pessoas e, desde 2001, é responsável por administrar os processos de bolsas do Consórcio Brasileiro de Pesquisa Café no instituto, as quais são de fundamental importância para a condução das pesquisas do Programa Café. De 2006 a 2010, foi gerente da área de Desenvolvimento de Pessoal, tendo participado da construção do perfil profissiográfico, do dimensionamento de pessoal e da elaboração do Plano de Capacitação Institucional. Atualmente, também é responsável pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Agricultura Conservacionista do lapar.

Edilene Sacoman Longo Barros – Graduada em Geografia pela UEL (1986), iniciou sua carreira profissional no lapar em 1979 como auxiliar de laboratório, passando posteriormente a laboratorista e técnica de laboratório. Atualmente, é analista em ciência e tecnologia no Laboratório de Entomologia. Edilene participou de vários projetos relacionados às pragas do café, principalmente com inimigos naturais e produção de fungos entomopatogênicos, e do desenvolvimento de técnicas de criação da broca-do-café em dieta artificial e em frutos de café, dando suporte à realização de pesquisas voltadas ao manejo da praga.

Emília Sumako Tsuzaki Murata – Possui graduação em Ciências Contábeis (1981) pela UEL e especialização em Administração Geral e Estratégica (1991) pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (Cesulon). Trabalhou no lapar no período de 1977 a 2015, no cargo de analista de ciência e tecnologia. Durante sua carreira, Emília foi responsável pelo acompanhamento administrativo dos projetos de pesquisa do Programa Café, financiados pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa Café.

Giselly Aparecida Andrade – Cursou agronomia na UEL entre 2000 e 2004, onde também fez mestrado e doutorado entre 2006 e 2010. Durante todo esse período, foi estagiária no Programa Café do lapar, além de ser bolsista do Consórcio Brasileiro de Pesquisa Café. Durante a vida acadêmica, realizou, entre outros trabalhos, pesquisas relacionadas às características fisiológicas e genéticas de diferentes espécies de cafeeiros, tolerância à seca e zoneamento agroclimático. Desde 2008, é analista de ciência e tecnologia do lapar, onde participa de grupos de pesquisas sobre genotipagem da coleção de cafés da Etiópia pertencentes à instituição

e determinismo molecular e genético da qualidade de café e da tolerância à seca em C. arabica.

Heverly Morais – Tem formação em Agronomia e mestrado e doutorado em Agrometeorologia, com ênfase na cultura cafeeira. Desenvolve atividades na área de agrometeorologia do lapar desde 1997. Foi bolsista do Consórcio Brasileiro de Pesquisa Café e atualmente é pesquisadora científica efetiva em agrometeorologia. Participa do Programa Alerta Geada, que informa aos cafeicultores do Estado do Paraná a previsão de ocorrência de geadas com antecedência de 48 e 24 horas. Desenvolve pesquisas de métodos para proteção de cafeeiros contra geadas. Realiza estudos em cafeicultura e mudanças climáticas, microclima, eventos extremos e adaptação de plantas ao calor e à seca. Conduz projetos e experimentos de sistemas agroflorestais na cultura cafeeira. Atualmente, é professora do curso de mestrado em Agricultura Conservacionista do lapar, onde também é coordenadora da área de manejo conservacionista dos recursos naturais. Heverly é responsável por conceder entrevistas à mídia em geral, como televisão, rádio e jornais, sobre previsão e monitoramento meteorológico e climático e seus efeitos na agricultura. Seus trabalhos e experiência na cafeicultura permitiram elaborar diversos artigos científicos; dar palestras, cursos e dias de campo; participar como membro de bancas de mestrado e doutorado; orientar estudantes de graduação, mestrado e doutorado; e ser revisora de diversas revistas científicas.

Inês Fumiko Ubukata Yada – Possui graduação em Licenciatura em Matemática (1978) pela UEL e mestrado em Estatística e Experimentação Agronômica (1982) pela Escola Superior Luiz de Queiroz. Inês tem experiência em matemática aplicada e estatística. Desde que ingressou no lapar, em 1982, na área de biometria, participa dos projetos do Programa Café como estatística, desenvolvendo métodos e modelos estatísticos uni e multivariados para análise dos dados, com o objetivo de garantir a qualidade dos resultados da pesquisa.

Isaura Pereira Granzotti – É graduada em Tecnologia da Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná e em Gestão de Cerimonial e Eventos pela Universidade Norte do Paraná. Isaura é responsável pelo setor de cerimonial e eventos do lapar. Tem atuado nos últimos 20 anos na organização de todos os congressos, seminários, feiras e eventos relacionados à cultura do café, promovidos, patrocinados ou realizados pelo instituto. Anualmente, no período de maio a setembro, faz a gravação do serviço de Alerta Geadas que, com base nas informações geradas pela área de agrometeorologia, alerta para previsão de possíveis geadas para o cenário de 48 e 24 horas, orientando os procedimentos para proteção de viveiros e das lavouras de café.

Janete Andrade de Brito – É engenheira-agrônoma pela Universidade Estadual da Bahia, graduada em 1981. Possui mestrado em Nematologia pela UFV e doutorado pela Universidade da Flórida, na mesma área. Janete atuou como pesquisadora do lapar no período de 1986 a 1993, quando desenvolveu pesquisas na área de nematologia com diferentes espécies vegetais, entre elas, o café. Implantou um sistema de obtenção, multiplicação e manutenção de *Meloidogyne incógnita* em cultura de raízes in vitro e também realizou o levantamento e mapeamento de espécies de nematoides e raças fisiológicas de *Meloidogyne* spp. associadas às culturas alimentícias, incluindo o café.

Laura Regina Bernardes – É geógrafa, graduada em 1975, com mestrado em Geografia Física e doutorado em Engenharia de Transportes, todos pela USP. Atuou como pesquisadora científica do lapar, nas especialidades de climatologia geográfica e zoneamento agrícola, no período de 1977 a 2001. Entre suas pesquisas, Laura realizou um levantamento sistemático da ocorrência e distribuição espacial do fenômeno de geada nas regiões cafeeiras dos estados de São Paulo e Paraná.

Lucinéia Maria da Silva – Graduada em Tecnologia da Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná, ingressou no lapar em 1989 como assistente de ciência e tecnologia. Inicialmente, atuou no Laboratório de Cultura de Tecidos da área de fisiologia vegetal, onde desenvolveu atividades em técnicas de clonagem de variedades de café por meio de embriogênese direta e indireta para micropropagação e também propagação por estacas, que deram suporte aos projetos de pesquisa nessa área. Atualmente, trabalha na área de melhoramento genético, no Laboratório de Biotecnologia, com técnicas de transformação genética para obtenção de plantas geneticamente modificadas e várias outras análises moleculares envolvendo a cultura do café. Lucinéia também participa como voluntária em estudos sobre análises sensoriais da bebida do café no Laboratório de Fisiologia Vegetal. São praticamente 28 anos de história trabalhando direta e indiretamente com a cultura do café.

Maria Brígida dos Santos Scholz – Graduou-se em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal do Paraná em 1977. Os cursos de mestrado e doutorado foram em Ciências de Alimentos pela UEL, em 1990 e 2008, respectivamente. Em sua tese de doutorado, realizou a tipologia dos cafés paranaenses, considerando aspectos físicos, químicos e sensoriais, o que possibilitou a identificação e descrição dos cafés das microrregiões produtoras. Maria Brígida também é especialista em classificação e degustação de cafés e tem pós-doutorado pelo Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad), na França. Em sua atuação como pesquisadora do lapar, desde 1991, realiza importantes trabalhos sobre a composição química e qualidade sensorial de café, com destaque para os projetos desenvolvidos em colaboração com o Cirad, desde 2001 até a presente data. Nesses projetos colaborativos, são realizadas avaliações bioquímicas da coleção de acessos de café da Etiópia, que, em estudos de associação do genoma, permitem identificar marcadores de qualidade de bebida em programas de melhoramento do café. Suas pesquisas foram de grande relevância para que o Paraná conseguisse a Indicação Geográfica para cafés produzidos no Norte Pioneiro do estado. Maria Brígida é membro da comissão julgadora do Concurso Café Qualidade Paraná, responsável por identificar os melhores cafés produzidos no estado. É responsável pelo Laboratório de Fisiologia Vegetal, onde desenvolve suas pesquisas. Além da orientação de alunos na iniciação científica, no mestrado e doutorado, em trabalhos relacionados ao café, é docente do curso de mestrado em Agricultura Conservacionista do lapar.

Maria Cristina Leme de Lima Dias – Graduada em Agronomia, em 1974, pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia Manoel Carlos Gonçalves em Espírito Santo do Pinhal, SP, Maria Cristina atuou como pesquisadora do lapar no período de 1976 a 2003, na área de propagação vegetal e tecnologia de sementes. Desenvolveu atividades e estudos em produção e tecnologia de sementes de cafeeiros em diversas linhas de pesquisa e publicou trabalhos relacionados a testes de tetrazólio, vigor, métodos de degomagem, embalagens e umidade para conservação de sementes de café. Maria Cristina também foi responsável pela produção de sementes básicas das cultivares de café lançadas pelo lapar e coordenou a elaboração das normas de produção de sementes e mudas de café para o Estado do Paraná. Também foi responsável técnica pelo Laboratório de Análise de Sementes do lapar.

Maria Elizabeth da Costa Vasconcellos – É engenheira-agrônoma pela Universidade Federal Rural da Amazônia (1976) e possui mestrado em Estatística e Experimentação Agronômica pela Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz da USP (1982). Tem experiência na área de probabilidade e estatística. Atuou no lapar na área de biometria de 1993 a 2016, participando como estatística em diversos projetos do Programa Café. De 2001 a 2012, foi membro da equipe do projeto "Sistemas agroflorestais como componente da sustentabilidade da lavoura cafeeira".

Maria Isabel Florentino Ferreira – Graduada em Química, com pós-graduação em Tecnologia e Qualidade de Alimentos Vegetais e em Gestão Ambiental, atua como analista em ciência e tecnologia no lapar. Maria Isabel desenvolve atividades voltadas à avaliação da qualidade de alimentos. Na área do café, participa de atividades que têm por objetivo desenvolver metodologias para análises físico-químicas, bioquímicas, sensoriais e fisiológicas do cafeeiro. Também é membro da equipe de voluntários provadores em análises sensoriais da bebida do café.

Maria Lucia Crochemore – Graduada em Engenharia Agronômica (1980), com mestrado em Ciências (1985) pela Universidade Federal de Pelotas e doutorado em Ciências Naturais pela Université de Poitiers, na França (1996). Atuou como pesquisadora entre 1988 e 2010, desenvolvendo pesquisas na área de sementes e de diversidade genética, além de ocupar cargos gerenciais na Coordenação de Área Técnica e Diretoria de Gestão de Pessoas. Na cultura do café, atuou em projetos de mapeamento molecular e uso de seleção assistida por marcadores de DNA para ferrugem, nematoides e antracnose, além de identificação de cultivares de café por marcadores moleculares, auxiliando o melhoramento genético na seleção de cultivares e desenvolvimento de modelos estatísticos para análise de dados moleculares de *C. arabica*.

Michele Regina Lopes da Silva – Graduada em Ciências Biológicas e mestre em Microbiologia pela UEL, sua relação com a cafeicultura iniciou em 2003, quando ingressou no lapar, contratada como bolsista pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa Café. Atuou durante 5 anos como bolsista em projetos relacionados à requeima/atrofia-dos-ramos do cafeeiro e à antracnose. Estudou a susceptibilidade de cultivares de cafeeiro aos patógenos e a relação entre a incidência/severidade de doenças e a nutrição da planta. Também trabalhou na

detecção de patógenos em insetos vetores e em plantas hospedeiras de ocorrência espontânea em lavouras de café, assim como na caracterização genética e fenotípica de microrganismos e na análise microscópica das infecções nas plantas. As atividades desenvolvidas despertaram seu interesse pela fitopatologia, o que a levou ao ingresso no doutorado em Agronomia. Em 2012, foi contratada pelo lapar como pesquisadora científica da área de proteção de plantas, onde desenvolve atividades nos laboratórios de Bacteriologia e de Fitossanidade Vegetal. Atualmente, atua em projetos financiados pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa Café junto ao Programa Café da instituição. Além disso, orienta e coorienta estudantes de graduação e pós-graduação, é professora colaboradora do Programa de Mestrado em Agricultura Conservacionista da instituição, membro da Comissão Interna de Biossegurança, da Comissão de Ética no Uso de Animais e do Comitê do Programa de Iniciação Científica, e revisora de periódicos.

Milde Esteves – Graduada em Tecnologia em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná/Escola de Governo do Paraná (2012), ingressou no lapar em 1991. Em 2007, passou a exercer a função de auxiliar de ciência e tecnologia no Laboratório de Controle Biológico de Nematoides, quando iniciou as atividades relacionadas à cafeicultura. Milde realizou atividades em projetos de pesquisa sobre controle biológico de *Meloidogyne* spp. em áreas cafeeiras e reação de cafeeiros a *M. paranaenses* frente às raças de *M. incognita*. Atualmente, exerce a função de agente de ciência e tecnologia no mesmo laboratório, auxiliando em atividades relacionadas à avaliação da resistência e tolerância de cultivares de café a nematoides, estudos de herança da resistência e desenvolvimento de marcadores moleculares.

Patricia Helena Santoro – Formada em Engenharia Agronômica pela UEL em 2003, fez na sequência os cursos de mestrado e doutorado em Agronomia na mesma instituição, onde também atuou como bolsista do Consórcio Brasileiro de Pesquisa Café. Durante a vida acadêmica, realizou, entre outros trabalhos, pesquisas relacionadas ao controle biológico da broca-do-café, principal praga da cultura. Ingressou no lapar em 2008, onde atua como pesquisadora científica e desenvolve pesquisas sobre sistemas agroflorestais de produção de café e viabilidade da produção de *Coffea canephora* no Estado do Paraná. Patricia também é classificadora e degustadora de café, credenciada pelo Mapa. Sob sua responsabilidade está o Centro de Pesquisa em Qualidade de Café do lapar, onde são conduzidos trabalhos relacionados à qualidade de bebida, além de cursos de classificação de degustação de café para técnicos, extensionistas, agricultores e profissionais da área. Desde março de 2015, é líder do Programa de Pesquisa em Café do instituto, em que coordena uma equipe de pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, sendo a primeira mulher a assumir o cargo em 42 anos de existência do programa. Além dos trabalhos relacionados à pesquisa, tem atuação ativa na Câmara Setorial do Café e na comissão organizadora do *Concurso Estadual Café Qualidade Paraná*.

Sônia Martins Torrecillas – Graduada em Ciências Biológicas pela UEL e mestre em Entomologia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, SP. Atuou como pesquisadora científica do lapar entre os anos de 1976 e 2003, desenvolvendo trabalhos na área de entomologia voltados à cultura do café. Um de seus projetos, a criação de inimigos naturais da boca-do-café para uso em plantio orgânico e adensado no Estado do Paraná, trouxe importante contribuição ao manejo dessa praga na cultura.

Sueli Souza Martinez – Graduou-se em Ciências Biológicas pela USP (1973), fez mestrado em Entomologia pela mesma instituição (1979) e doutorado em Entomologia pela University of Reading, na Inglaterra (1996). Trabalhou no lapar como pesquisadora científica na área de entomologia no período de 1975 a 2010, quando desenvolveu diversos estudos com inseticidas botânicos e controle alternativo das pragas do café, como Uso de meliáceas no controle natural de pragas de café orgânico como a broca-do-café *H. hampei* (Ferrari) (MARTINEZ; CARVALHO, 2004) e Redução da oviposição e da sobrevivência de ovos de *Leucoptera coffeella* causadas pelo óleo emulsionável de nim (MARTINEZ; MENEGUIM, 2003). Sueli publicou diversos trabalhos de controle natural de *pragas* de cafeeiros em forma de artigos científicos, livros, artigos para jornais e resumos de congressos. A pesquisadora também organizou vários eventos científicos, como seminários, encontros, simpósios, congressos e reuniões. Foi editora-chefe (1999-2004) e editora-executiva (2005-2012) da revista *Neotropical Entomology*. No lapar, foi também coordenadora da área de proteção de plantas, coordenadora do Comitê de Publicações e, atuando como *webmaster*, desenvolveu em 2009 o site atual da instituição. Durante sua carreira científica, Sueli orientou alunos de graduação com trabalhos na cafeicultura e participou de diversas bancas de mestrado e doutorado.

Suely Ario Kudo – Graduada em Tecnologia da Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná, iniciou

sua carreira profissional no lapar em 1985 como auxiliar de laboratório, passando depois a atuar como laboratorista. Realizou atividades em projetos de pesquisa sobre café resistente a geadas e micropropagação in vitro. Atualmente, é assistente de ciência e tecnologia e atua em projetos de melhoramento genético de café resistente a doenças e plantas transgênicas.

Orazilia França Dorigo – Graduada em Química pela UEL (1993), especializou-se em Biotecnologia pela Universidade Federal de Lavras (2011), em Administração Pública pela UEL (2012) e em Gestão Ambiental pelo Instituto Superior de Educação do Paraná (Insep) (2013). Ingressou no lapar em 1988, onde atua como analista em ciência e tecnologia. Desde 1991, desenvolve atividades de pesquisa no Laboratório de Nematologia, onde também iniciou os trabalhos com a cultura do café em projetos como: levantamento de nematoides nas regiões cafeeiras do Paraná e caracterização de populações; controle biológico de *Meloidogyne* spp.; reação de cafeeiros a *M. paranaenses* frente às raças de *M. incognita*; avaliação da resistência e tolerância de cultivares; estudos de herança da resistência e desenvolvimento de marcadores moleculares; e reação de cafeeiros em áreas infestadas por nematoides no Estado do Paraná.

Telma Passini – Engenheira-agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP (1981), com mestrado em Fitotecnia – Produção Vegetal pela UFV (1988) e doutorado em Fitotecnia também pela USP (2001). Ingressou no lapar em 1988 como pesquisadora científica e desenvolve pesquisas relacionadas ao manejo de plantas daninhas na área de fitotecnia. Na cultura do café, em 1995/1996 estudou a incidência de plantas daninhas em diferentes densidades de plantio, cultivares e doses de adubo. Em 2005, participou de levantamento de tecnologias aplicadas em algumas lavouras cafeeiras conduzidas por agricultores orgânicos no norte do Paraná. Atualmente, avalia a incidência de plantas daninhas em experimento de sistemas agroflorestais de café. Telma é coordenadora da área de fitotecnia (desde 2015 e no período 2003–2011), membro do Conselho Técnico Científico do lapar (desde 2003), do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica (membro desde 1998 e coordenadora desde 2012), do Comitê Editorial (por vários períodos), do Comitê Web (2012-2014) e do Comitê de Seleção para Análise de Pedidos para Cursos de Pós-graduação (desde 2007).

Referências

CNPq. **Pesquisadores por sexo**: censo 2016. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/web/dgp/pesquisadores-por-sexo. Acesso em: 7 fev. 2017.

FIÚZA, A. L.; PINTO, N. M.; GALINARI, T. N.; BARROS, V. A. **Sexismo na geração e difusão de tecnologia nas ciências agrárias**. Viçosa, MG: Ed. da Universidade Federal de Viçosa, 2009. (Texto em discussão, 3). Disponível em: http://arquivo.ufv.br/der/wpapers/ext_rural/TD03-09%20ER%20-%20Sexismo%20na%20gera%e7%e3o%20e%20difusao%20de%20tecnol.pdf. Acesso em: 7 fev. 2017.

GARCIA E. S. A mulher e a ciência. **Agência Fiocruz de Notícias**, 10 nov. 2006. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/a-mulher-e-a-ci%C3%AAncia. Acesso em: 6 fev. 2017.

INSTITUTO AGRONOMICO DO PARANÁ. **Histórico institucional do lapar**. 2013. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/transparencia/InfoInstitucionais82013.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

MARTINEZ, S. S.; CARVALHO, S. M. O uso do nim em café e outras culturas. **Agroecologia Hoje**, v. 4, n. 21, p. 13-14, 2004.

MARTINEZ, S. S.; MENEGUIM, A. M. Redução da oviposição e da sobrevivência de ovos de *Leucoptera* coffeella causadas pelo óleo emulsionável de nim. **Manejo Integrado de Plagas y Agroecología**, n. 67, p. 58-62, 2003.

MELO, H. P.; CASEMIRO, M. C. A Ciência no feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. **Revista Rio de Janeiro**, n. 11, set./dez. 2003.

MELO, H. P.; LASTRES, H. M. Ciência e tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso do CNPq. ln: SANTOS, L. W. dos; ICHIKAWA, E. Y.; CARGANO, D. F. (Org.). **Ciência, tecnologia e gênero**: desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: lapar, 2006. p. 131-160.

NOGUEIRA, P. A ciência das mulheres. Unesp Ciência, ano 2, n. 17, p. 18-25, mar. 2011.

SANTOS, L. W. dos; ICHIKAWA E. Y.; CARGANO, D. F. **Ciência, tecnologia e gênero**: desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: lapar, 2006.

SILVA, M. G. da. A marginalização da participação da mulher nas ciências através da Academia Brasileira de Ciências. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em:

http://www.15snhct.sbhc.org.br/trabalho/view?ID TRABALHO=1541>. Acesso em: 7 fev. 2017.



Sabores, aromas e fragrâncias: as classificadoras e degustadoras de cafés do Paraná

Patricia Helena Santoro

Introdução

Um dos mais modernos e estruturados centros de classificação e degustação de cafés do País pertence ao Instituto Agronômico do Paraná (lapar). Denominado Centro de Pesquisa em Qualidade do Café (CPQC), a estrutura, com mais de 400 m², fica localizada na sede do lapar em Londrina. O centro tem a função de desenvolver pesquisas relacionadas à qualidade do grão e da bebida e também de capacitar técnicos e produtores nessa área. O CPQC sedia o Curso Oficial de Classificação e Degustação de Café Beneficiado Grão Cru, resultado de uma parceria firmada entre o lapar e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Como resultado dessa parceria, já foram realizados dois cursos, o primeiro em 2015 e o segundo em 2016. O curso tem carga horária total de 240 horas, das quais 160 horas são destinadas à degustação da bebida e 80 horas, à classificação física dos grãos pela metodologia da Classificação Oficial Brasileira (COB).

Um bom classificador e degustador de cafés precisa ter os sentidos bem apurados, principalmente os de visão, paladar e olfato. Além de um treinamento intensivo e muita dedicação, a degustação de cafés exige aptidão e, por esse motivo, o candidato ao curso oficial do Mapa é inicialmente submetido a uma prova prática de aptidão, na qual os candidatos considerados inaptos são eliminados. A aprovação no curso depende de uma série de exigências, entre elas, a frequência e comprovação do conhecimento adquirido por meio de avaliações teóricas e práticas.

No Brasil, a classificação e degustação de café beneficiado grão cru é regulamentada pela Instrução Normativa nº 08/2003 (BRASIL, 2003), que tem como objetivo definir as características de identidade e de qualidade para a classificação do produto. O classificador e degustador é a pessoa física, habilitada e registrada pelo Cadastro Geral de Classificação do Mapa, e tem a responsabilidade de classificar o produto com base em um conjunto de características que permitam identificá-lo e caracterizá-lo.

Em março de 2017, o Mapa publicou a relação de Classificadores de Produtos Vegetais com habilitações vigentes em território nacional. Com base na análise desse documento, é possível verificar que no Brasil há apenas oito mulheres habilitadas para fazer a classificação e degustação de café beneficiado (grão cru), as quais representam 7,6% do total de classificadores e degustadores desse produto. Vale ressaltar que, dessas oito mulheres, cinco habilitaram-se nos cursos realizados em 2015 e 2016.

O percentual ainda pequeno da atuação feminina entre os classificadores e degustadores de café habilitados pelo Mapa pode ser reflexo da exigência da formação profissional estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa nº 46/2009 (BRASIL, 2009). Estabelece que o candidato ao curso de capacitação de classificador de produto vegetal, subproduto e resíduos de valor econômico deverá ser engenheiro-agrônomo ou técnico em agropecuária de nível médio, profissões em que a participação masculina ainda é predominante.

Quem são as classificadoras e degustadoras de café credenciadas pelo Mapa que atuam no Paraná

Com diferentes profissões e áreas de atuação, as classificadoras e degustadoras de café beneficiado grão cru credenciadas pelo Mapa que atuam no Paraná são, além de Cíntia Sorane Good Kitzberger e Patricia

Helena Santoro que foram apresentadas no capítulo sobre pesquisa e ciência no lapar, as seguintes mulheres (Figura 1):



Figura 1. Classificadoras e degustadoras de café do Paraná.

Fotos: Romeu Gair e Patricia Helena Santoro

Cirlene Aparecida Pecador – Formou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1990. Foi aprovada em concurso do Mapa em 2002 e atua como auditora fiscal federal agropecuária desde então. Em 2015 e 2016, Cirlene atuou como supervisora dos cursos oficiais de Classificação e Degustação de Café Beneficiado Grão Cru promovidos pelo Mapa em parceria com o lapar. Desde 2015, é classificadora e degustadora de café beneficiado grão cru credenciada pelo Mapa. Cirlene também é colaboradora voluntária do Concurso Café Qualidade Paraná, no qual atuou como júri na etapa regional, selecionando os melhores cafés do estado no ano de 2016.

Joana D'Arc Teixeira de Faria – Graduou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1975, com pós-graduação em Cafeicultura Empresarial: Produtividade e Qualidade na Universidade Federal de Lavras. Desde 2000, Joana é classificadora e degustadora de café beneficiado grão cru credenciada pelo Mapa. Em 2004, foi monitora no Curso Oficial de Formação de Classificadores e Degustadores de Café e, nos anos de 2015 e 2016, passou a ser instrutora. Em 2012, recebeu a certificação de star cupper pelo Coffee Quality Institute e, no mesmo ano, foi membro da comissão organizadora do 13º Concurso de Qualidade de Cafés do Brasil, o Cup of Excellence. Joana fez parte de todas as edições do Concurso Café Qualidade Paraná como membro do júri das etapas regional e estadual. Durante sua atuação como extensionista do Instituto Emater, treinou produtores rurais e extensionistas na classificação e produção de cafés com qualidade, e orientou produtores rurais para a produção de cafés especiais.

Lorian Voigt Gair – É engenheira-agrônoma pela UEL, com especialização em Engenharia de Produção – Rural e Agroindustrial pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrado e doutorado pela UEL, onde desenvolveu estudos relacionados à qualidade de bebida de café. Ingressou no Instituto Emater-PR em 1992. Em 2015, foi credenciada pelo Mapa como classificadora e degustadora oficial de café beneficiado grão cru. Desde 2000, Lorian é membro da comissão organizadora do *Concurso Café Qualidade Paraná*, e nos anos 2014 a 2016, foi coordenadora da comissão julgadora da etapa regional do concurso.

Raquel Nader Resende Fraiz – Formada em Engenharia Agronômica pela Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, em Bandeirantes, no ano de 1986, iniciou em 1987 suas atividades profissionais na Cooperativa dos Cafeicultores (Coplac). Em 1990, tornou-se profissional liberal, prestando serviços na área de consultoria, planejamento, projetos técnicos e treinamentos técnicos. Em 1994, passou a atuar também como cafeicultora, atividade que desempenha até os dias de hoje. Raquel também é instrutora do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-PR), atuando nas áreas de cafeicultura e gestão rural. A partir de 2004, fez diversos cursos de classificação e degustação de café, formando-se como classificadora e degustadora de café beneficiado grão cru credenciada pelo Mapa em 2015. Raquel permanece até os dias de hoje na cadeia produtiva do café, desde a produção até a comercialização.

Considerações finais

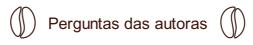
Outra ação importante que acontece no Centro de Pesquisa em Qualidade do Café é o *Concurso Café Qualidade Paraná*. O concurso é coordenado pela Câmara Setorial do Café do Paraná, da qual o lapar é membro ativo e faz parte da comissão organizadora do concurso, que está em sua 15ª edição. Seu objetivo é

valorizar e fortalecer a cafeicultura paranaense, identificando e premiando os melhores cafés do estado como estratégia para garantir ao Paraná uma posição de destaque na produção de cafés especiais. Isso possibilitará aos nossos cafeicultores a conquista de novos mercados, ampliando a oportunidade de negócios e, consequentemente, a rentabilidade no campo.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa**, **nº 46 de 29 de outubro de 2009**. Regulamento técnico dos cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal, subprodutos e resíduos de valor econômico. [Brasília, DF], 2009. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/normativos-dipov/lN46_2009cursosclass.pdf. Acesso em: 30 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução normativa nº 8, de 11 de junho de 2003**. Regulamento técnico de identidade e de qualidade para a classificação do café beneficiado Grão Cru. [Brasília, DF], 2003. Disponível em: http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do? method=recuperarTextoAtoTematicaPortal&codigoTematica=1229303>. Acesso em: 5 maio 2017.



O leitor deste e-book pode dar um retorno às autoras e contribuir para aprimorar a 2ª edição do *Mulheres* dos cafés no Brasil. Clique aqui para responder as perguntas feitas pelas autoras desta obra.



Solidaridad







SECRETARIA NACIONAL DE **POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

MINISTÉRIO DA **AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**



Na Livraria Embrapa, você encontra livros e e-books sobre agricultura, pecuária, negócio agrícola, etc.

Para fazer seu pedido, acesse: www.embrapa.br/livraria

ou entre em contato conosco

Fone: (61) 3448-4236 livraria@embrapa.br

Você pode também nos encontrar nas redes sociais:



